

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR
MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Brasília
2015



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR
MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, da DN TCU nº 139/2014, da DN 140/2015, da DN 143/2015, da Portaria TCU nº 90/2013 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 522/2015.

Brasília
2015

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO	8
2.	PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	9
2.1.	Objetivos e Iniciativas do Plano Plurianual – PPA de responsabilidade da CAIXA com financiamento de origem extraorçamentária	9
2.1.1	Descrição dos Objetivos e Iniciativas	9
2.1.2	Resultados alcançados e comentários	11
2.2.	Informações de Natureza Social e Ambiental, as ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade	17
2.3.	Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial apresentadas na Tabela Ibase	17
2.3.1.	Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela justiça	17
2.3.2.	Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações	17
2.4.	Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e à perda de dados de clientes	18
3.	FUNDO SOCIOAMBIENTAL	19
3.1.	Informações gerais sobre o Fundo Socioambiental – FSA CAIXA	19
3.1.1.	Criação	19
3.1.2.	Objetivo	19
3.1.3.	Origem dos Recursos	20
3.1.4.	Estrutura do FSA CAIXA	20
3.1.5.	Plano de Aplicação	21
3.1.6.	Modalidades de Aplicações dos Recursos	21
3.2.	Valores comprometidos e desembolsados no exercício por linha temática	22
3.3.	Detalhamento dos projetos em andamento no exercício a que as contas se referem	22
3.4.	Destaque para alguns resultados alcançados no período (efetividade/impacto das ações)	23
3.4.1.	Projeto: Geração de Renda e Energia	23
3.4.2.	Projeto: Lixo Eletroeletrônico e Responsabilidade Socioambiental	25
3.4.3.	Projeto: Guerreiros Sem Armas e Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território nos Municípios de Itanhaém, Guarujá e Santos – SP	26
3.4.4.	Projeto: biodigestores - uma tecnologia social no programa nacional de habitação rural	27
3.4.5.	Projeto: De olho nos olhos II – Continuidade dos trabalhos de proteção e recuperação de nascentes	28
3.4.6.	Projeto: Geração De Renda e Acesso a Mercados de Produtos Agroecológicos	30

4.	INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA.....	31
4.1.	Avaliação da estrutura de controles internos.....	31
5.	CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	35
5.1.	Demonstrativo da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e aos membros da Diretoria (Lei nº 9.292/1996).....	35
5.2.	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	37
5.3.	Providências adotadas nos casos identificados de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos.....	38
5.4.	Informações sobre a existência de trabalhadores terceirizados que se enquadrem na situações irregulares dispostas nos subitens 9.1.1 e 9.2.2 do Acórdão TCU-Plenário 2303/2012.....	38
5.4.1.	Providências adotadas para regularização da situação e minimização de impactos nas atividades da unidade jurisdicionada ou que respaldem informações sobre a não identificação de terceirização irregular.....	38
5.4.2.	Quantidade de terceirizados irregulares em 31 de dezembro do exercício de referência do relatório de gestão.....	39
5.4.3.	Quantidade prevista de terceirizados que serão substituídos nos exercícios de 2015 e 2016.....	41
5.5.	Informações sobre as medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário.....	41
5.5.1.	Quantidade de casos que foram objeto de medidas administrativas internas.....	42
5.5.2.	Quantidade de tomadas de contas especiais cuja instauração foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU nº 71/2012.....	42
5.5.3.	Quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União.....	43
5.6.	Informações quanto à aderência da CAIXA aos critérios relacionados à separação de resíduos recicláveis descartados, em observância ao Decreto nº 5.940/2006.....	43
5.7.	Informações quanto a desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012.....	43
5.7.1	Medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela referida desoneração, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.....	43
5.7.2	Iniciativas e resultados para a obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração.....	44
5.7.3	Contratos (vigentes e encerrados) afetados pela desoneração, contendo, no mínimo, nome da unidade contratante, número identificador do contrato,	

	nome da empresa contratada, CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência do contrato, economia obtida (redução do valor contratual) com a revisão de cada contrato.....	46
5.8.	Medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, especificando os esforços da unidade jurisdicionada para sanar o débito no âmbito interno.....	46
5.8.1	Demonstração da estrutura tecnológica e de pessoal para a gestão da fase interna das TCE.....	46
5.8.2	Quantidade de fatos que foram objeto de medidas administrativas internas no exercício de referência.....	47
5.8.3	Quantidade de fatos em apuração que, pela avaliação da unidade, tenham elevado potencial de se converterem em tomada de contas especial a ser remetida ao órgão de controle interno e ao TCU.....	47
5.8.4	Quantidade de fatos cuja instauração de tomada de contas especial foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU 71/2012.....	47
5.8.5	Quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União.....	47
5.9.	Medidas adotadas pelos órgãos ou entidades com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.....	47
6.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	50
6.1.	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/1976.....	50
6.2.	Relatório Resumido do Comitê de Auditoria.....	50
6.3.	Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	50
6.4.	Informações sobre a prestação de outros serviços por parte do auditor independente que não sejam de auditoria externa (Instrução CVM nº 381/2003).....	50
7.	INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA CAIXA BANCO DE INVESTIMENTOS (CAIXA BI).....	51
8.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A GESTÃO.....	52
8.1	Gestão de pessoas - Estrutura de pessoal da unidade.....	52
8.2	Gestão de pessoas - Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos.....	56
8.2.1	Indicador: Mapeamento de Competências.....	56
8.2.2	Indicador: Índice de Superintendências Regionais com Banco Sucessores Constituído - IBSSR.....	56
8.2.3	Indicador: Índice de Vice Presidências com Banco de Sucessores Gerente Executivo constituído (IBSVP).....	57
8.2.4	Indicador: Regularidade da Jornada de Trabalho - SIPON.....	58
8.2.5	Indicador: Índice de Redução de Hora Extra - IHE.....	58
8.2.6	Indicador: Gestão de Horas Extras - IGHE.....	59
8.2.7	Indicador: Absenteísmo por Doença Ocupacional.....	59
8.2.8	Indicador: Saúde Ocupacional PCMSO Caixa.....	60
8.2.9	Indicador: Taxa de adesão à FUNCEF.....	60

8.2.10	Indicador: Credenciados Plano de Saúde CAIXA – Rede Disponível.....	60
8.2.11	Indicador: Credenciados Rede Primária.....	61
8.2.12	Indicador: Capacitação - Liderança.....	61
8.2.13	Indicador: Capacitação - Técnica.....	62
8.2.14	Eficiência nos Custos da Educação Corporativa.....	63
8.3	Gestão de pessoas - Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários..	64
8.4	Entidade Fechada de Previdência Complementar patrocinada.....	64
9.	RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Identificação.....	8
Tabela 2 - Descrição dos objetivos e iniciativas do Plano Plurianual – PPA de responsabilidade da CAIXA com financiamento de origem extraorçamentária.....	9
Tabela 3 - Execução das Iniciativas Orçamentárias com Financiamento Extraorçamentário (Exercício 2014).....	14
Tabela 4 - Valores FSA CAIXA comprometidos por planos de aplicação e linhas temáticas....	22
Tabela 5 - Valores FSA CAIXA comprometidos e desembolsados – Acordo de Cooperação Financeira -ACF assinados.....	22
Tabela 6 - Detalhamento dos projetos em andamento no exercício de 2014	22
Tabela 7 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da CAIXA	31
Tabela 8 - Informações sobre o cumprimento das obrigações relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	37
Tabela 9 - Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos da CAIXA em que há ocorrência de servidores terceirizados	40
Tabela 10 - Demonstrativo dos contratos de construção civil afetados pela desoneração propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012	46
Tabela 11 - Demonstrativo dos contratos de tecnologia afetados pela desoneração propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012	46
Tabela 12 - Força de Trabalho da CAIXA	52
Tabela 13- Distribuição da Lotação Efetiva da CAIXA	53
Tabela 14 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CAIXA	53
Tabela 15 - Quantidade de servidores da CAIXA por nível de escolaridade.....	54
Tabela 16 - Capacitação e Treinamento	54
Tabela 17 - Custos do pessoal	55
Tabela 18 - Índice Mapeamento de Competências	56
Tabela 19 - Índice de SR com Banco Sucessores Constituído.....	57
Tabela 20 - Índice de Vice-Presidência com Banco de Sucessores – GE constituído IBSVP	58
Tabela 21 - Apuração do indicador mensal.....	62
Tabela 22 - Índice Capacitação Liderança 2014	62
Tabela 23 - Índice Capacitação Técnica.....	63
Tabela 24 - Índice de Eficiência nos Custos da Educação Corporativa	63
Tabela 25 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	64
Tabela 26 - Contratos de prestação de Serviços Contínuos com mão de obra dedicada.....	64
Tabela 27 - Contratação de Estagiários.....	64

INTRODUÇÃO

Este Relatório apresenta um conjunto de informações, documentos e demonstrativos financeiros relativos à gestão da Caixa Econômica Federal – CAIXA, no exercício de 2014, e foi organizado de maneira que possibilite a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

A elaboração do Relatório de Gestão - RG obedeceu ao disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e nas Decisões Normativas do TCU nº 134/2013, nº 139/2014, nº 140/2015 e nº 143/2015 as quais estabelecem os conteúdos do RG, bem como nas orientações contidas na Portaria TCU nº 90/2013 e na Portaria CGU nº 522/2015.

As informações relacionadas à unidade jurisdicionada Caixa Banco de Investimentos – CAIXA BI estão apresentadas no item 7 deste relatório, tendo em vista que no exercício de 2014 permaneceu inoperante.

Os itens protegidos por sigilo, respaldados pelo Decreto nº 7.724/2012, que regulamentou a Lei de acesso à informação, Lei nº 12.527/2011, determinou no parágrafo 2º do artigo 5º:

[...] Não se sujeitam ao disposto neste Decreto as informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado obtidas pelo Banco Central do Brasil, pelas agências reguladoras ou por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos.

Evoca-se o dispositivo ora mencionado, em proteção aos itens relacionados a seguir:

- Objetivos empresariais de natureza Econômico-Financeira, Social e Ambiental do mapa estratégico 2012-2022;
- Relatórios semestrais sobre os controles internos da entidade;
- Informações sobre o tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU;
- Informações sobre o tratamento das recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a entidade se vincula.
- Informações sobre a remuneração paga aos administradores, subitens 2.5.2, 2.5.3 e 2.5.4 da Portaria TCU nº 90/2014.

Essas informações protegidas por sigilo compõe o arcabouço de documentos necessários à Prestação de Contas Anual da CAIXA, referente ao exercício de 2014, e poderão ser disponibilizadas aos órgãos de Controle, caso sejam requisitadas.

Conforme anexo II, Parte C, da Decisão Normativa TCU nº 134 de 2013, a CAIXA deve apresentar o Relatório de Gestão 2014 de forma customizada, relacionando exclusivamente os conteúdos solicitados naquela DN. Não obstante, foram inseridas informações, no item 8 deste relatório, atinentes à gestão de pessoas, conforme orientações contidas na Portaria TCU nº 90/2014.

1. IDENTIFICAÇÃO

Tabela 1 - Identificação

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 1929
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
Denominação Completa: Caixa Econômica Federal			
Denominação Abreviada: CAIXA ou CEF			
Código SIORG: 0091	Código na LOA: Não se aplica		Código SIAFI: Não se aplica
Natureza Jurídica: Empresa Pública		CNPJ: 00.360.305/0001-04	
Principal Atividade: Atividade de Serviços Financeiros			Código CNAE: 6423-9
Telefones/Fax de Contato:	(61) 3206-9000	(61) 3206-9816 Presid.	(61) 3206-9732 Fax
Endereço Eletrônico: presi@caixa.gov.br			
Página na Internet: http://www.caixa.gov.br			
Endereço Postal: SBS Quadra 04, Lotes 3/4, Ed. Matriz I CEP: 70.092-900 Brasília-DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
Número de Ordem: Não se aplica.			
Denominação Completa:			
Denominação Abreviada:			
Código SIORG:	Código na LOA:		Código SIAFI:
Natureza Jurídica:		CNPJ:	
Principal Atividade:			Código CNAE:
Telefones/Fax de Contato:			
E-mail:			
Página na Internet:			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969.			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e à estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.199/2014.			
Portaria nº 569, de 17 de dezembro de 2001.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Não se aplica.			

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1. Objetivos e Iniciativas do Plano Plurianual – PPA de responsabilidade da CAIXA com financiamento de origem extraorçamentária

2.1.1 Descrição dos Objetivos e Iniciativas

As Iniciativas Orçamentárias com financiamento de origem extraorçamentária integram os seguintes programas: Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional; Mobilidade Urbana e Trânsito; Moradia Digna; Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito e Turismo.

A fonte de dados utilizada para subsidiar as respostas a esse item foi o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

A tabela 2, a seguir, apresenta a descrição dos objetivos e iniciativas, por programa do Plano Plurianual – PPA de responsabilidade da CAIXA com financiamento de origem extraorçamentária.

Tabela 2 - Descrição dos objetivos e iniciativas do Plano Plurianual – PPA de responsabilidade da CAIXA com financiamento de origem extraorçamentária

Programa	Objetivo	Iniciativa
2076 - Turismo	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.	Disponibilização de linhas de crédito direto ao turista para incentivá-lo a viajar pelo País.
2049 - Moradia Digna	Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.	Apoio à urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental.
	Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado.

Programa	Objetivo	Iniciativa
	<p>Incentivar a expansão do crédito habitacional para construção, aquisição, ampliação e melhorias, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário com estímulos ao crescimento da sua oferta pelos agentes financeiros.</p>	<p>Oferta de financiamento, inclusive com subsídios para população de baixa renda para: construção, requalificação, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: Financiamento Imobiliário Habitacional/Subvenção Econômica para Financiamento Imobiliário Habitacional.</p>
<p>2048 - Mobilidade Urbana</p>	<p>Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.</p>	<p>Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos - Pró-Transporte - PAC Mobilidade Grandes Cidades. Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-Transporte. Agente Operador Caixa Econômica Federal.</p>
	<p>Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.</p>	<p>Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização Copa do Mundo de Futebol de 2014 nas cidades sede (Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE), de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações.</p>
	<p>Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.</p>	<p>Implantação de pavimentação, calçadas e sinalização viária em regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.</p>
<p>2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional</p>	<p>Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros, por meio de produtos e serviços bancários dos bancos públicos federais para população de baixa renda.</p>	<p>Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 211/2004 e 3.881/2010.</p>
		<p>Capacitar as pessoas de baixa renda que abrirem contas nos bancos federais em Educação Financeira para que façam bom uso da conta, do crédito e dos produtos decorrentes de forma que a bancarização tenha efeitos positivos na inclusão social dessas pessoas.</p>
		<p>Concessão de Crédito para pessoas de baixa renda com finalidades de consumo ou empreendedoras, com taxas de juros diferenciadas para essa faixa da população.</p> <p>Disponibilizar um portfólio de produtos complementares (consórcio, seguro e previdência privada) destinados à população de baixa renda para complementar a bancarização desse segmento de clientes.</p>

Programa	Objetivo	Iniciativa
2071 – Trabalho, Emprego e Renda	Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda.	Fomentar a concessão de financiamento de microcrédito produtivo orientado sob a responsabilidade da CAIXA para retorno àquele Ministério - Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer.

Fonte: Caixa Econômica Federal/ Superintendência Nacional Inteligência Competitiva e Estratégia – SUICE (Março/2015).

2.1.2 Resultados Alcançados e Comentários

A CAIXA realizou, no ano de 2014, um total de R\$ 44,4 bilhões em desembolsos, contribuindo para o cumprimento das metas financeiras do Governo Federal conforme detalhado a seguir, por programa.

- Programa 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional:

Apesar de não haver meta definida no SIOP vinculada à iniciativa “Capacitar as pessoas de baixa renda que abrirem contas nos bancos federais em Educação Financeira para que façam bom uso da conta, do crédito e dos produtos decorrentes de forma que a bancarização tenha efeitos positivos na inclusão social dessas pessoas” (03OA), algumas ações foram realizadas para capacitação do público alvo.

É possível destacar a distribuição do prospecto de Informações Essenciais e Dicas de Crédito Consciente aos Clientes, como uma iniciativa que educa financeiramente, ao mesmo tempo em que atende à determinação da Resolução CMN nº 4.283/13, além da confecção de vídeos de educação financeira abordando “Fundamentos de Educação Financeira” e “Planejamento Orçamentário”.

Em 2014, foi excluída a Iniciativa “Concessão de Crédito para pessoas de baixa renda com finalidades de consumo ou empreendedoras com taxas de juros diferenciadas para essa faixa da população” (03OB), devido ao produto utilizar os mesmos recursos já contemplados na Iniciativa Fomentar a concessão de financiamento de Microcrédito Produtivo Orientado (04FT), do programa 2071, que tem meta vinculada ao Microcrédito Produtivo Orientado.

Sobre a Iniciativa “Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.211/2004 e nº 3.881/2010” (03OD), após o lançamento da operação Poupança CAIXA Fácil, percebeu-se a migração dos clientes da Conta Corrente CAIXA Fácil para aquele produto, provavelmente em função dos rendimentos oferecidos e associados à modalidade de poupança.

A meta prevista para a Iniciativa, em número de contas correntes a serem abertas anualmente é de 1.500.000, em contrapartida, em 2014, foram abertas 2.536.460 contas poupanças nas modalidades anteriormente citadas.

- Programa 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito:

As metas desse Programa são do Governo Federal e a CAIXA contribui para o seu alcance como o principal agente financeiro, mas não o único.

Em 2009, foram priorizados, pelo Ministério das Cidades, os projetos apresentados pelas Prefeituras e Governos estaduais das cidades-sede da Copa do Mundo.

Esses projetos receberam financiamento do Programa Pró-transporte do FGTS, sendo a CAIXA responsável pela operacionalização dos contratos, exceto para o Rio de Janeiro, cujo financiamento foi realizado com recursos do BNDES.

A CAIXA contribuiu para o programa por meio de desembolsos, cujos valores totais liberados em 2014 encontram-se na Tabela 3.

- Programa 2049 – Moradia Digna

Em atenção à recomendação da Auditoria (RA Auditoria Regional Brasília/DF 0314/14) e, com vistas a unificar as informações de todos os programas com origem no SIOP, as metas financeiras mencionadas para o Programa 2049 são as constantes naquele sistema, e não mais no Plano de Negócios CAIXA.

Assim como no programa 2048, as metas desse programa são do Governo Federal e a CAIXA colabora para o seu alcance como principal agente financeiro, mas não o único.

A CAIXA participa do Programa 2049 – Moradia Digna, Objetivo 382 “Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade”, Iniciativa “Apoio à urbanização de assentamentos precários”, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão socioambiental.

Entre 2011 e 2014, foram iniciadas 362 obras de urbanização, perfazendo investimento de R\$ 6,0 bilhões com previsão de beneficiamento, após a conclusão, de 585 mil famílias.

No mesmo período, foram concluídos 72 empreendimentos de urbanização, perfazendo investimentos de R\$ 795,7 milhões e beneficiando 79 mil famílias.

Com relação ao Objetivo 383 “Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço”, Iniciativa “Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado”, o ritmo de contratação no Programa manteve-se estável, tendo sido aplicados R\$ 32,4 bilhões.

Para o alcance da meta do objetivo leva-se em conta as contratações das Faixas 2 e 3 do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, entretanto, para garantir a



redução do déficit habitacional, que é o maior desafio do Programa, são consideradas também as contratações da Faixa 1.

As unidades habitacionais construídas pelo PMCMV seguem padrões de acessibilidade que garantem condições de uso do imóvel por pessoas com deficiência e idosos.

Quanto ao Objetivo 384 “Incentivar a expansão do crédito habitacional para construção, aquisição, ampliação e melhorias, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário com estímulos ao crescimento da sua oferta pelos agentes financeiros”, Iniciativa “Oferta de financiamento, inclusive com subsídios para população de baixa renda para: construção, requalificação, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado”, a CAIXA aplicou R\$ 8,2 bilhões, superando a meta do Plano de Negócio CAIXA para esse Objetivo, que era de R\$ 7,8 bilhões.

Dessa forma a CAIXA tem contribuído, como maior parceira do Governo Federal, para a redução do déficit habitacional, que é um dos objetivos estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LOA.

Os desempenhos das Iniciativas dos programas serão apresentados na tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Execução das Iniciativas Orçamentárias com Financiamento Extraorçamentário (Exercício 2014)

Programa	Iniciativa	Gestor	Meta Física Quantidade	Meta Financeira (R\$)	Realizado Quantidade	Realizado Financeiro (R\$)	Desempenho (%)
2076 - Turismo	Disponibilização de linhas de crédito direto ao turista para incentivá-lo a viajar pelo País.	Vice-Presidência Negócios Emergentes Diretoria Executiva Cartões Meios Pagamento Eletrônicos Gerência Nacional Cartões Segmento Correntista	Não se aplica.	1.603.657.713,00	Não se aplica.	663.785.351,00	41,39%
2049 - Moradia Digna	Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado.	Vice-Presidência Habitação Diretoria Executiva Habitação Gerência Nacional Operações Imobiliárias	Não se aplica.	30.465.000.000,00	Não se aplica.	32.376.923.000,00	106,28%
	Oferta de financiamento, inclusive com subsídios para população de baixa renda para: construção, requalificação, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado.	Vice-Presidência Habitação Diretoria Executiva Habitação Gerência Nacional Operações Imobiliárias	Não se aplica.	12.500.000.000,00	Não se aplica.	8.182.428.000,00	65,46%
	Apoio à urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental.	Vice-Presidência Governo Diretoria Executiva Saneamento e Infraestrutura Gerência Nacional Gestão de Crédito San. e Infra	Não se aplica.	1.000.000.000,00	Não se aplica.	246.411.963,66	24,64%

Programa	Iniciativa	Gestor	Meta Física	Meta Financeira	Realizado	Realizado	Desempenho
2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito	Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização Copa do Mundo de Futebol de 2014 nas cidades sede (Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Natal/RN, Recife/PE), de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações.	Vice-Presidência Governo Diretoria Executiva Saneamento e Infraestrutura Gerência Nacional Gestão de Crédito San. e Infra	Não se aplica.	194.000.000,00	Não se aplica.	807.983.521,12	416,49%
	Implantação de pavimentação, calçadas e sinalização viária em regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.	Vice-Presidência Governo Diretoria Executiva Saneamento e Infraestrutura Gerência Nacional Gestão de Crédito San. e Infra	Não se aplica.	2.000.000.000,00	Não se aplica.	487.469.131,81	24,37%
	Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos.	Vice-Presidência Governo Diretoria Executiva Saneamento e Infraestrutura Gerência Nacional Gestão de Crédito San. e Infra	Não se aplica.	4.000.000.000,00	Não se aplica.	356.367.274,79	8,91%
2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Capacitar as pessoas de baixa renda que abrirem contas nos bancos federais em Educação Financeira para que façam bom uso da conta, do crédito e dos produtos decorrentes de forma que a bancarização tenha efeitos positivos na inclusão social dessas pessoas.	Vice-Presidência Varejo e Atendimento Diretoria Executiva Clientes e Estratégia de Varejo Gerência Nacional Estr. do Segmento Essencial	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.



Programa	Iniciativa	Gestor	Meta Física	Meta Financeira	Realizado	Realizado	Desempenho
	Disponibilizar um portfólio de produtos complementares (seguro e previdência privada) destinados à população de baixa renda para complementar a bancarização desse segmento de clientes.	Vice-Presidência Negócios Emergentes Diretoria Executiva Seguros GN Produtos de Seguradoras	Não se aplica.	152.223.177,00	Não se aplica.	131.576.372,00	86,44%
	Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BACEN 3.211/2004 e 3.881/2010.	Vice-Presidência Varejo e Atendimento Diretoria Executiva Clientes e Estratégia de Varejo Gerência Nacional Estr. do Segmento Essencial	1.500.000	30.000.000,00	928.742	18.574.840,00	61,92%
2071 - Trabalho, Emprego e Renda	Fomentar a concessão de financiamento de microcrédito produtivo orientado sob a responsabilidade da CAIXA para retorno àquele Ministério - Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer.	Vice-Presidência Varejo e Atendimento Diretoria Executiva Clientes e Estratégia de Varejo Gerência Nacional Microempreendedorismo	Não se aplica.	950.000.000,00	Não se aplica.	1.155.069.557,33	121,59%

Fonte: Caixa Econômica Federal/ Superintendência Nacional Inteligência Competitiva e Estratégia - SUICE (Março/2015).

2.2. Informações de Natureza Social e Ambiental, as ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade

Em caráter complementar às informações atinentes ao público interno do Relatório de Sustentabilidade, informamos, nos moldes definidos pela NBCT 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, as ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade:

- Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade: 19.766.
- Número de processos trabalhistas julgados procedentes: 7.986.
- Número de processos trabalhistas julgados improcedentes: 2.137.
- Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça: R\$ 682 milhões.

2.3. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial apresentadas na Tabela Ibase

2.3.1. Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça

Em 2014, a CAIXA pagou R\$ 4.447.107,32 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, cento e sete reais e trinta e dois centavos) referentes às despesas com multas provenientes do PROCON e de órgãos de defesa do consumidor, em todo o território nacional, conforme dados extraídos do Sistema de Planejamento Econômico-Financeiro da CAIXA - SIPLO. No exercício, a quantidade total de multas pagas foi de 460.

O montante de multas e indenizações a clientes, determinado pela Justiça, correspondeu a R\$ 315.238.222,41.

2.3.2. Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações

No primeiro semestre de 2014, a Ouvidoria realizou as seguintes ações para a melhoria do produto Cartão de Crédito:

- Alteração da estratégia para clientes, com atraso até 60 dias, oferecendo acordo em fatura.
- Revisão do processo de ajuste de encargos.
- Revisão do tratamento de contestação de transações.

- Revisão das orientações prestadas na abertura da ocorrência na Central de Atendimento ao Cliente.
- Inclusão do contato obrigatório com o cliente para relançamento, e alteração do prazo sistêmico para relançamento da transação na fatura do cliente.
- Revisão dos prazos de cortes na Tabela de Faturamento.
- Inclusão do requisito de contato obrigatório com o cliente, quando do estorno, para relançamento e alteração do prazo sistêmico para relançamento da transação na fatura do cliente.
- Melhoraria da Central de Atendimento por meio da substituição da solução tecnológica da prestadora de serviços.

No segundo semestre de 2014, o produto Cartão de Crédito foi novamente objeto de proposição de melhorias sendo realizadas as seguintes ações:

- Para as reclamações de Cobrança Indevida e Estorno foram realizadas as seguintes ações:
 - Correção de débito automático não processado;
 - Pagamento realizado e não processado;
 - Tratamento do arquivo de inclusão em Cadastro Restritivo;
 - Cobrança indevida da anuidade;
 - Aumento do valor de alçada financeira para utilização na Ouvidoria.
- Em relação aos problemas de atendimento pelas Centrais de Atendimento foram inseridas as seguintes ações:
 - Ajustes nos sistemas de telefonia;
 - Correção nas rotinas e procedimentos nas Centrais de Atendimento;
 - Treinamento dos operadores.
- Para a melhoria do atendimento do produto em agências foram propostas as seguintes ações:
 - Consulta de saldo e limite;
 - Solicitação de segunda via por e-mail;
 - Impressão e visualização em tela da fatura atual.

2.4. Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e à perda de dados de clientes

Em consulta realizada no Sistema de Ouvidoria - SIOUV, foram verificadas 138 reclamações de quebra de sigilo bancário e nenhuma reclamação relativa à perda de dados no exercício de 2014.

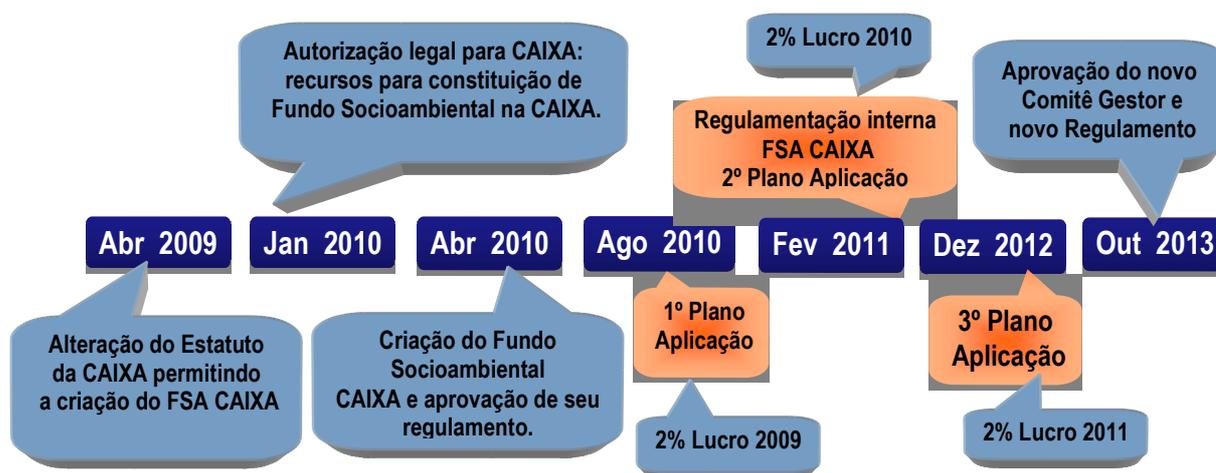
3. FUNDO SOCIOAMBIENTAL

3.1. Informações gerais sobre o Fundo Socioambiental – FSA CAIXA

3.1.1. Criação

Desde sua criação, em 2010, o Fundo Socioambiental CAIXA - FSA CAIXA vem apoiando financeiramente, em parceria com órgãos públicos e entidades privadas, projetos socioambientais voltados para o desenvolvimento integrado e sustentável que beneficiam prioritariamente a população de baixa renda, e estejam alinhados às estratégias da Empresa e às diretrizes do Fundo.

FSA CAIXA



3.1.2. Objetivo

O Fundo Socioambiental CAIXA - FSA CAIXA tem como objetivo efetuar aplicações não reembolsáveis ou reembolsáveis, ainda que parcialmente, destinadas especificamente à apoiar projetos e investimentos de caráter social e ambiental, que se enquadrem em programas e ações da CAIXA, principalmente nas áreas de:

- Habitação de interesse social;
- Saneamento ambiental;
- Gestão ambiental;
- Geração de trabalho e renda;
- Saúde, educação, esporte e cultura;
- Justiça, alimentação e desenvolvimento institucional;
- Desenvolvimento rural;
- Desenvolvimento sustentável;
- Ações sociais que beneficiam a população de baixa renda.

O FSA CAIXA é um fundo financeiro específico, com prazo de duração indeterminado, estruturado sob a forma de fundo de caixa, e visa também receber e aplicar recursos em conformidade com as disponibilidades financeiras e de acordo com as disposições normativas.

3.1.3. Origem dos Recursos

Os recursos do FSA CAIXA são originários das dotações orçamentárias das seguintes fontes:

- Até 2% do lucro líquido ajustado da CAIXA, relativo ao ano anterior, apurados após a dedução dos dividendos devidos ao Tesouro Nacional, acrescido do saldo orçamentário não realizado no ano anterior;
- Doações e transferências efetuadas à CAIXA para as finalidades do FSA CAIXA;
- Repasses de fundos externos, públicos e privados, nacionais e internacionais;
- Rendimentos de qualquer natureza, decorrentes de aplicações da parcela de suas disponibilidades sujeita a remuneração;
- Retorno de aplicações reembolsáveis.

3.1.4. Estrutura do FSA CAIXA

Para garantir a observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na aplicação dos recursos, a gestão do FSA CAIXA é estruturada em dois níveis, sendo um de gestão exercido pelo Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental – RSA, e o outro técnico-operacional exercido pela Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental - GERSA.

O Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental – Comitê RSA é um órgão autônomo, de natureza estratégica e caráter deliberativo e propositivo, com atuação em âmbito nacional que tem por finalidade assegurar a articulação entre as diversas áreas da CAIXA no processo de desenvolvimento, implantação, avaliação e acompanhamento da Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental alinhada aos negócios da Empresa.

As unidades regionais da CAIXA colaboram com a operacionalização do Fundo, por meio da análise, acompanhamento e avaliação dos projetos e das prestações de contas, além do relacionamento institucional realizado em conjunto com os canais de atendimento.

3.1.5. Plano de Aplicação

O Plano de Aplicação do FSA CAIXA define as linhas temáticas, os eixos de atuação e a distribuição dos recursos para apoio aos projetos. O Plano é elaborado pela área de apoio técnico do Fundo, validado pelo Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e aprovado pelo Conselho Diretor da CAIXA.

Desde 2012, de forma alinhada aos Objetivos Empresariais Estratégicos da Empresa, os investimentos do Fundo são aplicados em projetos vinculados à Linha Temática Cidades Sustentáveis, de forma a canalizar recursos para ações que promovam o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

3.1.6. Modalidades de Aplicações dos Recursos

- Seleção Pública – modalidade de escolha de um conjunto limitado de projetos, nos segmentos ambientais e sociais, selecionados a partir de critérios divulgados em regulamentos específicos, elaborados com base nas diretrizes e linhas temáticas definidas no Plano de Aplicação do exercício.
- Apoio a Políticas Internas – caracteriza-se pela proposição de projetos estratégicos por entidades externas, doadores ou repassadores de recursos diretamente ao FSA CAIXA, nos segmentos ambientais e sociais, de acordo com as diretrizes e as linhas temáticas definidas pelo Plano de Aplicação aprovado no exercício.
- Incentivo financeiro a negócios sustentáveis – modalidade destinada a contemplar as demandas oriundas das áreas de produto da CAIXA, caracterizadas por solicitação de incentivo financeiro para ampliação de oferta de crédito, em projetos que comprovem adicionalidades socioambientais, os quais devem ser encaminhados ao FSA CAIXA para análise.

3.2. Valores comprometidos e desembolsados no exercício por linha temática

Tabela 4 - Valores FSA CAIXA comprometidos por planos de aplicação e linhas temáticas

	Plano de Aplicação 2010 (2% do lucro de 2009)	Plano de Aplicação 2011 (2% do lucro de 2010)	Plano de Aplicação 2012 (2% do lucro de 2011)
	R\$ 39.734.019,96 (A)	R\$ 48.654.708,54 (B)	R\$ 35.274.713,13 (C)
Total Aprovado (D)	R\$ 123.663.441,63		
Linha Temática	Valor comprometido	Valor comprometido	Valor comprometido
Cidades Sustentáveis	R\$ 7.541.982,22	R\$ 18.702.912,30	R\$ 48.287.313,70
Biodiversidade	R\$ 8.595.460,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DLS-ODM	R\$ 7.647.997,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Comprometido¹ (E)	R\$ 90.775.667,00 (E)		
Saldo (D-E)	R\$ 32.887.774,63 (D-E)		

¹O valor total comprometido corresponde ao somatório dos valores dos acordos assinados e acordos em negociação.

Fonte: Caixa Econômica Federal/Gerência Nacional Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental – GERSA (Fevereiro/2015).

Tabela 5 - Valores FSA CAIXA comprometidos e desembolsados – Acordo de Cooperação Financeira - ACF assinados

Linha Temática	Valor comprometido - ACF assinados	Total desembolsado no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015
Cidades Sustentáveis	R\$ 65.645.149,49	R\$ 11.459.030,01	R\$ 11.744.832,09
Biodiversidade	R\$ 8.595.460,94	R\$ 1.125.128,10	R\$ 1.125.128,10
DLS-ODM	R\$ 7.647.997,84	R\$ 1.979.891,12	R\$ 2.086.982,94
Total	R\$ 81.888.608,27 (A)	R\$ 14.564.049,23	R\$ 14.956.943,13 (B)
Valor a desembolsar	R\$ 66.931.665,14 (A-B)		

Fonte: Caixa Econômica Federal/Gerência Nacional Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental – GERSA (Fevereiro/2015).

3.3. Detalhamento dos projetos em andamento no exercício a que as contas se referem

O detalhamento dos projetos em andamento, no exercício de 2014, estão apresentados na Tabela 6 – Detalhamento dos projetos em andamento no exercício de 2014, Anexo I.

3.4. Destaque para alguns resultados alcançados no período (efetividade/impacto das ações)

3.4.1. Projeto: Geração de Renda e Energia

Local: Juazeiro/BA

Instituição: DFV Solair Energias Renováveis Comércio e Indústria S.A. - Brasil Solair

O projeto objetiva gerar renda para famílias de baixa renda por meio da instalação de sistemas de micro geração solar, com a utilização de painéis fotovoltaicos e de aero geradores em unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, agrupadas em condomínios ou associações de moradores. Visa, ainda, promover a organização social das famílias beneficiadas, incentivando o cooperativismo e a troca de experiências e soluções que maximizem a renda auferida pela geração de energia.

Valor do Projeto (R\$):	
FSA CAIXA	6.255.493,91
Contrapartida	801.867,42
Total	7.057.361,33

Resultados alcançados até hoje (efetividade/impacto das ações):

Para a implantação do projeto, foram realizadas várias negociações iniciadas em 2012 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e com a Câmara de Comercialização de Energia - CCEE, que resultaram, ao longo de seu desenvolvimento, nos seguintes marcos legais:

- Em 23 de outubro de 2013, a ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 4385, autorizando a implantação do projeto;
- Em 29 de novembro de 2013, a ANEEL, por meio do despacho nº 2062, emitiu o registro da Central Fotovoltaica Sol Morada do Salitre e Praia do Rodeadouro, com 2.103 kW;
- Em 04 de fevereiro de 2014, a ANEEL por meio do despacho nº 261, liberou os 2.103 kW da Central Fotovoltaica para testes;
- Em 11 de fevereiro de 2014, a ANEEL por meio do despacho nº 299, liberou os 2.103 kW da Central Fotovoltaica para operação comercial;
- Em 27 de fevereiro de 2014, a CCEE registrou a Brasil Solair como agente de geração, com a central fotovoltaica de 2.103 kW, representando 0,0017% da capacidade do País.

Assim, somente em fevereiro de 2014, após as devidas autorizações, a Central Fotovoltaica entrou em operação. De fevereiro a dezembro de 2014, o projeto gerou 2,417 GWh de energia e receita líquida de R\$ 1,475 milhão, já distribuídos para os condomínios e proprietários na seguinte proporção:

- a) 30% para fundo de investimentos nos Condomínios;
 - b) 10% para despesas de manutenção nos Condomínios;
 - c) 60% para distribuição aos Proprietários em situação regular no PMCMV;
- Um medidor virtual de energia permite o acompanhamento diário da energia gerada pela Usina Solar Fotovoltaica (www.brasilsoilair.com.br/juazeiro);
 - A energia gerada, de fevereiro a dezembro de 2014, é suficiente para alimentar por um mês, 24.170 residências populares com consumo médio de 100KW/mês ou por 24,17 meses todas as 1.000 moradias dos condomínios do projeto Juazeiro;
 - A opção pela venda da energia gerada em alternativa à sua utilização pelos beneficiários está relacionada ao preço da energia consumida pelas unidades residenciais, que pagam tarifa social, e ao preço de venda no mercado da energia gerada, que é superior àquela tarifa social;
 - Os proprietários já receberam R\$ 885,00 cada um, desde o início do funcionamento do modelo, média de R\$ 80,45 mensais;
 - O Fundo de Investimentos Condominial (30% dos recursos distribuídos) já recebeu R\$ 442,5 mil e os recursos estão sendo aplicados em melhorias do próprio condomínio, como a construção de redutores de velocidade e reforma dos quiosques com ampliação para funcionamento do centro comunitário;
 - Há outros planos de aplicação dos recursos do fundo de investimento como a cobertura das quadras, construção de lavanderia comunitária e compra de contêineres para a coleta de lixo;
 - Foi elaborado um regimento, aprovado em assembleia, definindo as regras para o uso dos recursos. Os princípios desse regimento são o benefício do coletivo, decisões participativas aprovadas em assembleia, transparência na utilização dos recursos e obrigatoriedade de prestação de contas, recolhimento de tributos, taxas e contribuições sociais, bem como o cumprimento de todas as obrigações legais. O Conselho Fiscal eleito em assembleia acompanha, controla o gasto dos recursos e aprova a prestação de contas elaborada pelos síndicos;
 - O Fundo de manutenção dos condomínios (10% dos recursos distribuídos) já recebeu R\$ 147,5 mil e são aplicados na manutenção das áreas comuns dos condomínios. Os custos com serviços de limpeza, realizados pelos moradores dos condomínios contratados para o serviço, estão sendo pagos com os recursos destinados à manutenção, observadas as mesmas regras do regimento do fundo de investimento.

3.4.2. Projeto: Lixo Eletroeletrônico e Responsabilidade Socioambiental

Local: Brasília, Salvador e São Paulo

Instituição: Instituto GEA - Ética e Meio Ambiente

Por meio do Fundo Socioambiental – FSA CAIXA encontra-se em desenvolvimento em Brasília, Salvador e São Paulo, em caráter experimental, o Projeto Lixo Eletrônico e Responsabilidade Socioambiental, cujo objetivo é capacitar e instrumentalizar cooperativas de catadores para a correta manipulação e venda de eletroeletrônicos.

No período de janeiro a dezembro de 2014, a CAIXA repassou para as 06 cooperativas capacitadas 13.970 equipamentos inservíveis do Banco, o que gerou renda adicional no valor de R\$136.948,78.

Valor do Projeto (R\$):	
FSA CAIXA	1.000.800,00
Contrapartida	71.000,00
Total	1.071.800,00

Resultados alcançados até hoje (efetividade/impacto das ações):

- Catadores beneficiados com a capacitação – foram capacitadas 6 cooperativas de catadores, porém foi dada oportunidade para que mais cooperativas das redes locais pudessem usufruir do aprendizado, tendo participado diretamente do curso de capacitação 69 catadores;
- Famílias de catadores beneficiadas – contabilizando-se os catadores que fazem parte de todas as cooperativas que tiveram cooperados participando das capacitações, estima-se que 220 famílias foram beneficiadas;
- Impacto na renda dos catadores – um dos resultados mais significativos já alcançados são os recursos obtidos pelas cooperativas, os quais no período de janeiro a dezembro de 2014 somaram R\$ 136.948,78, com a venda dos resíduos eletrônicos corretamente segregados. Todos os componentes foram destinados a empresas certificadas, aplicando as medidas necessárias para garantir a destinação final adequada e a possibilidade de rastreabilidade desses resíduos. Ressalta-se que a reciclagem dos eletrônicos não implica o abandono da coleta e da triagem dos demais recicláveis (metais, plásticos, vidro e papel/papelão) por parte das cooperativas. Assim, os recursos obtidos com a venda dos recicláveis eletrônicos significou, para as cooperativas citadas, um importante acréscimo de rendimentos ampliando a “retirada” de todos os cooperados e não apenas dos que fizeram os cursos;
- Pontos de coletas de resíduos eletroeletrônicos – foram implantados 30 pontos de coletas nos três municípios, instalados em prédios de administração pública, condomínios empresariais, clubes, empresas, sindicato, hospitais e aeroportos.

3.4.3. Projeto: Guerreiros Sem Armas e Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território nos Municípios de Itanhaém, Guarujá e Santos – SP

Local: Baixada Santista/SP

Instituição: Instituto Elos

A implementação do Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território – DIST foi concebida como diretriz que busca promover o desenvolvimento humano e social sustentável, mediante a articulação e a revitalização de redes sociais, a democratização das relações e a integração de suas ações às políticas públicas implementadas pelos governos locais e federal.

O projeto que está em implementação pelo Instituto Elos visa promover os esforços necessários ao desenvolvimento da metodologia DIST nos conjuntos habitacionais e seus entornos, dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, a serem desenvolvidos em Itanhaém/SP, Guarujá/SP e Santos/SP.

Valor do Projeto (R\$):	
FSA CAIXA	1.498.542,00
Contrapartida	496.980,00
Total	1.995.522,00

Resultados alcançados até hoje (efetividade/impacto das ações):

- Dos 746 inscritos, 80 jovens foram selecionados para participar do Programa Guerreiros Sem Armas 2014 - GSA;
- Mobilização das Secretarias de todos os municípios envolvidos no escopo do projeto;
- Produção de 100% dos materiais pedagógicos do Programa GSA 2014;
- Capacitação de 79 jovens para atuar nas quatro comunidades envolvidas no escopo do projeto;
- Desenvolvimento e realização de atividades com metodologia participativa para mobilização, apropriação dos bens e serviços implantados, e devolutiva dos moradores em cada comunidade, por meio de uma formação vivencial dos 80 jovens nas comunidades;
- Realização de dois eventos abertos nas instalações do SESC e do Centro de Artes Integradas, com a presença de 100 convidados externos;
- Capacitação em comunicação colaborativa comunitária para autonomia na cobertura e documentação das atividades, 26 jovens das quatro comunidades e 40 guerreiros;
- Campanha de comunicação e divulgação, na imprensa local, das ações realizadas;
- Logística: transporte, alimentação, hospedagem e atendimento médico para os 79 participantes e a equipe Elos.

- 480 horas de Gerenciamento da equipe e das relações institucionais.

3.4.4. Projeto: Biodigestores - Uma Tecnologia Social no Programa Nacional de Habitação Rural

Local: Bahia, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Pernambuco e no Rio Grande do Sul

Instituição: Diaconia

Essa ação reforça o objetivo do FSA CAIXA em apoiar projetos que visem à sustentabilidade ambiental e que, ao mesmo tempo, inspirem o desenho de políticas públicas.

A parceria, formalizada em 30 de junho de 2014, contempla a construção de 335 biodigestores em municípios localizados na Bahia, em Minas Gerais, em Goiás, em Santa Catarina, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, assim como a reaplicação de uma tecnologia social que, em 2011, foi agraciada com o Prêmio CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local.

Objetivo: Tecnologia social dos biodigestores disseminada em pequenas propriedades rurais beneficiadas pelo PNH, por meio da capacitação de pessoas, com vistas à construção e ao manejo de gás de cozinha (biogás metano), a partir de resíduos orgânicos provenientes de atividades pecuárias em escala familiar.

Valor do Projeto (R\$):	
FSA CAIXA	2.787.757,42
Contrapartida	281.898,72
Total	3.069.656,14

Resultados alcançados, no período de julho a novembro de 2014 (efetividade/impacto das ações):

- Realização de:
 - 05 encontros estaduais;
 - 06 cursos de construção de biodigestores;
 - 04 encontros de sensibilização e mobilização comunitária;
 - 47 visitas técnicas aos biodigestores;
 - 01 capacitação básica (inicial) para técnicos;
- Construção de 18 biodigestores;
- Elaboração de 01 projeto técnico de engenharia dos biodigestores.

3.4.5. Projeto: De Olho Nos Olhos II – Continuidade dos Trabalhos de Proteção e Recuperação de Nascentes

Local: Brazópolis/MG

Instituição: ONG Grupo Dispersores

Essa iniciativa busca estimular a recuperação e a preservação de nascentes e áreas que margeiam os corpos d'água, com vistas a resgatar, qualitativa e quantitativamente, as águas nas bacias hidrográficas.

Espera-se, também, fomentar uma atitude mais saudável em relação aos mananciais, difundindo o conceito de que tudo o que se faz dentro de uma bacia hidrográfica interfere na qualidade da água, contribuindo para a compreensão de que os problemas ambientais extrapolam os limites locais e devem ser abordados regionalmente de maneira integrada.

O objetivo desse projeto é a conservação dos recursos hídricos por meio da proteção de nascentes na micro-bacia do Ribeirão Vargem Grande.

Valor do Projeto (R\$):

FSA CAIXA	200.163,20
Contrapartida	29.700,00
Total	229.863,20

Resultados alcançados até hoje (efetividade/impacto das ações):

- Identificação, caracterização e cercamento de 20 nascentes num raio de 50m para isolamentos realizados;
- Recuperação da área de preservação permanente da nascente;
- Reconstituição da cobertura vegetal por meio do plantio de 15.000 mudas nativas, sendo: a) 12.000 mudas nativas divididas entre as 20 nascentes no primeiro ano do projeto; e b) mais 3.000 mudas de reposição plantadas ao final do segundo ano do projeto, iniciando assim o processo de regeneração das áreas isoladas. A área total em recuperação, somando as 20 nascentes, é de 21 hectares;
- Mobilização e conscientização da comunidade, promovendo a adesão de novas pessoas interessadas em preservar suas nascentes em projetos futuros, aumentando a demanda de interessados em preservar suas nascentes, tanto no município de Brasópolis, quanto em outros municípios vizinhos, os quais integram a Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí;
- Educação ambiental junto aos alunos das escolas do município, promovendo a participação direta de professores, alunos e voluntários nas atividades promovidas pelo projeto;
- Envolvimento, ao longo do projeto, da participação de mais de 3.000 alunos, mediante passeatas, feiras escolares, visitas ao viveiro florestal e às nascentes manejadas, superando as expectativas ao atingir um número maior de pessoas envolvidas diretamente e indiretamente;

- Divulgação do projeto e distribuição de 50 camisetas do projeto, 10 *banners* (faixas) de divulgação, 5.000 *folders* informativos entre a população;
- Confecção de 2.000 cartilhas guia de conclusão do projeto para serem usadas como metodologia de reaplicação desta prática em outras bacias ou regiões, além de divulgação do projeto e conscientização do leitor;
- Publicação de 14 relatórios técnicos e fotográficos, no site da instituição, para acompanhamento e divulgação do projeto, além de publicações nas redes sociais, aumentando ainda mais o alcance de divulgação e conscientização do projeto. (http://www.dispersores.org/projetos.php?projeto=de_olho_nos_olhos_ii);
- Superação das expectativas de difusão dos resultados devido à ampla divulgação do projeto e conscientização da população não só no município sede, mas também em outros municípios da região;
- Relatórios técnicos e financeiros sobre a implantação, coordenação e monitoria do projeto gerado;
- Projeto classificado entre as 35 práticas finalistas da 8ª Edição do Prêmio CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local.

3.4.6. Projeto: Geração de Renda e Acesso a Mercados de Produtos Agroecológicos

Local: Espera Feliz - Zona da Mata/MG

Instituição: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata/CTA-ZM

Objetivo: Promover a geração de renda a partir do acesso a mercados de produtos agroecológicos, criando as condições técnicas estruturais necessárias para que esse acesso se estabeleça.

Valor do Projeto (R\$):	
FSA CAIXA	117.753,10
Contrapartida	0,00
Total	117.753,10

O projeto visa ao fortalecimento da agroecologia e ao aumento da renda dos 76 agricultores familiares beneficiados, além de um público indireto de pelo menos 110 pessoas, e prevê a realização de atividades que contribuam para a erradicação da fome e da extrema pobreza, assim como para a sustentabilidade ambiental.

Resultados alcançados até hoje (efetividade/impacto das ações):

- Realização de:
 - 04 visitas técnicas de adequação sanitária;
 - 08 oficinas de boas práticas de produção;
 - 03 reuniões de monitoramento e planejamento do projeto;
 - 11 visitas técnicas de acompanhamento gerencial;
 - 18 reuniões nas comunidades de núcleos produtivos;
 - 06 oficinas de capacitação dos cooperados;
 - 05 oficinas de capacitação dos diretores da cooperativa;
- 75 pessoas beneficiadas, sendo 47 homens e 28 mulheres.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

4.1. Avaliação da estrutura de controles internos

Tabela 7 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da CAIXA

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise crítica e comentários relevantes:</p> <p>a) A avaliação do Item 4 considerou:</p> <ul style="list-style-type: none"> • MN RH103033 - Código de Ética da CAIXA, de 22/10/2014; • MN RH169008 - Código de Conduta da Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, de 08/07/2013; • MN RH195001 - Código de Conduta da VICOR, de 04/09/2014; • MN RH200003 - Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA, de 09/12/2014. <p>b) O Item 5 foi avaliado considerando o MN OR002 – Manual Normativo – Versão 069 – publicado em 14/11/2014, que estabelece critérios para a disponibilização e armazenamento de informações normativas padronizadas e estruturadas a todas as unidades da CAIXA e da CAIXAPAR, por meio do SISMN – Sistema de Manual Normativo – HTTP://sismn.caixa</p> <p>Item 4 e Item 6: O atual Código de Ética da Caixa é resultante de uma série de ações, iniciadas em FEV 99 com a Modelagem do Sistema de Controles Internos da Caixa que culminou na criação de um Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar o referido código.</p> <p>Em 2001, o Colegiado aprovou a realização de uma pesquisa interna por amostragem, com o objetivo de identificar os valores que devem nortear o padrão ético da Caixa como expressão do sentimento de seus integrantes. A minuta do Código foi aprovada e o Código de Ética da Caixa foi publicado em 16 AGO 02, identificando como valores: Respeito, Honestidade, Compromisso, Transparência e Responsabilidade.</p> <p>O Código de Ética está em conformidade com o Código de Ética da Administração Pública Federal, Decreto nº 1.171/94 e alinhado à Resolução CMN nº. 2554/1998 - art. 4º, que incumbiu as diretorias de instituições financeiras de promoverem elevados padrões éticos e de integridade a todos os funcionários.</p> <p>O objetivo do referido Código é sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios da CAIXA, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos e sua violação é sujeita à apreciação pela Comissão de Ética. O referido Código é divulgado para todos os empregados da Empresa por meio do Sistema de Manual Normativo da CAIXA – SISMN.</p> <p>Conforme dispõe a norma, o Termo de Ciência do Código de Ética da CAIXA é assinado eletronicamente pelos empregados e pela Alta Administração, anualmente, por meio do Sistema de Recursos Humanos – SISRH - imediatamente após o primeiro acesso ao Sistema. Até o final do ano de 2014, 96,56% de um total aproximado de 100.677 empregados, assinaram eletronicamente o Termo, ressaltando-se que este percentual varia, basicamente, em razão de novas contratações e de afastamentos de empregados.</p> <p>Os gestores das unidades, inclusive a Alta Administração, promovem reuniões, seguindo orientações da área de Gestão de Pessoas, nas quais, além do debate de assuntos relacionados ao tema, é destacada a importância da leitura do Código de Ética pelo empregado e da renovação da assinatura do Termo de Ciência no SISRH.</p> <p>A visão da Gestão da Ética, situada no ambiente “Equipes” do Portal do Empregado, traz orientações específicas sobre o Código de Ética, a composição da Comissão de Ética e suas resoluções, além de matérias como: Ética na Estratégia da CAIXA; Valores da Ética na CAIXA; Gestão da Ética nas</p>					

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES
<p>Empresas Estatais; Cartilhas de Convivência Harmônica no Trabalho, Assédio Moral, Conduta dos Agentes Públicos Federais em Eleições; Códigos de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e de Ética na CAIXA, este também na linguagem brasileira de sinais - LIBRAS.</p> <p>O Portal do Empregado também contém lista de perguntas mais frequentes recebidas e respondidas pela Comissão de Ética, o que possibilita orientar os empregados, bem como, a troca de informações por meio da participação de todos os empregados.</p> <p>Também é disponibilizado no ambiente da Universidade CAIXA, inserida na Trilha Fundamental RSE, a Verificação de Conhecimento Código de Ética CAIXA. Em 2013 10.103 empregados efetuaram a verificação de conhecimento; em 2014, constam nos registros da Universidade CAIXA que 4.235 participantes efetuaram a Verificação de Conhecimento Código de Ética.</p> <p>Com o objetivo de orientar os empregados sobre as consequências das infrações do Código de Ética são disponibilizadas as decisões da Comissão de Ética da CAIXA, apresentadas em forma de ementas, omitindo-se os nomes das partes envolvidas.</p> <p>Desde 2006 foi incluído no edital do Concurso para Técnico Bancário, conteúdo relativo às Noções Básicas de Ética, à Ética Aplicada e ao Padrão Ético da CAIXA.</p> <p>A CAIXA teve sua adesão aprovada no Cadastro Empresa Pró Ética, em 10/05/2012, que tem o objetivo de difundir as políticas e ações reconhecidas desejadas pelas empresas para criação de ambiente íntegro que aumente a confiança nas relações entre o setor público e o setor privado.</p> <p>A divulgação do Código de Ética da Caixa, via intranet, e a abertura de canais para encaminhamento de demandas à Comissão de Ética da Caixa demonstraram a necessidade de se estabelecer meios para o envolvimento de uma atitude reflexiva sobre a questão ética por todos os empregados da Caixa de acordo com as diretrizes estratégicas da Empresa e com as políticas de Gestão de Pessoas.</p> <p>Os valores do referido Código constam do edital de contratação na CAIXA de forma a também orientar a conduta dos prestadores de serviço.</p> <p>O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA foi elaborado por um Grupo de Trabalho, por solicitação da Presidência da CAIXA, e aprovado pelo Conselho de Administração da CAIXA.</p> <p>Foi publicado em 12/06/2013 como um conjunto de regras que orienta e disciplina o comportamento, dentro e fora da Empresa, conforme a Visão, Missão e Valores da CAIXA, estabelecendo regras que favorecem a prevenção de conflitos de interesses e norteiam toda e qualquer conduta e ação, seja no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, reforçando o compromisso com os princípios éticos. O Termo de Ciência do Código de Conduta é assinado eletronicamente pelos empregados e dirigentes e renovado anualmente, por meio eletrônico. Até dezembro de 2014 o percentual de empregados que assinou o referido termo foi de 32,84%. Destacam-se entre os benefícios oferecidos pelo código de conduta:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fornecer critérios ou diretrizes homogêneas para que as pessoas se sintam seguras ao observarem os padrões de conduta; ▪ Evitar a ocorrência de situações que possam suscitar conflito de interesses; ▪ Criar mecanismo de consulta que possibilita o prévio e pronto esclarecimento de dúvidas quanto à conduta específica; ▪ Alinhar o relacionamento com os órgãos controladores internos e externos; ▪ Dar ampla publicidade de que a conduta profissional manifesta-se pela competência técnica e pela consciência de que o trabalho é regido por princípios éticos; ▪ Estabelecer as regras de conduta inerentes ao exercício do cargo; ▪ Aumentar a integração entre os empregados da Empresa; ▪ Favorecer ótimo ambiente de trabalho que desencadeia a boa qualidade da prestação de serviços, alta performance e, por consequência, ampliação dos negócios e mais resultados positivos; ▪ Criar nos colaboradores maior sensibilidade que lhes permita procurar o bem-estar dos clientes e fornecedores e, em consequência, sua satisfação; ▪ Proteger interesses públicos e de profissionais que contribuem para a organização; ▪ Facilitar o desenvolvimento da competitividade saudável entre concorrentes; ▪ Consolidar a lealdade e a fidelidade do cliente; ▪ Atrair clientes, fornecedores, colaboradores e parceiros que se conduzem dentro de elevados padrões éticos; 	

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agregar valor e fortalecer a imagem da Empresa; e ▪ Garantir a sustentabilidade da Empresa. <p>O referido Código encontra-se também disponível no Portal do Empregado, bem como artigos elaborados pelos membros da Comissão de Ética e wikivídeos sobre temas abordados no Código.</p> <p>O Portal do Empregado também contém lista de perguntas mais frequentes recebidas e respondidas pela Comissão de Ética, bem como material normativo sobre “conflito de interesses” e de apoio para realização da reunião anual, o que possibilita orientar os empregados, bem como, a troca de informações por meio da participação de todos os empregados.</p> <p>Também é disponibilizado no ambiente da Universidade CAIXA, inserida na Trilha Fundamental RSE, a Verificação de Conhecimento do Código de Conduta. Em 2013 1.270 empregados efetuaram a verificação de conhecimento do referido Código; em 2014 constam nos registros da Universidade CAIXA que 602 participantes efetuaram a Verificação de Conhecimento Código de Conduta.</p> <p>Em 07/10/14 a CAIXA divulgou a seus empregados a nova sistemática de atendimento de demandas relativas à consulta e pedido de autorização para exercício de atividade profissional paralela, de modo a evitar situações que possam suscitar conflito de interesses, por meio do sistema SeCI. O referido sistema foi disponibilizado pela Controladoria Geral da União - CGU e permite que o servidor ou agente público envie sua demanda para análise pelo órgão de origem e pela CGU, quando for o caso, de acordo com a Lei 12.813/13 e a Portaria 333 emitida por aquela Controladoria.</p> <p>Internamente a CAIXA disponibilizou no Portal do Empregado - aba Equipes - Ética – orientações sobre o Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA no qual encontra-se contemplada a temática Conflito de Interesses. Dentre o material disponível, encontram-se wikivídeos alusivos ao citado Código, no qual se trata da referida temática, bem como efetuou também no referido sítio, campanha interna sobre a utilização do SeCI e importância da consulta pelo empregado.</p> <p>c) A avaliação do item 8 considerou que, apesar da segregação de funções constar da Política de Controle Interno e Compliance (PO002), na Diretriz de Controles Preventivos, não existe trabalho estruturado, com dados disponíveis, que possa comprovar a existência da segregação em todas as atividades onde se faz necessária. Destaque-se, no entanto, que as segregações exigidas em norma externa estão devidamente atendidas pela UJ e constam dos normativos internos.</p> <p>d) A avaliação dos itens 10 e 11 considerou o andamento da construção do desdobramento do Planejamento Estratégico.</p> <p>e) Na avaliação do Item 19 foram consideradas as seguintes políticas: MN PO002 – Política de Controles Internos e <i>Compliance</i>; MN PO003 – Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA; MN PO013 – Política de Continuidade dos Negócios da CAIXA; MN PO027 – Política de Segurança da Informação da CAIXA.</p> <p>f) A avaliação do Item 28 considerou a atividade de Monitoramento do Sistema de Controles Internos, cujos resultados são consolidados semestralmente, bem como os trabalhos de avaliação da Auditoria Interna.</p> <p>Os demais itens foram avaliados a partir da percepção da SN de Controle Institucional, considerando as informações disponibilizadas pelas áreas gestoras no Relatório de Controles Internos e outras informações institucionais e instrumentos de controle utilizados pela CAIXA.</p>	
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p> <p>Fonte: Caixa Econômica Federal/ Superintendência Nacional Controle Institucional – SUCOI (Março/2015).</p>	

5. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

5.1. Demonstrativo da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e aos membros da Diretoria (Lei nº 9.292/1996)

Esse item está apresentado em consonância com a Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, subitem 2.5.1, Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal.

A política de remuneração dos Dirigentes da CAIXA e CAIXAPAR, bem como dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é regida pela seguinte base normativa:

- Decreto nº 7.973/2013, com atualização pelo Decreto nº 8.199/2014;
- Decreto nº 3.735/2001;
- Resolução nº 3.921/2010, Conselho Monetário Nacional;
- Lei nº 9.292/1996;
- Lei nº 6.404/1976.

Seguindo a Resolução nº 3921/2010 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Estatuto da CAIXA (Decreto nº 7973/2013) disciplina que cabe ao Comitê de Remuneração elaborar a política de remuneração dos administradores da CAIXA, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de supervisionar a implantação, operacionalização e a revisão anual da política de remuneração e propor o montante de remuneração global.

O Estatuto da CAIXA também prevê que a remuneração do Presidente, Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretor Jurídico deve ser fixada anualmente pelo Ministro de Estado da Fazenda, mediante aprovação do Conselho de Administração e observadas as prescrições legais.

A Política de Remuneração dos Dirigentes da CAIXA e de sua subsidiária, CAIXAPAR, é composta por Remuneração Fixa e Variável.

Considera-se Remuneração Fixa os honorários fixados anualmente pelos Órgãos Controladores, após aprovação nas instâncias internas. No exercício 2014/2015, o reajuste dos honorários seguiu a orientação dos Controladores para aplicar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

A Remuneração Variável – RVD representa uma parcela da remuneração vinculada ao desempenho dos Dirigentes, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa e o alcance dos resultados empresariais.

As regras do Programa de RVD da CAIXA e da CAIXAPAR seguem as legislações aplicáveis, além das diretrizes estabelecidas pelos Órgãos Controladores e

são aprovadas por estes após apreciação pelo Comitê de Remuneração da CAIXA e aprovação do Conselho de Administração.

Esse Programa de remuneração contempla indicadores multifacetados, vinculados ao Planejamento Estratégico da Empresa, contendo índices estratégicos corporativos, de execução de políticas públicas e de desempenho individual, conforme orientações dos controladores.

O montante de Remuneração Variável apurado para cada Dirigente é pago de forma diferida, visando o compromisso com a sustentabilidade da empresa, em longo prazo, da seguinte maneira:

- 60% no primeiro exercício seguinte ao alcance das metas;
- 20% no segundo exercício seguinte ao alcance das metas
- 10% no terceiro exercício seguinte ao alcance das metas;
- 10% no quarto exercício seguinte ao alcance das metas.

Para o exercício de 2014, a Remuneração Fixa representou cerca de 90% da Remuneração Total dos Dirigentes e a Remuneração Variável representou cerca de 10%.

A Remuneração Variável paga em 2014 foi composta de 60% do valor referente ao Programa de RVD exercício 2013 e 20% do valor referente ao Programa de RVD exercício 2012.

A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal corresponde a 10% da remuneração mensal média dos diretores da empresa, conforme diretrizes da Lei 9.292/1996.

A remuneração só será devida ao membro suplente do Conselho Fiscal no mês em que comparecer às reuniões do conselho a que pertencer, conforme registro em ata, no livro próprio. Não é devido aos membros do conselho a participação nos lucros ou resultados.

Ressalte-se que a provisão e prestação de contas da remuneração fixa, remuneração variável, bem como a remuneração dos conselheiros são submetidas anualmente ao controle e aprovação do Ministério da Fazenda e DEST/MPOG, que analisa, dentre outros itens, a evolução histórica dos indicadores, a relação à estratégia da empresa, o alcance das metas e o reajuste.

5.2. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Todos os empregados da CAIXA são obrigados a apresentar anualmente à CAIXA a declaração de Bens e Valores, em uma das seguintes formas:

- Autorizar o acesso, por meio eletrônico, à sua Declaração de Ajuste Anual do IRPF, com as respectivas retificações apresentadas à SRFB, do Ministério da Fazenda; ou
- Apresentar anualmente, em envelope lacrado, Formulário de Entrega da Declaração de Bens e Valores, declarando todos os bens e valores.

A Declaração em papel é entregue na unidade de lotação do empregado, que autua o processo e o mantém arquivado em local adequado à preservação do sigilo das informações, trancado sob responsabilidade do gestor da unidade.

A obrigatoriedade de entrega da Declaração de Bens e Valores está disposta em normativo interno desta Empresa, MN RH059 – Declaração de Bens e Valores Apresentação à CAIXA, cujos registros quanto ao cumprimento constam no Sistema de Recursos Humanos – SISRH.

Em caso de descumprimento da norma, cabe ao gestor da unidade a responsabilidade pela cobrança ao empregado, sujeitando-se às cominações previstas no Regulamento de Pessoal da CAIXA.

O prazo para entrega da Declaração de Imposto de Renda à Receita Federal é o último dia útil do mês de Abril. Após esse período, a Gerência Nacional de Relações do Trabalho e Provimento - GERET concede um prazo para o empregado atualizar a sua situação, conforme disposto no MN RH059. A partir disso, a GERET executa a rotina que apura as pendências na entrega da referida Declaração e toma as providências cabíveis.

Registra-se que não consta pendência para os Dirigentes da CAIXA.

A tabela 8 informa sobre o cumprimento das obrigações relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas no exercício de 2014.

Tabela 8 - Informações sobre o cumprimento das obrigações relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Ano 2014
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	31.375
	Entregaram a DBR	30.950
	Não cumpriram a obrigação	425

Fonte: Caixa Econômica Federal/Gerência Nacional do Trabalho e Provimento – GERET (Fevereiro/2015).

No campo “Funções Comissionadas”, de acordo com a descrição dos campos, são os ocupantes de cargo de chefia, direção ou assessoria sob qualquer forma (cargo,

emprego, função de confiança, gratificada ou em comissão) podendo ser originários do quadro de pessoal da própria UJ, de outros órgãos da administração pública e até mesmo da iniciativa privada.

5.3. Providências adotadas nos casos identificados de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos

O controle consiste na assinatura, pelo empregado, no ato de admissão, de Declaração de Acumulação de Cargos/Empregos e de Vínculo com Empresas Concorrentes ou que Transacionem com a CAIXA.

Esse assunto encontra-se normatizado internamente pelo MN RH 002 – Admissão. Não há verificação em relação à veracidade das informações prestadas pelo empregado, uma vez que a CAIXA não possui acesso às informações cadastrais dos servidores dos demais Órgãos da Administração Pública.

5.4. Informações sobre a existência de trabalhadores terceirizados que se enquadrem na situações irregulares dispostas nos subitens 9.1.1 e 9.2.2 do Acórdão TCU-Plenário 2303/2012

5.4.1. Providências adotadas para regularização da situação e minimização de impactos nas atividades da unidade jurisdicionada ou que respaldem informações sobre a não identificação de terceirização irregular

A CAIXA, em 06 de dezembro de 2012, protocolou junto ao TCU recurso de Pedido de Reexame em desfavor do Acórdão TCU-Plenário nº 2303/2012, no qual demonstra a legalidade da terceirização de serviços advocatícios, de engenharia e arquitetura no âmbito desta empresa pública.

Em 25 de janeiro de 2013, o TCU emitiu o Ofício nº 0031/2013 – TCU/Secex/Defesa anexo, em que conheceu o recurso interposto e suspendeu os efeitos do item 9.1 do referido acórdão em relação à CAIXA.

Em consulta jurídica realizada em 12 de novembro de 2014, não havia julgamento do recurso, permanecendo suspensos os efeitos da decisão proferida no referido Acórdão.

5.4.2. Quantidade de terceirizados irregulares em 31 de dezembro do exercício de referência do relatório de gestão

A CAIXA entende que no contexto de observância aos subitens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão 2303/2012, a expressão “terceirizados irregulares” se refere à terceirização dos serviços advocatícios, de engenharia e arquitetura na Empresa.

Desse modo, em que pese a CAIXA não considerar irregular o credenciamento e a contratação de empresas e sociedades para a prestação daqueles serviços, conforme o recurso mencionado, seguem as seguintes informações:

- Em 2014, a CAIXA realizou a contratação dos serviços de pessoas jurídicas, e não de profissionais (pessoa física), de sociedades
- terceirizadas de advocacia e de empresas de engenharia e arquitetura, razão pela qual não é possível fornecer a quantidade de profissionais de cada sociedade ou empresa credenciada, já que a gestão do quadro interno é de responsabilidade exclusiva das contratadas.
- Em 31 de dezembro de 2014, estavam credenciados 92 escritórios advocatícios e 3.103 empresas de engenharia e arquitetura para prestarem serviços de fomento, sendo que 52 dessas empresas encontravam-se com seus contratos suspensos. Além disso, 58 empresas de engenharia e arquitetura foram contratadas para atuarem na área de infraestrutura e patrimônio próprio.

A tabela 9 foi elaborada com base no subitem 7.1.4.2, da Portaria TCU nº 90/2014, e tem como objetivo evidenciar o quantitativo de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos e atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade.

Tabela 9 - Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos da CAIXA em que há ocorrência de servidores terceirizados

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2014	2013	2012		
Engenheiro/Arquiteto (área de fomento)	3.103	3.235	3.460	0	132
Engenheiro/Arquiteto (área de infraestrutura e patrimônio próprio)	58	69	62	16	13
Advogado	97	97	248	0	0
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
Engenheiro/Arquiteto (área de infraestrutura e patrimônio próprio)	58	69	62	16	13
Advogado	97	97	248	0	0
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
1	Os números informados acima se referem à quantidade de empresas/sociedades credenciadas e contratadas.				
2	A CAIXA possui em seu quadro os cargos efetivos de Advogado, Engenheiro, Arquiteto embora contrate/credencie empresas especializadas para prestar serviços nessas áreas.				
2.1	A contratação/credenciamento dessas empresas/sociedades configura-se como instrumento de gestão, que objetiva tornar o processo de trabalho mais ágil, eficiente e econômico, e o seu resultado mais efetivo, com alcance em todo território nacional.				
2.2	Importante destacar que a contratação/credenciamento de empresas/sociedades terceirizadas se dá em estrita observância à legislação aplicável, sendo que os serviços em pauta não configuram atividade-fim da CAIXA.				
2.3	Além disso, a relação contratual é estabelecida entre a CAIXA e a empresa/sociedade especializada (pessoa jurídica), de forma que não se crie entre os profissionais terceirizados e a CAIXA nenhum liame juslaboral (que pressuponha pessoalidade ou subordinação, conforme Enunciado 331 do TST, inciso III).				
2.4	Ressaltamos que a atuação do empregado próprio e dos empregados vinculados à contratada/credenciada é diferente.				
2.5	Recomendamos, outrossim, a leitura do Pedido de Reexame em desfavor do v. Acórdão 2303/2012 encaminhado pela CAIXA ao TCU em 05/12/2012 (Protocolo de recebimento registrado pelo TCU em 06/12/2012 nº. 49.465.152-8) em que a empresa expõe detalhadamente os argumentos de defesa da terceirização de serviços na área de Engenharia, Arquitetura e Advocacia.				
3	Ademais, esclarecemos que a CAIXA mantém parceria com empresas de prestação de serviços de engenharia e arquitetura para duas áreas: a) credencia empresas para apoio à área de fomento para confirmação do valor da garantia real de bem imóvel na concessão de crédito e na verificação da conclusão de etapas de obras financiadas pela CAIXA) e b) contrata empresas para apoio à área de logística e infra-estrutura (para viabilizar manutenção e funcionamento de unidades da CAIXA).				
4	Esclarecemos, também, que a contratação de serviços jurídicos pela CAIXA está amparada pelo Parecer nº AGU/MF-01/95 (26 JUN 95) de lavra da Consultoria da União/AGU, aprovado pelo Parecer GQ-77/95 (30 JUN 95) e pela Presidência da República publicado no DOU de 11 JUL 95 que vincula a Administração Federal nos termos do art. 40, § 1º da Lei Complementar n. 73/93, que concluiu em síntese: "A contratação de serviços particulares de advocacia por órgãos e entidades da Administração - ainda que contem eles com quadro próprio de advogados - não está vedada e deve observar os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, as disposições da Lei 8.666 de 21.6.93, e as orientações do TCU (DOU de 11.7.95). (...). Em suma, importa afirmar que essa Corte de Contas entendeu constitucional a desejada contratação desses profissionais e empresas de advocacia. No mesmo sentido, cabe conferir douta decisão do TCU publicada no DOU de 21.6.95"				
4.1	A atual contratação de sociedades advocatícias foi realizada por meio de procedimentos previstos nos arts. 3º e 114 da Lei 8666/93.				
4.2	Além disto, corrobora o entendimento o Acórdão nº 1173/2011-Plenário do TCU que reconheceu a improcedência de denúncia formulada contra a CAIXA, em face da terceirização de serviços advocatícios inerentes à categoria funcional abrangida pelo plano de cargos da entidade, com suposto prejuízo aos candidatos aprovados em concurso público para formação de cadastro reserva visando à futura ocupação do cargo de advogado da entidade.				

Fonte: Caixa Econômica Federal/Gerência Nacional Administração do Quadro de Pessoas – GEPES (Fevereiro/2015).

5.4.3. Quantidade prevista de terceirizados que serão substituídos nos exercícios de 2015 e 2016

Não há previsão de substituição de terceirizados, vez que a terceirização na CAIXA refere-se apenas a serviços especializados e não de profissionais. Ademais, a Empresa aguarda julgamento do Pedido de Reexame interposto, conforme explicitado no item 5.4.1.

5.5. Informações sobre as medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário

A gestão do processo de Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil na CAIXA está a cargo da Auditoria Interna, por meio de sua unidade de Auditoria Nacional de Integração e Responsabilidade – AUDRE, a quem compete a normatização e a gestão do sistema de controle.

O Processo Disciplinar e Civil - PDC está disciplinado no Manual Normativo AE 079 – Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil.

Esse normativo interno tem como objetivo regulamentar os procedimentos de análise e investigação de fato irregular, ou assim configurado, do qual resulte ou não prejuízo à CAIXA e que seja conhecido por qualquer meio lícito, inclusive denúncia ou representação, contra empregado ou unidade da Empresa, originária do público interno ou externo, a fim de proporcionar à administração elementos para decidir quanto à atribuição e à imputação de responsabilidade disciplinar e civil, bem como para aplicar as consequências decorrentes.

O Processo Disciplinar e Civil destina-se a apurar irregularidades envolvendo empregado, ex-empregado ou empregado aposentado, que possam resultar aplicação de penalidade disciplinar e/ou imputação de responsabilidade civil, e compreende as seguintes fases:

- Instauração;
- Instrução;
- Análise Jurídica da Instrução;
- Defesa Escrita;
- Decisão de Primeira Instância;
- Recurso;
- Decisão de Segunda Instância.

A competência disciplinar na CAIXA, nos termos do Manual Normativo RH 138 – Conselhos e Delegação de Competências Disciplinares, cabe ao seu Presidente que a delega ao Superintendente da SURBE – Superintendência Nacional de Relacionamento e Benefícios, por meio de Portaria.

Todavia, à exceção dos casos em que a decisão é tomada pela autoridade instauradora, esta cabe, em 1.^a e 2.^a instâncias, aos Conselhos Disciplinares da CAIXA, que são órgãos autônomos, com caráter deliberativo e competência disciplinar delegada pela Superintendência Nacional de Relacionamento e Benefícios - SURBE, atuando de acordo com os princípios de gestão participativa, para analisar e julgar, conforme o caso, sobre os processos de apuração de responsabilidade.

Há quatro tipos de Conselhos, conforme a instância de julgamento do Processo Disciplinar e Civil:

- CDR – Conselho Disciplinar Regional;
- CDM – Conselho Disciplinar da Matriz;
- CDS – Conselho Disciplinar Superior;
- CRS – Conselho Recursal Superior.

O modelo adotado foi desenvolvido de modo a assegurar que o processo seja justo e estabeleça adequada segregação de papéis e pluralidade de instâncias, de sorte a envolver, direta ou indiretamente, todos os dirigentes, gestores da Empresa e empregados da CAIXA.

Em todas as fases do processo é assegurado ao arrolado o direito à ampla defesa e ao contraditório, e a inobservância a esses princípios pode acarretar a anulação do Processo Disciplinar e Civil.

5.5.1. Quantidade de casos que foram objeto de medidas administrativas internas

Em 2014, foram instaurados 989 Processos Disciplinares e Cíveis, sendo 367 pela Auditoria Interna e 622 por Dirigentes e outros Gestores da CAIXA.

5.5.2. Quantidade de tomadas de contas especiais cuja instauração foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU nº 71/2012

Foram dispensados da abertura de Tomada de Contas Especial - TCE 69 processos, em razão do disposto no art. 6º da IN TCU 071/2012.

5.5.3. Quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União

- Em 2014, foram instauradas 05 Tomadas de Contas Especiais - TCE e remetidas ao TCU no mesmo ano. (3.00.20.00001/2014 - 3.00.20.00002/2014 - 3.00.20.00003/2014 - 3.00.21.00001/2014 - 3.00.29.00001/2014).
- Em 2014, foram instauradas 02 Tomadas de Contas Especiais – TCE, porém, não remetidas ao TCU até o final do mesmo ano (3.00.02.00001/2014 - 3.00.32.00001/2014).

5.6. Informações quanto à aderência da CAIXA aos critérios relacionados à separação de resíduos recicláveis descartados, em observância ao Decreto nº 5.940/2006

A CAIXA possui o normativo interno MN AD 186 – Coleta Seletiva Solidária CAIXA, de 13/01/2014, destinado exclusivamente ao atendimento da Coleta Seletiva Solidária, cujo objetivo é “Separar e destinar, às Associações e Cooperativas de Catadores, resíduos recicláveis gerados nos processos internos de trabalho, proporcionando à CAIXA contribuir com ações para a melhoria do meio ambiente e a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, por meio da geração de trabalho e renda, em conformidade com o Decreto Lei nº 5.940/2006 e o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, descrito na Lei nº 12.305/2010”.

Além disso, no Relatório de Sustentabilidade CAIXA 2013, disponível no site da Empresa, constam os resultados com o programa de Coleta Seletiva Solidária, a saber: “Ao promover a conscientização de seus empregados sobre a importância e a utilidade de separar o lixo reciclável, a CAIXA também contribui com 118 cooperativas e associações de catadores de material reciclável. Em 2013, a Instituição destinou a elas 1,3 tonelada de papelão, metal, plástico e vidro. A coleta seletiva solidária passou por remodelagem de seu processo a fim de ampliar e facilitar o acesso de cooperativas e informar os colaboradores sobre a correta separação do lixo.”

5.7. Informações quanto a desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012

5.7.1 Medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela referida desoneração, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação

- Criação de Grupo de Trabalho, intitulado Plano Brasil Maior, por meio de Portaria da Vice Presidência Operações Logísticas (Portaria VILOG n.º 1137/2012, de 13/11/2012, prorrogada pela Portaria VILOG n.º 266/2013), com o objetivo de revisar os contratos de Tecnologia da Informação - TI, Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e Call Center. O grupo de trabalho iniciou os trabalhos em 26/11/2012.
- Realização de benchmarking junto ao Banco do Brasil, BRB, BACEN e Petrobrás.
- Apresentação dos estudos realizados pela CAIXA, em Audiência Pública, realizada em 16/04/2013, com a participação de 88 representantes de empresas do setor de TI, TIC e Call Center.
- Apresentação da metodologia e procedimentos utilizados pela CAIXA à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas do TCU - SELOG.
- Consulta Jurídica:

Direito assegurado, inclusive, constitucionalmente (Art. 37, inc. XXI, da CF/88), para impor a redução às empresas.

“o ajuste bilateral é a opção que melhor atende à Administração, [...] mas não se pode prescindir da alteração em apreço, já que a medida é destinada a preservação do patrimônio e interesse público.”
- Consulta Tributária:

Receita Federal do Brasil “ (...) as empresas de TI e TIC que se dediquem também a outras atividades deverão segregar meticulosamente as receitas provenientes dos serviços de TI e TIC daquelas decorrentes de outros serviços, mantendo registro discriminado de sua origem, a fim de que seja possível a correta utilização da desoneração fiscal de que aqui se trata.” (Soluções de Consulta DISIT 07 nº 369 e 370 de 01/10/2012)

“Vigência: De 1º de agosto de 2012 até 31 de dezembro de 2014 – Alíquota de 2 %”.

5.7.2 Iniciativas e resultados para a obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração

Iniciativas:

- Análise formal da planilha de composição de custos, adequando os itens “INSS”;
- Solicitação da composição de custos com base na obrigação contratual de prestação de esclarecimentos solicitados pela CAIXA, com prazo de 5 dias úteis;

- Diante do silêncio ou recusa da contratada: comparação do objeto contratual com os seus similares, seguido de cálculo do percentual de redução aplicável à avença;
- Consulta Especializada TI: Relacionamento entre os contratos, considerando o objeto de cada um;
- Audiência Pública em 16/04/2013 com participação de 88 representantes de empresas contratadas;
- Alteração unilateral dos valores diante da ausência de manifestação por parte da empresa:

[...] Art.58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituídos por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; [...]

§ 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual. (Lei nº 8.666/1993).

Os resultados obtidos, após 5 meses de trabalho, foram os seguintes:

➤ Contratos de Tecnologia:

- Revisão/análise de 150 contratos de TI, TIC e CallCenter;
- Assinatura de 40 termos aditivos para alteração do valor contratado;
- Apostilamento unilateral de 77 contratos com alteração do valor contratado;
- Economia estimada com a redução dos valores: R\$ 110.766.908,50.

➤ Contratos de Construção Civil:

Em relação à desoneração dos contratos de construção civil, conforme determinado pelas Leis 11.744/2008, 12.546/2011 e 12.844/2013, abrangendo as empresas enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 do CNAE 2.0 (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), a revisão dos contratos foi realizada pelas Filiais de Logística, por meio de suas Coordenações de Gestão Formal, tendo o seguinte resultado:

- Revisão de 79 contratos de construção civil.
- Economia obtida de R\$ 4.243.297,51.

- 5.7.3 Contratos (vigentes e encerrados) afetados pela desoneração, contendo, no mínimo, nome da unidade contratante, número identificador do contrato, nome da empresa contratada, CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência do contrato, economia obtida (redução do valor contratual) com a revisão de cada contrato

Os demonstrativos contendo os contratos de Construção Civil e Tecnologia afetados pela desoneração propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012 estão apresentados nas tabelas 10 e 11 do Anexo II.

- 5.8. Medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, especificando os esforços da unidade jurisdicionada para sanar o débito no âmbito interno

Em caso de constatação de dano à CAIXA, é providenciada a abertura de Apuração de Responsabilidade na forma do manual normativo AE 079 – Apuração de Responsabilidade disciplinar e civil, de 25/03/2015, e uma vez identificados os responsáveis, o processo é encaminhado à unidade de origem das ocorrências para adoção das medidas de cobrança no âmbito administrativo e judicial, inclusive Desconto Compulsório em folha de pagamento, se for o caso, assim como a abertura de Tomada de Contas Especial, se couber, conforme critérios estabelecidos no manual normativo RH 062 – Recuperação de danos ou prejuízos causados à CAIXA, de 18/03/2014.

- 5.8.1 Demonstração da estrutura tecnológica e de pessoal para a gestão da fase interna das TCE

A estrutura tecnológica existente, no que diz respeito a hardware, são computadores, existindo um por empregado envolvido nas atividades de TCE. No que diz respeito a software, informamos que os processos de TCE são registrados no Sistema de Apurações Sumárias e Sindicâncias - SPAC, onde é realizado o controle e acompanhamento das TCE instauradas.

A atualização dos débitos para fins de cobrança e abertura de TCE é realizada pelo Sistema de Atualização de Débito do TCU, disponível no site do TCU. O controle e a atualização dos débitos inscritos na subconta Diversos Responsáveis, objeto de TCE, inclusive para fins de contabilização da provisão mensal pelas unidades contábeis, são realizados por meio de planilhas de Excel.

Atualmente a estrutura de pessoal envolvida na rotina de TCE, incluindo o atendimento às diligências dos órgãos externos e internos, é composta de 4 empregados. Atualmente existem 18 processos em estoque aguardando análise para instauração de TCE.

- 5.8.2 Quantidade de fatos que foram objeto de medidas administrativas internas no exercício de referência

Esse questionamento já foi respondido no item 5.5.1.

- 5.8.3 Quantidade de fatos em apuração que, pela avaliação da unidade, tenham elevado potencial de se converterem em tomada de contas especial a ser remetida ao órgão de controle interno e ao TCU

Em 2014, foram instaurados aproximadamente 104 processos administrativos cujo valor do prejuízo, por processo, ultrapassa R\$ 75.000,00, os quais têm elevado potencial de se transformarem em TCE caso não ocorra a recuperação do prejuízo, à exceção daqueles de origem comercial com ausência de dolo ou má-fé.

- 5.8.4 Quantidade de fatos cuja instauração de tomada de contas especial foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU 71/2012

Esse questionamento já foi respondido no item 5.5.2.

- 5.8.5 Quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União

Esse questionamento já foi respondido no item 5.5.3.

- 5.9. Medidas adotadas pelos órgãos ou entidades com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis

A questão da acessibilidade nas instituições que fazem parte do Sistema Financeiro Nacional foi objeto de Termo de Ajuste de Conduta – TAC firmado entre a FEBRABAN e o Ministério Público Federal.

Para a definição dos itens a serem atendidos pelas instituições bancárias, as seguintes normas e legislações complementares foram levadas em conta pelo Ministério Público Federal na elaboração do TAC Acessibilidade:

- Lei nº 10.048 de 08/11/2000 - Atendimento prioritário;
- Lei nº 10.098 de 19/12/2000 - Normas gerais e critérios básicos para a promoção da Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Resolução CMN nº 2.878 de 26/07/2001 (atualizada pela Resolução CMN nº 2.892, de 27/09/2001) - Procedimentos a serem observados pelas

financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na contratação de operações e na prestação de serviços aos clientes e ao público em geral;

- Lei nº 10.741 de 01/10/2003 - Estatuto do Idoso;
- NBR 9.050.2004 de 31/05/2004 - Acessibilidade a edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos;
- Decreto nº 5.296 de 02/12/2004 - Regulamentação da Lei nº 10.048/00 e Lei nº 10.098/00;
- NBR 15.250.2005 de 30/03/2005 - Acessibilidade em Caixa de Autoatendimento Bancário;
- Lei nº 11.126 de 27/06/2005 - Direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia;
- Decreto nº 5.904 de 21/09/2006 – Regulamentação da Lei nº 11.126/05;
- Circular BACEN nº 3.369 de 19/10/2007 - Dispõe acerca da comprovação do cumprimento dos requisitos de Acessibilidade previstos no Decreto nº 5.296, de 2004;

Além da legislação supracitada, destaca-se o Decreto nº 6.949/2009 que trata da promulgação, no território brasileiro, da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

O TAC Acessibilidade firmado com o Ministério Público Federal especifica a necessidade de atendimento pelas instituições financeiras aos seguintes itens do compêndio legislativo acerca do tema acessibilidade:

- Disponibilização de rampas de acesso ou equipamentos eletromecânicos de deslocamento vertical (item não aplicável aos Pontos de Atendimento - PA);
- Adaptação de guichês, nos termos das normas técnicas;
- Instalação de assentos de uso preferencial, devidamente sinalizados, e no caso de PA apenas quando houver espaço;
- Destinação e sinalização de vagas reservadas nos estacionamentos, quando essa comodidade estiver disponível para os clientes em geral, provendo condições de acessibilidade ao interior da dependência, nos termos das normas técnicas, após aprovação e autorização dos órgãos competentes, excluindo-se os PA cujas instalações externas não sejam da gestão do banco;
- Instalação de sanitários adaptados para usuário de cadeira de rodas (item não aplicável para PA).

A CAIXA promoveu a execução de obras e serviços de engenharia em todo o seu parque de agências e postos de atendimento espalhados pelo Brasil, de forma a adequar a infraestrutura de suas unidades para atender aos dispositivos legais e ao TAC firmado junto ao Ministério Público Federal.

Atualmente, todas as agências e postos de atendimento da Empresa cumprem todos os requisitos exigidos pelo Ministério Público Federal por intermédio do TAC Acessibilidade firmado com a FEBRABAN.

Desde 2006, existe a determinação para que todas as obras, reformas e mudanças de endereço de agências e postos de atendimento cumpram integralmente as disposições de todo o arcabouço normativo que se refere à acessibilidade, não se limitando ao TAC firmado com o Ministério Público Federal.

Desde então, todas as novas unidades da CAIXA que são inauguradas atendem na íntegra o Decreto nº 5.296/2004 e a NBR 9050, assim como as demais normas que regulamentam, no país, a questão da promoção da acessibilidade aos portadores de necessidades especiais e pessoas com mobilidade reduzida.

Diante do exposto, considerando que a CAIXA vem observando a íntegra do Decreto nº 5.296/2004 em todas as novas unidades inauguradas a partir de 2006, bem como o fato de que foram executadas intervenções de infraestrutura que proporcionaram o cumprimento integral do TAC Acessibilidade em todo o país, a Empresa realizou todas as adaptações razoáveis na infraestrutura de suas unidades para a promoção da acessibilidade aos portadores de necessidades especiais e pessoas com mobilidade reduzida.

O conceito de adaptação razoável consta do artigo 2º da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, e ratificados no Brasil por intermédio do Decreto nº 6.949/2009.

Segundo a norma, as adaptações razoáveis são as “modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais”.

Deste modo, a adaptação razoável pode ser entendida como a situação em que a Instituição executou todas as adequações que estavam ao seu alcance, mas que não consegue implementar a totalidade da norma por questões alheias à sua vontade, como, por exemplo, limitações físicas do imóvel.

Além das intervenções em suas unidades, a CAIXA realizou outras ações com o objetivo de atender ao Decreto 5.296/2004, no âmbito da infraestrutura:

- Elaboração Manual Padrão de Acessibilidade e Manual de Mobiliário Adaptado, destinados à adaptação das Agências, PA e Áreas Administrativas aos critérios de Acessibilidade exigidos pela Legislação Federal;
- Elaboração do Manual de Sinalização Tátil destinada à adaptação da sinalização às pessoas com deficiência visual;
- Treinamento dos Engenheiros e Arquitetos da CAIXA e Terceirizados mediante Workshops;
- Publicação do Manual Normativo AD 138 Infraestrutura - Padrões de Acessibilidade aos Portadores de Deficiência;
- Implementação de ferramenta na intranet da Empresa que possibilita o controle efetivo de todos os itens referentes à infraestrutura existentes no Decreto 5.296/2004, possibilitando um mapeamento completo da situação de cada unidade da CAIXA em relação ao cumprimento da legislação.

6. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/1976

As demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, discriminados a seguir, estão disponíveis no Anexo IV:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício – DRE;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Demonstração do Valor Adicionado – DVA;
- Notas Explicativas;
- Relatório da Administração - RA

Esses documentos também estão disponíveis no sítio eletrônico da Caixa – www.caixa.gov.br.

6.2. Relatório Resumido do Comitê de Auditoria

Conforme Anexo IV.

6.3. Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Conforme Anexo IV.

6.4. Informações sobre a prestação de outros serviços por parte do auditor independente que não sejam de auditoria externa (Instrução CVM nº 381/2003)

Foi realizada pesquisa no Sistema de Contratação, Licitação e Gestão Formal de Contratos – SICLG, e não foram localizados contratos de outros serviços por parte do auditor independente que não sejam de auditoria externa, no período de 01/01/2014 a 31/12/2014.

7. INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA CAIXA BANCO DE INVESTIMENTOS (CAIXA BI)

Tendo em vista que o processo de criação da Caixa Banco de Investimentos - CAIXA BI não apresentou evolução desde maio de 2013, evocamos o disposto no parágrafo 4º do artigo 7º da Decisão Normativa 134/2013, abaixo transcrito:

[...] §4º A unidade jurisdicionada que, estando relacionada no Anexo I, não tenha efetivamente iniciado sua operação no exercício a que se refere o relatório de gestão deverá comunicar o fato à secretaria de controle externo ou de fiscalização a que se vincula, a qual poderá, a depender do estágio das operações da unidade e dos atos praticados pelos responsáveis, dispensar a apresentação do relatório de gestão, caso em que orientará os gestores sobre os procedimentos a serem adotados. (AC) (Decisão Normativa nº 139, de 24/9/2014).

A Caixa Econômica Federal registrou a situação atual da CAIXA BI junto ao TCU por meio do Ofício CAIXA/DECON nº 005, de 31 de março de 2015, ocasião em que solicitou a dispensa da apresentação do relatório de gestão individualizado, com base no dispositivo mencionado.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A GESTÃO

Este item foi respondido com base nas orientações contidas no capítulo 7, do Anexo único da Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, que trata sobre Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.

8.1 Gestão de pessoas - Estrutura de pessoal da unidade

Tabela 12 - Força de Trabalho da CAIXA

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada*	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	101.236	100.677	3.856	1.373
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	106.889	100.677	3.856	1.373
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	106.889	100.677	3.856	1.373
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	6	1	1
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública **	Não há	5	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	101.236	100.688	3.858	1.375

Fonte: Caixa Econômica Federal/Sistema de Recursos Humanos - SISRH (Posição “congelada em” 31/12/2014)

Observações:

* Lotação Autorizada: consideramos a LAP lançada – ou seja, dimensionada no sistema SISRH: 101.236 (conforme estratégia da CAIXA).

Em relação à Lotação Autorizada pelos dispositivos legais, seguem os documentos que as fundamentam:

- Portaria nº 14 de 16/07/2013 limita o quadro de empregados CAIXA em 102.049.
- Ofício nº 10.486/2014 MP/DEST complementa a portaria supracitada e, limita o quadro em 106.889 até o ano de 2015.

Consideramos os dirigentes sem vínculo empregatício com a CAIXA, **não estão computados os Conselheiros (Administrativo e Fiscal).

Tabela 13 - Distribuição da Lotação Efetiva da CAIXA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim*
1. Servidores de Carreira (1.1)	35.011	65.666
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	35.011	65.666
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	35.011	65.666
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	Não há
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	Não há
2. Servidores com Contratos Temporários	6	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública **	5	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	35.022	65.666

Fonte: Caixa Econômica Federal/Sistema de Recursos Humanos - SISRH (Posição “congelada em” 31/12/2014)

*Considerado Área Fim - empregados lotados em Unidades Negociais (AG; Postos Avançados e Superintendências Regionais de Negócio)

**Consideramos os dirigentes sem vínculo empregatício com a CAIXA. Não foram computados os membros dos Conselhos (Administrativo e Fiscal)

Tabela 14 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CAIXA

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada*	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	43	43	2	2
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	43	43	2	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	32	32	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4. Sem Vínculo	11	11	2	2
1.2.5. Aposentados	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Funções Gratificadas	65.444	63.181	0	336
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	65.444	63.181	0	336
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	65.487	63.224	2	338

Fonte: Caixa Econômica Federal/Sistema de Recursos Humanos - SISRH (Posição “congelada” em 31/12/2014)

*Lotação Autorizada – considera-se a LAP lançada no sistema SISRH, conforme estratégia da CAIXA.

Tabela 15 - Quantidade de servidores da CAIXA por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	11	14.171	16.605	6.153	487	43
1.1. Servidores de Carreira*	0	0	0	7	14.171	16.605	6.153	485	43
1.2. Servidores com Contratos Temporários**	0	0	0	4	0	0	0	2	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	1	10.974	31.212	20.191	782	58
2.1. Grupo Direção e Assessoramento Superior***	0	0	0	0	4	6	23	4	0
2.2. Funções Gratificadas****	0	0	0	1	10.970	31.206	20.168	778	58
3. Totais (1+2)	0	0	0	12	25.145	47.817	26.344	1.269	101

Fonte: Caixa Econômica Federal/Sistema de Recursos Humanos - SISRH (Posição “congelada” em 31/12/2014)

* *Servidores de Carreira: empregados com vínculo que não exercem função gratificada ou cargo de dirigente.*

** *Servidores com Contratos Temporários: empregados sem vínculo contratados por prazo – Assessoramento Estratégico.*

*** *Grupo de Direção e Assessoramento Superior: empregados com ou sem vínculo que exercem cargo de dirigente.*

**** *Funções Gratificadas: empregados com vínculo que exercem função gratificada efetiva ou por prazo em 31.12.2014.*

LEGENDA: Nível de Escolaridade
 1 – Analfabeto 2 - Alfabetizado sem cursos regulares 3 - Primeiro grau incompleto 4 - Primeiro grau 5 - Segundo grau ou técnico 6 – Superior 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação 8 – Mestrado 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD

Tabela 16 - Capacitação e Treinamento

Tipologias do Cargo	Quantidade de Indivíduos Treinados	Quantidade de Horas
1. Provimento de Cargo Efetivo	37.464	2.620.040
1.2. Servidores de Carreira	37.464	2.620.040
2. Provimento de Cargo em Comissão	63.213	2.758.805
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	32	138
2.3. Funções Gratificadas	63.181	2.758.667
3. Totais (1+2)	100.677	5.378.846

Fonte: Caixa Econômica Federal/Sistema de Recursos Humanos - SISRH (Posição 31/12/2014)

Tabela 17 - Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
	2013	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	4.593.640.164,53	Não há	5.232.675.919,90	243.861.015,24	574.724.234,85	267.383.821,30	453.686.701,67		75.128.145,97	11.441.100.003,46
	2013	4.018.639.158,37	Não há	4.633.550.763,61	185.998.609,58	558.915.337,49	225.315.895,96	502.869.754,61		59.373.375,79	10.184.662.895,41
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
	2013	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	3.344.767,48	Não há	861.838,45	0,00	226.871,54	3.236,22	20.297,30		0,00	4.457.010,99
	2013	3.106.723,40	Não há	470.041,81	0,00	122.141,93	5.103,72	17.093,46		0,00	3.721.104,32
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	2.483.911,43	Não há	6.245.615,57	1.183.780,76	758.925,93	25.051,58	- 37,85		2.288,00	10.699.535,42
	2013	1.864.716,76	Não há	4.395.225,09	678.197,95	535.049,70	14.805,07	7.352,35		40.050,85	7.353.397,77
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	1.708.521,83	Não há	326.239,05	28.035,00	88.388,94	0,00	928,72		0,00	2.152.113,54
	2013	1.835.840,20	Não há	283.599,93	13.818,33	137.667,23	1.908,70	298,20		0,00	2.273.132,59

Fonte: Caixa Econômica Federal/Sistema de Recursos Humanos - SISRH

8.2 Gestão de pessoas - Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos

8.2.1 Indicador: Mapeamento de Competências

Objetivo: visa ao registro evolutivo da identificação das competências específicas dos empregados, necessárias à execução da estratégia.

Descrição do indicador: demonstra a evolução do processo de identificação das competências específicas na CAIXA, por Vice-Presidência - VP, considerando a quantidade de Superintendências Nacionais - SN existentes nas VP's que forem priorizadas em 2014.

Periodicidade: Mensal

Métrica Utilizada: Cada VP representa 25% da meta total. Assim, o cálculo relaciona-se à quantidade de SN identificadas na respectiva VP, proporcionalmente à meta geral:

Meta da VP (25%) / Quantidade de SN da VP * Quantidade de SN identificadas

Unidade de medida: Percentual

O resultado do Índice Mapeamento de Competências, em até 4 Vice-Presidências, com Competências Específicas identificadas, pode ser verificado na tabela 21.

Tabela 18 - Índice Mapeamento de Competências

Data	Objetivo (SN)	Realizado
Ago/14	1	1
Set/14	4	4
Out/14	9	11
Nov/14	12	12
Dez/14	14	14

Fonte: Caixa Econômica Federal

8.2.2 Indicador: Índice de Superintendências Regionais com Banco Sucessores Constituído - IBSSR

Objetivo: acompanhar a implantação pelas Superintendências Regionais dos Bancos de Sucessores para as FG de Gerente Geral, Gerente de Atendimento PJ, Gerente de Atendimento PF e Gerente de Atendimento GOV/Social.

Descrição do indicador: Os Bancos de Sucessores em cada SR podem ser considerados constituídos após a realização de todas as etapas: Manifestação de

Interesse, Apuração da TPE – Trajetória Profissional e Educacional e Avaliação de Potencial.

Periodicidade: Mensal

Métrica Utilizada: Quantidade de SR com banco constituído/Quantidade de SR existentes

Unidade de medida: Percentual

Tabela 19 - Índice de SR com Banco Sucessores Constituído

Data	Objetivo (%)	Realizado
Jul/14	94%	94,18
Ago/14	100%	100%
Set/14	100%	100%
Out/14	100%	100%
Nov/14	100%	100%
Dez/14	100%	100%

Fonte: Caixa Econômica Federal

8.2.3 Indicador: Índice de Vice Presidências com Banco de Sucessores – Gerente Executivo constituído (IBSVP)

Objetivo: Acompanhar a implantação nas VP de Banco de Sucessores para as FG de Gerente Executivo.

Descrição do indicador: O Banco de Sucessores em cada VP pode ser considerado constituído após a realização das seguintes etapas: Manifestação de Interesse, Apuração da Trajetória Profissional e Educacional - TPE e Avaliação de Potencial.

Periodicidade de mensuração: Mensal

Métrica Utilizada: Quantidade de VP com banco constituído/Quantidade de VP existentes

Unidade de medida: Percentual

Tabela 20 - Índice de Vice-Presidência com Banco de Sucessores – GE constituído IBSVP

Data	Objetivo (%)	Realizado
Jul/14	50%	50%
Ago/14	58%	66,67%
Set/14	83%	83%
Out/14	91%	91%
Nov/14	95%	105%
Dez/14	95%	105%

Fonte: Caixa Econômica Federal

8.2.4 Indicador: Regularidade da Jornada de Trabalho - SIPON

Objetivo: Fortalecer a cultura de respeito aos empregados e excelência nas práticas de Gestão de Pessoas, por meio da conformidade no cumprimento da Jornada de Trabalho e, conseqüentemente, dos registros no Sistema de Ponto Eletrônico - SIPON, conforme preconizam os princípios da ética da CAIXA e a Legislação Trabalhista.

Metodologia: O indicador é composto por dois índices, um relacionado à quantidade de regularizações posteriores por empregado (AREG) e outro relacionado à quantidade de ocorrências irregulares no âmbito dos empregados da Unidade, compreendendo Intervalo menor do que uma hora, Ausência de Intervalo, Hora extra maior que duas horas e Ponto em Aberto. Durante o ano de 2014, a quantidade máxima de AREG era de 4 por empregado nas Unidades de Filial e Matriz e 5 por empregado na Rede. Já a quantidade máxima de ocorrências irregulares é calculada pelo percentual de flexibilidade, que no decorrer de 2014, foi de 5%.

Periodicidade de mensuração: Mensal.

Resultado 2014: Em 2014, o resultado mensal para esse indicador (Total CAIXA) obteve patamares acima de 99,50% (sendo a melhor nota 100%)

8.2.5 Indicador: Índice de Redução de Hora Extra - IHE

Objetivo: Atingir um percentual mínimo de compensação mensal das horas extras homologadas para compensação durante o mês anterior.

Metodologia: Apuração do percentual das horas compensadas. Os objetivos foram crescentes ao longo de 2014, finalizando em 100% para Unidades de Matriz e Filiais, e 60% para Rede de Agências e Postos de Atendimento.

Periodicidade de mensuração: Mensal.

Resultado 2014: Em 2014 o resultado médio anual foi de 76% de compensação nas Unidades da Matriz, 70% nas Unidades de Filial e 59% na Rede de Agências e Postos de Atendimento.

8.2.6 Indicador: Gestão de Horas Extras - IGHE

Objetivo: Promover e avaliar a gestão das despesas com horas extras,

Metodologia: Apuração das despesas realizadas com horas extras ao limite pré-estabelecido para as Superintendências Regionais, Diretorias Executivas e Vice-Presidências.

IGHE = 1 - [(Realizado - Limite) / Limite] %

Periodicidade de mensuração: Mensal (vigência a partir de agosto de 2014)

Resultado 2014: No período mensurado, a despesas totais com horas extras ficaram abaixo do limite pré-estabelecido, com desempenho para o indicador em 100,1%.

8.2.7 Indicador: Absenteísmo por Doença Ocupacional

Objetivo: Apresentar o número de empregados afastados do trabalho por doenças ocupacionais em relação à meta estabelecida. Desta forma, a CAIXA acompanha os afastamentos de empregados em suas unidades, causados por Doença Ocupacional, ou seja, aquela adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.

Métrica Utilizada: É calculado por meio da fórmula descrita abaixo.

$$TA = \frac{\sum_{i=1}^{TE} DP}{\sum_{i=1}^{TE} TD} \times 100$$

TA = Taxa de absenteísmo

DP = Total de Dias Perdidos no período considerado

TD = Total de dias de contrato de trabalho vigente, por empregado, no período considerado

TE = Total de empregados

Unidade de Medida: Percentual (%)

Periodicidade: Mensal

Resultado esperado 2014: 0,30 %

Resultado alcançado em 2014: 0,22%

8.2.8 Indicador: Saúde Ocupacional PCMSO Caixa

Objetivo: Promover e preservar a saúde dos empregados da CAIXA. Possibilita à CAIXA avaliar o percentual de exames médicos periódicos, de caráter obrigatório, realizados por todos os empregados da empresa.

Métrica Utilizada: Quantidade de empregados com ASO - Atestado de Saúde Ocupacional válidos na área de abrangência da filial/Quantidade total de empregados

$$\%PCMSO = \left(\frac{\text{Qtde. de ASO válidos}}{\text{*Total de Empregados Elegíveis}} \right) \times 100$$

Unidade de Medida: Percentual (%)

Periodicidade: mensal

Resultado esperado 2014: 95%

Resultado alcançado em 2014: 98,68%

8.2.9 Indicador: Taxa de adesão à FUNCEF

Objetivo: Medir o percentual de empregados recém contratados que aderiram à FUNCEF no mês da admissão.

Métrica Utilizada: Do total de empregados admitidos no mês, levanta-se o percentual dos que aderiram à FUNCEF.

Periodicidade: Mensal.

A meta para os meses de 2014 foi de 97,50%,

Resultado 2014: A média dos percentuais do período foi de 99,38%.

8.2.10 Indicador: Credenciados Plano de Saúde CAIXA – Rede Disponível

Objetivo: Possuir a relação (razão) dos credenciados do Saúde CAIXA por beneficiários no mínimo 04 (quatro) vezes maior que a média nacional (objetivo é igual a um credenciado para nove usuários), entre os planos de saúde na modalidade de autogestão, conforme dados divulgados pela ANS.

Métrica Utilizada: Trata-se de indicador que mede a razão entre número de credenciados do Plano de Saúde e número total de beneficiários (titulares ativos e aposentados/pensionistas e respectivos dependentes) em comparação com o mesmo indicador nacional dos planos de saúde na modalidade de

Autogestão, que é aferido com base nas informações disponibilizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Periodicidade: A Periodicidade de aferição é anual, pelo índice do Saúde CAIXA aferido no último dia de cada ano confrontado com o último indicador disponibilizado pela ANS.

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado no período - 2014: 100%

8.2.11 Indicador: Credenciados Rede Primária

Objetivo: Apuração dos resultados deste indicador obedece às seguintes premissas:

- Considerar as regiões de Saúde definidas pela ANS que possuam, no mínimo, 100 beneficiários Saúde CAIXA;
- Atribuir peso 10 para a especialidade Patologia Clínica; peso 15 para Clínica Médica/Medicina Interna, Pediatria, Ginecologia/obstetrícia e Odontologia; e peso 30 para Hospitais;
- Somar as pontuações de todas as especialidades por Região de Saúde;
- Apurar a média dos totais das Regiões de Saúde para definir o resultado das GIPES.

Periodicidade: A periodicidade de mensuração é mensal.

Resultado esperado: 95%

Resultado alcançado: 94,14%.

8.2.12 Indicador: Capacitação - Liderança

Objetivo: Medir a participação de gestores chefes de Unidade da Matriz, Filiais e Rede em ações educacionais presenciais e mistas oferecidas e indicadas pela Universidade CAIXA, que tenham, como foco, o desenvolvimento em liderança com a finalidade de proporcionar a capacitação das lideranças na CAIXA.

Público Alvo: Gestores chefes de Unidade.

Meta para 2014: Atingir o mínimo de 65% dos gestores de Unidade em pelo menos uma das ações indicadas pela Universidade CAIXA com foco em liderança.

Metodologia: Apurar ao final do exercício de 2014 a participação dos Gestores Chefe de Unidade em ações educacionais indicadas pela empresa.

Tabela 21 - Apuração do indicador mensal

Mês	Meta acumulada
JUL	37,92%
AGO	43,33%
SET	48,75%
OUT	54,17%
NOV	59,58%
DEZ	65,00%

Fonte: Caixa Econômica Federal

Métrica Utilizada: Quantidade de gestores chefes de unidades de todo o país “com curso de liderança *concluído ao longo de 2014/Quantidade de gestores chefes de unidades de todo o país em 2014.

Cálculo do indicador para Avaliação: Resultado do último mês da avaliação

Periodicidade: Mensal

Unidade de Medida: Percentual (%)

Tabela 22 - Índice Capacitação Liderança 2014

Resultado 2014	Objetivo	Realizado	Peso	%
Capacitação - Liderança	65	90,11	4	138,63

Fonte: Caixa Econômica Federal

8.2.13 Indicador: Capacitação - Técnica

Objetivo: Medir a participação dos empregados (Não gestores) em ações educacionais indicadas pela Universidade CAIXA.

Público Alvo: Todos os empregados não ocupantes de Função Gratificada de Chefia/Gerencial, ou seja, os grupos de função gratificada de Assessoramento Especializado/Estratégico, Assessoramento, Especializada, Técnico de Nível Médio, Técnico de Nível Superior e os Sem Função Gratificada.

Métrica Utilizada: Quantidade de empregados com função técnica que fizeram os cursos disponibilizados/Quantidade de empregados com função técnica na CAIXA.

Cálculo do desempenho: O desempenho do indicador é calculado conforme o percentual realizado do último período da avaliação.

Cálculo do indicador para Avaliação: Resultado do último mês da avaliação.

Periodicidade: Mensal

Unidade de Medida: Percentual (%)

Tabela 23 - Índice Capacitação Técnica

Resultado 2014	Objetivo	Realizado	Peso	%
Capacitação - Técnicos	65	80,66	4	124,09

Fonte: Caixa Econômica Federal

8.2.14 Eficiência nos Custos da Educação Corporativa

Objetivo: Reduzir em 15%, em relação ao ano anterior, os valores pagos com passagens e hospedagens das ações educacionais coordenadas pela área de Desenvolvimento e Capacitação da CAIXA.

Métrica Utilizada: $(\text{Valor pago com passagens e hospedagens em 2014} / \text{Total de Horas Presenciais 2014}) / (\text{Valor pago com passagens e hospedagens em 2013} / \text{Total de Horas Presenciais 2013}) * 100$

Cálculo do desempenho: O desempenho do indicador é calculado conforme o percentual realizado do último período da avaliação;

Cálculo do indicador para Avaliação: Resultado do último mês da avaliação.

Periodicidade de Apuração: Trimestral

Unidade de Medida: Percentual (%)

Tabela 24 - Índice de Eficiência nos Custos da Educação Corporativa

Resultado 2014	Objetivo	Realizado	Peso	%
Eficiência nos Custos da Educação Corporativa	85	76,78	3	109,67

Fonte: Caixa Econômica Federal

8.3 Gestão de pessoas - Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

Os demonstrativos dos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva estão apresentados nas tabelas 25 e 26, no Anexo III.

Não foram informadas, pelos gestores operacionais, quaisquer dificuldades na condução desses contratos de prestação de serviços.

A tabela 27 demonstra o quantitativo de contratos de estágios vigentes por trimestre, de 2014, e a respectiva despesa no exercício, segregadas por nível de escolaridade.

Tabela 27 - Contratação de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	2.705	2.680	2.522	2.557	34.664.925,97
1.1 Área Fim	146	121	78	63	1.467.012,48
1.2 Área Meio	2.559	2.559	2.444	2.494	33.197.913,49
2. Nível Médio	7.915	8.610	8.881	8.644	60.853.683,03
2.1 Área Fim	6.963	7.419	7.448	7.155	54.252.800,90
2.2 Área Meio	952	1.191	1.433	1.489	6.600.882,13
3. Total (1+2)	10.620	11.290	11.403	11.201	95.518.609,00

Fonte: Caixa Econômica Federal

8.4 Entidade Fechada de Previdência Complementar patrocinada

Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial, quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinarem, demonstrando ainda o seguinte:

- Nome: FUNCEF
- Razão social: Fundação dos Economiários Federais
- CNPJ: 00.436.923/0001-90
- Demonstrativo anual, contendo:
 - Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes: R\$ 10.852.019.681,01 (Conforme informação prestada pela GERET, o valor não contempla os encargos sociais.)

- Valor total das contribuições normais pagas pelos empregados participantes: R\$ 800.774.770,01.
- Valor total das contribuições normais pagas pela patrocinadora: R\$ 784.514.875,19
- Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora:
 - Repasse de Diferença de Contribuições para os planos REG/REPLAN. REB e Novo Plano – R\$ 14.547.081,09
 - Repasse de acertos de contribuições – Extra folha – R\$ 11.295,17
 - Repasses de contribuições e reservas matemáticas em decorrência de ações judiciais - R\$ 4.251.657,65
 - Repasse do Custeio Administrativo – R\$ 18.401.238,16
 - Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;
 - Repasses de contribuições e reservas matemáticas em decorrência de ações judiciais - Repasse de valores efetuados à FUNCEF em decorrência de determinação judicial com condenação expressa nesse sentido, cujas decisões já transitaram em julgado.
 - Repasse do Custeio Administrativo - Repasse previsto no regulamento dos planos de benefícios do REG/REPLAN e Novo Plano referente a 1% do valor do benefício a título de taxa de administração para esses planos, pago pelo empregador.

9. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com mais de um século e meio de existência, a CAIXA consolida-se como Instituição que busca promover o bem-estar e o desenvolvimento socioeconômico da população brasileira, por meio da implantação de iniciativas do Governo Federal, em setores como infraestrutura, habitação, saneamento básico e benefícios sociais, além da oferta de serviços bancários.

Desde a sua fundação, a CAIXA é gerida por princípios e valores que marcam a sua trajetória e corroboram o seu comprometimento e sua importância junto à sociedade brasileira. Em 2014, as atividades da Empresa foram responsáveis por injetar R\$ 689,6 bilhões na economia brasileira por meio de contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, destinação social das loterias, dentre outros.

Na execução dos programas governamentais, em 2014, foram pagos R\$ 28,0 bilhões em benefícios sociais e R\$ 199,9 bilhões em benefícios aos trabalhadores, considerando pagamentos de FGTS. No ano, foram repassados R\$ 26,0 bilhões aos beneficiários do Programa Bolsa Família, tendo sido pagos 161,7 milhões de benefícios.

No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, foram contratados pela CAIXA R\$ 35,9 bilhões, totalizando 389,2 mil unidades habitacionais até dezembro de 2014. Lançada pelo Governo Federal em 2009, a iniciativa tem como objetivo facilitar a aquisição de imóveis residenciais por famílias de baixa renda.

Em relação ao desempenho econômico financeiro, em 2014, a Instituição obteve lucro líquido de R\$ 7,1 bilhões, 5,5% superior ao registrado no ano anterior, e alcançou R\$ 1,1 trilhão de ativos próprios, tornando-se o terceiro maior banco em ativos do País.

Em 2014, a Instituição alcançou 100% dos municípios do País, com 67,7 mil pontos de atendimento, entre unidades próprias, lotéricos e rede compartilhada, 18 unidades itinerantes e 2 agências-barco. Tudo isso para gerar conforto e conveniência aos mais de 78,3 milhões de clientes.

Em decorrência das ações destinadas a aumentar a eficiência operacional, aliados ao início da maturação dos investimentos realizados nos últimos anos, a CAIXA melhorou o índice de eficiência operacional alcançando 55,9% em dezembro de 2014, o menor índice dos últimos anos.

Os resultados obtidos refletiram diretamente as metas estabelecidas pela Empresa que buscaram promover a eficiência na gestão de seus recursos, levando-a a novos patamares de eficiência operacional que contribuem com a manutenção de resultados sustentáveis.



Relatório de Gestão – Exercício 2014

Anexo I

Fundo Socioambiental CAIXA

Tabela 6 - Detalhamento dos projetos em andamento no exercício de 2014

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS											
Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
1	Associação Gábir do Povo Indígena Paiter Suruí	03.242.372-0001-12	0001.001/2011	24/08/2011	85.566,00	9.000,00	84.870,32	Cacoal	RO	"Fortalecimento Econômico e Cultural Paiter"	Promover alternativas de renda economicamente sustentáveis e corretas do ponto de vista ambiental e social, revitalizando, valorizando e registrando por meio da escrita a cultura do Povo Paiter Suruí.
2	IEPE - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena	05.398.088/001-65	0003.003/2011	23/08/2011	116.042,00	54.464,89	109.309,79	Macapá	AP	"Tecendo a Arte, Tecendo a Vida"	Incentivar a organização das mulheres Tirió e Kaxuyana em torno de sua tecelagem com sementes e miçangas, e assim possibilitar-lhes uma experiência inédita: o acesso a novos conhecimentos por meio dos quais possam contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, aprendendo a gerir sua produção artesanal e sua renda decorrente, com segurança e autonomia. O objetivo principal é proporcionar a criação de um espaço de promoção social e econômica, protagonizado e organizado por estas mulheres.
3	ONG Verde Vida	00.855.838/001-67	0005.005/2011	24/08/2011	76.900,00	21.547,54	52.274,32	Chapecó	SC	"Escola Profissionalizante Salão de Beleza"	Criar oportunidade de acesso à profissionalização na área de salão de beleza às mulheres e adolescentes que vivem em situação de desemprego e vulnerabilidade pessoal e social.
4	Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão	09.251.933/001-26	0006.006/2011	09/12/2011	1.560.444,50	470.014,40	770.336,60	Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	MG/BA	Turismo Ecocultural com Base Comunitária no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	Implementar o Plano de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista – DTBC elaborado para o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, com base em ações de turismo ecocultural.
5	Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativistas Sertão Veredas - COOP SERTÃO VEREDAS	08.831.726/001-88	0007.007/2011	09/12/2011	1.105.297,84	277.522,63	1.061.173,37	Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	MG/BA	Extrativismo Vegetal Sustentável	Implementar o Plano de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista – DTBC elaborado para o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, com base em ações de extrativismo vegetal sustentável.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
6	DAEP - Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis	49.576.614/0001-05	0008.008/2011	28/12/2011	400.664,39	65.661,28	314.937,85	Penápolis	SP	Projeto Revitalização e Recuperação de Nascentes e Áreas que Margeiam os Corpos d'Água na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Lajeado	Efetuar ações para recuperação e preservação da bacia hidrográfica do Ribeirão Lajeado, por meio da recomposição da mata ciliar e a revitalização das nascentes de Araponga e Saltinho do Galinari, visando à melhoria da qualidade dos recursos hídricos na Bacia.
7	Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá	41.228.651/0001-10	0010.002/2012	12/01/2012	480.221,73	111.069,96	480.221,72	Rio Formoso	PE	Águas do Céu: Famílias Assentadas Protegendo Nascentes e Florestas	Contribuir para a recuperação florestal de nascentes degradadas do Grupo de Bacias Litorâneas/GL4, a partir da implantação de Sistemas Agroflorestais - SAF's no assentamento Amaraji em Rio Formoso/PE
8	Associação 4 Cantos do Mundo	05.432.867/0001-30	0013.005/2012	09/05/2012	399.039,55	74.634,20	399.038,28	Morro do Pilar, Itambé do Mato Dentro, São Sebastião do Rio Preto, Santo Antonio do Rio Abaixo, Conceição do Mato Dentro, Itabira	MG	Cuidando das Nascentes e Corpos D'Água por meio da Recuperação Florestal na Bacia do Santo Antônio - MG	Garantir a recuperação florestal de 69 nascentes de abastecimento humano de famílias e comunidades rurais na bacia do Santo Antônio, uma das principais tributárias da bacia do Rio Doce, MG.
9	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	95.591.764/0001-05	0015.007/2012	28/06/2012	464.643,65	122.336,32	409.327,96	Santa Maria	RS	Recuperação e enriquecimento de áreas alteradas nas margens de cursos d'água na região central do Rio Grande do Sul, com Base em Material Genético Superior	Recuperação de matas ciliares na região central do Rio Grande do Sul, com material propagativo de qualidade genética, fisiológica e sanitária superior, viabilizando a restauração da área, dentro de critérios genéticos e fisiológicos adequados.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
10	Instituto de Pesquisas Ecológicas	66.831.223/0001-09	0017.009/2012	16/02/2012	119.620,00	15.804,16	119.494,70	Manaus (área rural)	AM	Agroecologia, Certificação Sócio-participativa e Geração de Renda no Baixo Rio Negro	Fortalecer os sistemas produtivos agroecológicos da agricultura familiar, as organizações produtivas da agricultura familiar da região da margem esquerda do Rio Negro e o Sistema Participativo de Garantia no Amazonas, tendo em vista a geração de renda, soberania alimentar, diálogo de saberes e identidade territorial.
11	Instituto Pró Educação e Saúde	05.769.341/0001-40	0018.010/2012	17/02/2012	114.200,00	13.051,32	114.199,98	Recanto das Emas	DF	Mulheres e crianças na escola	O Projeto visa a autonomia, promoção e inclusão social da mulher, bem como a equidade de gênero nas relações de trabalho. Assim, ofertará capacitação profissional no segmento vestuário, voltadas para a inclusão das mulheres no mercado formal de trabalho, em condições justas e igualitárias. Promoverá também aulas de arte e educação para os filhos das atendidas, em especial aqueles inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
12	Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI	02.966.979/0001-82	0021.013/2012	07/03/2012	118.588,20	31.434,80	119.731,99	Itapuranga	GO	Mutirão Praticar Fase II	Implementar ações para a promoção do homem no meio rural mediante a intensificação de atividades associativas e formas de organização social que favoreçam seu crescimento pessoal e sua efetiva participação na comunidade.
13	Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Região de Carajás - COOPER	02.412.359/0001-00	0022.014/2012	23/03/2012	106.900,00	50.783,51	94.147,91	Parauapebas	PA	Apicultura Sustentável Familiar	Contribuir para a autonomia econômica e financeira das mulheres do assentamento CEDERE I e o desenvolvimento local sustentável criando uma associação de apicultores.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
14	Central de Associações de Minis e Pequenos Produtores Rurais de Catalão - CAMPPRMC	04.632.127/00-01-84	0023.015/2012	02/03/2012	110.350,00	80.804,76	110.349,76	Caldas Novas e outros	GO	Apoio às ações de Capacitação para a inclusão e a participação de mulheres camponesas no Desenvolvimento de um Programa de Produção de Sementes Crioulas e Implantação de Bancos de Sementes Crioulas em Comunidades Rurais de Caldas Novas e outros municípios	Capacitar 150 mulheres camponesas, através da realização de 12 (doze) cursos, para a sua inclusão e a participação no Desenvolvimento de um Programa de Produção de Sementes Crioulas e Implantação de Bancos de Sementes Crioulas em Comunidades Rurais dos municípios de abrangência do projeto com vistas a melhorar a renda e a qualidade de vida das mulheres camponesas, bem como fortalecer as discussões sobre a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres camponesas.
15	INSTITUTO ZERBINI SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO	11.956.754/00-01-36	0024.016/2012	28/02/2012	120.000,00	22.201,98	120.000,00	Araguaína	TO	ARTESANATO E CONFECÇÃO SOLIDÁRIA	O objetivo central do projeto é qualificar mulheres da CAFESSOL (Cooperativa da Agricultura Familiar de Economia Solidária da Região de Araguaína -TO) para promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres buscando erradicar ou minimizar a situação de pobreza na qual essas famílias se encontram em busca de um desenvolvimento local sustentável e solidário.
16	ADELISCO - Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Coruripe	07.194.218/00-01-73	0025.017/2012	27/02/2012	83.000,00	6.287,97	82.996,22	Coruripe	AL	ADELISCO - Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Coruripe	Produção Mais Limpa: Crescendo e Desenvolvendo com Sustentabilidade e Geração de Trabalho

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
17	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán	01.633.663/0001-06	0028.020/2012	02/03/2012	119.929,75	26.435,82	124.939,82	Açailândia	MA	Projeto Mãe Terra - uma iniciativa feminina de economia solidária	Promover a igualdade de gênero e autonomia econômica e social das mulheres de Açailândia.
18	Obra Kolping Estadual do Piauí	06.683.692/0001-04	0032.024/2012	16/02/2012	96.000,00	28.820,24	95.997,40	Teresina	PI	Talentos Ecológicos de Economia Solidária	Contribuir para o desenvolvimento de atividades de Economia Solidária na formação de jovens produtores de tijolos ecológicos, formação cidadã com foco na geração de renda, desenvolvimento sustentável e criação de cooperativas entre jovens do Piauí.
19	Associação Comunitária de Matarandiba – ASCOMA	10.370.043/0001-12	0033.025/2012	09/03/2012	120.000,00	33.211,41	90.130,80	Itaparica	BA	RedeOstra – articulação, geração de renda e sustentabilidade ambiental	Promover a inserção cidadã das famílias de comunidades de maricultores artesanais do Baixo Sul Baiano, Recôncavo da Bahia e Bahia de Todos os Santos articulados na Rede de Ostricultores visando a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida e a promoção do desenvolvimento territorial sustentável, por meio de tecnologias de gestão solidária.
20	CUICA - CULTURA INCLUSÃO CIDADANIA E ARTES	09.286.420/0001-50	0035.027/2012	12/04/2012	120.000,00	25.700,50	120.000,00	Santa Maria	RS	Construindo o futuro	Capacitar 20 adolescentes e jovens para exercício da lutheria (confeção de instrumentos) ao longo de 24 meses, organizados em 02 turmas de 10 alunos por ano.
21	CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo	81.840.233/0001-02	0037.029/2012	07/03/2012	120.000,00	12.337,50	97.274,00	Florianópolis	SC	Agricultura Urbana e Revolução dos Baldinhos	Garantir a qualificação e continuidade do Projeto através da formação das famílias, crianças, educadores e jovens lideranças da comunidade, permitindo a valorização dos resíduos orgânicos através da compostagem e o desenvolvimento da Agricultura Urbana, promovendo a qualidade de vida e a geração de trabalho e renda para os jovens através da produção e comercialização da compostagem orgânica e ao mesmo tempo será utilizado como modelo para outras comunidades. Garantindo, assim, a sustentabilidade das famílias destas comunidades e posteriormente de outras comunidades.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
22	Instituto COMAR	09.534.695/00 01-66	0038.03 0/2012	17/02/2012	119.412,00	30.224,07	112.728,75	São Francisco do Sul e Joinville	SC	Turismo Ecológico e Geração de Trabalho e Renda no parque Estadual Acaraí	Realizar um Programa de Formação de Guias Locais no Parque Estadual Acaraí, em São Francisco do Sul, Santa Catarina, promovendo a integração da comunidade com esse ambiente, na perspectiva de conservá-lo, através do desenvolvimento da atividade ecoturística e de Educação Ambiental, criando uma alternativa de renda que integra desenvolvimento econômico local, conservação ambiental e cultural.
23	Cáritas Diocesana de Passo Fundo	87.604.518/00 01-12	0039.03 1/2012	02/03/2012	107.180,00	17.702,00	106.771,00	Passo Fundo	RS	Fortalecimento e Articulação entre as associações de recicladores de passo Fundo	Fortalecer e articular as associações de recicladores do município de Passo Fundo, como forma de dar visibilidade e projeção ao trabalho das mesmas, agregando renda às atividades de caráter social e ambiental sustentável.
24	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR	77.816.826/00 01-03	0040.03 2/2012	23/03/2012	118.620,00	25.729,16	109.449,36	Francisco Beltrão	PR	Apoio à feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná	Contribuir para o fortalecimento da agroecologia como uma forma capaz de aliar a produção de alimentos saudáveis com preservação ambiental, na região Sudoeste do Paraná.
25	Rede de Integração e Cidadania - RINACI	07.026.991/00 01-20	0041.03 3/2012	17/02/2012	119.892,00	71.765,28	118.301,67	Porto Alegre	RS	Ziguezagueando - Jovens e Adultos	Promover por meio de incubação a formação e o conhecimento necessários para a criação e o funcionamento dos Grupos Associativos do "Ziguezagueando - Jovens e Adultos", visando a autogestão, a viabilidade econômica, a práticas ambientalmente conscientes e a cidadania ativa.
26	Associação Cultural Matakiterani	04.844.827/00 01-32	0042.03 4/2012	28/02/2012	120.000,00	37.101,00	120.300,00	Lages	SC	Revitalização do Artesanato de Referência do Planalto Serrano de Santa Catarina	Fortalecer o patrimônio cultural do artesanato de referência do Planalto Serrano de Santa Catarina, qualificando profissionalmente artesãos e garantindo a transmissão das artes e ofícios tradicionais para jovens e adultos das comunidades da Região da Cidade Alta no município de Lages/SC, a partir de um diagnóstico, buscando articular uma rede local focada na emancipação de grupos produtivos orientados para o mercado do artesanato da região.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
27	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	84.306.869/0001-59	0043.035/2012	16/02/2012	120.000,00	31.922,32	120.000,00	Itajaí	SC	CAPACIT - Centro de Apoio Profissional, Acompanhamento e Inclusão no Mercado de Trabalho	Promover a capacitação, inserção e permanência das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, contribuindo para a sua autonomia, qualidade de vida e exercício da cidadania
28	Centro Universitário La Salle - Unilasalle(SOCIEDADE POR VIR CIENTÍFICO)	92.741.990/0040-43	0044.036/2012	01/03/2012	119.960,97	24.971,34	84.455,13	Canoas	RS	Sujeitos em Ação: Geração de Renda e Cidadania	Proporcionar melhores condições de trabalho, desenvolvimento social e aumento na geração de renda aos empreendimentos de reciclagem Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem União Fazem a Força de Canoas – Coopermag e a Associação de Recicladores de Resíduos Sólidos Sol Nascente, visando consequentemente a melhoria na qualidade de vida das comunidades nas quais os empreendimentos estão inseridos.
29	Instituto Kairós	05.417.461/0001-88	0045.037/2012	27/04/2012	105.350,00	47.079,68	106.304,28	Nova Lima	MG	Rede Colaborativa de Desenvolvimento Sustentável - Arranjo Produtivo Educativo Solidário, Nova Lima, MG	Fortalecer e ressignificar a cultura produtiva das comunidades ribeirinhas da Sub Bacia do Ribeirão Macacos, Nova Lima, MG, ampliando as oportunidades de geração de renda e trabalho para os jovens, grupos de mulheres e mestres de tradição oral das localidades, pelo aprimoramento e expansão da Tecnologia Social "Arranjo Produtivo Educativo Solidário - APES".
30	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Mariana	12.264.337/0001-95	0046.038/2012	28/03/2012	105.070,12	14.922,46	86.238,82	Mariana	MG	Projeto Mariana Sustentável	Continuar desenvolvimento do trabalho prestado à comunidade marianense desde o ano de 2005.
31	Associação Lixo e Cidadania de Divinópolis	06.974.988/0001-76	0047.039/2012	04/04/2012	90.115,49	6.480,00	80.751,00	Divinópolis	MG	Geração de Renda com "Arte e Retalho"	Contribuir para a melhoria das condições econômicas e para a autonomia de mulheres da Região Sudeste de Divinópolis/MG.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
32	ASSOCIAÇÃO APRENDER PRODUZIR JUNTOS - APJ	22.057.335/0001-89	0048.040/2012	01/03/2012	120.000,00	40.000,00	95.692,71	Teófilo Otoni	MG	Projeto Capacitação Profissional de Adolescentes de Teófilo Otoni	Promover a melhoria da qualidade de vida de 30 adolescentes de Teófilo Otoni que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio da sua capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho.
33	Associação Ateliê de Ideias	06.044.098/0001-65	0049.041/2012	18/04/2012	114.000,00	21.666,36	84.296,21	Vitória	ES	Centrais de Compras Coletivas no Território do Bem	Promover o desenvolvimento local sustentável e endógeno nas comunidades de Jaburu e São Benedito a partir do fortalecimento e desenvolvimento do comércio local, contribuindo, em maior prazo para: (1) diversificar a oferta e reduzir os preços de produtos e serviços nos estabelecimentos; (2) ampliar o acesso da população local a mercadorias em suas próprias comunidades e (3) promover a circulação de riquezas no território, dinamizando a economia, aumentando a rentabilidade dos comerciantes e gerando postos de trabalho para os moradores.
34	Associação Redes de Desenvolvimento da Maré	08.934.089/0001-75	0050.042/2012	17/02/2012	120.000,00	24.763,65	119.305,17	Rio de Janeiro	RJ	MARÉ DE SABORES	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida de mulheres das 16 comunidades do bairro Maré, através da qualificação profissional na área de culinária, do aumento da auto estima e da construção de autonomia através da capacitação na área de gênero e cidadania.
35	Instituto Vida Real	08.077.747/0001-50	0051.043/2012	18/04/2012	120.000,00	24.562,50	110.196,86	Rio de Janeiro	RJ	O Desenrolar da Arte Feminina	Promover a inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade social, moradores do Complexo da Maré, através da realização de atividades de arte-educação e de oficinas de preparação para o mundo do trabalho. Capacitando 60 (sessenta) beneficiárias sob a técnica de artesanato ,fluxico e serigrafia. Sobretudo, Incentivar a produção criativa autônoma e independente.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
36	Associação Solidários Amigos de Betânia - ASAB	03.653.432/0001-90	0052.044/2012	30/03/2012	119.200,00	15.027,80	78.047,02	Rio de Janeiro	RJ	Do Lixo para a Cidadania	Fortalecer a inclusão social de adultos em situação de rua, através da ocupação laborativa com materiais recicláveis, capacitação e perspectivas de geração de renda, contribuindo para o meio ambiente e ampliando esses benefícios para a comunidade.
37	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata/CTA-ZM	20.323.796/0001-20	0053.045/2012	02/03/2012	117.753,10	12.872,66	73.855,09	VIÇOSA	MG	GERAÇÃO DE RENDA E ACESSO A MERCADOS DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS	Promover a geração de renda a partir do acesso à mercados de produtos agroecológicos, criando as condições técnicas estruturais necessárias para que esse acesso se estabeleça.
38	Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica	00.835.771/0001-07	0054.046/2012	17/02/2012	117.322,90	11.291,00	88.350,51	Maria da Fé	MG	Projeto da instalação de agroindústria para processamento de frutas e hortaliças orgânicas e biodinâmicas junto à Associação de Produtores Naturais de Maria da Fé – MG	Agregar valor às frutas e hortaliças junto à Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé – MG pela implantação de uma agroindústria.
39	Associação Junior Achievement do Estado do Espírito Santo	04.759.925/0001-71	0055.047/2012	29/03/2012	103.414,59	43.413,26	102.180,86	Vila Vela, Guarapari e Cariacica	ES	Programa Miniempresa - jovens Empreendedores	Despertar no jovem o espírito empreendedor, proporcionando uma experiência prática do mundo do trabalho.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
40	Ação Moradia	04.172.671/00 01-90	0056.04 8/2012	15/03/2012	120.000,00	22.033,15	119.994,19	Uberlândia	MG	CONSTRUVIDA	Promover a inclusão sócio-produtiva e educacional de mulheres em condições de vulnerabilidade social, por meio da aquisição de conhecimentos, da autonomia comunitária, educação ambiental e da formação de capital social.
41	AVAPE - Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência	43.337.682/00 01-35	0057.04 9/2012	13/04/2012	90.286,35	8.027,18	48.535,39	São Bernardo do Campo	SP	Capacitação de Mulheres na área de Beleza: Alternativas de Geração de Trabalho e Renda	Capacitar 50 mulheres, em situação de vulnerabilidade social e/ou com deficiência, por meio da educação para o mundo do trabalho, na formação em empreendedorismo cooperativo e gestão de pequenos negócios, na área da beleza e estética.
42	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira	04.546.861/00 01-20	0058.05 0/2012	05/03/2012	90.565,00	43.385,58	89.877,82	Registro	SP	MÃOS E CORAÇÃO: Sustentabilidade Econômica e Social através da Costura	Promover a autonomia econômica das mulheres, incentivando a organização produtiva, do comércio justo e solidário e do consumo responsável, de mulheres que vivem em contexto de vulnerabilidade social na periferia urbana do Município de Registro/SP.
43	Fundação Mokiti Okada MOA	63.031.868/00 18-17	0059.05 1/2012	05/04/2012	117.124,95	30.258,63	106.253,35	Brotas	SP	Programa Socioambiental de Geração de Renda através da prática da Agricultura Natural de Base Agroecológica de Mokiti Okada	Contribuir para a autonomia econômica e financeira das famílias em vulnerabilidade da cidade de Brotas, criando uma associação para comercializar os produtos da horta, produzidos pelas famílias e da bucha artesanal produzida pelas mulheres.
44	Associação Projeto Anhumas	07.568.758/00 01-70	0060.05 2/2012	21/03/2012	120.000,00	33.370,15	120.000,00	Campinas	SP	Costurando com uma pitada de arte	Criar oficinas de cunho teórico-prático, tendo a costura, a culinária, o teatro e as conversas em grupo como eixo principal para qualificação profissional e geração de renda, proporcionando melhoria da formação como cidadã e da qualidade de vida de adolescentes, jovens do sexo feminino e seus familiares que vivem em situação de vulnerabilidade social.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
45	ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO HOMEM DE AMANHÃ DE ARARAS - AEHDA	44.220.853/0001-04	0061.053/2012	17/02/2012	73.137,00	2.204,69	73.137,00	Araras	SP	DESIGNER JOVEM	Promover a empregabilidade de jovens de famílias de baixa renda, através de uma proposta de qualificação na área de Gestão em Design e Web, atendendo a demanda do mercado de trabalho carente deste tipo de mão de obra especializada. Dar condições ao aluno para iniciar sua vida profissional, através de um estágio, permitindo a aplicação do conteúdo desenvolvido em curso, através da criação de documentos em formato digital e editoração eletrônica e do desenvolvimento de Web Sites (Intranet e Internet).
46	COOPERVINTE - Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Votuporanga	11.286.679/0001-43	0063.055/2012	20/03/2012	81.000,00	28.350,00	80.999,50	Votuporanga	SP	Coopervinte - Construindo a Sustentabilidade e Gerando Renda para pensar!!!!	Aquisição de equipamentos permanentes (Prensa e Fragmentadora de Papel) , capacitação para auto gestão dos cooperados e também dos catadores informais.
47	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas - CAATINGA	11.475.142/0001-21	0071.063/2012	10/05/2012	500.000,00	230.645,00	469.648,00	Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Santa Cruz, Santa Filomena, Acauã, Betânia do Piauí, Queimada Nova, Simões.	PI	Fogões do Araripe - Eficiência Energética na Propriedade Familiar	Difusão de tecnologias de construção de fogões mais eficientes em unidades residenciais selecionadas na mesorregião do Araripe, através de uma metodologia participativa e o uso de instrutores locais (mestres fogãozeiros), com importante redução da quantidade de lenha utilizada em cada residência.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
48	Associação Plantas do Nordeste - APNE	00.151.461/0001-05	0073.065/2012	10/05/2012	2.113.127,60	146.946,07	1.911.566,19	Brejo Santo, Farias Brito, Granjeiro, Crato, Salitre, Caririaçu, Jardim, Jati, Campos Sales, Abaiara, Juazeiro do Norte, Potengi, Mauriti, Milagres, Santana do Cariri, Missão Velha, Porteiras, Nova Olinda, Barro e Barbalha.	CE	Implementação de manejo florestal comunitário e familiar na mesorregião da Chapada do Araripe	Implementação de ações de manejo florestal sustentável da caatinga em projetos de assentamento na mesorregião da Chapada do Araripe por meio de capacitação e assistência técnica especializada para elaboração de Planos de Manejo e Planos de Negócios e o apoio na implementação dos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis (PMFS).
49	DFV Solair Energias Renováveis Comércio e Indústria S.A. - Brasil Solair	11.041.759/0001-39	0077.069/2012	20/08/2012	6.255.493,91	25.498,02	6.046.491,92	Juazeiro	BA	Geração de Renda e Energia	Implantar um projeto modelo, demonstrativo da possibilidade de geração de renda para moradores de empreendimento habitacional de 1000 unidades, organizados em dois condomínios de 500 unidades cada um, localizado na cidade de Juazeiro/BA, por meio da instalação de painéis fotovoltaicos e aerogeradores.
50	Associação dos Amigos da Inclusão Digital da Amazônia	11.959.385/0001-35	0078.070/2012	17/12/2012	119.950,00	47.625,00	96.492,40	Marabá (Região Norte)	PA	Recursos Florestais em Cerâmicas de Sergipe	O objetivo geral do projeto é contribuir para a geração de renda e autonomia dos jovens da comunidade que mora no Residencial Tiradentes, em Marabá - PA, através da criação de produtora colaborativa para prestação de serviços de comunicação e tecnologia.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
51	Centro Dom José Brandão de Castro - CDJBC	00.702.064/001-34	0079.071/2012	10/12/2012	108.164,26	9.470,34	20.190,34	Aracaju (Região Zona Sul)	SE	Cultura, Geração de Renda em busca para garantia da Sustentabilidade da comunidade Prainha	Contribuir para promoção e efetivação da autonomia das mulheres e jovens da Comunidade Prainha, elevando os seus níveis de conhecimentos para busca da aplicação das políticas públicas.
52	Associação de Promoção do Desenvolvimento Solidário e Sustentável - ADES	08.600.807/001-77	0080.072/2012	14/12/2012	67.040,10	7.692,23	9.235,87	Barreiras	BA	Coleta Seletiva, Minha Casa, Nossa Vida!	Contribuir para a geração de renda dos catadores e catadoras do lixão de Barreiras e dos beneficiários(as) do programa MCMV Residencial Arboreto Barreiras 1 e potencializar a discussão para o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos.
53	Cooperativa de Catadores Recicla Conquista	07.255.750/001-53	0081.073/2012	18/12/2012	112.740,00	74.234,00	85.974,00	Vitória da Conquista (Região Sudoeste da Bahia)	BA	Geração de trabalho e renda através do fortalecimento da coleta seletiva solidária da Cooperativa Recicla Conquista, no município de Vitória da Conquista, Bahia	Realizar a inclusão social e econômica, em bases solidárias e auto-sustentáveis, dos catadores de materiais recicláveis da Cooperativa Recicla Conquista, Vitória da Conquista, território de identidade Vitória da Conquista, através de ações integradas de capacitação, assistência técnica, incremento da produtividade e estruturação físico-produtiva.
54	Centro de Ação Social São Francisco de Assis (CASSFA)	76.693.688/001-02	0082.074/2012	14/12/2012	120.000,00	53.964,43	102.823,18	Curitiba (Região Vila São Pedro)	PR	Renda Nova	Contribuir para que os participantes tenham condições de melhorarem sua renda, que possam desta forma, passar a ter autonomia econômica.
55	Centro de Triagem da Vila Pinto	06.026.933/001-34	0083.075/2012	20/12/2012	119.312,00	53.276,23	103.936,40	Porto Alegre (Região Sul)	RS	Reciclando Vidas	Aperfeiçoar os processos de trabalho interferindo no aumento da produtividade, faturamento e renda dos trabalhadores bem como oferecer oportunidade de qualificação profissional aos associados e demais mulheres da comunidade.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
56	APDL- Associação de Promoção do Desenvolvimento Local	03.878.306/001-33	0084.076/2012	19/12/2012	120.000,00	13.464,18	40.584,03	Natal (Região Nordeste)	RN	Uma Esperança Sustentável para Nova Jerusalém	Contribuir para a melhoria das Famílias carentes da Comunidade de Nova Jerusalém em Natal no Rio Grande do Norte, objetivando o desenvolvimento local sustentável com a criação de núcleo produtivo com produtos reciclados.
57	Instituto Solidare	08.139.806/001-77	0085.077/2012	10/12/2012	96.980,00	13.675,57	33.071,57	Recife	PE	SELETA	Fomentar o protagonismo socioambiental, gerando inclusão social, renda e resiliência para mulheres de baixa renda da periferia da Cidade do Recife-PE.
58	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Marialva- PR	06.165.613/001-65	0086.078/2012	26/12/2012	120.000,00	25.434,00	82.434,00	Marialva (Região Noroeste do Paraná)	PR	Transformação dos Catadores da ACLIMAR em Agentes Ambientais	Capacitar os catadores da ACLIMAR para aumentar a produtividade da associação para que posteriormente se tornem agentes ambientais
59	Unicafes Paraná - União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná	07.864.244/001-61	0087.079/2012	10/12/2012	119.960,00	54.161,40	81.328,80	Ivaiporã (Região Norte Central)	PR	Profissionalização de Mulheres e Jovens	Contribuir para a autonomia econômica e de obtenção de renda financeira das mulheres associadas das mulheres e jovens associadas da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar com Interação Solidária – Cresol de Ivaiporã/PR e o desenvolvimento local sustentável, criando cooperativa para comercialização de produtos, bem como, fomentar o acesso às políticas públicas para mulheres e de comercialização, com vistas no empoderamento político e econômico das mulheres.
60	Projeto Fred	03.691.369/001-86	0088.080/2012	20/12/2012	120.000,00	59.302,01	93.201,97	Ribeirão das Neves e Sete Lagoas (Região Sudeste)	MG	Geração de Renda por meio da Arte: Dança e Tapeçaria para comunidades em risco social.	Capacitar 100 oficinairos, oriundos de comunidades carentes que apresentem risco social da periferia de Belo Horizonte e de Ribeirão das Neves na técnica de tapeçaria em trama sem nó visando o mercado de trabalho e à geração de renda através da arte.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
61	Associação Soluções Urbanas - urbanismo, cultura e cidadania	05.503.333/0001-77	0089.081/2012	26/12/2012	120.000,00	71.060,80	120.020,87	Niterói (Região Centro Leste Fluminense)	RJ	Espaço Vital de Culinária	Contribuir para a melhoria da situação econômica e financeira das mulheres da comunidade do Morro Vital Brazil/Niterói, através da capacitação profissionalizante voltada para o trabalho e a geração de renda na área de gastronomia, estimulando ainda, o empreendedorismo entre os participantes e a organização de associações e/ou cooperativas.
62	Instituto Meio	07.830.431/0001-24	0091.083/2012	17/12/2012	108.640,00	65.891,10	87.619,10	Natividade	RJ	TECENDO FUTUROS, Bordados de Natividade	Fortalecer a Cooperativa de Bordados N'Atividade por meio de ações que consolidem o crescimento do faturamento e da renda das cooperadas, agregando qualidade, produtividade e valor agregado ao produto artesanal da região, através de capacitações técnicas, gerenciais, investimentos em equipamentos e foco no mercado de brindes corporativos.
63	Instituto Asta	05.754.869/0001-45	0092.084/2012	11/12/2012	120.000,00	17.677,77	73.017,26	Rio de Janeiro (Laranjeiras)	RJ	Montagem de Coleção, Precificação e Plano de Negócios Rede Asta	Ampliar o grau de independência dos grupos produtivos, tornando-os ainda mais capacitados a buscar novos mercados, diminuindo sua dependência na Rede Asta e consequentemente aumentando o potencial de renda mensal de seus participantes.
64	UNAS- União de Núcleos Associações e Sociedade dos Moradores de Heliópolis e São João Climaco	38.883.732/0001-40	0094.086/2012	27/12/2012	120.000,00	27.674,20	53.158,26	São Paulo (Região Sudeste)	SP	Costurando Renda	Gerar renda através da confecção de artigos de cama, mesa e banho
65	Fundação ORSA	74.502.550/0001-45	0095.087/2012	10/12/2012	116.252,80	59.732,37	84.742,80	Centro de São Paulo	SP	Escola Empreendedora de Confecção	Contribuir com autonomia financeira e econômica das mulheres que residem na região central da cidade de São Paulo. Através de ações para inserção e reinserção no mundo do trabalho no segmento de confecção.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
66	MDF -Movimento de Defesa do Favelado	54.636.022/00 01-71	0096.08 8/2012	18/12/2012	90.808,00	29.297,89	56.390,34	São Paulo	SP	Aproveitamento Integral dos Alimentos através da Cooperativa de Mulheres para gerar Renda	Organizar, formar e gerenciar a cooperativa "Pão & Arte" de aproveitamento integral de alimentos, para gerar renda aos seus cooperados e familiares, em conjunto com a conscientização da comunidade na educação ambiental através do consumo consciente.
67	Frete de Apoio Comunitário Sonho Nosso	06.065.829/00 01-59	0097.08 9/2012	17/12/2012	119.900,00	77.900,00	119.900,00	Dracena e Região (Região Sudeste)	SP	Plantadores de Floresta na Alta Paulista	Desenvolver capacidades técnicas para recomposição ambiental na região da Alta Paulista, como alternativa de geração de renda e sustentabilidade regional.
68	Centro de Convivência Infantil Filhos de Oxum	60.547.197/00 01-05	0100.09 2/2012	14/12/2012	108.164,26	46.457,57	80.452,05	Taboão da Serra (Região Maria Rosa)	SP	Eco Rosa	Fortalecer a autonomia econômica e financeira das mulheres de baixa renda em situação de vulnerabilidade social das regiões do município de Taboão da Serra que possibilite o desenvolvimento local sustentável formalizando uma cooperativa de artesãs.
69	Organização Cidades Sem Fome	06.151.676/00 01-62	0101.09 3/2012	05/12/2012	120.000,00	53.000,00	108.720,00	São Paulo (Região Zona Leste)	SP	Projeto Cidades Sem Fome/ Hortas Comunitárias	Implantar núcleos de hortas comunitárias na cidade de São Paulo com a finalidade de promover melhores condições de inserção social de populações carentes através da disponibilização de oportunidades de trabalho, da capacitação profissional e da geração de renda.
70	Instituto Brasileiro de Reciclagem - IBR	06.270.041/00 01-84	0102.09 4/2012	20/12/2012	118.800,00	17.889,71	32.739,71	São Paulo (Região Zonas Oeste e Sul)	SP	Pontos de Entrega Voluntária Solidários - PEVS's	Fomentar a inclusão de catadores de materiais recicláveis no mercado de trabalho oferecendo condições dignas e estáveis por meio do fortalecimento de cooperativas de recicladores.
71	Prefeitura Municipal de Hortolândia	67.995.027/00 01-32	0103.09 5/2013	28/02/2013	1.056.521,10	835.310,61	960.658,81	Hortolândia	SP	Reciclando Entulhos	Implantação de 5 PEV - Ponto de Entrega Voluntária bem como a conscientização da população através de ações de Educação Ambiental.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
72	Instituto GEA - Ética e Meio Ambiente	03.562.070/00-01-21	0106.098/2013	18/06/2013	1.000.800,00	801.900,00	1.000.800,00	Salvador, Brasília e São Paulo.	BA; DF; SP	Lixo Eletrônico e Responsabilidade Socioambiental	Gerar renda para cooperativas de catadores de Brasília, Salvador e São Paulo, por meio de sua capacitação técnica para a reciclagem de resíduos eletroeletrônicos (REE), com a utilização de uma parcela dos resíduos eletroeletrônicos inservíveis da Caixa.
73	Fundação Apolônio Sales de Desenvolvimento Educacional	08.961.997/00-01-58	0109.103/2013	10/06/2013	990.282,60	452.692,40	831.967,42	João Pessoa	PB	Plano de Ação João Pessoa Sustentável - Iniciativa Cidades Emergentes - ICES	Apoiar técnica e financeiramente as cidades com alto índice de desenvolvimento socioeconômico e de crescimento demográfico na identificação de seus principais desafios, priorização de ações e definição de estratégias para o desenvolvimento sustentável.
74	IETS	03.947.908/00-01-03	0114.106/2013	19/09/2013	1.800.000,00	666.850,00	1.622.606,14	Queimados	RJ	Projeto de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território do Conjunto Habitacional Parque Valdariosa e entorno	Elaborar Diagnóstico Técnico Comunitário, assim como construir um Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável e implantar uma Agenda Local no CH Valdariosa e no entorno.
75	Pólis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	57.752.206/00-01-95	0115.107/2013	20/09/2013	1.493.000,00	281.300,95	678.300,95	Campinas	SP	Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território do Conjunto Residencial Jardim Bassoli - MCMV/Campinas	Promover o desenvolvimento (humano e social) sustentável, mediante a articulação e revitalização de redes sociais, a democratização das relações e a integração das políticas públicas. Melhorar as condições ambientais, econômicas, sociais, políticas, institucionais, buscando a qualidade de vida das famílias mobilizadas para participar das atividades programadas e para se tornarem protagonistas do processo.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
76	Instituto Elos	04.241.216/0001-08	0116.108/2013	04/10/2013	1.498.542,00	608.192,00	1.050.002,00	Baixada Santista	SP	Guerreiros Sem Armas e o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território nos Municípios de Itanhaém, Guarujá e Santos - SP	Formação de lideranças comunitárias e mobilização, apoio e acompanhamento de comunidades para a realização de projetos e empreendimentos comunitários pautados em uma visão de futuro que oriente o Desenvolvimento Integrado e Sustentável dos seus Territórios.
77	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM	33.645.482/0001-96	0117.109/2013	01/11/2013	903.420,00	335.756,81	827.414,23	Florianópolis	SC	Plano de Ação Florianópolis Sustentável - Iniciativa Cidades Emergentes - ICES	Apoiar técnica e financeiramente as cidades com alto índice de desenvolvimento socioeconômico e de crescimento demográfico na identificação de seus principais desafios, priorização de ações e definição de estratégias para o desenvolvimento sustentável.
78	Pólis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	57.752.206/0001-95	0119.111/2013	01/11/2013	958.283,85	743.542,22	958.283,86	Vitória	ES	Plano de Ação Vitória Sustentável - Iniciativa Cidades Emergentes - ICES	Apoiar técnica e financeiramente as cidades com alto índice de desenvolvimento socioeconômico e de crescimento demográfico na identificação de seus principais desafios, priorização de ações e definição de estratégias para o desenvolvimento sustentável.
79	CIRANDA - Cultura, Comunicação e Meio Ambiente	63.604.722.0001-75	0120.112/2013	13/11/2013	798.200,04	226.580,16	704.270,96	Rio Branco	AC	Rumos ao Novo Eldorado: uma experiência de desenvolvimento integrado e sustentável no Acre	Criar oportunidades para a dinamização da economia, através da articulação, fomento e capacitação de agentes locais para o desenvolvimento de pequenos negócios (criativos) e empreendedorismo sustentáveis e integrados no território São Francisco, estimulando a participação ativa da comunidade e utilizando a comunicação e o lúdico como fatores de geração de renda, ferramentas de mobilização e de repasse de informações educativas, tendo como filosofia básica o respeito e a preservação da natureza, a disseminação da cultura de paz e o desenvolvimento humano.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
80	IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano	05.773.404/00-01-31	0121.113/2013	23/12/2013	1.499.894,00	517.060,00	517.060,00	Arapiraca	AL	Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território - DIST / Arapiraca - Alagoas/AL	Promover o desenvolvimento humano e social sustentável, mediante a articulação e revitalização de redes sociais, a democratização das relações e a integração das políticas públicas em espaços territoriais urbanos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal.
81	POLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	57.752.206/00-01-95	0123.115/2014	14/02/2014	990.471,02	752.460,74	752.460,74	Palmas	TO	ICES - Palmas Sustentável	Definir o escopo de ações a serem desenvolvidas pelo Instituto Pólis na elaboração do Plano de Ação - Palmas/TO Sustentável, utilizando a metodologia da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES).
82	IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano	05.773.404/00-01-31	0124.116/2014	08/04/2014	1.428.677,80	642.280,80	642.280,80	Goiânia	GO	Projeto Jardim do Cerrado: da Casa ao Território	Elaborar e apoiar na implementação do Plano de Desenvolvimento Integrado Sustentável do Território Jardim do Cerrado na cidade de Goiânia/GO, visando à organização socioeconômica, ambiental, político-institucional e sociocultural educacional, para a melhoria da qualidade de vida de sua população, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.
83	Município de Pirapora/MG	23.539.463/00-01-21	0126.118/2014	04/06/2014	2.546.082,20	263.130,40	263.130,40	Pirapora	MG	Parque dos Ipês	Realização do projeto "Parques Fluviais Urbanos da Bacia do Rio São Francisco/Parque dos Ipês e Ações de Educação Ambiental" para recuperar e revitalizar a área de APP urbana com plantio de espécies nativas resistentes e adaptadas ao ciclo hidrológico, fazendo com que o processo erosivo e de carregamento de sedimentos para o rio seja menor. Proporcionar espaço físico para entretenimento, lazer e prática de esportes e atividades que possibilitarão um ganho extra para agregar à renda familiar.



FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA - OPERAÇÕES REALIZADAS

Nº	Agente Executor	CNPJ	Nº ACF	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2014	Total desembolsado até Jan/2015	Município	UF	Projeto	Objeto
84	Diaconia	33.762.154/00-01-70	0129.121/2014	30/06/2014	2.787.757,42	1.237.406,80	1.237.406,80	24 municípios distribuídos entre 06 Estados brasileiros.	BA/GO/MG/PE/RS/SC	Biodigestores: uma tecnologia social no Programa Nacional de Habitação Rural	Tecnologia Social dos biodigestores disseminada em pequenas propriedades rurais beneficiadas pelo PNHR, por meio da capacitação de pessoas, com vistas à construção e ao manejo de gás de cozinha (biogás metano), a partir de resíduos orgânicos provenientes de atividades pecuárias em escala familiar.
85	Instituto Educacional de Educação do Brasil - IEB	03.057.776/00-01-36	0130.122/2014	03/11/2014	2.999.990,95	955.991,34	955.991,34	Ilha do Marajó	PA	Fortalecimento institucional para o Desenvolvimento Sustentável no Marajó, Pará	Implementar ações de desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável do Fundo Socioambiental CAIXA - DIST, visando o desenvolvimento local integrado a políticas públicas, nos municípios onde trafega a agência Barco Ilha do Marajó, Pará.
86	Fundo Socioambiental CASA	08.053.735/00-01-95	0131.123/2014	08/12/2014	4.000.000,00	1.739.375,00	1.739.375,00	São Paulo	SP	Sustentação: Fortalecendo as Comunidades na busca pela Sustentabilidade!	Promover o fortalecimento das organizações e movimentos de base (núcleos urbanos e rurais) do Brasil, por meio do apoio a projetos de comunidades de base com valor de até R\$ 30.000,00 cada projeto, pelo período de 01 ano.
					46.774.067,99	14.564.049,23	32.142.522,99				
Fonte: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/GERSA - FEV/2015											



Relatório de Gestão – Exercício 2014

Anexo II

**Contratos afetados pela desoneração
propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e
pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.**

Tabela 10 - Demonstrativo dos contratos de construção civil afetados pela desoneração propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012

Nº	Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Contratual		Redução (R\$)
01	5133/2012	Gazal Melo Serviços e Const Ltda. EPP	1343282500012	Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com reposição e substituição de peças, bem como execução de serviços de adequação (PSAA), em unidades da CAIXA, no estado da Paraíba.	10/10/2012	09/10/2014	386.238,44
02	137/2014	Fácil Comércio Serviços e Construções Ltda	120671030001	Prestação de serviços de apoio à fiscalização da manutenção predial, climatização, limpeza, mobiliário e execução de pequenos reparos de manutenção (PSM) em unidades CAIXA vinculadas à superintendência regional Recife.	03/03/201	02/03/2014	45.805,75
03	3266/2013	Fácil Comércio Serviços e Construções Ltda	120671030001	Contratação de serviços de apoio à fiscalização da manutenção predial, climatização, limpeza, mobiliário e execução de pequenos serviços de manutenção (PSM), em unidades da CAIXA no estado do Rio Grande do Norte.	01/12/2013	05/11/2014	51.965,99
04	378/2014	Engeforma Engenharia Indústria e Comércio Ltda	1898106800016	Prestação de serviços de apoio à fiscalização da manutenção predial, climatização, limpeza em unidades da CAIXA na Paraíba - GILOG/RE.	05/03/2014	04/03/2015	44.695,06
05	1137/2013	Fenix Engenharia e Manutenção Ltda.	5872017800019	Prestação de serviços de manutenção predial para unidades da CAIXA no estado do Mato Grosso.	03/06/2013	02/06/2014	31.317,86
06	0155/2010	São Miguel Ar Condicionado Ltda.	30244800016	Manutenção preventiva e corretiva integral, com assistência técnica e reposição de peças e materiais de consumo dos sistemas de climatização de ambientes, condicionadores individuais e ventilação mecânica, instalados em imóveis da CAIXA no estado do MT.	14/01/2010	07/02/2014	13.592,42
07	3855/2010	Fenix Engenharia e Manutenção Ltda.	5872017800019	Prestação de serviços de manutenção predial do ed. sede de Campo Grande/MS.	05/11/2010	30/11/2015	20.054,21
08	1136/2013	Construtora Megatec Ltda.	271754600019	Prestação de serviços de manutenção predial para unidades da CAIXA no estado de Rondônia.	01/07/2013	30/06/2015	139.934,64
09	2800/2013	Pereira e Magalhães EPP.	953172900016	Contratação de empresa pra prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem com pequenos serviços de adequação de climatização instalados nas unidades CAIXA vinculadas a SR Goiás.	11/09/2013	16/10/2015	40.600,80

Nº	Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Contratual		Redução (R\$)
10	6628/2012	Setec Serviços Técnicos e Manutenção Ltda-ME	946833400016	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de climatização instalados nas unidades da CAIXA no estado de Rondônia.	07/01/2013	06/01/2015	18.035,48
11	0250/2010	Termotins Ar Condicionado Ltda.	458198500014	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva integral, com assistência técnica e reposição de peças e materiais de consumo dos sistemas de climatização de ambientes, condicionadores individuais e ventilação mecânica, instalados no Tocantins.	01/02/2010	31/01/2014	3.314,41
12	0110/2010	Ibrowse Consultoria e Informática Ltda.	287756600012	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de aplicativos em ambiente descentralizado - Pólo de desenvolvimento de sistemas Rio Grande do Sul - GISUT/PO.	15/01/2010	14/01/2014	60.476,70
13	0456/2011	Totalservice Eletrônica e Tecnologia Ltda.	9364558800011	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico de TIC (tecnologia da informação e comunicação).	26/03/2011	25/03/2015	1.012.092,34
14	1880/2013	Enclimar	7667470400010	Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização de ambientes, SR Vale dos Sinos.	01/09/2013	31/08/2014	10.747,10
15	2209/2013	Active Engenharia Ltda	6828714300016	Prestação de serviços técnicos compreendendo a assessoria à fiscalização de serviços de manutenção, limpeza e conservação; recebimento, cadastramento e controle de banco de dados de equipamentos e instalações; elaboração de análises e assessoramento.	01/08/2013	31/07/2014	48.309,63
16	0775/2009	Engeforma Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.	1898106800016	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção predial preventiva e corretiva com reposição e substituição de peças - Edifício Marcílio Dias e anexo - em Porto Alegre/RS.	20/03/2009	31/05/2014	36.736,88
17	1307/2013	Engeforma Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.	1898106800016	Contrato de empresas para prestação serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com reposição e substituição de peças, execução de pequenos serviços de adequação (PSSA) e serviços comuns de engenharia (SCE) nas unidades da CAIXA no RS, centro Gaúcho.	21/06/2013	20/06/2015	130.593,80
18	1239/2014	Engeforma Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.	1898106800016	Serviços contínuos de operação e manutenção preventiva e corretiva no Ed. Marcílio Dias em Porto Alegre/RS.	01/05/2014	30/04/2015	94.527,00

Nº	Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Contratual		Redução (R\$)
19	2208/2013	Fenix Engenharia e Manutenção Ltda	5872017800019	Prestação de serviços técnicos compreendendo a assessoria à fiscalização de serviços de manutenção, limpeza e conservação; recebimento, cadastramento e controle de banco de dados de equipamentos e instalações; elaboração de análises, assessoramento.	08/08/2013	07/08/2014	166.917,50
20	4692/2012	Markfer Engenharia e Construções Ltda	576239300019	Mudança de endereço do PAB JF Rio Grande/RS, com fornecimento de rack e ar-condicionado.	25/07/2012	20/07/2014	1.912,66
21	3255/2013	Markfer Engenharia e Construções Ltda	576239300019	Execução dos serviços de adaptação em imóvel para mudança de endereço da Ag. Mont Serrat, com fornecimento de rack, no break e ar cond. no município de Porto Alegre/RS.	04/11/2013	03/11/2014	8.530,34
22	3194/2013	SHS Engenharia Ltda.	9160814100014	Execução dos serviços de engenharia de adaptação em imóvel para a instalação da Ag. Praia de Belas, com fornecimento de rack, no break e ar cond. em Porto Alegre/RS.	31/10/2013	30/10/2014	12.466,95
23	3996/2013	SHS Engenharia Ltda	9160814100014	Adaptação em imóvel p/instalação da Ag. Monte Cristo/RS com fornecimento de rack e no break.	30/12/2013	29/12/2014	2.858,56
24	3877/2013	Conexão Tecnologias Construtivas e Instalações Ltda	712348300016	Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para execução de serviços comuns de engenharia para fornecimento e instalação de piso de granito, para as unidades da CAIXA no âmbito da superintendência regional Porto Alegre/RS.	16/12/2013	15/12/2014	14.923,95
25	3260/2013	Conexão Tecnologias Construtivas e Instalações Ltda	712348300016	Sistema de registro de preços pelo prazo de 12 meses para execução de serviços comuns de engenharia, para implantação e adaptação de diversas unidades da CAIXA no estado do RS, SR Centro Gaúcho e Porto Alegre.	13/11/2013	12/11/2014	48.057,22
26	3546/2013	Foco Construções Ltda	595488600012	Execução de serviços comuns de eng. p/adaptação de unidades no âmbito da SR Porto Alegre/RS.	25/11/2013	24/11/2014	45.266,67
27	3265/2013	Foco Construções Ltda.	595488600012	Sistema de registro de preços pelo prazo de 12 meses para execução de serviços comuns de engenharia, para implantação e adaptação de diversas unidades da CAIXA no estado do RS - SR extremo sul, norte gaúcho e Serra Gaúcha.	13/11/2013	12/11/2014	47.782,83



Nº	Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Contratual		Redução (R\$)
28	1201/2013	FENIX	5872017800019	Prestação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, reposição e substituição de peças, execução de (PSAA) e serviços comuns de engenharia, no âmbito das SR Osasco, SR Paulista e SR Pinheiros, atendidas pela GILOG/SP.	26/08/2013	25/08/2014	108.025,50
29	1315/2013	FENIX	5872017800019	Prestação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, reposição e substituição de peças, execução de (PSAA) e serviços comuns de engenharia, no âmbito das SR ABC e SR Baixada Santista, atendidas pela GILOG/SP.	22/07/2013	21/07/2015	98.208,19
30	1381/2013	FENIX	5872017800019	Prestação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, com reposição e substituição de peças, bem como execução de serviços de adequação e ampliação (PSAA) e serviços comuns de engenharia (SCE), em unidades da CAIXA, atendidas pela GILOG/SP.	01/07/2013	30/06/2015	169.230,74
31	4354/2009	FENIX	5872017800019	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com reposição e substituição de peças, bem como execução de pequenos serviços de adequação e/ou ampliação nos edifícios sedes, no âmbito da GIMAT/SP.	04/12/2009	03/12/2014	132.605,65
32	4613/2012	ORION	101197600012	Prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial preventiva e corretiva, com reposição e subst. de materiais, peças e equipamentos e execução de serviços de adequação nas instalações da CAIXA no site Osasco e no condomínio Panamérica (São Paulo)	16/08/2012	15/08/2015	174.612,24
33	5914/2012	ORION	101197600012	Contratação para prestação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, com reposição e substituição de peças, bem como execução de serviços de adequação (PSAA), em unidades da CAIXA, vinculadas à SR Santana.	13/11/2012	12/11/2014	104.409,85
34	3708/2009	ORION	101197600012	Contratação de empresa para prestação de serviços de gestão de contratos de arrendamento e administração de imóveis do programa de arrendamento residencial par condomínio, residencial topázio 160 unidades em Praia Grande.	16/03/2012	15/03/2014	8.201,75



Nº	Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Contratual		Redução (R\$)
35	0841/2012	THERMON	6208282100017	Contratação de empresa para prestação de serviços de gestão de contratos de arrendamento e administração de imóveis do programa de arrendamento residencial par condomínio residencial topázio 160 unidades em Praia Grande.	15/03/2012	14/03/2015	8.401,82
36	00843/2013	ENGEFORMA	1898106800016	Prestação de serviços de manutenção predial em unidades vinculadas à SR Triangulo Mineiro.	01/06/2013	31/05/2015	15.397,35
37	03792/2013	ENGEFORMA	1898106800016	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva com reposição e substituição de peças bem como execução de (PSAA) e serviços comuns de engenharia (SCE) em unidades da CAIXA vinculadas ao Ed Tupinambas, Ag. Tupinambás e áreas meio.	21/12/2013	20/12/2014	13.029,41
38	04587/2010	ENGEFORMA	1898106800016	Manutenção predial na unidade da CNATE/BH.	01/01/2011	31/12/2014	1.974,90
39	01667/2013	ENGEFORMA	1898106800016	Manutenção predial, preventiva e corretiva, com reposição de peças, bem como execução de serviços de adequação (PSAA) e serviços comuns de engenharia em unidades da SR BH NORTE.	21/07/2013	20/07/2015	9.928,02
40	01934/2013	ENGEFORMA	1898106800016	Manutenção predial, preventiva e corretiva, com reposição e substituição de peças (PSAA) e serviços comuns de engenharia (SCE) em unidades da CAIXA vinculadas à SR BH SUL.	01/08/2013	31/07/2015	10.913,78
41	01935/2013	ENGEFORMA	1898106800016	Manutenção predial, preventiva e corretiva, com reposição e substituição de peças (PSAA) e serviços comuns de engenharia (SCE) em unidades da CAIXA vinculadas à SR Centro de Minas.	01/08/2013	31/07/2015	13.430,99
42	2009/2013	COTTAR	508096700014	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva em unidades vinculadas à SR Centro Oeste de Minas.	01/08/2013	31/07/2015	3.019,09
43	1719/2013	COTTAR	508096700014	Manutenção predial, preventiva e corretiva, com reposição de peças, bem como a execução de serviços de adequação (PSSA) e serviços comuns de engenharia (SCE) em unidades da CAIXA vinculadas a SR Leste de Minas.	21/07/2013	20/07/2015	9.877,00

Nº	Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Contratual		Redução (R\$)
44	3461/2010	CONNECTCOM	30814100017	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação instalados na região de abrangência da unidade de suporte tecnológico de belo	25/10/210	24/10/2014	37.163,33
45	01139/2014	Ática Empreendimentos	1490438900010	Registro de preços para prestação de serviços comuns de engenharia para adequação de imóveis no âmbito da SR BH Norte/MG.	07/04/2014	06/04/2015	3.957,15
46	01206/2013	Thiell Construções	114398200013	Serviços comuns de engenharia para implantação da agência Piúma/ES.	26/04/2013	25/04/2014	24.194,57
47	01877/2013	Mundial Construções	369103200017	Serviços comuns de engenharia visando à melhoria de climatização da agência Várzea da Palma/MG.	25/06/2013	24/06/2014	3.473,40
48	01722/2013	Conser Engenharia	2096890500016	Serviços comuns de engenharia visando à reforma da CIREC/BH em Belo Horizonte/MG.	14/06/2013	13/06/2014	12.317,07
49	02068/2013	Mosteiro Engenharia	780109800012	Registro de preços para serviços de engenharia para adequação de imóveis no âmbito da SR Leste de Minas.	15/07/2013	14/07/2014	54.996,44
50	02069/2013	Pré-Moldados	141426500010	Registro de preços para serviços de engenharia para adequação de imóveis no âmbito da SR Sudeste de Minas.	15/07/2013	14/07/2014	4.368,24
51	02535/2013	Movimento Construções	617097200010	Prestação de serviços comuns de engenharia para adequação das instalações da Ag Cachoeiro do Itapemirim/ES.	19/08/2013	18/08/2014	2.638,77
52	02442/2013	Tecno Termica Engenharia	152621800014	Serviços comuns engenharia para melhoria sistema climatização da Ag. Barro Preto.	13/08/2013	12/08/2014	33,96
53	02430/2013	Movimento Construções	617097200010	Serviços comuns de engenharia para implantação da agência Jacareipe/ES.	09/08/2013	08/02/2015	11.280,86
54	03361/2013	Probanc Engenharia	414541900019	Contratação de empresa para prestação de serviços comuns de engenharia visando à reforma da Ag. Três corações.	31/10/2013	30/10/2014	8.635,60
55	03278/2013	CDJ Manutenções	1796964800017	Serviços comuns de engenharia visando à reforma da agência Elói Mendes.	25/10/2013	24/10/2014	5.850,21
56	04039/2013	Radar Engenharia	142852100010	Serviços comuns de engenharia visando à implantação do PCI (programa combate incêndio) na agência Floresta em Belo Horizonte, além da drenagem pluvial do imóvel.	20/12/2013	19/12/2014	1.287,67
57	03362/2013	AP Projetos	805778500014	Contratação de empresa para realização de serviços comuns de engenharia visando à ampliação da Ag. Formiga.	01/11/2013	31/10/2014	7.978,37

Nº	Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Contratual		Redução (R\$)
58	03141/2013	BFX Engenharia	930185700011	Contratação de empresa para execução dos serviços comuns de engenharia para instalação de porta automatizada de enrolar na Ag. Martins.	15/10/2013	14/10/2014	845,90
59	04053/2013	Thiell Construções	114398200013	Registro de preços, pelo prazo de 12 meses, de serviços comuns de engenharia para adequação de imóveis no âmbito da SR Norte do Espírito Santo.	30/12/2013	29/12/2014	48.617,86
60	04035/2013	CFA Engenharia	1808961400015	Registro de preços para prestação de serviços comuns de engenharia visando à adequação de imóveis, no âmbito da SR Triângulo Mineiro.	23/12/2013	22/12/2014	50.599,25
61	00372/2014	Conceito Construções	758658300012	Registro de preços para prestação de serviços comuns de engenharia visando à adequação de imóveis no âmbito da SR Sul de Minas.	30/01/2014	29/01/2015	25.425,80
62	00179/2013	Conser Engenharia	2096890500016	Registro de preços para serviços comuns de engenharia para adequação de imóveis no âmbito da SR Triângulo Mineiro.	22/01/2013	21/01/2014	5.158,31
63	7065.01.592 4.01/2013	Construtora Ática	2584347500017	Execução de obras e serviços de engenharia.	01/12/2014	30/12/2015	49.917,71
64	00670/2014	Probanc Engenharia	414541900019	Registro de preços de serviços de engenharia para adaptação de imóveis no âmbito da SR Centro Oeste de Minas.	24/02/2014	23/02/2015	60.517,80
65	00031/2013	Engeforma	1898106800016	Registro de preços para execução de serviços de engenharia para adequação de imóveis destinados às áreas meio da CAIXA, em Minas Gerais.	07/01/2013	06/01/2014	96,83
66	00141/2014	CFA Engenharia	1808961400015	Registro de preços para prestação de serviços para adequação de imóveis no âmbito da SR Centro de Minas.	14/01/2014	13/01/2015	25.488,44
67	00128/2014	Radar Engenharia	142852100010	Registro de preços para prestação de serviços para adequação de imóveis no âmbito da SR BH Sul.	13/01/2014	12/01/2015	5.823,37
68	00734/2014	Gold Service	1135494500012	Prestação de serviços comuns de engenharia para adequação da cobertura de policarbonato da Ag. Itaparica/ES.	28/02/2014	27/02/2015	4.833,07
69	00217/2014	Mosteiro Engenharia	780109800012	Prestação de serviços de engenharia para implantação da SNC reta da Penha/ES.	16/01/2014	15/01/2015	1.751,41
70	215/2014	WRSS Engenharia	885538600012	Prestação de serviços de engenharia.	16/01/2014	15/01/2015	1.483,85
71	00063/2013	Mundial Construções	369103200017	Registro de preços para serviços comuns de engenharia para adequação de imóveis no âmbito da SR Sul de Minas.	14/01/2013	13/01/2014	6.305,86



Nº	Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Contratual		Redução (R\$)
72	7065.01.672 6.01/2012	Construtora Ática	2584347500017	Registro de preços para serviços comuns de engenharia para adequação de imóveis no âmbito da SR BH SUL.	20/03/2013	19/03/2014	1.080,62
73	2313/2010	Visionnaire Informática S.A.	128929800016	Prestação de serviços técnicos especializados de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas de informação.	15/07/2010	14/07/2014	41.007,06
74	3451/2011	Airsil Manutenção de ar condicionado e Elétrica Ltda.	771819400010	Prestação de serviços comuns de engenharia de manutenção predial preventiva e corretiva, com reposição e substituição de peças, e execução de serviços de adequação (PSAA), nas unidades da CAIXA na região da Superintendência Regional Norte do Paraná.	22/08/2011	21/08/2013	61.110,21
75	1792/2013	Active Engenharia LTDA.	6828714300016	Prestação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, com reposição e substituição de peças, execução de serviços de adequação e ampliação (PSAA) e serviços comuns de engenharia (SCE), em unidades vinculadas às SR CTBA Leste e CTBA Oeste.	04/07/2013	03/10/2014	43.807,63
76	556/2013	Airsil Manutenção de Ar Condicionado e Elétrica LTDA.	771819400010	Contratação de empresa para serviços de assessoria técnica de engenharia e arquitetura à fiscalização da CAIXA e execução itinerante de pequenos serviços de manutenção, limpeza e conservação em unidades CAIXA vinculadas às SR Oeste do PR e SC.	04/07/2013	03/07/2014	86.224,34
77	341/2013	Airsil Manutenção de Ar Condicionado e Elétrica LTDA.	771819400010	Serviços de assessoria técnica de engenharia e arquitetura à fiscalização da CAIXA e execução itinerante de pequeno serviço de manutenção, limpeza e conservação em unidades da CAIXA vinculadas às SR Norte PR e Noroeste do PR.	22/08/2013	21/08/2014	94.011,78
78	2227/2014	ENGFRIO Refrigeração e Ar Condicionado LTDA EPP	1774108100018	Serviço manutenção preventiva e corretiva integral sistema climatização ambientes, condicionadores indis e ventilação mecânica, c/ assistência técnica e reposição peças e materiais consumo, bem como exção de PSAC no âmbito da SR PI.	03/07/2014	02/07/2015	18.098,28
79	3716/2012	Casa da Refrigeração Ar Condicionado LTDA	318219000010	Manutenção climatização SR Sul da Bahia.	09/06/2012	08/06/2015	13.895,02
						Total	4.243.297,51

Fonte: Caixa Econômica Federal - Gerência Nacional de Gestão Formal de Contratos e Pagamentos (Março de 2015).

Tabela 11 - Demonstrativo dos contratos de tecnologia afetados pela desoneração propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012

Nº	Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Contratual		Redução (R\$)
1	4616/2010	CPMBRAXIS	13.009.986/0001-02	Fornecimento de solução tecnológica para tratamento de todas as fases das operações imobiliárias já formalizadas entre a CAIXA e seus clientes, exceto os contratos imobiliários com equivalência salarial e os contratos com cobertura do FCVS, pelo período de 48 meses.	29/12/2010	29/12/2015	1.759.200,52
2	1443/2008	POLITEC	16.457.380/0001-79	Prestação de serviços técnicos especializados de desenvolvimento, manutenção, documentação e sustentação de Sistemas de Informação.	29/04/2008	28/04/2013	542.630,08
3	1936/2008	POLITEC	16.457.380/0001-79	Prestação de serviços técnicos especializados de processamento de sistemas.	05/06/2008	04/12/2012	347.391,10
4	2006/2008	POLITEC	16.457.380/0001-79	Prestação de serviços técnicos especializados de processamento de sistemas, referente ao item II - Processamento de sistemas REROP/RJ.	05/06/2008	04/12/2012	374.215,79
5	0205/2010	Ibrowse Consultoria	02.877.566/0001-21	Desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas de informação que tenham como arquitetura predominante arquitetura tecnológica web - internet/intranet conf. ambiente operacional da CAIXA.	15/01/2010	17/04/2013	456.627,09
6	3992/2010	Plansul Planejamento e Consultoria	78.533.312/0001-58	Contratação de empresa para prestação de serviços de telemarketing para período de 24 meses para a CNATE/BH.	09/11/2010	30/11/2014	7.978.013,65
7	1440/2008	CTMON	10.889.811/0001-00	Prestação de serviços técnicos especializados de desenvolvimento, manutenção, documentação e sustentação de Sistemas de Informação.	29/04/2008	28/04/2014	2.800.661,64
8	1441/2008	DBA	32.121.162/0001-74	Prestação de serviços técnicos especializados de desenvolvimento, manutenção, documentação e sustentação de Sistemas de Informação.	29/04/2008	28/04/2014	4.127.736,00
9	1442/2008	STEFANINI	58.069.360/0001-20	Prestação de serviços técnicos especializados de desenvolvimento, manutenção, documentação e sustentação de Sistemas de Informação.	29/04/2008	28/04/2014	5.604.177,78
10	1439/2008	RSI	72.827.405/0001-09	Prestação de serviços técnicos especializados de inspeção de artefatos de teste.	29/04/2008	28/04/2013	154.222,29
11	0561-2011	TMS	67.726.505/0001-09	Prestação de serviços técnicos especializados de suporte a ambiente - BR.	15/03/2011	14/12/2013	429.348,84



Nº	Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Contratual		Redução (R\$)
12	0563/2011	TMS	67.726.505/0001-09	Prestação de serviços técnicos especializados de suporte a ambiente - SP.	15/03/2011	19/09/2015	1.154.731,38
13	3752/2010	POLITEC	01.645.738/0001-79	Prestação de Telesserviços (telemarketing) em Fortaleza/CE.	03/11/2010	02/11/2014	1.817.679,25
14	64/2011	CTIS	01.644.731/0001-32	Prestação de Telesserviços (telemarketing) em DF.	07/01/2011	06/01/2015	5.142.849,54
15	0834/2011	B2Web	13.381.920/0001-49	Prestação de serviços técnicos especializados de Suporte a Ambiente.	22/03/2011	21/03/2014	307.486,09
16	4024/2010	Conecticom	00.308.141/0001-76	Assistência e suporte para Tecnologia da Informação e Comunicação.	06/12/2010	30/12/2015	1.362.191,88
17	4613/2009	G&P	59.057.992/0001-49	Prestação de serviços técnicos especializados de informática de controle, qualidade e conformidade.	16/12/2009	15/06/2013	405.407,91
18	4612/2009	G&P	59.057.992/0001-49	Prestação de serviços técnicos especializados de informática de controle, qualidade e conformidade.	16/12/2009	15/06/2012	401.249,09
19	4611/2009	G&P	59.057.992/0001-49	Prestação de serviços técnicos especializados de informática de controle, qualidade e conformidade.	16/12/2009	15/06/2012	444.225,64
20	1951/2008	TM Solutions	67.726.505/0001-09	Prestação de serviços técnicos especializados de suporte de ambiente no âmbito da representação de operações tecnológicas de Brasília.	06/06/2008	05/06/2013	50.101,24
21	2425/2010	TI Métricas	04.718.005/0001-05	Prestação dos serviços técnicos especializados de mensuração de sistemas, validação de mensurações, suporte à aplicação de técnicas de mensuração de suporte avançado em métricas de software.	20/07/2010	19/07/2013	569.039,11
22	1625/2011	TELEDATA	80.043.904/0001-33	Fábrica de software.	31/05/2011	28/08/2013	459.210,00
23	2906/2012	B2BR	01.162.636/0001-00	Prestação de serviços técnicos especializados de Processamento de Sistemas para a Centralizadora Nacional de TI de São Paulo.	27/04/2012	26/10/2013	55.878,23
24	3441/2009	CPMBRAXIS	00.717.511/0001-29	Prestação de serviços de manutenção de equipamentos, hardware e software operacional da rede de telecomunicações da CAIXA.	28/09/2009	27/09/2014	22.892,00
25	2036/2009	Consórcio CMO (POLITEC)	01.645.738/0001-79	Cessão de direito de uso permanente de produto de software para solução preditiva para gerenciamento de abastecimento de consumíveis para ATM.	27/07/2009	26/05/2013	104.253,64
26	4388/2008	4LINUX	04.491.305/0001-95	Manutenção, suporte e atualização Linux.	30/10/2008	29/10/2013	106.263,82

Nº	Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Contratual		Redução (R\$)
27	3819/2009	Plansul Planejamento e Consultoria	78.533.312/0001-58	Serviços de atendimento e suporte operacional e tecnológico aos produtos, serviços e sistemas utilizados nas operações da CAIXA, incluindo a geração, o tratamento de informações gerenciais e atividades acessórias de suporte e gestão do atendimento.	03/11/2009	02/11/2014	2.002.281,73
28	4760/2009	4LINUX	04.491.305/0001-95	Prestação dos serviços de Suporte Técnico Local com atualização e manutenção tecnológica, transferência de conhecimento, serviço técnico especializado, integração e garantia.	28/12/2009	27/12/2014	73.736,02
29	2553/2010	PC Service	30.161814/0001-79	Telemarketing Rio de Janeiro.	27/07/2010	31/07/2014	4.880.013,76
30	3210/2011	TM Solutions	67.726.505/0001-09	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando à disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de TIC (tecnologia da informação e comunicação) instalados na região de abrangência da unidade de suporte tecnológico do Rio de Janeiro.	26/07/2011	31/07/2015	283.823,16
31	0087/2011	TM Solutions	67.726.505/0001-09	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de TIC (tecnologia da informação e comunicação) instalados na região de abrangência da unidade de suporte tecnológico de Brasília e Entorno.	11/02/2011	28/02/2016	504.963,28
32	0952/2011	CMA Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S/A	43.819.978/0001-92	Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do Painel Datawall, 12 linhas por 120 caracteres, com caráter 2.1, tricolor, de fabricação Translux, bem a manutenção e atualização do software de Controle do Painel.	15/04/2011	12/05/2015	2.935,49
33	3698/2011	UNITECH	32.578.387/0001-54	Atualização e suporte para subsistemas de discos EMC DMX3.	29/08/2011	28/08/2015	14.253,13
34	3699/2011	UNITECH	32.578.387/0001-54	Atualização e suporte para subsistemas de discos EMC DMX3.	29/08/2011	28/08/2015	14.253,13
35	3700/2011	UNITECH	32.578.387/0001-54	Atualização e suporte para subsistemas de discos EMC DMX3.	29/08/2011	28/08/2015	14.253,13



Nº	Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Contratual		Redução (R\$)
36	5033/2012	SERASA	62.173.620/0001-80	Prestação de serviços de classificação de clientes inadimplentes em Bons, Maus, objetivando a recuperação de crédito junto a pessoas Física e Jurídica.	29/08/2012	28/08/2015	53.047,33
37	4094/2010	EVERMOBILE	07.792.459/0001-14	Aquisição de Plataforma Modular para Serviços Bancários Móveis.	26/11/2010	25/11/2013	103.842,39
38	2350/2010	PBTI Soluções Ltda.	02.950.570/0001-78	Atualização Tecnológica e suporte técnico aos softwares iProcess utilizados pela CAIXA.	13/07/2010	12/07/2015	124.831,93
39	5258/2012	TELEDATA	80.043.904/0001-33	Prestação de serviços de operação.			70.098,32
40	0057/2011	CONNECTICOM	00.308.141/0001-76	Assistência e suporte para Tecnologia da Informação e Comunicação	18/01/2011	06/02/2016	36.238,01
41	1145/2011	CONNECTICOM	00.308.141/0001-76	Assistência e suporte para Tecnologia da Informação e Comunicação	01/05/2011	30/04/2014	58.942,56
42	5308/2012	HASKY	11.896.375/0001-72	Fornecimento de dispositivos de baixa performance.	06/09/2012	05/09/2013	82.407,92
43	106/2011	CALL Tecnologia	05.003.257/0001-10	Telemarketing São Paulo.	26/01/2011	25/01/2015	5.741.926,81
44	1478/2011	CPQI Serviços e Tecnologia LTDA	11.333.561/0001-29	Contratação de empresa para fornecimento de solução para gestão de ativos e passivos financeiros	23/05/2011	22/05/2014	317.616,64
45	0110/2010	IBROWSE Consultoria	02.877.566/0001-21	Prestação de serviços técnicos especializados de desenvolvimento, manutenção e documentação de Sistemas de Informação.	15/01/2010	14/01/2014	60.476,70
46	03170/2010	TELEDATA	80.043.904/0001-33	Prestação de Serviços de Manutenção, Suporte, Assistência Técnica e Fornecimento Eventual de Peças e Componentes, Aos Sistemas De Telefonia Instalados nas unidades sediadas nos estados do Ceará, Piauí e Maranhão.	20/09/2010	30/09/2014	43.532,59
47	03430/2010	TELEDATA	80.043.904/0001-33	Prestação de serviços de assistência e suporte tecnológico em Florianópolis/SC - GISUT/FL.	22/10/2010	15/11/2015	747.017,28

Nº	Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Contratual		Redução (R\$)
48	03909/2010	TELEDATA	80.043.904/0001-33	Serviços de assistência e suporte técnico, visando à disponibilidade para pleno uso dos recursos de TIC (tecnologia da informação e comunicação, na região de abrangência da unidade de suporte tecnológico de Curitiba/PR - RSNTI/CT.	12/11/2010	04/12/2013	635.134,62
49	5847/2011	AUDAC Serv.Especializados de Cobrança	47.679.824/0001-01	Telemarketing Salvador.	16/12/2011	30/06/2014	411.586,75
50	1097/2010	GLOBALMINDS	05.941.326/0001-37	Solução integrada de framework de certificação digital e cartório eletrônico.	16/04/2010	15/12/2012	40.592,82
51	3837/2010	MDTERJ	05.872.595/0001-99	Cessão de direito de uso permanente de solução de Operações de Câmbio e Comércio Exterior.	11/11/2010	18/05/2016	1.023.164,09
52	2944/2009	BEDUSCHI	02.215.004/0001-12	Serviços de assistência técnica e manutenção corretiva em servidores instalados nas unidades da CAIXA – Itaotec.	28/08/2009	27/08/2013	54.402,11
53	2945/2009	BEDUSCHI	02.215.004/0001-12	Serviços de assistência técnica e manutenção corretiva em servidores instalados nas unidades da CAIXA – Dell.	28/08/2009	27/08/2013	14.194,34
54	2880/2009	CSC	30.156.228/0001-36	Atualização tecnológica e de suporte técnico (remoto e/ou local) aos softwares da família ARS - Remedy ActionRequest Server.	03/08/2009	02/08/2014	5.496,30
55	0289/2011	WORKERS	72.108.467/0001-60	Licença, atualização e suporte de Unicenter TCPaccess Communications Server e Unicenter Solve CPT.	29/12/2010	28/12/2015	683,09
56	4621/2011	DIVIDATA	20.914.172/0001-88	Assistência e suporte técnico visando à disponibilidade para o pleno uso dos recursos de TI - estados PA e AP.	20/10/2011	06/11/2015	105.844,16
57	287/2008	POLITEC	01.645.738/0001-79	Telemarketing Salvador.	21/01/2008	25/01/2014	3.332.492,24
58	3661/2010	DIVIDATA	20.914.172/0001-88	Assistência e suporte técnico visando à disponibilidade para o pleno uso dos recursos de TI no Estado de GO.	26/10/2010	25/10/2014	164.736,17
59	3749/2010	DIVIDATA	20.914.172/0001-88	Assistência e suporte técnico visando à disponibilidade para o pleno uso dos recursos de TI no Estado do MS.	27/10/2010	13/01/2013	24.265,82
60	4365/2008	LIBERIUN	09.353.084/0001-11	Serviços técnicos profissionais especializados em PYTHON, ZOPE E PLONE para implementação de Portais Colaborativos.	24/10/2008	23/10/2012	27.211,32

Nº	Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Contratual		Redução (R\$)
61	624/2012	DIVIDATA	20.914.172/0001-88	Suporte Tecnológico - AM, RO, AC e RR.	02/04/2012	01/04/2016	174.345,20
62	3777/2012	INDRA POLITEC	15.648.615/0001-04	FSW	06/06/2012	05/06/2016	409.446,10
63	3782/2012	INDRA POLITEC	15.648.615/0001-04	FSW	04/06/2012	03/06/2016	77.733,98
64	3897/2012	NTC	02.255.748/0001-59	Fornecimento de solução Oracle	14/06/2012	13/06/2014	691.152,53
65	2925/2012	NTC	02.255.748/0001-59	Fornecimento de solução de planejamento orçamentário.	27/04/2012	26/06/2014	37.259,34
66	156/2010	IBROWSE Consultoria	02.877.566/0001-21	Prestação de serviços técnicos especializados de desenvolvimento de sistemas.	14/01/2010	13/04/2013	23.272,51
67	585/2010	IBROWSE Consultoria	02.877.566/0001-21	Prestação de serviços técnicos especializados de desenvolvimento de sistemas.	01/03/2010	28/02/2014	57.028,50
68	6167/2012	BRQ	36.542.025/0001-64	Prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação.	26/11/2012	25/05/2015	80.304,84
69	4423/2012	MSA1	19.138.940/0001-70	Prestação de serviços técnicos especializados de Tecnologia da Informação.	30/07/2012	29/07/2016	225.407,71
70	4533/2012	MSA2	19.138.940/0001-70	Prestação de serviços técnicos especializados de Tecnologia da Informação.	30/07/2012	29/07/2016	436.571,24
71	3461/2010	CONNECTCOM	00.308.141/0001-76	TIC BH	30/09/2010	24/10/2014	1.321.395,99
72	4570/2012	STEFANINI	58.069.360/0001-20	Fabrica de software.	27/07/2012	26/07/2016	1.622.189,29
73	4566/2012	STEFANINI	58.069.360/0001-20	Fabrica de software.	27/07/2012	26/07/2016	1.267.426,28
74	5405/2012	STEFANINI	58.069.360/0001-20	Fabrica de software.	11/09/2012	17/09/2016	506.448,49
75	57/2011	CONNECTCOM	00.308.141/0001-76	Assistência e Suporte.	07/02/2011	06/02/2016	36.238,01
76	2301/2006	FÓTON	38.022.74/0001-04	Desenvolvimento do multicanal.	28/11/2006	27/11/2012	241.875,86
77	4225/2010	Teledata	80.043.904/0001-33	TIC Fortaleza.	01/01/2011	31/12/2013	390.795,15
78	1745/2009	IBM	33.372.251/001-56	Contrato de Fornecimento de licença de uso e prestação de serviços.	30/04/2009	29/04/2014	51.214,75
79	552/2010	IBM	33.372.251/001-56	Fornecimento e instalação de solução de segurança.	26/02/2010	25/06/2014	12.843,63
80	1062/2011	IBM	33.372.251/001-56	Fornecimento de licenças de uso permanente incluindo atualização tecnológica.	06/04/2011	30/11/2013	12.382,81
81	758/2012	CMA	43.819.978/001-92	Fornecimento de licença de uso temporário de solução de negociação on-line.	23/02/2012	22/02/2016	114.951,50

Nº	Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Contratual		Redução (R\$)
82	848/2010	Consórcio Mobilidade	11.669.903/0001-86	Fornecimento de Solução integrada de Hardware, Software e Serviços.	26/03/2010	25/03/2015	36.069,20
83	4203/2008	SAS	01.127.437/0001-06	Correção e atualização tecnológica.	29/09/2008	28/09/2013	46.146,04
84	2724/2009	BULL	21.649.280/0001-33	Aquisição e solução para tratamento, processamento de documentos.	04/08/2009	03/08/2014	251.983,17
85	312/2010	INDRA POLITC	05.276.991/0001-53	Solução integrada de cartão de crédito.	25/03/2010	24/03/2015	16.524.000,00
86	3897/2012	NTC	05.255.748/0001-59	Fornecimento de solução ORACLE.	14/06/2012	13/06/2014	282.243,56
87	4434/2012	SERASA	62.173.620/0001-80	Prestação de serviços de consultoria e desenvolvimento.	25/07/2012	24/01/2016	181.723,77
88	4489/2008	ASG	04.010.181/0001-98	Atualização tecnológica.	05/12/2008	04/12/2013	5.594,40
89	5160/2011	BRY	04.441.528/0001-57	Atualização tecnológica.	23/11/2011	22/11/2015	385.763,63
90	5751/2011	BRY	04.441.528/0001-57	Atualização tecnológica.	20/12/2011	19/12/2015	2.657,25
91	3138/2012	Ação Informática	81.627.838/0001-01	Aquisição e solução para processamento.	10/05/2012	09/05/2013	482.749,08
92	265/2011	Borland	67.582.262/0001-82	Atualização tecnológica.	04/02/2011	03/02/2013	5.594,40
93	74/2010	IBM	33.372.251/0001-56	Suporte técnico.	30/12/2009	29/12/2013	1.811.535,58
94	2541/2010	HP	61.797.924/0007-40	Atualização da plataforma tecnológica.	27/07/2010	26/09/2013	38.357,77
95	5104/2011	CTIS	01.644.731/0001-32	Atualização tecnológica.	09/11/2011	08/11/2014	1.190,17
96	4494/2010	GFS	24.928.756/0001-63	Atualização tecnológica.	01/12/2010	30/11/2012	135.727,10
97	50/2009	SCI	02.870.940/0001-67	Atualização tecnológica.	01/12/2008	30/11/2013	16.570,75
98	3693/2009	CIMCORP	59.773.416/0001-95	Manutenção e assistência técnica.	30/10/2009	29/10/2013	5.021,80
99	1872/2010	Oracle	59.456.277/0003-38	Suporte técnico.	02/06/2010	25/03/2015	593.514,37
100	5637/2008	True Acces	03.369.656/0001-74	Atualização.	28/01/2009	27/01/2012	152.809,44
101	76/2010	IBM	33.372.251/0001-56	Prestação de serviços de manutenção com técnicos dedicados para os equipamentos IBM, instalados nos centros computacionais da CAIXA em Brasília/DF, Rio de Janeiro e Osasco/SP.	23/12/2009	22/12/2014	4.745.886,58
102	4881/2011	PSN	04.786.911/0001-47	Fornecimento de solução de segurança contra vírus.	22/11/2011	31/12/2014	29.742,19
103	3715/2010	Modulo	28.712.123/0001-74	Fornecimento de solução de software de conformidade e riscos	29/10/2010	28/07/2013	2.647,82
104	1488/2011	ASG	04.010.181/0001-98	Fornecimento de licenças de gestão de relatórios corporativos.	18/05/2011	17/05/2014	7.142,61
105	4003/2009	HP	61.797.924/0007-40	Desenvolvimento e manutenção SIAPV.	01/10/2009	30/09/2014	1.164.729,37



Nº	Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto	Vigência Contratual		Redução (R\$)
106	0921/2010	PBTI	02.950.570/0001-78	Licenças com atualização e suporte.	17/03/2010	16/11/2013	121.981,30
107	3610/2010	SERASA	62.173.620/0001-80	Fornecimento de produto CONCENTRE.	04/11/2010	03/11/2015	506.014,49
108	1469/2010	MI Montreal	42.563.692/0001-26	Subscrição de suporte técnico.	07/05/2010	06/05/2014	203.607,40
109	207/2012	Oracle	59.456.277/0003-38	Suporte para plataforma SUN.	31/01/2012	30/01/2016	152.769,00
110	1405/2008	Microsoft	60.316.817/0001-03	Suporte Premium Microsoft.	02/05/2008	01/05/2012	29.666,56
111	258/2012	Oracle	59.456.277/0003-38	Manutenção e suporte de servidores.	31/01/2012	30/01/2016	167.997,98
112	118/2010	IBM	33.372.251/0001-56	Licenciamento de programas com suporte técnico.	23/12/2009	22/12/2013	13.263.870,20
113	0071/2010	CA	08.469.511/1000-69	Licenciamento de programa.	30/12/2009	29/12/2013	2.389.573,45
114	1131/2012	CA	08.469.511/1000-69	Autenticação de titulares de cartão de crédito.	19/03/2012	18/03/2015	223.985,00
115	5631/2011	CA	08.469.511/1000-69	Licenciamento de programa.	28/11/2011	27/11/2013	715.687,87
116	1578/2009	SOFTON	38.885.778/0001-06	Aquisição de solução antifraude.	06/05/2009	05/02/2013	43.411,22
117	990/2009	GARTNER	02.593.165/0001-40	Consultoria em TIC.	17/03/2009	16/03/2013	200.681,55
Total							110.766.908,50

Fonte: Caixa Econômica Federal - Gerência Nacional de Gestão Formal de Contratos e Pagamentos (Março de 2015).

Anexo III

Gestão de pessoas - Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

(Conforme orientações contidas na Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014)

Tabela 25 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL														
UG/Gestão:-					CNPJ:-									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	Total de Contratados
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	L	O	041/2012	10.446.523/0001-10	2012/01/08	2016/01/07	38	38	0	0	0	0	P	38
2012	L	O	5616	10.446.523/0001-10	2012/11/01	2015/06/30	109	109	0	0	0	0	P	109
2013	L	O	3712	01.518.478/0001-70	2013/12/04	2015/06/03	154	154	0	0	0	0	P	154
2012	L	O	4988	10.668.049/0001-70	2012/09/01	2015/08/31	230	230	0	0	0	0	A	230
2012	L	O	5484	08.529.535/0001-66	2012/11/01	2015/10/31	82	82	0	0	0	0	A	82
2012	L	O	5150	04.482.840/0001-38	2012/10/01	2015/09/30	220	220	0	0	0	0	A	220
2012	L	O	4472	04.482.840/0001-38	2012/12/01	2015/11/30	178	178	0	0	0	0	A	178
2012	L	O	5767	04.482.840/0001-38	2012/12/01	2015/11/30	139	139	0	0	0	0	A	139
2012	L	O	5485	08.529.535/0001-66	2012/12/01	2015/11/30	66	66	0	0	0	0	A	66
2014	L	O	6271	01.238.482/0001-85	2014/10/15	2015/08/31	181	181	0	0	0	0	A	181
2014	L	O	7066.02.1071.03	07.084.096/0001-62	2014/09/02	2015/09/01	205	205	0	0	0	0	A	205
2014	L	O	7066.02.1071.03	97.481.220/0001-16	2014/09/02	2014/01/31	51	51	0	0	0	0	E	51
2014	L	O	7066.02.1071.03	02.843.359/0001-56	2014/09/02	2015/09/01	151	151	0	0	0	0	A	151
2013	L	O	7066.01.5581.01/2012	02.685.728/0001-20	2013/01/31	2015/05/15	275	275	0	0	0	0	P	275
2014	L	O	7066.01.6146.01/2013	78.533.312/0001-58	2014/04/28	2015/04/27	87	87	0	0	0	0	A	87
2013	L	O	1404	7063.02.0670.01/2013	2013/07/01	2015/06/30	1037	1037	0	0	0	0	A	1037
2012	L	O	3597	78.533.312/0001-58	2012/06/01	2016/05/31	530	530	0	0	0	0	P	530
2013	L	O	640	78.570.397/0001-44	2013/06/13	2015/05/31	693	693	0	0	0	0	A	693
2009	L	O	3738	02.685.728/0001-20	2009/11/01	2015/05/01	0	148	0	41	0	0	P	189
2013	L	O	3886	03.071.710/0001-09	2014/02/03	2015/02/02	0	16	0	88	0	0	A	104
2011	L	O	6043	10.820.620/0001-20	2012/02/19	2015/02/19	0	72	0	0	0	0	P	72
2012	L	O	4527	78.533.312/0001-58	2012/07/25	2015/07/24	208	325	12	16	3	2	P	343
2014	L	O	435	07.990.956/0001-91	2014/03/02	2015/03/01	71	54	4	6	2	0	A	60
2012	L	O	3338	00.482.840/0001-38	2012/06/01	2015/05/31	43	55	4	3	1	0	P	58
2013	L	O	572	00.482.840/0001-38	2013/04/01	2015/03/31	123	103	10	7	2	1	P	111
2012	L	O	6085	10.446.523/0001-10	2013/03/01	2015/02/28	91	111	8	9	1	0	P	120
2013	L	O	3801	78.533.312/0001-58	2015/02/04	2016/02/03	94	94	0	0	0	0	P	94
2013	L	O	3872	78.533.312/0001-59	2015/02/03	2016/02/02	168	168	0	0	0	0	P	168
2015	L	O	772	01.238.482/001-85	2015/01/26	2015/05/31	71	71	0	0	0	0	A	71
2013	L	O	2175	78.533.312/0001-59	2014/08/01	2015/07/31	168	168	0	0	0	0	P	168
2013	L	O	3787	78.533.312/0001-59	2014/08/01	2015/07/31	100	100	0	0	0	0	P	100
2012	L	O	1574	00.482.840/0001-38	2014/04/07	2015/04/06	76	76	0	0	0	0	P	76
2012	L	O	1577	00.482.840/0001-38	2014/04/04	2015/04/03	87	87	0	0	0	0	P	87
2013	L	O	2355	00.323.090/0001-51	2013/08/16	2015/08/15	281	124	4	161	0	0	P	285
2013	L	O	3008	09.281.162/0001-10	2014/03/14	2016/03/13	0	38	0	67	0	0	P	105
2013	L	O	4035/2014	07.422.731/0001-3	2014/10/01	2015/09/30	0	52	0	69	0	2	P	123
2011	L	O	725	78.533.312/0001-58	2011/03/01	2015/08/31	228	228	0	0	0	0	P	228
2011	L	O	731	78.533.312/0001-58	2011/03/01	2015/08/31	320	320	0	0	0	0	P	320
2011	L	O	732	78.533.312/0001-58	2011/03/01	2015/08/31	242	242	0	0	0	0	P	242
2009	L	O	1429	78.533.312/0001-58	2009/04/01	2015/03/31	100	100	0	0	0	0	P	100
2012	L	O	6514	78.533.312/0001-58	2012/12/17	2015/07/31	85	85	0	0	0	0	P	85
2012	L	O	1293/2013	00.323.090/0001-51	2013/06/01	2015/06/01	131	131	0	0	0	0	A	131
2012	L	O	1292/2013	00.323.090/0001-51	2013/06/01	2015/06/01	85	85	0	0	0	0	A	85
2014	L	E	5070	01.238.482/0001-85	2014/09/26	2015/03/24	480	480	0	0	0	0	A	480

2010	L	O	1115/2011	04.750.478/0001-90	2011/03/11	2015/03/10	1	1	1	1	0	0	P	2
2013	L	E	3001	78.533.312/0001-58	2013/10/01	2014/03/29	446	446	0	0	0	0	E	446
2014	L	E	1076	78.533.312/0001-58	2014/03/30	2014/09/25	477	477	0	0	0	0	E	477
2011	L	O	5987	02.202.705/0001-17	2014/01/13	2016/01/12	352	352	0	0	0	0	P	352
2011	L	O	5988	60.902.939/0001-73	2014/01/13	2016/01/12	407	407	0	0	0	0	P	407
2011	L	O	5989	60.902.939/0001-73	2014/01/13	2016/01/12	632	632	0	0	0	0	P	632
2011	V	O	1801/2012	04.155.247/0001-38	2012/04/30	2015/04/29	0	287	0	0	0	0	P	287
2012	V	O	637/2013	08.818.229/0001-40	2013/06/07	2015/06/06	0	326	0	0	0	0	A	326
2014	V	O	1678	05.457.677/0001-77	01/06/2014	31/05/2016	0	246	0	5	0	0	A	251
2014	V	O	1753	08.818.229/0001-40	20/06/2014	19/06/2016	0	465	0	0	0	0	A	465
2014	V	O	4150	67.803.726/0001-33	19/09/2014	18/09/2016	0	793	0	0	0	0	A	793
2014	V	O	3777	67.803.726/0001-33	2014/08/28	2016/08/27	0	407	0	0	0	0	A	407
2014	V	O	4146	06.069.276/0001-02	2014/10/17	2016/10/16	0	347	0	0	0	0	A	347
2014	V	O	5503	66.700.295/0001-17	2014/11/29	2016/11/28	0	458	0	0	0	0	A	458
2011	V	O	5780	31.546.484/0001-00	16/12/2011	15/12/2015	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	262
2012	V	O	210	31.546.484/0001-00	18/01/2012	17/01/2016	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	102
2012	V	O	4782	31.546.484/0001-00	21/08/2012	20/08/2015	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	133
2011	V	O	5778	31.546.484/0001-00	16/12/2011	15/12/2015	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	96
2013	V	O	1871	02.576.238/0001-95	25/06/2013	24/06/2015	235	40	0	190	0	5	A	235
2013	V	O	1873	02.576.238/0001-95	25/06/2013	24/06/2015	177	3	0	149	0	25	A	177
2013	V	O	2576	43.035.146/0001-85	01/09/2013	31/08/2015	88	3	0	84	0	1	A	88
2013	V	O	3025	03.601.036/0003-80	07/10/2013	06/10/2015	64	7	0	55	0	2	A	64
2013	V	O	3035	02.576.238/0003-57	31/10/2013	30/10/2015	156	0	0	156	0	0	A	156
2013	V	O	3177	43.035.146/0001-85	31/10/2013	30/10/2015	50	0	0	49	0	1	A	50
2014	V	O	161	04.113.174/0001-11	09/02/2014	08/02/2016	363	47	0	314	0	2	A	363
2014	V	O	267	04.113.174/0001-11	09/02/2014	08/02/2016	79	10	0	68	0	1	A	79
2014	V	O	417	07.945.678/0003-58	28/02/2014	27/02/2016	163	23	0	138	0	2	A	163
2014	V	O	2022	02.692.187/0001-67	02/09/2014	01/09/2016	31	4	0	27	0	0	A	31
2014	V	O	4073	10.398.803/0001-08	08/09/2014	07/06/2016	153	59	0	94	0	0	A	153
2014	V	O	7617	00.865.761/0001-06	12/12/2014	11/12/2016	29	0	0	29	0	0	A	29
2014	V	O	3190	82.949.652/0001-31	2014/09/01	2016/08/31	115	115	0	0	0	0	A	115
2013	V	O	4	10.852.997/0001-61	2013/01/04	2017/01/03	156	156	0	0	0	0	A	156
2013	V	O	91	10.852.997/0001-61	2013/02/04	2015/02/08	164	164	0	0	0	0	P	164
2014	V	O	332	10.852.997/0001-61	2014/02/10	2016/02/09	296	296	0	0	0	0	A	296
2014	V	O	3065	07.168.167/0001-05	2014/09/04	2016/09/03	89	89	0	0	0	0	A	89
2014	V	O	3818	07.168.167/0001-05	2014/09/01	2016/08/31	85	85	0	0	0	0	A	85
2014	V	O	3920	07.168.167/0001-05	2014/02/26	2016/02/25	97	97	0	0	0	0	A	97
2010	V	O	1062	07.168.167/0001-05	2010/06/08	2015/06/07	95	95	0	0	0	0	P	95
2013	V	O	3004	76.764.448/0001-43	2013/10/10	2015/10/09	262	262	0	0	0	0	A	262
2013	V	O	3124	03.229.363/0001-91	2013/12/21	2015/12/20	208	208	0	0	0	0	A	208
2012	V	O	348	92.653.666/0001-67	2012/02/09	2016/02/08	0	0	67	36	0	0	P	36
2013	V	O	1050	92.966.571/0001-01	2013/05/06	2015/05/05	165	124	0	0	0	0	A	124
2013	V	O	1051	92.966.571/0001-01	2013/05/06	2015/05/05	174	132	0	0	0	0	A	132
2013	V	O	1052	92.966.571/0001-01	2013/05/06	2015/05/05	206	175	0	0	0	0	A	175
2013	V	O	1053	87.060.331/0001-03	2013/05/06	2015/05/05	175	136	0	0	0	0	A	136
2013	V	O	1054	92.966.571/0001-01	2013/05/06	2015/05/05	120	78	0	0	0	0	A	78
2013	V	O	1097	87.134.086/0001-23	2013/05/06	2015/05/05	175	130	0	0	0	0	A	130
2013	V	O	1098	87.134.086/0001-23	2013/05/06	2015/05/05	148	110	0	0	0	0	A	110
2013	V	O	226	04.008.185/0002-12	2013/01/27	2017/01/26	8	8	469	469	2	2	A	479
2013	V	O	1629	04.008.185/0002-12	2013/07/23	2015/07/23	8	8	469	469	2	2	A	479

2010	V	O	1032	17.428.731/0001-35	2010/04/09	2015/04/08	145	145	23	23	1	1	A	169
2014	V	O	3658	04.008.185/0001-31	2015/01/01	2016/12/31	6	6	266	266	2	2	A	274
2014	V	O	5236	86.960.598/0001-86	2014/10/05	2016/10/04	26	26	132	132	0	0	A	158
2009	V	O	4290	07.862.634/0001-00	2009/12/04	2015/06/03	28	28	125	125	0	0	A	153
2014	V	O	5984	05.920.248/0001-94	2014/10/19	2016/10/18	30	30	139	139	1	1	A	170
2009	V	O	3731	12.062.071/0001-06	2010/02/27	2015/02/26	27	27	125	125	0	0	A	152
2013	V	O	3693	11.092.610/0001-89	2013/12/01	2015/11/30	14	14	98	98	1	1	A	113
2012	L	O	253	02.717.460/0002-41	2012/01/21	2014/01/20	302	302	0	0	0	0	P	302
2012	L	O	3264	02.717.460/0002-41	2012/05/04	2014/05/03	183	183	0	0	0	0	P	183
2012	L	O	3854	02.841.990/0001-16	2012/05/04	2014/05/03	188	188	0	0	0	0	P	188
2014	L	O	530	36.040.947/0001-73	2014/01/28	2016/01/27	174	174	0	0	0	0	A	174
2014	L	O	569	17.428.731/0001-35	2014/01/16	2016/01/15	138	138	0	0	0	0	A	138
2014	L	O	1614	02.717.460/0002-41	2014/04/01	2016/05/04	235	235	0	0	0	0	A	235
2014	L	O	1685	02.717.460/0002-41	2014/04/01	2016/01/20	129	129	0	0	0	0	A	129
2014	L	O	1745	06.141.118/0001-16	2014/04/01	2015/09/23	158	158	0	0	0	0	A	158
2014	L	O	1899	02.717.460/0002-41	2014/04/01	2016/01/20	298	298	0	0	0	0	A	298
2014	L	O	5760	06.141.118/0001-16	2014/09/05	2015/09/04	82	82	0	0	0	0	A	82
2011	V	O	3982	328344910001 62	2011/09/10	2015/09/09	0	0	127	127	0	0	p	127
2014	V	O	2144	076010900001 15	01/07/2014	30/06/2015	0	0	175	175	0	0	p	175
2014	V	O	7765	17428731/0166-43	26/12/2014	25/12/2016	152	167	85	70	0	0	p	237
2012	V	O	6202	025341280001 60	2012/12/01	2015/11/30	55	55	522	522	0	0	p	577
2013	V	O	2092	025341280001 60	15/07/2013	14/07/2015	50	50	334	333	0	1	p	384
2013	V	O	2112	025341280001 60	27/07/2013	26/07/2015	30	27	257	260	0	0	p	287
2011	V	O	5680	67.803.726.0001-33	2011/12/16	2015/12/15	72	72	148	148	7	7	P	227
2011	V	O	5144	67.803.726.0001-33	2011/12/15	2015/12/14	62	62	140	140	2	2	P	0
2012	V	O	3537	66.700.295/0001-17	2012/06/01	2015/05/30	27	27	173	173	2	2	P	202
2012	V	O	3539	66.700.295/0001-17	2012/05/19	2015/05/30	64	64	162	162	0	0	P	226
2014	V	O	423	67.668.194/0001-79	2014/02/15	2016/02/15	69	69	146	146	1	1	A	216
2014	V	O	422	67.668.194/0001-79	2014/02/15	2016/02/15	79	79	154	154	1	1	A	234
2012	V	O	3541	05.457677/0001-77	2012/05/19	2015/11/30	27	27	138	138	0	0	P	165
2014	V	O	4025	05.457677/0001-77	2014/02/01	2016/01/30	18	18	186	186	0	0	A	204
2012	V	O	462	05.457677/0001-77	2012/02/11	2015/12/14	53	53	368	368	1	1	P	422
2014	V	O	1188	00.332.087/0001-02	2016/05/31	2016/05/31	13	13	171	171	0	0	A	184
2011	V	O	5256	07.945.678/0001-96	2011/12/01	2015/12/30	40	40	180	180	36	36	P	256

Observações:

Obs 1: NI - Não Informado.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Gestores Operacionais dos Contratos.

Tabela 26 - Contratos de prestação de Serviços Contínuos com mão de obra dedicada

Unidade Contratante														
Nome: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL														
UG/Gestão:					CNPJ:									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	Total de Contratados
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	3	O	1921	37.129.194/0001-30	2011/05/11	10/05/2015	0	0	0	0	0	3	P	3
2013	3	O	2998	58.069.360/0001-20	2013/10/03	2015/10/02	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	107
2013	3	O	3529	01.162.636/0001-11	2013/12/09	2015/12/08	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	20
2011	3	O	4621	20.914.172/0001-88	2011/11/07	2015/11/06	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	23
2012	3	O	6012	08.491.024/0001-00	2013/01/01	2015/06/30	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	9
2013	7	O	1240	10.743.460/0001-63	2013/06/04	2015/06/03	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	3
2014	3	O	1904	93.645.558/0001-11	2014/07/01	2016/06/30	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	101
2012	3	O	6015	54.083.035/0001-60	2013/01/01	2015/06/30	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	21
2014	7	O	5498	10.743.460/0001-63	2014/10/16	2016/10/15	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	16
2011	3	O	87	67.726.505/0001-09	2011/03/01	2015/02/28	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	122
2014	7	O	2305	05.221.579/0001-36	2014/09/01	2016/08/31	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	7
2014	7	O	3838	68.299.239/0001-48	2014/09/16	2016/09/15	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	3
2011	3	O	57	00.308.141/0001-76	2011/02/07	2015/02/06	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	37
2012	3	O	6031	54.083.035/0001-60	2013/01/01	2015/06/30	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	10
2012	3	O	6262	08.195.618/0001-66	2013/01/14	2016/01/13	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	29
2013	7	O	338	10.743.460/0001-63	2013/03/01	2015/02/28	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	3
2011	3	O	1145	00.308.141/0001-76	2011/05/01	2015/04/30	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	39
2014	7	O	5145	09.174.281/0001-73	2014/10/16	2015/10/15	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	4
2014	7	O	338	09.174.281/0001-73	2014/02/16	2016/02/15	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	3
2013	3	O	3504	09.174.281/0001-73	2013/11/18	2015/11/17	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	39
2012	3	O	6014	02.215.004/0001-12	2013/01/01	2015/06/30	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	2
2014	7	O	2781	03.291.328/0001-91	2014/09/19	2016/09/18	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	4
2010	3	O	3430	80.043.904/001-33	2010/11/16	2015/11/15	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	34
2012	3	O	6013	67.726.505/0001-09	2013/01/01	2015/06/30	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	18
2014	7	O	1426	09.174.281/0001-73	2014/05/15	2016/05/14	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	5
2014	3	O	6593	07.073.027/0001-53	2014/11/21	2015/11/20	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	50
2013	3	O	3902	08.195.618/0001-66	2014/01/01	2015/12/31	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	44
2014	7	O	3844	01.996.385/0001-51	2014/10/01	2015/09/30	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	6
2014	7	O	1231	10.743.460/0001-63	2014/05/01	2016/04/30	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	3
2010	3	O	3661	20.914.172/0001-88	2010/10/26	2015/10/25	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	32
2012	3	O	624	20.914.172/0001-88	2012/04/02	2016/04/01	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	25
2012	7	O	3696	20.914.172/0001-88	2012/08/01	2015/07/31	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	2
2011	3	O	456	93.645.558/0001-11	2011/03/26	2015/03/25	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	82
2010	7	O	92	09.174.281/0001-73	2010/03/01	2015/02/28	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	7
2011	3	O	3210	67.726.505/0001-09	2011/08/01	2015/07/31	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	104
2011	7	O	3695	09.174.281/0001-73	2011/11/14	2015/11/13	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	9
2013	3	O	3223	05.887.610/0001-72	2013/10/30	2015/10/29	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	58
2010	7	O	197	01.996.385/0001-51	2010/01/18	2015/03/17	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	4
2010	3	O	4024	00.308.141/0001-76	2010/12/31	2015/12/30	NI	NI	NI	NI	NI	NI	P	125
2014	7	O	3352	09.174.281/0001-73	2014/11/15	2016/11/14	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A	8
2009	17	O	2054	03.022.122/0001-77	2009/06/15	2014/12/14	0	0	0	32	0	0	E	32
2012	17	O	4062	78.533.312/0001-58	2012/06/20	2014/06/19	0	0	47	47	0	0	P	47

2014	14	O	3792	07.073.027/0001-53	01/09/2014	30/08/2016	0	0	0	597	0	293	A	890
2014	14	O	5734	01.645.738/0001-79	2014/11/24	2016/11/23	0	0	1361	875	85	72	A	947
2010	14	O	7051.01.0927.1	78.533.312/0001-58	2010/12/01	2014/09/30	0	1	0	1207	0	87	E	1295
2014	14	O	7065.01.1764.1	78.533.312/0001-58	2014/10/01	2016/09/30	0	1	0	985	0	44	A	1030
2014	14	O	3156	01.644.731/0001-32	2014/12/01	2016/11/30	0	0	1410	1325	15	13	A	1338
2014	14	O	3981	78.533.312/0001-58	2014/10/15	2016/10/14	0	0	1074	617	18	12	A	629
2009	14	O	893	30.161.814/0001-79	2009/03/03	2011/03/02	0	0	319	778	41	89	E	867
2010	14	O	2553	30.161.814/0001-79	2010/08/01	2014/04/09	0	0	919	1121	112	150	E	1271
2014	14	O	1183	30.161.814/0001-79	2014/04/10	2016/04/09	0	0	1391	1277	26	28	A	1305
2014	14	O	321	73.663.114/001-95	2014/01/26	2016/01/25	0	0	1420	652	25	16	A	668
2009	16	O	4105	28.596.955/0001-72	2009/11/03	2014/12/03	0	0	32	32	0	0	E	32
2014	16	O	1703	04.224.923/0001-88	2014/05/07	2015/05/06	0	0	0	0	18	21	A	21
2014	16	O	7666	19.153.343/0001-14	2014/12/04	2015/12/03	0	0	26	22	9	11	A	33
2012	16	O	4876	25.596.955/0001-75	2012/08/08	2015/08/07	0	0	15	15	0	0	P	15
2013	16	O	3596	02.074.570/0001-51	2014/01/02	2016/01/01	0	1	0	5	0	2	A	8
2011	16	O	1902	02.074.570/0001-51	2011/06/20	2015/06/19	0	0	5	5	2	2	P	7
2014	16	O	1233	28.596.955/0001-72	2014/05/19	2015/05/18	0	0	2	2	3	3	A	5
2014	16	O	649	10.762.976/0001-55	2014/05/26	2015/05/25	0	0	0	0	14	14	A	14
2010	16	O	3748	05.913.451/0001-33	2010/10/31	2015/10/30	2	2	17	17	0	0	P	19
2014	16	O	2474	10.762.976/0001-55	2014/07/31	2015/07/30	0	0	0	0	12	12	A	12
2012	16	O	3844	28.596.955/0001-72	2013/03/09	2016/03/08	0	0	4	4	4	4	P	8
2014	16	O	1805	15.235.799/0001-72	2014/05/26	2015/05/25	0	0	1	1	0	0	A	1
2014	16	O	1948	02.933.199/0001-36	2014/08/14	2015/05/25	0	0	4	2	6	8	A	10
2012	16	O	6582	28.596.955/0001-72	2015/01/14	2016/01/13	0	0	11	4	4	11	P	15
2014	4, 5, 12	O	1709	01238438/0001-85	2014/07/08	2015/07/07	0	0	221	162	0	0	A	162
2013	4, 5, 12	O	3648	02.282.245/0001-84	2014/12/13	2015/12/12	0	0	138	96	0	0	P	96
2014	4, 5, 12	O	813	73.613.655/0001-09	2014/03/18	2015/03/17	0	0	50	39	0	0	A	39
2014	13	O	2070	11815892/0001/03	2014/07/19	2015/07/18	0	0	143	120	0	0	A	120
2013	13	O	1782	08.940..297-0001/87	2014/07/19	2015/07/18	0	0	88	73	0	0	P	73
2013	13	O	1987	10.446.523/0001/10	2014/07/19	2015/07/18	0	0	31	29	0	0	P	29
2013	10	O	534	42.515.478/0001-02	2013/03/11	2015/03/10	0	0	15	15	0	0	P	15
2014	2	O	2813	03.105.598/0001-71	2014/12/08	2015/12/07	0	0	15	15	0	0	A	15
2013	2	O	794	08.713.403/0001-90	2013/04/12	2015/04/11	0	0	10	10	0	0	P	10
2013	2	O	2492	08.823.749/0001-40	2013/10/01	2015/09/30	0	0	4	4	0	0	A	4
2012	15	O	6427	95.870.069/0001-82	2013/01/19	2016/01/18	0	3	0	0	0	0	P	3
2012	15	O	5715	41.941.501/0001-50	2012/10/11	2015/10/10	0	0	5	2	0	2	A	4
2010	12	O	4556	10.668.049/0001-70	2010/12/21	2015/12/20	33	33	73	73	0	0	A	106
2014	12	O	681	10.668.049/0001-70	2014/02/21	2016/02/20	79	79	147	147	0	0	A	226
2014	12	O	1736	08.144.738/0001-34	2014/05/16	2015/02/28	24	24	72	72	0	0	A	96
2010	12	O	114	01.238.482/0001-85	2011/01/14	2016/01/16	42	42	98	98	0	0	A	140
2010	12	O	115	01.238.482/0001-85	2014/01/17	2016/01/16	13	13	61	61	0	0	A	74
2013	12	O	1395	08.529.535/0001-66	2013/07/01	2015/06/30	32	32	96	96	0	0	A	128
2014	12	O	1744	08.529.535/0001-66	2014/05/16	2016/06/30	49	49	90	90	0	0	A	139
2014	12	O	1743	08.529.535/0001-66	2014/05/16	2016/01/01	96	96	158	158	0	0	A	254
2014	12	O	3958	08.529.535/0001-66	2014/09/03	2015/09/02	28	28	66	66	0	0	A	94
2014	13	O	1721	12.423.368/0001-41	2014/05/16	2015/05/31	0	0	120	120	0	0	A	120
2010	13	O	2748	10.668.049/0001-70	2010/08/09	2015/08/08	0	0	154	154	0	0	A	154
2012	13	O	5463	10.668.049/0001-70	2012/10/01	2015/09/30	0	0	121	121	0	0	A	121

2011	13	O	5187	10.668.049/0001-70	2011/01/01	2015/08/08	0	0	66	66	0	0	A	66
2014	13	O	523	08.144.738/0001-34	2014/04/01	2015/03/31	0	0	50	50	0	0	A	50
2013	13	O	2670	01.238.482/0001-85	2013/08/23	2015/08/08	0	0	160	160	0	0	A	160
2011	10	O	122	42.515.478/0001-02	16/04/2011	2016/05/15	0	0	17	29	1	2	A	31
2012	15	O	7066.01.4194.00	01.017.250/0001-05	2015/02/09	2016/02/08	0	0	0	1	0	5	P	6
2014	2	O	7066.01.3119.01	05.515.258/0001-44	2014/10/06	2015/10/06	0	0	14	14	0	0	A	14
2014	13	O	7066.02.1913.01	01.238.482/0001-85	2014/05/23	2015/07/01	0	0	124	121	0	0	A	121
2012	12, 13	O	7066.02.1842.01	09.267.699/0001-25	2012/05/15	2015/05/15	9	9	72	72	0	0	P	81
2013	2	O	7066.02.5710.01	18.992.233/0001-83	2013/12/03	2015/12/03	NA	NA	NA	NA	NA	NA	P	0
2012	12, 13	O	7066.02.1472.01	01.238.482/0001-85	2014/05/11	2015/07/01	319	295	336	301	0	0	A	596
2014	10	O	7066.02.2900.01	00.588.541/0001-82	2014/10/23	2015/10/22	0	0	181	181	0	0	A	181
2011	2	O	7066.02.2433.01	12.075.456/0001-08	2011/07/20	2015/07/20	0	0	24	24	0	0	P	24
2013	15	O	3128	03.667.498/0001-39	2013/10/31	2015/10/31	0	0	2	2	1	1	P	3
2013	2	O	3128	54.038.583/0001-79	2013/08/20	2016/08/19	0	0	85	85	0	0	A	85
2014	11	O	1403	78.533.312/0001-58	2014/05/13	2015/08/12	0	0	1023	948	0	0	P	948
2014	13	O	1720	56.419.492/0001-09	2014/05/13	2016/07/01	0	0	635	600	0	0	P	600
2014	15	O	1731	95.870.069/0001-82	2014/09/01	2015/08/31	0	0	0	2	0	1	A	3
2012	10	O	3717	42.515.478/0001-02	2012/09/10	2016/09/09	0	0	9	9	0	0	P	9
2014	10	O	8592	18.194.725/0001-53	2014/07/24	2016/07/23	0	0	4	4	0	0	A	4
2009	2	O	6520	05.515.258/0001-44	2009/04/01	2015/03/31	0	0	15	15	0	0	P	15
2009	2	O	4252	05.515.258/0001-44	2009/04/01	2015/03/31	0	0	8	8	0	0	P	8
2014	2	O	4257	15.626.876/0001-15	2014/03/03	2016/03/02	0	0	6	6	0	0	A	6
2010	2	O	60	76.669.670/0001-67	2009/04/01	2015/03/31	0	0	6	6	0	0	P	6
2010	2	O	342	09.571.270/0001-27	2009/04/01	2015/03/31	0	0	8	8	0	0	P	8
2014	2	O	343	12.075.456/0001-08	2014/09/29	2016/09/28	0	0	48	48	0	0	A	48
2011	13	O	5071	73.281.404/0001-74	2011/11/01	2015/10/31	0	0	213	174	0	0	P	174
2014	13	O	3785	04.970.088/0001-25	2014/06/24	2015/06/23	0	0	188	191	0	0	A	191
2014	13	O	2172	04.970.088/0001-25	2014/11/10	2015/11/09	0	0	154	154	0	0	A	154
2014	13	O	6560	04.970.088/0001-25	2014/11/10	2015/11/09	0	0	90	90	0	0	A	90
2013	12	O	6561	04.482.840/0001-38	2013/05/20	2015/05/19	90	78	216	224	0	0	P	302
2014	12	O	1058	70.928.973/0001-70	2015/07/01	2016/06/30	11	10	79	79	0	0	A	89
2014	12	O	2074	05.025.180/0001-80	2014/11/03	2015/11/02	59	59	101	102	0	0	A	161
2014	12	O	6700	05.025.180/0001-80	2014/11/28	2015/11/27	42	44	63	61	0	0	A	105
2014	12	O	6701	05.025.180/0001-80	2014/11/03	2015/11/02	45	45	113	113	0	0	A	158
2014	12	O	6703	05.443.410/0001-20	2014/10/13	2015/10/12	17	13	69	70	0	0	A	83
2014	12	O	3454	01.238.482/0001-85	2014/10/13	2015/10/12	32	29	65	65	0	0	A	94
2013	4, 5 e 12	O	842	34.181.354/0001-00	2013/05/06	2015/04/28	0	56	0	144	0	28	P	228
2014	4, 5 e 12	O	7697	02.685.728/0001-20	2014/11/12	2015/11/11	0	49	0	53	0	0	A	102
2013	4, 5 e 12	O	624	05.695.725/0001-65	2013/05/02	2015/05/01	0	32	0	49	0	0	P	81
2013	13	O	2936	02.685.728/0001-20	2013/11/01	2015/10/31	0	0	0	139	0	10	P	149
2013	13	O	2832	07.129.258/0001-31	2013/12/02	2015/12/01	0	1	0	58	0	2	P	61
2013	13	O	2811	09.2081.162/0001-10	2013/10/21	2015/10/20	0	0	0	65	0	0	P	65
2014	2	O	1522	00.437.810/0001-00	2014/06/20	2015/06/19	0	0	0	16	0	0	A	16
2011	2	O	942	08.058.113/0001-50	2011/04/01	2015/03/31	0	0	0	11	0	0	P	11
2012	2	O	5333	14.487.384/0001-23	2012/09/27	2015/09/26	0	1	0	7	0	0	P	8
2012	10	O	4102	02.279.318/0001-89	2012/08/03	2015/08/02	0	0	0	19	0	0	P	19

2012	15	O	5232	95.870.069/0002-63	2012/10/30	2015/10/29	0	0	0	0	0	0	P	0
2013	2	O	173	05.553.237/0001-13	2013/04/01	2016/03/31	0	0	23	25	0	0	A	25
2014	2	O	2959	15.626.786/0001-15	2014/08/20	2017/08/19	0	0	8	7	0	0	A	7
2012	2	O	3942	12.075.456/0001-08	2014/09/03	2015/09/02	0	0	8	7	0	0	P	7
2014	2	O	3905	00.437.810/0001-00	2014/10/06	2017/10/05	0	0	11	10	0	0	A	10
2010	2	O	3853	00.437.810/0001-00	2014/11/23	2015/11/22	0	0	11	10	0	0	P	10
2012	6	O	5070	01.765.213/0001-77	2014/09/11	2015/09/10	0	0	3	3	0	0	P	3
2013	13	O	2060	01.238.482/0001-85	2013/07/17	2015/07/16	0	0	55	40	0	0	A	40
2013	13	O	2127	01.238.482/0001-85	2013/07/18	2015/07/17	0	0	75	69	0	0	A	69
2013	13	O	2623	07.129.258/0001-31	2013/10/24	2015/10/23	0	0	220	128	0	0	A	128
2013	13	O	2676	07.129.258/0001-31	2013/08/22	2015/08/21	0	0	80	53	0	0	A	53
2013	13	O	2321	02.685.728/0001-20	2013/08/20	2015/08/19	0	0	26	20	0	0	A	20
2013	4,5,12	O	2057	07.129.258/0001-31	2013/07/17	2015/07/16	0	0	52	44	0	0	A	44
2013	12	O	3000	01.030.016/0001-00	2013/11/01	2015/10/31	0	0	105	78	0	0	A	78
2014	4,5,12	O	54	01.030.016/0001-00	2014/02/03	2016/02/02	0	0	45	34	0	0	A	34
2014	4,5,12	O	1444	01.238.482/0001-85	2014/05/12	2015/07/14	0	0	181	134	0	0	A	134
2014	4,5,12	O	3336	02.685.728/0001-20	2014/08/22	2016/08/21	0	0	20	15	0	0	A	15
2014	12	O	3337	08.940297/0001-87	2014/09/22	2016/09/21	0	0	40	34	0	0	A	34
2014	4,5,12	O	7573	14.513.052/0001-76	2014/12/15	2016/12/14	0	0	108	105	0	0	A	105
2014	12	O	7821	14.513.052/0001-77	2014/12/15	2016/12/14	0	0	200	200	0	0	A	200
2012	15	O	5488	24.929.614/0001-10	2012/09/12	2013/09/11	0	0	0	1	0	2	P	3
2013	2	O	3649	05.605.742/0001-64	2013/12/02	2015/12/01	0	0	76	76	0	0	A	76
2013	2	O	3435	15.626.876/0001-15	2014/01/18	2016/01/17	0	0	6	6	0	0	A	6
2014	12	O	6013	00.482.840/0001-38	2014/11/03	2015/11/02	0	0	276	276	0	0	A	276
2014	12	O	6017	00.482.840/0001-38	2014/11/03	2015/11/02	0	0	165	165	0	0	A	165
2014	12	O	6019	00.482.840/0001-38	2014/11/03	2015/11/02	0	0	148	148	0	0	A	148
2014	13	O	3976	97.481.220/0001-16	2014/11/03	2015/01/13	0	0	176	176	0	0	E	176
2014	13	O	3977	01.238.482/0001-85	2014/11/03	2015/11/02	0	0	126	126	0	0	A	126
2014	13	O	3978	97.481.220/0001-16	2014/11/03	2015/01/13	0	0	86	86	0	0	E	86
2013	6	O	3480	93.931.749/0001-33	2014/11/20	2015/11/19	0	0	4	4	0	0	P	4
2014	10	O	880	02.279.318/0001-89	2014/04/19	2015/04/18	0	0	14	14	0	0	P	14
2012	15	O	4573	01.802.239/0001-48	2014/08/18	2015/08/17	0	0	2	2	0	0	P	2
2013	15	O	997	05.917.540/0001-58	2013/05/01	2015/10/31	0	0	0	1	0	2	P	3
2009	12	O	3093	02.685.728/0001-20	2010/10/01	2015/05/31	0	0	0	367	0	0	P	367
2010	12	O	379	01.338.482/0001-85	2011/02/27	2015/04/26	0	0	154	154	0	0	P	154
2011	12	O	5947	07.422.731/0001-36	2012/03/31	2015/04/30	0	15	0	113	0	5	P	133
2013	13	O	1534	02.685.728/0001-20	2010/09/01	2015/04/30	0	0	0	191	0	0	P	191
2014	13	O	2449	08.940.297/0001-87	2014/10/01	2015/09/30	0	1	0	60	0	5	A	66
2014	13	O	2311	07.422.731/0001-36	2017/09/01	2015/08/31	0	0	0	45	0	3	P	48
2014	2	O	8042	00.437.810/0001-00	2014/12/22	2015/04/21	0	0	0	23	0	2	P	25
2009	2	E	4430	02.355.633/0001-48	2010/12/22	2015/12/21	0	0	8	9	0	0	P	9
2013	2	O	606	03.105.598/0001-71	2014/03/22	2016/03/21	0	0	0	10	0	0	P	10
2012	10	O	6070	02.279.318/0001-85	2012/11/11	2015/11/10	0	1	0	16	0	1	P	18
2008	10	O	469	08.057.167/0001-01	2010/02/08	2015/02/07	0	0	0	3	1	0	P	3
2012	15	O	5873	31.563.034/0001-18	2012/11/15	2015/11/14	0	0	2	2	0	0	P	2
2014	13	O	2292	01.030.016/0001-00	2014/07/01	2015/09/30	0	0	196	196	0	0	A	196
2013	13	O	3850	78.533.312/0001-58	2013/11/18	2015/11/17	0	0	189	189	0	0	A	189
2012	12	O	1069	78.533.312/0001-58	2011/05/01	31/04/2015	0	0	249	249	0	0	P	249
2011	12	O	4567	78.533.312/0001-58	2012/08/13	2015/08/12	0	0	341	341	0	0	P	341
2014	12	O	7746	04.607.444/0001-04	2014/11/03	2015/11/02	0	0	170	170	0	0	A	170

2011	6	O	3296	00.845.661/0001-18	2011/08/13	2015/08/12	0	0	9	9	0	0	P	9
2014	2	O	376	05.477.173/0001-19	2014/01/02	2015/07/01	0	0	1	1	0	0	A	1
2014	2	O	1482	02.228.225/0001-25	2014/07/21	2016/06/30	0	0	21	21	0	0	A	21
2014	2	O	183	09.546.840/0001-29	2014/01/02	2016/06/30	0	0	34	34	0	0	A	34
2011	10	O	4854	40.378.440/0001-00	2011/11/08	07/11/2015	0	0	126	126	0	0	P	126
2013	15	O	610	34.253.146/0001-60	2013/04/01	2015/03/31	0	0	0	0	0	3	P	3
2012	6	O	3152	96.709.209/0001-06	2012/05/16	2015/06/03	0	0	1	1	0	0	P	1
2012	10	O	24	42.515.478/0001/02	2013/01/16	2016/01/15	0	0	2	2	0	0	P	2
2012	10	O	21	02.279.318/0001-89	2013/01/03	2016/01/02	0	0	9	9	0	0	P	9
2012	13	O	5682	02.685.728/0001-20	2012/10/10	2015/04/09	0	0	0	48	0	2	P	50
2014	12	O	2001	01.238.482/0001-85	2014/06/05	2015/06/04	0	0	470	494	0	0	A	494
2013	12	O	1144	01.238.482/0001-85	2013/05/02	2015/05/01	0	0	99	108	0	0	P	108
2013	13	O	3794	01.238.482/0001-85	2014/01/20	2016/01/19	0	0	73	73	0	0	P	73
2014	12	O	6386	01.238.482/0001-85	2014/10/31	2015/10/30	0	0	129	143	0	0	A	143
2010	12	O	3525	02.297.645/0001-63	2010/11/01	2014/10/30	0	0	129	143	0	0	E	143
2014	2	O	1508	05.439.064/0001-07	2014/07/01	2015/06/30	0	0	67	67	0	0	A	67
2014	2	O	2752	04.750.478/0001-90	2014/08/11	2015/08/10	0	0	14	14	0	0	A	14
2008	2	O	1575	09.245.682/0001-77	2008/09/23	2014/06/30	0	0	12	12	0	0	E	12
2011	2	O	1706	05.439.064/0001-07	2011/07/11	2014/08/10	0	0	13	13	0	0	E	13
2011	2	O	4851	03.872.382/0001-31	2011/12/12	2014/06/30	0	0	40	40	0	0	E	40
2014	15	O	16572	41.941.501/0001-50	2014/02/06	2015/02/06	0	0	0	3	0	2	P	5
2012	4, 5 e 12	O	128	60.902.939/0001-73	2014/03/25	2016/03/24	82	95	210	227	0	0	A	322
2013	4, 5 e 12	O	2899	01.238.482/0001-85	2013/09/13	2016/03/24	63	76	194	206	0	0	P	282
2012	4, 5 e 12	O	281	01.238.482/0001-85	2014/03/25	2016/03/24	101	106	172	193	0	0	P	299
2011	4, 5 e 12	O	4850	00.482.840/0001-38	2013/11/04	2015/11/03	223	229	140	168	0	0	P	397
2012	10	O	4861	03.022.122/0001-77	2014/08/31	2016/08/30	0	0	70	70	0	0	P	70
2013	13	O	2346	03.891.177/0001-13	2013/08/13	2015/08/13	0	0	196	196	0	0	A	196
2013	13	O	2374	78.533.312/0001-58	2013/08/13	2015/08/13	0	0	186	186	0	0	A	186
2013	13	O	2338	07.129.258/0001-31	2013/08/08	2015/08/08	0	0	230	230	0	0	A	230
2014	6	O	275	01.546.939/0001-19	2014/02/03	2016/02/03	0	0	0	3	0	0	A	3
2013	2	O	732	06.027.497/0001-18	2013/04/09	2015/04/09	0	0	80	80	6	6	A	86
2013	2	O	799	06.027.497/0001-18	2013/04/08	2014/04/08	0	0	8	8	0	0	A	8
2013	3	O	337	65.599.953/0001-63	2013/02/06	2014/08/05	0	0	24	24	62	69	P	93
2014	3	O	8031	33.372.251/0001-56	2014/12/23	2017/12/22	0	0	0	0	0	1	A	1
2012	3	O	5224	01.645.738/0001-79	2012/09/20	2014/03/19	0	0	0	0	64	65	E	65
2011	3	O	561	67.726.505/0001-09	2011/03/15	2013/02/05	0	0	0	0	34	35	E	35
2009	3	O	4611	59.057.992/0001-36	2009/12/16	2015/06/15	0	0	0	11	12	29	P	40
2013	3	O	345	65.599.953/0001-63	2013/02/07	2016/02/06	0	0	0	31	68	105	A	136
2014	3	O	1680	65.599.953/0001-63	2014/05/16	2017/05/15	0	0	0	86	60	94	A	180
2009	3	O	4613	59.057.992/0001-36	2009/12/16	2015/06/15	0	0	0	0	15	18	P	18
2011	3	O	563	67.726.505/0001-09	2011/03/15	2015/09/14	0	0	0	0	35	42	P	42
2009	3	O	76	33.372.251/0001-56	2009/12/23	2014/12/22	0	0	0	0	0	1	E	1
2012	3	O	2906	01.162.636/0001-00	2012/04/27	2013/10/26	0	0	0	0	10	24	E	24
2013	3	O	3513	67.726.505/0001-09	2013/11/22	2016/11/21	0	0	0	0	16	51	A	51
2009	3	O	4612	59.057.992/0001-36	2009/12/16	2015/06/15	0	0	0	19	12	18	P	37
2011	3	O	834	13.381.920/0001-49	2011/03/22	2014/03/21	0	0	44	16	53	23	E	39
2012	3	O	5225	01.645.738/0001-79	2012/09/20	2014/03/19	NI	NI	NI	NI	40	35	E	35
2014	3	O	960	65.599.953/0001-63	2014/03/21	2017/03/20	0	0	0	22	29	30	A	52
2014	3	O	1682	65.599.953/0001-63	2014/05/16	2017/05/15	0	0	0	58	34	41	A	99

Obs 1: NI - Não Informado.	
Obs 2: NA - Não se aplica.	
<p>Obs 3:</p> <p>1. A CAIXA não possui "Contratos de prestação de Serviços com locação de mão de obra", apenas contratos de prestação de serviços com empresas especializadas.</p> <p>1.1 Assim, apresentamos informações sobre a modalidade de contratos de prestação de serviços que envolvem "serviços contínuos com mão de obra dedicada", ou seja, são serviços que constituem necessidade permanente da CAIXA, de natureza repetitiva, e exigem a disponibilização de empregados da empresa contratada nas dependências da CAIXA ou nas de terceiros indicados pela CAIXA, em horários/turnos preestabelecidos e que permanecem à disposição para executar, por conta e risco da contratada, exclusivamente os serviços objeto do respectivo contrato.</p> <p>1.1.1 Nesse sentido, alteramos o título do Quadro A.7.2.2 para "Contratos de Prestação de Serviços Contínuos com mão de obra dedicada", a exemplo do que informamos no exercício de 2013.</p> <p>1.2 Lembramos que, além de especializada, a empresa contratada possui autonomia, ou seja, ela gerencia, de forma independente da CAIXA, os recursos humanos, operacionais, tecnológicos, financeiros e administrativos necessários à realização do serviço contratado. Dessa forma, a CAIXA não tem ingerência nem controle sobre os profissionais da contratada, pois o objeto do contrato é o serviço prestado, e é o resultado deste o que nos interessa controlar efetivamente.</p> <p>1.2.1 No entanto, por suas características particulares, para essa modalidade de contratos a CAIXA realiza o controle do número de profissionais disponibilizados pela contratada de forma a melhor atender à exigência do TST (Enunciado 331 Item V) de fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora. Além disso, a CAIXA estabelece uma série de regras (ambiente segregado, preposto, regras para segurança da informação) para que na execução do serviço não se estabeleça entre o terceirizado e o empregado CAIXA relação de pessoalidade e subordinação (em conformidade com Enunciado 331 TST).</p> <p>1.3 Por fim, é importante deixar claro que os serviços de natureza contínua com mão de obra dedicada seguem sendo serviços prestados por empresas especializadas (ainda que a especialização não requeira conhecimentos técnicos complexos) e autônomas e não se confundem com contratos ilícitos, cujo objetivo é a mera interposição de mão de obra.</p>	
Obs 4: O Programa da CAIXA que seleciona menores aprendizes não se confunde com "Terceirização de Serviços", tendo em vista o explanado na Obs 3.	
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens moveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizês 12. Outras (telefonista, garagista, ascensorista, porteiro, operador de máquina copiadora, distribuição de documentos) 13. Recepção em ambiente de auto atendimento 14. Telesserviços 15. Agenciamento de viagens 16. Apoio a atividades do Conjunto Cultural da CAIXA 17. Digitação e conferência de dados 	<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado; (R) Rescindido; (S) Suspenso</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>

Fonte: Caixa Econômica Federal/Gestores Operacionais dos Contratos.

Anexo IV

Informações contábeis da gestão

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício – DRE
- Notas Explicativas – NE
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
- Demonstração do Valor Adicionado – DVA;
- Relatório Resumido do Comitê de Auditoria
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
- Relatório da Administração – RA

Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2014

The logo for CALIXA is displayed vertically on the left side of the page. It features the word "CALIXA" in a bold, blue, sans-serif font. The letter "X" is stylized with two orange diagonal bars crossing through it.

ÍNDICE GERAL

	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	09
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	112
Relatório dos Auditores Independentes	114
Parecer do Conselho Fiscal	117
Parecer do Conselho da Administração	118

Balço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Individual		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE	513.203.252	400.149.115	514.548.403	400.931.075
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	13.242.976	11.480.407	13.242.976	11.480.407
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	120.506.953	44.904.342	120.600.940	44.904.342
Aplicações no mercado aberto	113.973.136	37.232.669	114.067.123	37.232.669
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.534.954	7.672.360	6.534.954	7.672.360
Provisões para perdas	(1.137)	(687)	(1.137)	(687)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	119.936.329	112.639.473	120.997.389	113.261.241
Carteira própria - livre	75.083.769	58.724.773	76.144.829	59.346.541
Vinculados a compromissos de recompra	41.152.003	53.649.345	41.152.003	53.649.345
Instrumentos financeiros derivativos	905.638	260.317	905.638	260.317
Vinculados ao Banco Central	-	-	-	-
Vinculados a prestação de garantias	2.794.919	5.038	2.794.919	5.038
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	93.879.294	86.740.369	93.879.294	86.740.369
Pagamentos e recebimentos a liquidar	83.229	73.327	83.229	73.327
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	93.345.132	86.188.520	93.345.132	86.188.520
Correspondentes	450.933	478.522	450.933	478.522
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	561.884	593.239	561.884	593.239
Recursos em trânsito de terceiros	192	220	192	220
Transferências internas de recursos	561.692	593.019	561.692	593.019
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	129.249.192	104.418.611	129.249.192	104.418.611
Setor público	4.518.988	3.817.686	4.518.988	3.817.686
Setor privado	138.256.038	109.483.015	138.256.038	109.483.015
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	748.074	585.312	748.074	585.312
Provisão para operações de créditos	(14.273.908)	(9.467.402)	(14.273.908)	(9.467.402)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	34.268.440	38.317.229	34.458.544	38.477.421
Créditos por avais e fianças honradas	29.185	26.042	29.185	26.042
Carteira de câmbio	2.506.525	686.732	2.506.525	686.732
Rendas a receber	2.778.664	2.019.622	2.971.952	2.180.487
Negociação e intermediação de valores	2.766	864	2.766	864
Créditos específicos	765.593	716.094	765.593	716.094
Diversos	28.443.766	35.143.263	28.440.582	35.142.590
Provisão para outros créditos	(258.059)	(275.388)	(258.059)	(275.388)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	1.558.184	1.055.445	1,558.184	1,055.445
Outros valores e bens	1.602.632	1.020.169	1.602.632	1.020.169
Provisões para perdas	(90.591)	(31.614)	(90.591)	(31.614)
Despesas antecipadas	46.143	66.890	46.143	66.890
NÃO CIRCULANTE	551.471.544	458.326.241	550.135.001	457.394.261
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	46.995.168	50.026.983	46.995.168	50.026.983
Carteira própria - livre	8.062.680	14.200.836	8.062.680	14.200.836
Vinculados a compromissos de recompra	36.289.543	31.542.429	36.289.543	31.542.429
Vinculados ao Banco Central	1.046	944	1.046	944
Vinculados a prestação de garantias	2.641.899	4.282.774	2.641.899	4.282.774
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	25.145.776	20.797.571	25.145.776	20.797.571
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	25.145.776	20.797.571	25.145.776	20.797.571
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	441.339.273	357.426.648	441.339.273	357.426.648
Setor público	43.451.441	33.611.053	43.451.441	33.611.053
Setor privado	405.528.944	334.360.959	405.528.944	334.360.959
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	4.605.327	3.629.761	4.605.327	3.629.761
Provisão para operações de créditos	(12.246.439)	(14.175.125)	(12.246.439)	(14.175.125)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	25.565.848	20.241.981	25.565.848	20.241.981
Diversos	25.594.041	20.290.362	25.594.041	20.290.362
Provisão para outros créditos	(28.193)	(48.381)	(28.193)	(48.381)
PERMANENTE	12.425.479	9.833.058	11.088.936	8.901.078
INVESTIMENTOS (Nota 11)	5.524.993	4.272.753	4.188.450	3.340.773
Participações em coligadas e controladas:	5.215.229	3.897.399	3.878.686	2.965.419
- No país	5.214.610	3.896.611	3.878.067	2.964.631
- No exterior	619	788	619	788
Outros investimentos	499.753	455.720	499.753	455.720
Provisão para perdas	(189.989)	(80.366)	(189.989)	(80.366)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	3.754.040	3.026.322	3.754.040	3.026.322
Imóveis de uso	1.258.361	770.513	1.258.361	770.513
Reavaliações de imóveis de uso	739.998	743.272	739.998	743.272
Outras imobilizações de uso	6.709.767	5.667.682	6.709.767	5.667.682
Depreciações acumuladas	(4.954.086)	(4.155.145)	(4.954.086)	(4.155.145)
INTANGÍVEL (Nota 13)	3.146.446	2.533.983	3.146.446	2.533.983
Ativos intangíveis	4.262.780	3.617.578	4.262.780	3.617.578
Amortizações acumuladas	(1.116.334)	(1.083.595)	(1.116.334)	(1.083.595)
T O T A L	1.064.674.796	858.475.356	1.064.683.404	858.325.336

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE	620.999.102	526.346.591	621.007.710	526.196.571
DEPÓSITOS (Nota 14)	341.760.050	304.015.240	341.467.033	303.729.806
Depósitos à vista	27.013.964	25.170.971	27.013.964	25.170.971
Depósitos de poupança	236.836.068	209.573.848	236.836.068	209.573.848
Depósitos interfinanceiros	3.223.817	2.226.373	3.223.817	2.226.373
Depósitos a prazo	66.209.815	56.888.921	65.916.798	56.603.487
Depósitos especiais e de fundos e programas	8.476.386	10.155.127	8.476.386	10.155.127
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	165.935.128	115.453.523	165.935.128	115.368.762
Carteira própria	69.854.249	82.694.499	69.854.249	82.609.738
Carteira de terceiros	96.080.879	32.759.024	96.080.879	32.759.024
RECURSOS DE ACETES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	45.743.859	43.595.248	45.743.859	43.595.248
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	45.743.859	37.263.075	45.743.859	37.263.075
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	6.332.173	-	6.332.173
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	335.101	526.624	335.101	526.624
Recebimentos e pagamentos a liquidar	319.759	507.669	319.759	507.669
Correspondentes	15.342	18.955	15.342	18.955
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.533.644	2.043.376	1.533.644	2.043.376
Recursos em trânsito de terceiros	1.501.545	1.525.075	1.501.545	1.525.075
Transferências internas de recursos	32.099	518.301	32.099	518.301
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	4.918.919	893.112	4.918.919	893.112
Empréstimos no exterior	4.918.919	893.112	4.918.919	893.112
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	2.090.507	2.124.038	2.090.507	2.124.038
TESOURO NACIONAL - PIS	195.885	641.650	195.885	641.650
BNDES	334.821	618.401	334.821	618.401
FGTS	1.486.099	861.689	1.486.099	861.689
Outras	73.702	2.298	73.702	2.298
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	53.718	89.171	53.718	89.171
Instrumentos financeiros derivativos	53.718	89.171	53.718	89.171
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	58.628.176	57.606.259	58.929.801	57.826.434
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	342.885	264.352	342.884	264.352
Carteira de câmbio	342.662	39.318	342.662	39.318
Sociais e estatutárias	1.874.197	4.523.044	1.874.197	4.523.044
Fiscais e previdenciárias	1.750.362	1.993.050	2.044.388	2.212.856
Negociação e intermediação de valores	70.597	44.592	70.597	44.592
Recursos para destinação específica:	10.107.859	8.852.307	10.107.859	8.852.307
- Obrigações de operações com loterias	1.483.765	1.310.495	1.483.765	1.310.495
- Obrigações por fundos e programas sociais	8.074.813	7.268.366	8.074.813	7.268.366
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	549.281	273.446	549.281	273.446
Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.900.636		1.900.636	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	851.580	842.957	851.580	842.957
Diversas	41.387.398	41.046.639	41.394.998	41.047.008
NÃO CIRCULANTE	381.584.971	296.755.402	381.584.971	296.755.402
DEPÓSITOS (Nota 14)	77.578.706	57.039.948	77.578.706	57.039.948
Depósitos interfinanceiros	440.060	127.189	440.060	127.189
Depósitos a prazo	77.138.646	56.912.759	77.138.646	56.912.759
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	6.834.756	1.120.867	6.834.756	1.120.867
Carteira própria	6.834.756	1.120.867	6.834.756	1.120.867
RECURSOS DE ACETES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	92.005.218	40.227.746	92.005.218	40.227.746
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	81.227.368	40.227.746	81.227.368	40.227.746
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	10.777.850		10.777.850	
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	531.120	2.338.821	531.120	2.338.821
Empréstimos no exterior	531.120	2.338.821	531.120	2.338.821
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	175.341.091	156.198.141	175.341.091	156.198.141
TESOURO NACIONAL - PIS	584.695	17.912	584.695	17.912
BNDES	29.370.625	23.012.645	29.370.625	23.012.645
FGTS	143.547.345	131.870.736	143.547.345	131.870.736
Outras	1.838.426	1.296.848	1.838.426	1.296.848
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	29.294.080	39.829.879	29.294.080	39.829.879
Fiscais e previdenciárias	144.104	154.242	144.104	154.242
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	19.325.625	39.675.637	19.325.625	39.675.637
Diversas	9.824.351		9.824.351	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	62.090.723	35.373.363	62.090.723	35.373.363
Capital social:	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802
- Capital de domiciliados no país	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000
- Capital a realizar	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal	35.867.958	8.000.000	35.867.958	8.000.000
Reservas de capital	167	167	167	167
Reserva de reavaliação	408.392	392.929	408.392	392.929
Reservas de lucros	6.873.097	4.902.396	6.873.097	4.902.396
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.113.693)	23.069	(3.113.693)	23.069
Lucros/Prejuízos Acumulados				
T O T A L	1.064.674.796	858.475.356	1.064.683.404	858.325.336

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VOLTAR

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Individual				Consolidado			
	2014		2013		2014		2013	
	2º semestre	Exercício						
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	58.365.676	105.761.424	40.623.532	73.049.092	58.409.772	105.809.642	40.623.532	73.049.092
Operações de crédito (Nota 8 (f))	35.919.247	66.348.709	25.668.444	46.493.678	35.919.247	66.348.709	25.668.444	46.493.678
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	15.334.117	28.626.519	10.530.574	17.096.125	15.378.213	28.674.737	10.530.574	17.096.125
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	2.352.989	1.460.518	653.503	2.611.687	2.352.989	1.460.518	653.503	2.611.687
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	4.693.625	8.936.308	3.587.139	6.486.070	4.693.625	8.936.308	3.587.139	6.486.070
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	65.698	389.370	183.872	361.532	65.698	389.370	183.872	361.532
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(48.115.747)	(84.062.237)	(30.631.892)	(53.870.322)	(48.092.343)	(84.018.530)	(30.615.808)	(53.844.463)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(31.076.033)	(55.261.337)	(20.366.512)	(34.887.435)	(31.052.629)	(55.217.630)	(20.350.428)	(34.861.576)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(6.635.744)	(12.086.030)	(4.975.180)	(9.092.432)	(6.635.744)	(12.086.030)	(4.975.180)	(9.092.432)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	(1.329.934)	(1.029.957)	(263.267)	(448.753)	(1.329.934)	(1.029.957)	(263.267)	(448.753)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(2.348.044)	(2.529.252)	(157.927)	(251.067)	(2.348.044)	(2.529.252)	(157.927)	(251.067)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (j))	(6.725.992)	(13.155.661)	(4.869.006)	(9.190.635)	(6.725.992)	(13.155.661)	(4.869.006)	(9.190.635)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.249.929	21.699.187	9.991.640	19.178.770	10.317.429	21.791.112	10.007.724	19.204.629
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(7.390.838)	(15.102.388)	(7.924.263)	(14.000.579)	(7.424.655)	(15.156.234)	(7.924.208)	(14.009.607)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	7.881.377	15.104.677	7.035.824	13.610.414	7.881.377	15.104.677	7.035.824	13.610.414
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	1.754.644	3.299.643	1.484.296	2.741.518	1.754.644	3.299.643	1.484.296	2.741.518
Despesas de pessoal (Nota 24)	(9.340.738)	(17.870.249)	(8.412.679)	(15.926.629)	(9.341.996)	(17.872.603)	(8.413.549)	(15.928.394)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(5.610.689)	(10.917.848)	(5.109.768)	(9.624.458)	(5.611.445)	(10.919.588)	(5.110.073)	(9.626.397)
Despesas tributárias (Nota 29)	(1.440.528)	(2.891.952)	(1.281.968)	(2.409.999)	(1.447.806)	(2.899.286)	(1.285.560)	(2.413.643)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	436.076	741.298	207.315	360.793	359.236	645.456	166.786	309.699
Outras receitas operacionais (Nota 26)	6.254.249	11.223.081	4.908.744	10.225.081	6.307.507	11.277.453	4.954.095	10.274.495
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(7.325.229)	(13.791.038)	(6.756.027)	(12.977.299)	(7.326.172)	(13.791.986)	(6.756.027)	(12.977.299)
RESULTADO OPERACIONAL	2.859.091	6.596.799	2.067.377	5.178.191	2.892.774	6.634.878	2.083.516	5.195.022
RESULTADO NAO OPERACIONAL (Nota 28)	(328.760)	(614.650)	(4.951)	(19.650)	(328.760)	(614.650)	(4.951)	(19.650)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.530.331	5.982.149	2.062.426	5.158.541	2.564.014	6.020.228	2.078.565	5.175.372
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))	2.015.000	2.304.446	2.203.339	2.628.137	1.981.317	2.266.367	2.187.200	2.611.306
Tributos correntes	(5.420)	(877.614)	44.452	(548.571)	(38.792)	(915.390)	28.309	(565.408)
Ativo fiscal diferido	2.288.662	2.970.500	2.267.631	3.508.063	2.288.663	2.970.509	2.267.635	3.508.069
Passivo fiscal diferido	(268.242)	211.560	(108.744)	(331.355)	(268.554)	211.248	(108.744)	(331.355)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(843.013)	(1.194.810)	(682.995)	(1.063.306)	(843.013)	(1.194.810)	(682.995)	(1.063.306)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.702.318	7.091.785	3.582.770	6.723.372	3.702.318	7.091.785	3.582.770	6.723.372

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VOLTAR

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	22.054.802			423.165	1.669.327	1.023.737	(114.087)		25.056.944
AJUSTES DE PRÁTICAS CONTÁBEIS (Nota 3 (s))							(584.217)	(426.446)	(1.010.663)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 3 (s))	22.054.802			423.165	1.669.327	1.023.737	(698.304)	(426.446)	24.046.281
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		8.000.000							8.000.000
MOVIMENTAÇÃO GANHOS E PERDAS ATUARIAIS CPC 33(R1) (Nota 3 (s))							584.217		584.217
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							137.156		137.156
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				8.383					8.383
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(27.217)	(27.217)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(38.619)				38.619	
AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR								(1.234)	(1.234)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								6.723.372	6.723.372
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					336.169			(336.169)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						526.699		(526.699)	
Reserva de Capital			167						167
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						1.346.464		(1.346.464)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.216.534)	(1.216.534)
Dividendos propostos								(2.881.228)	(2.881.228)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	22.054.802	8.000.000	167	392.929	2.005.496	2.896.900	23.069		35.373.363
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		27.867.958							27.867.958
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(3.136.762)		(3.136.762)
AJUSTES NA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				22.410					22.410
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(6.947)				6.947	
RESERVA DE LUCROS - REVERSÃO						(1.441.901)			(1.441.901)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								7.091.785	7.091.785
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					319.830			(319.830)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						704.654		(704.654)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.388.118		(2.388.118)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.298.567)	(1.298.567)
Dividendos propostos								(1.692.379)	(1.692.379)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(695.184)	(695.184)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	22.054.802	35.867.958	167	408.392	2.325.326	4.547.771	(3.113.693)		62.090.723

VOLTAR

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	22.054.802	-	-	413.750	1.826.357	1.236.581	(1.420.908)	1.501.970	25.612.552
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		8.000.000							8.000.000
AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIOR								(427.680)	(427.680)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							1.443.977		1.443.977
DIVIDENDOS ANTECIPADOS 1º SEMESTRE								581.157	581.157
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				3.847					3.847
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(21.822)	(21.822)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(24.668)				24.668	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.582.770	3.582.770
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					179.139			(179.139)	
Reserva de Loterias (Reservas de Lucros)						313.856		(313.856)	
Reserva de Capital			167						167
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						1.346.464		(1.346.464)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(597.691)	(597.691)
Dividendos propostos								(2.803.913)	(2.803.913)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	22.054.802	8.000.000	167	392.929	2.005.496	2.896.900	23.069		35.373.363

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	22.054.802	8.000.000	167	388.622	2.174.969	1.709.115	(209.255)	2.126.099	36.244.519
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		27.867.958							27.867.958
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(2.904.438)		(2.904.438)
AJUSTES NA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				24.399					24.399
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(4.629)				4.629	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.702.318	3.702.318
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					150.357			(150.357)	
Reserva de Loterias (Reservas de Lucros)						450.538		(450.538)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.388.118		(2.388.118)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(644.299)	(644.299)
Dividendos propostos								(1.602.992)	(1.602.992)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(596.742)	(596.742)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	22.054.802	35.867.958	167	408.392	2.325.326	4.547.771	(3.113.693)		62.090.723

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VOLTAR

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Individual				Consolidado			
	2014		2013		2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	10.879.288	22.000.916	9.234.706	20.699.834	10.873.165	22.405.782	9.371.829	20.945.495
Lucro Líquido	3.702.318	7.091.785	3.582.770	6.723.372	3.702.318	7.091.785	3.582.770	6.723.372
Ajustes ao Lucro Líquido:	7.176.970	14.909.131	5.651.936	13.976.462	7.170.847	15.313.997	5.789.059	14.222.123
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/Passivos)	(117.451)	882.489	(74.661)	1.595.866	(117.451)	882.489	(74.661)	1.595.866
(Ganho)/Perda em Investimentos	49.035	89.058	(76.544)	53.011	(34.239)	397.779	20.053	247.583
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	-	-	(308.777)	(88.485)	-	-	(308.777)	(88.485)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	795.096	(6.355)	(15)	(15)	795.096	(6.355)	(15)	(15)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.012.244	13.441.913	5.192.775	9.514.404	7.012.244	13.441.913	5.192.775	9.514.404
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	419.290	838.586	533.428	885.420	419.290	838.586	533.428	885.420
Depreciações e Amortizações	751.926	1.474.152	597.504	1.169.280	751.926	1.474.152	597.505	1.169.281
Impostos Diferidos	(2.020.420)	(3.182.060)	(2.158.887)	(3.176.708)	(2.020.109)	(3.181.757)	(2.158.891)	(3.176.714)
Despesas com provisões para causas judiciais	394.495	879.801	686.059	1.058.865	394.495	879.801	686.059	1.058.865
Resultado de Participação em Coligadas	(436.076)	(741.298)	(207.315)	(360.793)	(359.236)	(645.456)	(166.786)	(309.699)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	328.831	1.232.845	1.468.369	3.325.617	328.831	1.232.845	1.468.369	3.325.617
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	8.322.048	40.976.861	(29.586.235)	(52.046.749)	8.235.976	41.011.287	(29.636.791)	(52.169.086)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	282.130	1.137.856	10.141.154	(3.650.196)	282.130	1.137.856	10.141.154	(3.650.196)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	787.721	(4.483.956)	388.878	(24.971.335)	787.721	(4.483.956)	388.878	(24.971.335)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(2.340.756)	(7.156.612)	(5.686.063)	(13.989.014)	(2.340.756)	(7.156.612)	(5.686.063)	(13.989.014)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(3.993.008)	(4.522.041)	(127.058)	(1.737.460)	(3.993.008)	(4.522.041)	(127.058)	(1.737.460)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	138.710	(478.377)	1.078.764	778.416	138.710	(478.377)	1.078.764	778.416
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(58.234.724)	(121.898.867)	(65.428.129)	(137.013.594)	(58.234.724)	(121.898.867)	(65.428.129)	(137.013.594)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(3.699.961)	1.620.730	(8.527.655)	(9.741.699)	(3.946.138)	1.590.515	(8.611.950)	(9.758.709)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(1.050.877)	(496.384)	6.308	(100.015)	(1.050.877)	(496.384)	6.308	(100.015)
(Redução) Aumento em Depósitos	27.570.656	58.283.568	17.866.761	41.275.092	27.740.389	58.275.955	17.855.053	40.989.788
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	26.847.110	56.195.494	(19.747.073)	22.466.412	26.936.118	56.280.255	(19.745.807)	22.581.060
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	26.710.910	53.926.083	18.903.245	34.819.800	26.710.910	53.926.083	18.903.245	34.819.800
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(241.632)	(35.453)	88.647	88.632	(241.632)	(35.453)	88.647	88.632
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	5.287.675	21.327.525	20.704.235	37.773.372	5.287.675	21.327.525	20.704.235	37.773.372
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(9.105.375)	(10.993.742)	894.676	2.603.326	(9.204.011)	(11.006.279)	938.857	2.668.655
Imposto de renda e contribuição social pagos	(636.531)	(1.448.963)	(142.925)	(648.486)	(636.531)	(1.448.963)	(142.925)	(648.486)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	19.201.336	62.977.777	(20.351.529)	(31.346.915)	19.109.141	63.417.069	(20.264.962)	(31.223.591)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS								
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(1.986.273)	(1.237.068)	84.653	(234.286)	(1.894.078)	(1.676.360)	(1.914)	(357.610)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(2.587.237)	(2.563.267)	(6.311.731)	(454.228)	(2.587.237)	(2.563.267)	(6.311.731)	(454.228)
Aquisição de Investimentos	(600.000)	(600.000)	-	-	(600.000)	(600.000)	-	-
Alienação de Imobilizado de Uso	7.356	6.432	13.742	86.228	7.356	6.432	13.742	86.228
Aquisição de Imobilizado de Uso	(901.239)	(1.559.701)	(683.844)	(1.455.260)	(901.239)	(1.559.701)	(683.844)	(1.455.260)
Baixa de Intangível	284.319	295.083	14.946	14.946	284.319	295.083	14.946	14.946
Aquisição de Intangível	(1.171.277)	(1.556.147)	(504.102)	(997.409)	(1.171.277)	(1.556.147)	(504.102)	(997.409)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(6.954.351)	(7.214.668)	(7.386.336)	(3.040.009)	(6.862.156)	(7.653.960)	(7.472.903)	(3.163.333)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS								
Captação/resgate de instrumento híbrido de capital e dívida	27.867.958	27.867.958	-	8.000.000	27.867.958	27.867.958	-	8.000.000
Dividendos complementares dos exercícios de 2012 e 2013	-	(1.441.901)	-	-	-	(1.441.901)	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	(2.148.848)	(2.990.946)	(2.820.447)	(4.097.762)	(2.148.848)	(2.990.946)	(2.820.447)	(4.097.762)
Remuneração IHCD	(695.184)	(695.184)	-	-	(695.184)	(695.184)	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	25.023.926	22.739.927	(2.820.447)	3.902.238	25.023.926	22.739.927	(2.820.447)	3.902.238
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	37.270.911	78.503.036	(30.558.312)	(30.484.686)	37.270.911	78.503.036	(30.558.312)	(30.484.686)
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA								
Caixa e Equivalentes no início do Período	41.232.125	48.713.076	79.271.388	79.197.762	41.232.125	48.713.076	79.271.388	79.197.762
Caixa e Equivalentes no fim do período	78.503.036	127.216.112	48.713.076	48.713.076	78.503.036	127.216.112	48.713.076	48.713.076
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	37.270.911	78.503.036	(30.558.312)	(30.484.686)	37.270.911	78.503.036	(30.558.312)	(30.484.686)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	Individual								Consolidado							
	2014				2013				2014				2013			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	65.871.261		120.588.558		49.178.440		90.230.335		65.968.614		120.691.146		48.960.523		90.016.481	
Intermediação financeira	57.035.742		104.731.467		40.623.532		72.863.606		57.079.838		104.779.685		40.360.265		72.600.339	
Prestação de serviços com tarifas	9.636.021		18.404.320		8.520.121		16.351.933		9.636.020		18.404.319		8.520.121		16.351.933	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(6.725.992)		(13.155.661)		(4.869.006)		(9.190.635)		(6.725.992)		(13.155.661)		(4.869.006)		(9.190.635)	
Outras	5.925.490		10.608.432		4.903.793		10.205.431		5.978.748		10.662.803		4.949.143		10.254.844	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	40.059.821		69.876.619		25.762.886		44.494.201		40.036.417		69.832.912		25.483.535		44.205.075	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	11.496.634		21.896.257		10.671.241		20.281.464		11.498.333		21.898.943		10.671.545		20.283.402	
Materiais, energia e outros	1.137.820		2.221.916		1.055.016		2.047.939		1.137.881		2.222.070		1.055.113		2.048.664	
Processamento de dados e comunicações	1.011.813		1.915.588		875.135		1.711.781		1.011.813		1.915.588		875.135		1.711.781	
Propaganda, publicidade e promoções	471.822		870.851		503.697		794.000		471.822		870.851		503.697		794.000	
Serviços de terceiros e especializados	1.126.947		2.227.562		1.045.618		1.969.464		1.127.642		2.229.147		1.045.825		1.970.677	
Serviços de vigilância e segurança	423.003		869.301		435.747		780.980		423.003		869.301		435.747		780.980	
Outras	7.325.229		13.791.039		6.756.028		12.977.300		7.326.172		13.791.986		6.756.028		12.977.300	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	1.378.394		2.536.777		728.546		1.415.508		1.378.394		2.536.777		728.546		1.415.508	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	1.152.844		2.175.340		1.012.758		2.015.174		1.152.844		2.175.340		1.012.758		2.015.174	
- Descontos de operações de crédito	420.272		560.654		229.435		391.357		420.272		560.654		229.435		391.357	
- Despesas com cartão de crédito/débito	742.429		1.298.523		579.512		1.035.228		742.429		1.298.523		579.512		1.035.228	
- Benefício pós-emprego	419.290		862.739		533.428		885.420		419.290		862.739		533.428		885.420	
- Provisões operacionais diversas	1.868.927		3.838.761		2.790.767		5.566.720		1.868.927		3.838.761		2.790.767		5.566.720	
- Demais	1.343.073		2.518.245		881.582		1.667.893		1.344.016		2.519.192		881.582		1.667.893	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	14.314.806		28.815.682		12.744.313		25.454.670		14.433.864		28.959.291		12.805.443		25.528.004	
5. RETENÇÕES	752.026		1.474.252		597.504		1.169.280		752.026		1.474.252		597.504		1.169.280	
Depreciação, amortização e exaustão	752.026		1.474.252		597.504		1.169.280		752.026		1.474.252		597.504		1.169.280	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	13.562.780		27.341.430		12.146.809		24.285.390		13.681.838		27.485.039		12.207.939		24.358.724	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	436.076		741.298		207.315		360.793		359.236		645.456		166.786		309.699	
Resultado da equivalência patrimonial	436.076		741.298		207.315		360.793		359.236		645.456		166.786		309.699	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	13.998.856		28.082.728		12.354.124		24.646.183		14.041.074		28.130.495		12.374.725		24.668.423	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	13.998.856	100,00	28.082.728	100,00	12.354.124	100,00	24.646.183	100,00	14.041.074	100,00	28.130.495	100,00	12.374.725	100,00	24.668.423	100,00
Pessoal	8.927.131	63,77	16.628.038	59,21	7.972.044	64,53	14.851.063	60,26	8.928.390	63,59	16.630.394	59,12	7.972.914	64,43	14.852.828	60,21
- Remuneração direta	6.687.119		12.353.412		6.023.495		11.150.744		6.688.316		12.355.653		6.024.325		11.152.423	
- Benefícios	1.830.917		3.482.839		1.588.307		3.011.696		1.830.917		3.482.839		1.588.307		3.011.696	
- FGTS	409.095		791.787		360.242		688.623		409.157		791.902		360.282		688.709	
Impostos, taxas e contribuições	682.148	4,87	3.024.527	10,77	202.259	1,64	1.920.735	7,79	723.107	5,15	3.069.938	10,91	221.990	1,79	1.941.209	7,87
- Federais	403.423		2.451.150		(53.215)		1.386.755		443.774		2.495.953		(33.484)		1.407.222	
- Estaduais	215		649		160		618		215		649		160		618	
- Municipais	278.510		572.728		255.314		533.362		279.118		573.336		255.314		533.369	
Remuneração de capitais de terceiros	687.259	4,91	1.338.378	4,77	597.051	4,83	1.151.014	4,67	687.259	4,89	1.338.378	4,76	597.051	4,82	1.151.014	4,67
- Aluguéis	687.259		1.338.378		597.051		1.151.014		687.259		1.338.378		597.051		1.151.014	
Remuneração de capitais próprios	2.844.033	20,32	3.686.130	13,13	3.401.604	27,53	4.097.762	16,63	2.844.033	20,26	3.686.130	13,10	3.401.604	27,49	4.097.763	16,61
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	2.247.291		2.990.946		3.401.604		4.097.762		2.247.291		2.990.946		3.401.604		4.097.763	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital	596.742		695.184		-		-		596.742		695.184		-		-	
Lucros retidos	858.285	6,13	3.405.655	12,13	181.166	1,47	2.625.609	10,65	858.285	6,11	3.405.655	12,11	181.166	1,46	2.625.609	10,64

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	10
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis	11
Nota 3 – Principais práticas contábeis	12
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	22
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	22
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	23
Nota 7 – Relações interfinanceiras	35
Nota 8 – Carteira de crédito	37
Nota 9 – Outros créditos	44
Nota 10 – Outros valores e bens	47
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	48
Nota 12 – Imobilizado de uso	49
Nota 13 – Intangível	50
Nota 14 – Depósitos	51
Nota 15 – Captações no mercado aberto	56
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	57
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	59
Nota 18 – Outras obrigações	60
Nota 19 – Patrimônio líquido	66
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) ..	69
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira	74
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira	75
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	76
Nota 24 – Despesas com pessoal	77
Nota 25 – Outras despesas administrativas	78
Nota 26 – Outras receitas operacionais	79
Nota 27 – Outras despesas operacionais	80
Nota 28 – Resultado não operacional	81
Nota 29 – Despesas tributárias	81
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias	82
Nota 31 – Partes relacionadas	85
Nota 32 – Benefícios a empregados	88
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo	99
Nota 34 – Outras informações	109

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio da Caixa Seguros Holding S/A, uma investida da subsidiária Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Conforme Lei nº 11.908/2009, a fim de cumprir seu objeto social, a CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas para cumprir seu objeto social, por meio de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais (INDIVIDUAL) e consolidadas (CONSOLIDADO) da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 10 de fevereiro de 2015 e pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2015.

A reclassificação entre circulante e não circulante referente aos saldos da emissão externa de títulos de dívida, créditos tributários e devedores por depósitos em garantia nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 não apresenta materialidade para reclassificação do período comparativo de 31 de dezembro de 2013.

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem a CAIXA e sua subsidiária CAIXAPAR, foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que a CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Carteira de participações societárias CAIXAPAR				
Descrição	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.544	112.732.358	49,00	40,35
Branes	37.250.186	-	37,25	37,25
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.278.822	-	48,21	48,21
Capgemini	63.764.544	-	24,19	22,05
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	17.640.000	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 4.

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Nas operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independente de sua classificação, são apropriados *pro rata dia*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A CAIXA aplica a metodologia de hedge contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria hedge de risco de mercado. As variações no valor justo desses derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto ajusta o valor escriturado do item coberto em contrapartida ao resultado do período. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização, o ajuste no valor contábil, avaliado ao custo, de um item protegido por hedge é amortizado no resultado durante o período até o vencimento do instrumento financeiro. Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (e) e (f).

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A CSLL é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

(k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

(l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear sem valor residual.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento.

Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas e possuem as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, tais como softwares em desenvolvimento, e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata dia*,

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, conforme detalhamento na Nota 15 (b).

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida. Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(r) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata dia* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata dia*.

(s) Reapresentação de Saldos Comparativos

O valor de abertura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 31/12/2012 apresentado para fins de comparação foi ajustado e está sendo reapresentado em razão de mudanças de práticas contábeis conforme discriminação a seguir:

Mudança de prática contábil – Benefícios a Empregados

Até 31 de dezembro de 2012, o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o “método do corredor”. A partir de 2013, foi aplicada a norma revisada do CPC 33 (R1), onde os eventuais ganhos/perdas atuariais passaram a ser reconhecidos, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

Mudança de prática contábil – Contas Encerradas por Inconformidades Cadastrais

Em novembro de 2013, a CAIXA recebeu ofício, emitido pelo BACEN, contendo orientação específica para tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais. O atendimento ao estipulado implicou a ocorrência de mudança da política contábil adotada pela CAIXA referente ao tratamento conferido ao saldo dessas contas.

Anteriormente ao recebimento do ofício, a CAIXA classificava o saldo oriundo das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais como passivos contingentes devido à remota possibilidade de desembolsos futuros desses valores, que dessa forma eram reconhecidos em resultado em contrapartida à baixa do passivo. Todavia, com o advento da orientação do regulador, os valores em questão passaram a ser reconhecidos em rubricas contábeis representativas de depósitos.

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a nova prática contábil foi aplicada de forma retrospectiva e os efeitos de sua alteração foram reconhecidos em contrapartida ao patrimônio líquido, sendo os saldos comparativos recompostos para fins de apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os efeitos nas contas patrimoniais de 31/12/2012 relativos à aplicação do CPC 33 (R1) e da mudança de prática contábil referente ao tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir, destacando-se que os impactos dos ajustes do CPC 33 (R1) na base de créditos tributários são imateriais, considerando a realização em 10 anos.

Descrição	31/12/2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	350.905.556	351.547.176	312.626	312.626	351.218.182	351.859.802
Outros créditos	29.091.187	29.234.363	312.626	312.626	29.403.813	29.546.989
Diversos (1)	26.779.048	26.781.887	312.626	312.626	27.091.674	27.094.513
Não circulante	352.034.110	351.347.795	-	-	352.034.110	351.347.795
Total do Ativo	702.939.666	702.894.971			703.252.292	703.207.597
Passivo e Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	442.342.112	442.297.417	1.323.289	1.323.289	443.665.401	443.620.706
Depósitos	279.990.109	279.989.979	739.072	739.072	280.729.181	280.729.051
Depósitos à vista (2)	27.381.103	27.381.099	4.468	4.468	27.385.571	27.385.567
Depósitos de poupança (2)	175.566.036	175.566.036	732.586	732.586	176.298.622	176.298.622
Depósitos especiais e de fundos e programas (2)	9.265.546	9.265.546	2.018	2.018	9.267.564	9.267.564
Outras obrigações	50.374.218	50.529.062	584.217	584.217	50.958.435	51.113.279
Diversas (3)	34.081.591	34.081.866	584.217	584.217	34.665.808	34.666.083
Não circulante	235.540.610	235.540.610	-	-	235.540.610	235.540.610
Patrimônio líquido	25.056.944	25.056.944	(1.010.663)	(1.010.663)	24.046.281	24.046.281
Ajuste de avaliação patrimonial (3) (4)	(114.087)	(114.087)	(584.217)	(584.217)	(698.304)	(698.304)
Lucros acumulados (5)	-	-	(426.446)	(426.446)	(426.446)	(426.446)
Total do Passivo e PL	702.939.666	702.894.971			703.252.292	703.207.597

(1) Impostos a compensar e créditos tributários relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(2) Reconhecimento de passivos relativo à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(3) Ajustes pela mudança de prática de benefícios a empregados.

(4) Em março de 2013, foi registrado R\$ 233.687 a título de efeito tributário sobre o ajuste pela prática de benefícios a empregados, que foi revertido em dezembro de 2013.

(5) Impactos relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas, líquidos dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Total de Disponibilidades (caixa)	13.242.976	11.480.407
Disponibilidade em moeda nacional	8.572.363	8.208.226
Disponibilidade em moeda estrangeira	4.670.613	3.272.181
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	113.973.136	37.232.669
Total	127.216.112	48.713.076

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item “Aplicações no mercado aberto – posição bancada – Notas do Tesouro Nacional” que em 31/12/2014 apresenta o montante de R\$ 93.987 na demonstração consolidada.

INDIVIDUAL				
Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	17.862.468	-	17.862.468	4.473.645
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	100.997
Letras do Tesouro Nacional	17.862.468	-	17.862.468	2.637.397
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	1.735.251
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	96.110.668	-	96.110.668	32.759.024
Letras Financeiras do Tesouro	6.878.300	-	6.878.300	11.103.849
Letras do Tesouro Nacional	34.770.744	-	34.770.744	10.315.230
Notas do Tesouro Nacional	54.461.624	-	54.461.624	11.339.945
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.910.105	623.712	6.533.817	7.671.673
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.855.642	120.007	5.975.649	7.672.360
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Crédito Rural (1)	55.600	503.705	559.305	-
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	(1.137)	-	(1.137)	(687)
Total - ativo circulante	119.883.241	623.712	120.506.953	44.904.342

(1) Inclui acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações firmado entre a CAIXA e o Banco SICRED no montante de R\$ 151.283 em 31/12/2014, conforme Resolução CMN nº 3.263/05.

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de aplicações no mercado aberto	7.673.076	12.377.998	3.975.378	6.918.465
Posição bancada	1.244.811	1.863.332	483.757	1.476.740
Posição financiada	6.428.265	10.514.666	3.491.621	5.441.725
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	309.224	599.929	189.592	296.056
Total	7.982.300	12.977.927	4.164.970	7.214.521

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
(a) Composição

INDIVIDUAL						
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	74.754.512	69.633.416	5.436.818	1.046	-	149.825.792
Letras Financeiras do Tesouro	338.922	-	-	-	-	338.922
Letras do Tesouro Nacional	65.313.887	41.256.271	5.434.275	1.046	-	112.005.479
Notas do Tesouro Nacional	9.092.957	28.377.145	2.543	-	-	37.472.645
Tesouro Nacional/ Securitização	8.746	-	-	-	-	8.746
Títulos – Empresas	8.391.937	7.808.130	-	-	-	16.200.067
Debêntures	624.961	7.277.413	-	-	-	7.902.374
Letras de Crédito Imobiliário	259.096	-	-	-	-	259.096
Letras Financeiras	219.074	-	-	-	-	219.074
Cotas de Fundos	141.836	-	-	-	-	141.836
Certificado de Recebíveis Imobiliários	478.062	530.717	-	-	-	1.008.779
Ações	6.668.908	-	-	-	-	6.668.908
Outros	-	-	-	-	905.638	905.638
Total em 31/12/2014	83.146.449	77.441.546	5.436.818	1.046	905.638	166.931.497
Total em 31/12/2013	72.925.609	85.191.774	4.287.812	944	260.317	162.666.456

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO						
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompensa	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	74.754.512	69.633.416	5.436.818	1.046	-	149.825.792
Letras Financeiras do Tesouro	338.922	-	-	-	-	338.922
Letras do Tesouro Nacional	65.313.887	41.256.271	5.434.275	1.046	-	112.005.479
Notas do Tesouro Nacional	9.092.957	28.377.145	2.543	-	-	37.472.645
Tesouro Nacional/ Securitização	8.746	-	-	-	-	8.746
Títulos – Empresas	9.452.997	7.808.130	-	-	-	17.261.127
Debêntures	624.961	7.277.413	-	-	-	7.902.374
Letras de Crédito Imobiliário	259.096	-	-	-	-	259.096
Letras Financeiras	219.074	-	-	-	-	219.074
Cotas de Fundos	455.260	-	-	-	-	455.260
Certificado de Recebíveis Imobiliários	478.062	530.717	-	-	-	1.008.779
Ações	7.416.544	-	-	-	-	7.416.544
Outros	-	-	-	-	905.638	905.638
Total em 31/12/2014	84.207.509	77.441.546	5.436.818	1.046	905.638	167.992.557
Total em 31/12/2013	73.547.377	85.191.774	4.287.812	944	260.317	163.288.224

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL										
Posição em 31/12/2014	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos – Brasil	151.398.910	(1.572.172)	(946)	149.825.792	149.841.072	-	19.119.550	21.467.550	5.649.891	103.588.801
Letras Financeiras do Tesouro	338.741	181	-	338.922	338.922	-	5.034	-	7.028	326.860
Letras do Tesouro Nacional	113.568.838	(1.563.359)	-	112.005.479	111.881.708	-	18.904.846	17.127.289	5.642.863	70.330.481
Notas do Tesouro Nacional	37.479.241	(8.994)	2.398	37.472.645	37.611.696	-	209.670	4.340.261	-	32.922.714
Tesouro Nacional/Securitização	12.090	-	(3.344)	8.746	8.746	-	-	-	-	8.746
Títulos – Empresas	18.686.254	44.362	(2.530.549)	16.200.067	16.198.554	6.810.744	159.728	34.927	83.003	9.111.665
Debêntures	7.873.526	44.346	(15.498)	7.902.374	7.902.374	-	16.241	-	-	7.886.133
Letras de Crédito Imobiliário	259.069	-	27	259.096	259.096	-	89.651	34.927	-	134.518
Letras Financeiras	219.038	-	36	219.074	219.074	-	53.836	-	83.003	82.235
Cotas de Fundos	141.836	-	-	141.836	141.836	141.836	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	929.386	16	79.377	1.008.779	1.007.266	-	-	-	-	1.008.779
Ações	9.263.399	-	(2.594.491)	6.668.908	6.668.908	6.668.908	-	-	-	-
Total – TVM	170.085.164	(1.527.810)	(2.531.495)	166.025.859	166.039.626	6.810.744	19.279.278	21.502.477	5.732.894	112.700.466
Para negociação (3)	103.225.746	(1.527.810)	-	101.697.936	101.697.936	19.596	13.195.866	17.127.289	5.649.891	65.705.294
Disponíveis para Venda	17.571.304	-	(2.531.495)	15.039.809	15.039.809	6.791.148	143.487	34.927	83.003	7.987.244
Mantidos até o Vencimento (4)	49.288.114	-	-	49.288.114	49.301.881	-	5.939.925	4.340.261	-	39.007.928
Instrumentos Financeiros Derivativos	905.638	-	-	905.638	905.638	-	48.955	54.979	80.075	721.629
Total – TVM e Derivativos	170.990.802	(1.527.810)	(2.531.495)	166.931.497	166.945.264	6.810.744	19.328.233	21.557.456	5.812.969	113.422.095

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (1.448.268); 31/12/2013 – (470.697); líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO										
Posição em 31/12/2014	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr.líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos	151.398.910	(1.572.172)	(946)	149.825.792	149.841.072	-	19.119.550	21.467.550	5.649.891	103.588.801
Letras Financeiras do Tesouro	338.741	181	-	338.922	338.922	-	5.034	-	7.028	326.860
Letras do Tesouro Nacional	113.568.838	(1.563.359)	-	112.005.479	111.881.708	-	18.904.846	17.127.289	5.642.863	70.330.481
Notas do Tesouro Nacional	37.479.241	(8.994)	2.398	37.472.645	37.611.696	-	209.670	4.340.261	-	32.922.714
Tesouro Nacional/Securitização	12.090	-	(3.344)	8.746	8.746	-	-	-	-	8.746
Títulos – Empresas	19.031.496	44.362	(1.814.731)	17.261.127	17.259.614	7.871.804	159.728	34.927	83.003	9.111.665
Debêntures	7.873.526	44.346	(15.498)	7.902.374	7.902.374	-	16.241	-	-	7.886.133
Letras de Crédito Imobiliário	259.069	-	27	259.096	259.096	-	89.651	34.927	-	134.518
Letras Financeiras	219.038	-	36	219.074	219.074	-	53.836	-	83.003	82.235
Cotas de Fundos	455.260	-	-	455.260	455.260	455.260	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	929.386	16	79.377	1.008.779	1.007.266	-	-	-	-	1.008.779
Ações	9.295.217	-	(1.878.673)	7.416.544	7.416.544	7.416.544	-	-	-	-
Total – TVM	170.430.406	(1.527.810)	(1.815.677)	167.086.919	167.100.686	7.871.804	19.279.278	21.502.477	5.732.894	112.700.466
Para negociação (3)	103.225.746	(1.527.810)	-	101.697.936	101.697.936	19.596	13.195.866	17.127.289	5.649.891	65.705.294
Disponíveis para Venda	17.916.546	-	(1.815.677)	16.100.869	16.100.869	7.852.208	143.487	34.927	83.003	7.987.244
Mantidos até o Vencimento (4)	49.288.114	-	-	49.288.114	49.301.881	-	5.939.925	4.340.261	-	39.007.928
Instrumentos Financeiros Derivativos	905.638	-	-	905.638	905.638	-	48.955	54.979	80.075	721.629
Total – TVM e Derivativos	171.336.044	(1.527.810)	(1.815.677)	167.992.557	168.006.324	7.871.804	19.328.233	21.557.456	5.812.969	113.422.095

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (732.450) - 31/12/2013 – (179.176); líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
	31/12/2014							31/12/2013			
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	13.179.625	17.127.289	5.649.891	64.708.371	102.237.348	(1.572.172)	100.665.176	100.473.254	(1.774.312)	98.698.942
LFT	-	5.034	-	7.028	326.860	338.741	181	338.922	1.625.709	(9)	1.625.700
LTN	-	12.964.921	17.127.289	5.642.863	61.993.765	99.292.197	(1.563.359)	97.728.838	95.143.030	(1.772.513)	93.370.517
NTN	-	209.670	-	-	2.387.746	2.606.410	(8.994)	2.597.416	3.704.515	(1.790)	3.702.725
Títulos - Empresas	19.596	16.241	-	-	996.923	988.398	44.362	1.032.760	42.591	257	42.848
Debêntures	-	16.241	-	-	995.145	967.040	44.346	1.011.386	14.361	217	14.578
Cotas de Fundos	19.596	-	-	-	-	19.596	-	19.596	25.569	-	25.569
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	1.778	1.762	16	1.778	2.661	40	2.701
Total	19.596	13.195.866	17.127.289	5.649.891	65.705.294	103.225.746	(1.527.810)	101.697.936	100.515.845	(1.774.055)	98.741.790

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

INDIVIDUAL											
Descrição	31/12/2014						31/12/2013				
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	16.029	16.976	(947)	16.029	19.064	(1.822)	17.242
NTN	-	-	-	-	7.283	4.886	2.397	7.283	4.728	2.193	6.921
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	8.746	12.090	(3.344)	8.746	14.336	(4.015)	10.321
Títulos – Empresas	6.791.148	143.487	34.927	83.003	7.971.215	17.554.328	(2.530.548)	15.023.780	17.743.193	(820.933)	16.922.260
Debêntures	-	-	-	-	6.890.988	6.906.485	(15.497)	6.890.988	7.009.647	(68.414)	6.941.233
Letras de Crédito Imobiliário	-	89.651	34.927	-	134.518	259.069	27	259.096	582.007	(77)	581.930
Letras Financeiras	-	53.836	-	83.003	82.235	219.038	36	219.074	211.709	(6)	211.703
Cotas de Fundos	122.240	-	-	-	-	122.240	-	122.240	32.960	-	32.960
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	863.474	784.097	79.377	863.474	618.515	31.545	650.060
Ações	6.668.908	-	-	-	-	9.263.399	(2.594.491)	6.668.908	9.288.355	(783.981)	8.504.374
Total	6.791.148	143.487	34.927	83.003	7.987.244	17.571.304	(2.531.495)	15.039.809	17.762.257	(822.755)	16.939.502

(1) Ajuste a Valor de Mercado. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (1.448.268); 31/12/2013 – (470.697); líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO											
Descrição	31/12/2014					31/12/2013					
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	16.029	16.976	(947)	16.029	19.064	(1.822)	17.242
NTN	-	-	-	-	7.283	4.886	2.397	7.283	4.728	2.193	6.921
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	8.746	12.090	(3.344)	8.746	14.336	(4.015)	10.321
Títulos – Empresas	7.852.208	143.487	34.927	83.003	7.971.215	17.899.570	(1.814.730)	16.084.840	17.840.833	(296.805)	17.544.028
Debêntures	-	-	-	-	6.890.988	6.906.485	(15.497)	6.890.988	7.009.647	(68.414)	6.941.233
Letras de Crédito Imobiliário	-	89.651	34.927	-	134.518	259.069	27	259.096	582.007	(77)	581.930
Letras Financeiras	-	53.836	-	83.003	82.235	219.038	36	219.074	211.709	(6)	211.703
Cotas de Fundos	435.664	-	-	-	-	435.664	-	435.664	32.960	-	32.960
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	863.474	784.097	79.377	863.474	618.515	31.545	650.060
Ações	7.416.544	-	-	-	-	9.295.217	(1.878.673)	7.416.544	9.385.995	(259.853)	9.126.142
Total	7.852.208	143.487	34.927	83.003	7.987.244	17.916.546	(1.815.677)	16.100.869	17.859.897	(298.627)	17.561.270

(1) Ajuste a Valor de Mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (732.450); 31/12/2013 – (179.176); líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Descrição	31/12/2014				31/12/2013			
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos Públicos	5.939.925	4.340.261	-	38.864.401	49.144.587	49.159.865	46.328.668	45.740.302
LFT	-	-	-	-	-	-	3.545.568	3.545.716
LTN	5.939.925	-	-	8.336.716	14.276.641	14.152.869	10.051.095	10.015.601
NTN	-	4.340.261	-	30.527.685	34.867.946	35.006.996	32.732.005	32.178.985
Títulos – Empresas	-	-	-	143.527	143.527	142.016	396.179	396.179
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	143.527	143.527	142.016	396.179	396.179
Total	5.939.925	4.340.261	-	39.007.928	49.288.114	49.301.881	46.724.847	46.136.481

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2014		2013		2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ativos financeiros para negociação	3.919.323	8.556.363	3.589.485	4.099.362	3.919.323	8.556.363	3.589.485	4.099.362
Ativos financeiros disponíveis para venda	923.798	1.728.906	561.897	872.543	967.894	1.777.124	561.897	872.543
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.508.168	5.367.628	2.216.061	4.914.656	2.508.168	5.367.628	2.216.061	4.914.656
Outros	528	(4.305)	(1.839)	(4.957)	528	(4.305)	(1.839)	(4.957)
Total	7.351.817	15.648.592	6.365.604	9.881.604	7.395.913	15.696.810	6.365.604	9.881.604

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil**(f.1) Emissão Externa – Notas Sêniores 1ª, 2ª e 4ª séries**

No dia 05/11/2012, a CAIXA realizou a emissão externa de duas séries de títulos com vencimento em 2017 (1ª série – US\$ 1 bilhão) e 2022 (2ª série – US\$ 500 milhões), em dólares americanos e com pagamento de juros prefixados semestrais de 2,375% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente. No dia 06/05/2014 foi finalizada a emissão da 4ª série no montante de US\$ 1,3 bilhão e juros semestrais de 4,25%.

Adicionalmente, as remunerações semestrais incluem o pagamento de 15% sobre cada parcela de juros a título de tributos.

Das séries emitidas, o saldo integral da 1ª e 2ª séries e parte do saldo da 4ª série (US\$ 600 milhões) foram internalizados e protegidos com a realização de operações de swap.

Os recursos mantidos no país da emissão geram exposição ao risco de variação do cupom de dólar. Quando são internalizados é adicionado o risco da variação do câmbio, cuja proteção ocorre por meio de operações de swap formalizadas como hedge de valor justo conforme abaixo:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge de valor justo tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar das notas sêniores, objeto do hedge, conforme descrito:

- Variação cambial do cupom:
 - 1ª série, 2,375% a.a. sobre US\$ 1 bilhão ou US\$ 11,9 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2017;
 - 2ª série, 3,50% a.a. sobre US\$ 500 milhões ou US\$ 8,8 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2022;

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 4ª série, 4,25% a.a. sobre US\$ 600 milhões ou US\$ 12,8 milhões semestrais, com vencimentos ente 2014 e 2019.
- variação cambial do principal:
 - 1ª série, US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2017;
 - 2ª série, US\$ 500 milhões, com vencimento em 2022;
 - 4ª série, US\$ 600 milhões, com vencimento em 2019.
- variação cambial do imposto devido de 15% sobre o cupom a pagar:
 - 1ª série, US\$ 2,1 milhões semestrais;
 - 2ª série, US\$ 1,5 milhões semestrais;
 - 4ª série, US\$ 2,25 milhões semestrais.

Valor Justo do Objeto do Hedge		
Notas Sêniores	31/12/2014	31/12/2013
1ª Série	2.634.878	2.357.153
2ª Série	1.367.430	1.153.619
4ª Série	2.565.844	-
Total	6.568.152	3.510.772

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se manteve em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f.2) Letras Financeiras – Cupom IPCA

Desde agosto de 2013 a CAIXA realiza a captação de recursos por meio de emissão de Letras Financeiras indexadas ao IPCA, protegendo a variação do valor justo do passivo com a contratação de operações de Swap.

As operações foram formalmente classificadas como hedge contábil de valor justo e têm como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Valor Justo do Objeto do Hedge		
Letra Financeira	31/12/2014	31/12/2013
15/05/2017 ⁽¹⁾	48.309	-
16/06/2017 ⁽¹⁾	52.418	-
07/05/2018 ⁽¹⁾	3.769	-
31/07/2018 ⁽¹⁾	3.097	-
11/02/2019 ⁽¹⁾	1.120	-
13/02/2019 ⁽¹⁾	5.393	-
19/09/2019 ⁽¹⁾	1.988	-
23/09/2019 ⁽¹⁾	2.447	-
10/02/2020 ⁽¹⁾	1.532	-
23/12/2020	11.444	10.316
11/01/2021 ⁽¹⁾	5.698	-
01/02/2021 ⁽¹⁾	5.845	-
15/08/2023	221.610	195.550
18/09/2023	33.643	29.789
13/11/2023	386.884	345.899
03/06/2024 ⁽¹⁾	222.948	-
15/08/2024 ⁽¹⁾	3.503	-
Total	1.011.648	581.554

(1) Os títulos emitidos a partir de JAN/14 somam R\$ 326.460 mil se considerados os valores de emissão (em 31/12/2014 somam R\$ 358.067 mil em valor justo)

Por haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade do hedge manteve-se em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	Conta de Compensação / Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res. / PL)	Valor Patrimonial	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
Contratos de Futuros						
Compromissos de Compra	-	269.200	-	-	-	-
Cupom Cambial	-	269.200	-	-	-	-
Compromissos de Venda	99.146.777	93.353.595	-	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	99.066.737	93.043.712	-	-	-	-
Moeda Estrangeira	80.040	309.883	-	-	-	-
Contratos de Swaps						
Posição Ativa	8.715.390	5.787.185	981.280	(75.642)	905.638	260.317
Índices	898.571	572.165	12.591	(12.402)	189	-
Moeda Estrangeira	7.816.819	5.215.020	968.689	(63.240)	905.449	260.317
Posição Passiva	8.715.390	5.787.185	7.251	46.467	53.718	89.171
Índices	898.571	572.165	1.521	44.692	46.213	37.619
Moeda Estrangeira	7.816.819	5.215.020	5.730	1.775	7.505	51.552

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contra parte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Descrição	31/12/2014							31/12/2013
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Patrimonial	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial
Posição Ativa:								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	981.280	(75.642)	905.638	48.956	54.979	80.074	721.629	260.317
BM&FBOVESPA	12.591	(12.402)	189	-	-	-	189	-
Inst. Financeiras	968.689	(63.240)	905.449	48.956	54.979	80.074	721.440	260.317
Posição Passiva:								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	7.251	46.467	53.718	92	-	7.760	45.866	89.171
BM&FBOVESPA	1.174	44.692	45.866	-	-	-	45.866	37.155
Empresas	347	-	347	-	-	347	-	464
Inst. Financeiras	5.730	1.775	7.505	92	-	7.413	-	51.552

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2014	31/12/2013
Conta de Compensação / Valor Referencial						
Contratos Futuros	13.244.487	17.122.411	5.642.366	63.137.513	99.146.777	93.622.795
Contratos de Swaps	382.173	303.339	1.903.811	6.126.067	8.715.390	5.787.185

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	1.119.722	691.443	143.000	175.396
Futuro	1.233.267	769.075	510.503	2.436.291
Total realizado	2.352.989	1.460.518	653.503	2.611.687

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2014	31/12/2013	
Títulos públicos	5.437.864	4.288.756	
Notas do Tesouro Nacional	2.543	5.039	
Letras do Tesouro Nacional	5.428.684	4.280.627	
Letras Financeiras do Tesouro	6.637	3.090	

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	Remuneração	31/12/2014	31/12/2013
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	5.386.280	5.248.104
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	47.223.375	41.509.247
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	7.207.801	10.127.075
Recursos do crédito rural	Não remunerado	-	1.021.462
Compulsório adicional	Taxa SELIC	33.527.676	28.282.632
Total		93.345.132	86.188.520

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
	Total Crédito	Total Crédito
FGTS a ressarcir	85.207	81.879
FCVS a receber	28.028.495	23.903.656
Não habilitados (1)	2.053.613	1.359.783
Habilitados e não homologados (2)	9.274.758	7.139.629
Habilitados e homologados (3)	16.700.124	15.404.244
Provisão FCVS a receber	(2.967.926)	(3.187.964)
Total (líquido de provisão) (4)	25.145.776	20.797.571

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

(4) Variação em 2014 representada essencialmente pelo recebimento de R\$ 3.068.077 de créditos FCVS, com deságio de R\$ 1.411.087 (Nota 9 (b)) pela cessão de créditos com a EMGEA.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Créditos vinculados ao BACEN	3.876.248	7.308.196	2.952.769	5.052.264
Créditos vinculados ao SFH	817.377	1.628.112	634.370	1.433.806
Total	4.693.625	8.936.308	3.587.139	6.486.070

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito
(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e Títulos descontados	29.531.614	60.941.906	23.602.229	19.091.233	5.580.752	3.617.184	1.177.181	1.037.100	6.045.640	150.624.839	141.039.919
Financiamentos	10.492.230	13.244.854	2.882.426	3.740.005	3.181.281	1.121.702	736.374	552.616	3.943.510	39.894.998	31.005.465
Financiamentos rurais e agroindustriais	729.029	1.398.786	1.174.917	1.382.879	140.804	17.405	14.258	26.713	30.228	4.915.019	1.997.399
Financiamentos Imobiliários	186.119.783	55.692.376	40.183.808	36.806.444	12.481.541	1.137.315	810.565	590.709	6.016.100	339.838.641	270.392.302
Financiamentos de Infraestrutura	28.740.945	25.035.120	1.027.086	554.879	190.385	887.115	1.005	6.057	39.322	56.481.914	36.837.628
Cessão de créditos	5.213.701	-	60.456	34.042	21.094	10.477	4.138	3.499	5.994	5.353.401	4.215.073
Outros Créditos (Nota 8 (d))	786.771	5.107.610	820.614	525.526	350.561	152.434	20.796	15.040	135.033	7.914.385	8.749.294
Total	261.614.073	161.420.652	69.751.536	62.135.008	21.946.418	6.943.632	2.764.317	2.231.734	16.215.827	605.023.197	494.237.080
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	-	(807.103)	(697.515)	(1.864.050)	(2.194.642)	(2.083.090)	(1.382.158)	(1.562.214)	(16.215.827)	(26.806.599)	(23.966.296)
Total líq. de provisões em 31/12/2014	261.614.073	160.613.549	69.054.021	60.270.958	19.751.776	4.860.542	1.382.159	669.520	-	578.216.598	-
Total líq. de provisões em 31/12/2013	54.675.049	269.967.341	59.769.058	70.125.055	10.457.162	3.704.357	1.042.806	529.956	-	-	470.270.784

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										
Operações de Crédito	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e títulos descontados	(304.710)	(236.022)	(572.737)	(558.075)	(1.085.155)	(588.591)	(725.970)	(6.045.640)	(10.116.900)	(7.809.150)
Financiamentos	(66.224)	(28.824)	(112.200)	(318.128)	(336.511)	(368.187)	(386.831)	(3.943.510)	(5.560.415)	(3.028.291)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(6.994)	(11.749)	(41.486)	(14.080)	(5.222)	(7.129)	(18.699)	(30.228)	(135.587)	(33.107)
Financiamentos imobiliários	(278.462)	(401.838)	(1.104.193)	(1.248.154)	(341.195)	(405.283)	(413.496)	(6.016.100)	(10.208.721)	(12.109.996)
Financiamentos de infraestrutura	(125.176)	(10.271)	(16.646)	(19.039)	(266.135)	(503)	(4.240)	(39.322)	(481.332)	(633.356)
Cessão de créditos	-	(605)	(1.021)	(2.109)	(3.143)	(2.069)	(2.449)	(5.996)	(17.392)	(28.627)
Outros créditos (Nota 8 (d))	(25.537)	(8.206)	(15.767)	(35.057)	(45.729)	(10.396)	(10.529)	(135.031)	(286.252)	(323.769)
Total	(807.103)	(697.515)	(1.864.050)	(2.194.642)	(2.083.090)	(1.382.158)	(1.562.214)	(16.215.827)	(26.806.599)	(23.966.296)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco
(c.1) Operações de crédito em Curso normal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2014	31/12/2013
01 a 30 dias	4.370.916	10.759.349	3.262.451	3.165.097	874.141	194.945	67.847	58.163	416.547	23.169.456	16.596.864
31 a 60 dias	3.049.036	5.401.751	1.632.835	1.631.753	436.291	117.401	31.749	25.016	231.516	12.557.348	10.662.566
61 a 90 dias	2.721.904	4.963.470	1.516.108	1.529.740	392.769	107.758	28.344	21.696	208.091	11.489.880	9.748.258
91 a 180 dias	8.625.058	12.959.120	4.480.944	3.911.862	1.091.714	312.633	78.629	57.972	581.277	32.099.209	26.607.940
181 a 360 dias	14.129.249	19.559.759	6.516.204	5.536.909	1.713.993	505.204	96.917	71.717	687.008	48.816.960	42.989.482
Ac. de 360 dias	224.535.637	103.714.353	40.503.044	33.693.300	9.347.912	2.367.728	338.032	272.512	3.822.382	418.594.900	343.330.425
Total	257.431.800	157.357.802	57.911.586	49.468.661	13.856.820	3.605.669	641.518	507.076	5.946.821	546.727.753	449.935.535

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2014	31/12/2013
Parcelas Vencidas	74.235	74.561	597.091	1.304.623	1.604.347	1.932.595	1.204.929	1.108.309	6.584.059	14.484.749	6.725.866
01 a 30 dias	74.235	74.561	470.376	253.821	146.963	46.011	24.981	14.891	95.074	1.200.913	1.529.006
31 a 60 dias	-	-	126.715	696.151	230.444	91.112	47.741	34.278	184.180	1.410.621	889.890
61 a 90 dias	-	-	-	218.661	900.042	800.477	108.526	62.005	441.388	2.531.099	828.776
91 a 180 dias	-	-	-	135.990	326.865	797.357	836.873	833.382	1.354.857	4.285.324	1.726.348
181 a 360 dias	-	-	-	-	33	197.638	186.808	163.753	4.175.636	4.723.868	1.715.073
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	332.924	332.924	36.773
Parcelas Vincendas	4.108.038	3.988.289	11.242.859	11.361.724	6.485.251	1.405.368	917.870	616.349	3.684.947	43.810.695	37.575.679
01 a 30 dias	37.503	68.822	212.853	256.041	107.278	41.796	24.304	12.836	84.870	846.303	752.507
31 a 60 dias	35.957	59.749	190.641	198.668	98.109	29.353	17.923	12.396	75.410	718.206	691.109
61 a 90 dias	35.839	59.472	187.683	196.026	97.131	29.718	17.418	11.923	73.688	708.898	675.763
91 a 180 dias	104.898	175.855	542.036	565.780	281.445	84.407	50.429	34.126	211.937	2.050.913	1.936.228
181 a 360 dias	203.795	344.038	1.004.457	1.019.815	526.093	153.900	92.808	62.178	385.096	3.792.180	3.527.509
Acima de 360 dias	3.690.046	3.280.353	9.105.189	9.125.394	5.375.195	1.066.194	714.988	482.890	2.853.946	35.694.195	29.992.563
Total	4.182.273	4.062.850	11.839.950	12.666.347	8.089.598	3.337.963	2.122.799	1.724.658	10.269.006	58.295.444	44.301.545

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Créditos	7.914.385	8.749.294
Cartão de crédito	7.171.685	6.279.297
Créditos adquiridos (1)	684.730	2.422.528
Diversos	57.970	47.469
Provisão	(286.252)	(323.769)
Cartão de crédito	(229.054)	(218.995)
Créditos adquiridos (1)	(52.631)	(77.487)
Diversos	(4.567)	(27.287)
Créditos - líquidos de provisão	7.628.133	8.425.525

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos PAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso e BMB.

(e) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
SETOR PÚBLICO	47.934.072	37.076.753
Administração Direta	25.215.734	20.202.347
Administração Indireta – Petroquímico	11.269.806	11.241.113
Administração Indireta – Saneamento e Infraestrutura	3.863.358	3.643.837
Administração Indireta – Outros	7.585.174	1.989.456
SETOR PRIVADO	557.089.125	457.160.327
PESSOA JURÍDICA	122.272.415	104.196.494
Comércio varejista	25.626.361	23.923.477
Construção civil	15.104.225	11.450.176
Siderurgia e Metalurgia	9.615.257	9.520.536
Energia elétrica	9.655.847	7.845.936
Serviços financeiros	5.840.081	5.081.949
Outras indústrias	8.442.422	6.800.733
Transporte	9.038.161	6.729.159
Agronegócio e Extrativismo	3.688.586	4.156.287
Comércio atacadista	5.872.840	4.989.191
Saúde	3.647.364	3.393.988
Saneamento e infraestrutura	3.518.471	2.713.321
Petroquímico	2.321.577	2.190.992
Têxtil	2.106.974	1.979.412
Comunicação	1.564.542	1.672.045
Alimentação	1.924.034	1.808.854
Serviços pessoais	375.437	344.604
Outros serviços	13.930.236	9.595.834
PESSOA FÍSICA	434.816.710	352.963.833
Total	605.023.197	494.237.080

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Receitas de operação de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	19.400.509	36.105.307	13.847.803	24.971.831
Financiamentos rurais e agroindustriais	94.164	154.477	26.325	30.929
Financiamentos imobiliários	14.200.818	26.287.120	10.540.603	19.280.128
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	2.220.126	3.794.730	1.249.843	2.201.374
Outros créditos	3.630	7.075	3.870	9.416
Total	35.919.247	66.348.709	25.668.444	46.493.678

(g) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada a estratégia operacional da instituição resultando no reconhecimento das receitas e despesas destas operações no resultado da intermediação financeira.

(g.1) Carteiras cedidas

Descrição	Créditos Ativos	Créditos Baixados Prejuízo	Valor total da Cessão	Valor Pago
EMGEA (1)	2.409.162	4.810.217	7.219.379	1.529.086
Renova Securitizadora S.A.	764.075	286.894	1.050.969	50.236
TOTAL	3.173.237	5.097.111	8.270.348	1.579.322

(1) Valor de venda apurado após reposicionamento dos valores dos contratos cedidos, em nov/14.

Resultado com cessão de carteiras				
Descrição	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Receitas	2.164.868	2.164.868	-	-
Lucros em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (1)	-	-	-	-
Valor Recuperado Prejuízo (1)	617.948	617.948	-	-
Reversão de Provisão (1)	1.546.920	1.546.920	-	-
Despesas	(2.348.044)	(2.529.252)	(157.927)	(251.067)
Despesas vinculadas a cessões (2)	(231.835)	(413.043)	(157.927)	(251.067)
Prejuízos de obrigações por operações vinculadas à cessão (1)	(2.116.209)	(2.116.209)	-	-
Resultado	(183.176)	(364.384)	(157.927)	(251.067)

(1) Cessão de créditos, sem coobrigação, para a EMGEA e Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros SA.

(2) Cessão de créditos, com coobrigação, para securitizadoras.

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No decorrer do 2º semestre de 2014 foi firmado entre a CAIXA e a Empresa Gestora de Ativos – EMGEA cessão de créditos sem coobrigação no valor de R\$ 7.219.379, gerando um resultado líquido positivo de R\$ 139.806. Ainda nesse período, foi também firmado entre a CAIXA e a Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros SA cessão onerosa de crédito no valor de R\$ 1.050.969.

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

No decorrer do 2º semestre de 2014 foram realizadas junto a RB Capital Securitizadora Residencial S.A, cessões de créditos de operações imobiliárias com coobrigação no valor de R\$ 1.783.082.

(g.2) Carteiras adquiridas

Resultado com carteiras adquiridas				
Descrição	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Modalidade Com Coobrigação (1)	4.319	13.224	14.581	35.847
Rendas de Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	4.603	14.011	14.822	36.520
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(284)	(787)	(241)	(673)
Modalidade Sem Coobrigação (2)	919.081	1.702.106	641.075	1.130.287
Rendas de Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	928.666	1.712.026	641.518	1.130.842
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(9.585)	(9.920)	(443)	(555)
Resultado	923.400	1.715.330	655.656	1.166.134

(1) Carteiras adquiridas no período dos Bancos Cruzeiro do sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Banco PAN.

(2) Carteiras adquiridas no período do Banco PAN.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2014	%	31/12/2013	%
Principal devedor	11.269.806	1,86	11.241.113	2,27
10 maiores devedores	42.036.699	6,95	37.348.218	7,56
20 maiores devedores	56.786.112	9,39	48.329.868	9,78
50 maiores devedores	77.560.357	12,82	62.507.566	12,65
100 maiores devedores	89.805.708	14,84	71.162.847	14,40

(i) Movimentação da carteira de renegociação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações Renegociadas	5.255.152	10.456.823	3.324.989	6.021.599
Operações Comerciais	4.734.691	9.575.947	3.210.449	5.629.490
Operações Habitacionais	520.461	880.876	114.540	392.109
Operações Recuperadas	1.527.097	2.117.307	571.360	929.284
Operações Comerciais	985.575	1.527.527	543.468	843.836
Operações Habitacionais	541.522	589.780	27.892	85.448

(j) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa (Individual / Consolidado)

Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(25.411.010)	(23.966.296)	(21.638.011)	(19.921.098)
Constituição de provisão no período	(12.306.980)	(21.637.366)	(7.289.730)	(13.256.408)
Reversão de provisão no período	5.580.988	8.481.705	2.420.724	4.065.773
Transferência para prejuízo	5.330.403	10.315.358	2.540.721	5.145.437
Saldo final	(26.806.599)	(26.806.599)	(23.966.296)	(23.966.296)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Créditos por Avais e Fianças Honrados	29.185	26.042
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	2.506.525	686.732
Rendas a Receber	2.778.664	2.019.622
Convênios setor privado	93.957	121.777
Convênios setor público	352.279	462.927
Administração de fundos de investimento	48.089	107.829
Administração de fundos e programas sociais	1.988.092	1.098.764
Repasses OGU	190.080	178.788
Outras rendas a receber	106.167	49.537
Negociação e Intermediação de valores	2.766	864
Créditos Específicos	765.593	716.094
Diversos – Nota 9 (b)	54.037.807	55.433.625
Provisão para Outros Créditos	(286.252)	(323.769)
Total	59.834.288	58.559.210
Ativo circulante	34.268.440	38.317.229
Ativo não circulante	25.565.848	20.241.981

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Créditos por Avais e Fianças Honrados	29.185	26.042
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	2.506.525	686.732
Rendas a Receber	2.971.952	2.180.487
Dividendos e JCP a receber	193.288	160.865
Convênios Setor Privado	93.957	121.777
Convênios Setor Público	352.279	462.927
Administração de Fundos de Investimento	48.089	107.829
Administração de Fundos e Programas Sociais	1.988.092	1.098.764
Repasses OGU	190.080	178.788
Outras rendas a receber	106.167	49.537
Negociação e Intermediação de valores	2.766	864
Créditos Específicos	765.593	716.094
Diversos – Nota 9 (b)	54.034.623	55.432.952
Provisão para Outros Créditos	(286.252)	(323.769)
Total	60.024.392	58.719.402
Ativo circulante	34.458.544	38.477.421
Ativo não circulante	25.565.848	20.241.981

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Créditos tributários – (Nota 20)	25.189.572	20.165.547	25.189.610	20.165.575
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	12.625.576	11.290.593	12.625.576	11.290.593
Adiantamentos e antecipações salariais	190.724	172.667	190.724	172.667
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	1.400.065	4.097.762	1.400.065	4.097.762
Impostos e contribuições a compensar	1.051.828	488.536	1.051.828	489.991
Cartão de crédito (1)	7.313.709	6.353.846	7.313.709	6.353.846
Prêmio em aquisição de carteiras	1.188.447	1.117.851	1.188.447	1.117.851
Seguros a receber	125.950	102.601	125.950	102.601
Créditos adquiridos	684.730	2.422.528	684.730	2.422.528
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	280.194	3.179.808	280.194	3.179.808
Valores a receber – royalties (2)	17.260	2.458.311	17.260	2.458.311
Valores a receber – FND	410.761	386.846	410.761	386.846
Valores a receber - correspondentes bancários	146.546	196.488	146.546	196.488
Valores a receber - resgate de bônus	97.994	91.515	97.994	91.515
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	47.118	35.083	47.118	35.083
Valores a receber - créditos administrados	25.630	28.246	25.630	28.246
Valores a receber - planos de saúde autogestão	22.224	20.220	22.224	20.220
Valores a receber – TVM no exterior	344.967	-	344.967	-
Valores a apropriar	3.976.640	2.560.068	3.976.683	2.560.068
Outros devedores	380.218	322.138	376.953	319.982
Desconto em outros ativos financeiros (Nota 7 (b))	(1.411.087)	-	(1.411.087)	-
Provisão para perdas - diversos (3)	(71.259)	(57.029)	(71.259)	(57.029)
Total	54.037.807	55.433.625	54.034.623	55.432.952
Ativo circulante	28.443.766	35.143.263	28.440.582	35.142.590
Ativo não circulante	25.594.041	20.290.362	25.594.041	20.290.362

(1) Inclui R\$ 7.171.685 (31/12/2013 – 6.279.297) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (d)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

(2) Variação em 2014 refere-se à liquidação do contrato de aquisição de royalties e participações especiais decorrentes da exploração de petróleo e gás natural da RIOPREVIDENCIA.

(3) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Ativo - Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar – Moeda Estrangeira	19.581	5.366
Direitos sobre vendas de câmbio – Moeda Nacional	2.488.705	687.540
(-) Adiantamentos recebidos – Moeda Nacional	(1.761)	(6.174)
Ativo circulante (Nota 9 (a))	2.506.525	686.732
Passivo - Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar – Moeda Estrangeira	165.694	21.402
Obrigações por compras de câmbio – Moeda Nacional	176.968	17.916
Passivo circulante (Nota 18 (a))	342.662	39.318

(c.1) Resultado de operações de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas	11.480.074	17.762.329	3.863.648	5.452.090
Disponibilidade em moeda estrangeira	7.947.290	11.808.336	2.097.944	3.070.420
Títulos emitidos no exterior	3.509.266	5.921.462	1.755.718	2.368.485
Outras	23.518	32.531	9.986	13.185
Despesas	(12.810.008)	(18.792.287)	(4.126.915)	(5.900.843)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(7.231.725)	(11.222.967)	(1.987.466)	(2.870.918)
Títulos emitidos no exterior	(5.578.022)	(7.568.876)	(2.139.257)	(3.029.623)
Outras	(261)	(443)	(192)	(302)
Resultado de câmbio	(1.329.934)	(1.029.957)	(263.267)	(448.753)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

Também é composto por despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC e pelo estoque de material de consumo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Bens não de uso próprio	1.567.595	993.843
Imóveis patrimoniais não de uso	224.992	146.510
Imóveis adjudicados/arrematados	1.342.603	847.333
Despesas antecipadas	46.143	66.890
Material de consumo	35.037	26.326
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(90.591)	(31.614)
Total	1.558.184	1.055.445

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(30.371)	(31.614)	(26.291)	(103.028)
Constituição	(70.026)	(95.274)	(14.158)	(24.193)
Baixas	9.806	36.297	8.835	95.607
Saldo final	(90.591)	(90.591)	(31.614)	(31.614)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

(a) CAIXA Individual

Os investimentos em controladas e coligadas na CAIXA – Individual são compostos essencialmente pela Caixa Participações S.A (CAIXAPAR).

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2014	31/12/2013	2014		2013	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXAPAR	5.214.610	3.896.611	436.074	741.505	207.162	360.793
Câmara Interban. de Pagamento – CIP	2.967	2.967	-	-	-	-
BIAPE	619	788	2	(207)	153	-
FGO – Fdo. Garantia de Operações	91.943	201.552	-	-	-	-
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	210.991	166.958	-	-	-	-
Outros Investimentos (1)	3.863	3.877	-	-	-	-
Total	5.524.993	4.272.753	436.076	741.298	207.315	360.793

(1) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(b) CAIXA Consolidado

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa ou possui controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2014	31/12/2013	2014		2013	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.437.271	2.082.025	358.778	739.346	328.050	642.050
Banco PAN	1.020.949	494.554	22.562	(31.162)	(145.541)	(295.557)
Capgemini	236.891	269.345	(13.316)	(45.267)	(11.737)	(29.244)
Elo Serviços	14.931	13.318	1.677	1.612	3.505	2.531
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.880	6.832	103	194	116	325
Caixa Seguros Participações - CSP	-	41.138	(2.192)	-	3.105	3.105
Crescer	-	9.323	(11.380)	(21.782)	(10.301)	(11.849)
Branes	1.841	1.897	(19)	(56)	(122)	(303)
BIAPE	619	788	(305)	(207)	153	-
FGO – Fdo. Garantia de Operações	91.943	201.552	-	-	-	-
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	210.991	166.958	-	-	-	-
Fundo de Investim. em Participações	39.059	39.029	(467)	(1.017)	(442)	(1.359)
TECBAN	58.976	-	3.795	3.795	-	-
PAN Corretora	24.500	-	-	-	-	-
Outros Investimentos (1)	43.599	14.014	-	-	-	-
Total	4.188.450	3.340.773	359.236	645.456	166.786	309.699

(1) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Ágios na aquisição de investimentos		
Descrição	Acumulado 2014	Acumulado 2013
Saldo anterior	272.719	354.058
Amortizações	(46.560)	(81.339)
Saldo atual	226.159	272.719

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado de uso

Em junho/2014 a CAIXA alterou o critério de apuração da depreciação dos imóveis de uso, em conformidade com as determinações do COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Esse ajuste não apresenta materialidade para representação dos valores comparativos dos períodos de 31/12/2013.

Com o índice de imobilização apurado de 14,43% (31/12/2013 – 12,85%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

Informações do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2014			31/12/2013		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	1.258.361	(355.224)	903.137	770.513	(182.191)	588.322
Edificações	1.196.546	(355.224)	841.322	713.871	(182.191)	531.680
Terrenos	61.815	-	61.815	56.642	-	56.642
Reaval. de imóveis de uso	739.998	(178.338)	561.660	743.272	(157.772)	585.500
Edificações	540.437	(178.338)	362.099	543.219	(157.772)	385.447
Terrenos	199.561	-	199.561	200.053	-	200.053
Outras imobilizações de uso	6.709.767	(4.420.524)	2.289.243	5.667.682	(3.815.182)	1.852.500
Imobilizações em curso	32.401	-	32.401	41.928	-	41.928
Inst., móveis e equip. de uso	1.434.613	(762.772)	671.841	1.293.557	(664.611)	628.946
Sistema de comunicação	91.922	(74.215)	17.707	91.387	(70.177)	21.210
Sistema de proc.de dados	4.771.998	(3.321.961)	1.450.037	3.919.076	(2.856.838)	1.062.238
Sistema de transporte e segurança	378.833	(261.576)	117.257	321.734	(223.556)	98.178
Total	8.708.126	(4.954.086)	3.754.040	7.181.467	(4.155.145)	3.026.322

Movimentação do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2013	Transferências	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2014
Imóveis de uso	588.322	12.548	500.663	(301)	(198.095)	903.137
Edificações (1)	531.680	11.975	496.018	(256)	(198.095)	841.322
Terrenos (1)	56.642	573	4.645	(45)	-	61.815
Reaval. de imóveis de uso	585.500	-	-	(1.704)	(22.136)	561.660
Edificações	385.447	-	-	(1.212)	(22.136)	362.099
Terrenos	200.053	-	-	(492)	-	199.561
Outras imobilizações de uso	1.852.500	(12.548)	1.059.038	(4.326)	(605.421)	2.289.243
Imobilizações em curso	41.928	(12.548)	3.884	(863)	-	32.401
Inst., móveis e equip. de uso	628.946	(305)	142.733	(1.304)	(98.229)	671.841
Sistema de comunicação	21.210	-	534	-	(4.037)	17.707
Sistema de proc.de dados	1.062.238	305	854.626	(2.009)	(465.123)	1.450.037
Sist. de transp./segurança	98.178	-	57.261	(150)	(38.032)	117.257
Total	3.026.322	-	1.559.701	(6.331)	(825.652)	3.754.040

(1) Inclui nas adições o valor de R\$ 62.780 referente a reversão de impairment.

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Descrição	31/12/2014				31/12/2013			
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.797.650	(825.011)	(6.168)	1.966.471	2.572.857	(909.854)	(6.887)	1.656.116
Outros ativos intangíveis	370.855	(45.987)	-	324.868	324.200	(29.715)	-	294.485
Projetos logiciais - Software	1.100.443	(245.336)	-	855.107	727.408	(144.026)	-	583.382
Total	4.268.948	(1.116.334)	(6.168)	3.146.446	3.624.465	(1.083.595)	(6.887)	2.533.983

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	31/12/2013	31/12/2014			Líquido
	Líquido	Movimentação			
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.656.116	1.116.986	(295.083)	(511.548)	1.966.471
Outros ativos intangíveis	294.485	46.655	-	(16.272)	324.868
Projetos logiciais - Software	583.382	392.506	-	(120.781)	855.107
Total	2.533.983	1.556.147	(295.083)	(648.601)	3.146.446

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos à vista – sem remuneração	27.013.964	25.170.971	27.013.964	25.170.971
Pessoas físicas	12.323.481	10.193.256	12.323.481	10.193.256
Pessoas jurídicas	11.550.896	11.822.111	11.550.896	11.822.111
Vinculados	1.842.482	1.791.248	1.842.482	1.791.248
Governo	918.168	1.055.105	918.168	1.055.105
Moedas estrangeiras	11.023	4.980	11.023	4.980
Instituições do sistema financeiro	60.575	40.902	60.575	40.902
Entidades públicas	170.142	152.943	170.142	152.943
Outros	137.197	110.426	137.197	110.426
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	236.836.068	209.573.848	236.836.068	209.573.848
Pessoas físicas	234.391.366	205.688.360	234.391.366	205.688.360
Pessoas jurídicas	2.442.270	3.882.990	2.442.270	3.882.990
Vinculados	2.432	2.498	2.432	2.498
Depósitos interfinanceiros	3.663.877	2.353.562	3.663.877	2.353.562
Depósitos a prazo	143.348.461	113.801.680	143.055.444	113.516.246
Remuneração prefixada	67.065.402	50.530.631	66.772.385	50.245.198
Depósitos a prazo em moeda nacional	67.065.402	50.530.631	66.772.385	50.245.198
Remuneração pós-fixada	76.283.059	63.271.049	76.283.059	63.271.048
Depósitos a prazo em moeda nacional	22.826.263	18.942.280	22.826.263	18.942.280
Depósitos judiciais com remuneração	53.456.796	44.328.769	53.456.796	44.328.768
Depósitos especiais e de fundos e programas	8.476.386	10.155.127	8.476.386	10.155.127
Sem remuneração	263.759	243.494	263.759	243.494
Remuneração prefixada	494.003	452.372	494.003	452.372
Remuneração pós-fixada	7.718.624	9.459.261	7.718.624	9.459.261
Total	419.338.756	361.055.188	419.045.739	360.769.754
Passivo circulante	341.760.050	304.015.240	341.467.033	303.729.806
Passivo não circulante	77.578.706	57.039.948	77.578.706	57.039.948

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL					CONSOLIDADO		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos à Vista	27.013.964	-	-	-	27.013.964	25.170.971	27.013.964	25.170.971
Depósitos de Poupança	236.836.068	-	-	-	236.836.068	209.573.848	236.836.068	209.573.848
Depósitos Interfinanceiros	-	2.018.021	1.205.796	440.060	3.663.877	2.353.562	3.663.877	2.353.562
Depósitos a prazo	53.484.592	3.863.348	8.861.875	77.138.646	143.348.461	113.801.680	143.055.444	113.516.246
CDB	13.114	3.863.348	8.861.875	77.138.646	89.876.983	69.447.549	89.583.966	69.162.115
Depósitos Judiciais	53.456.796	-	-	-	53.456.796	44.328.768	53.456.796	44.328.768
Outros	14.682	-	-	-	14.682	25.363	14.682	25.363
Depósitos especiais e de fundos e programas (Nota 14 (d))	8.476.386	-	-	-	8.476.386	10.155.127	8.476.386	10.155.127
Total	325.811.010	5.881.369	10.067.671	77.578.706	419.338.756	361.055.188	419.045.739	360.769.754

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	INDIVIDUAL			
	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos de Poupança	(7.685.242)	(14.517.622)	(6.089.293)	(10.963.146)
Depósitos Interfinanceiros	(186.586)	(295.465)	(38.866)	(78.765)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(4.696.681)	(8.359.215)	(3.149.983)	(5.363.500)
Depósitos judiciais	(1.438.818)	(2.682.538)	(1.091.516)	(1.969.409)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(542.655)	(1.063.910)	(466.987)	(1.059.422)
Outras captações	(311.209)	(589.046)	(255.903)	(481.754)
Total	(14.861.191)	(27.507.796)	(11.092.548)	(19.915.996)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos de Poupança	(7.685.242)	(14.517.622)	(6.089.293)	(10.963.146)
Depósitos Interfinanceiros	(186.586)	(295.465)	(38.866)	(78.765)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(4.678.257)	(8.324.735)	(3.137.647)	(5.347.683)
Depósitos judiciais	(1.438.818)	(2.682.538)	(1.091.516)	(1.969.409)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(542.655)	(1.063.910)	(466.987)	(1.059.422)
Outras captações	(311.209)	(589.046)	(255.903)	(481.754)
Total	(14.842.767)	(27.473.316)	(11.080.212)	(19.900.179)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	2.901.111	4.719.449
Depósitos – Especiais com remuneração	1.824.348	1.729.558
Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (d.2)	1.763.026	1.794.679
Depósitos – FISANE	9.010	8.428
Depósitos – PRODEC	52.047	49.682
Programa de Integração Social – PIS	22.671	122.945
Fundo Garantia Safra – FGS	9.083	30.527
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	69.166	76.925
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	383.860	334.259
Depósitos – Pró-frota Pesqueira	7.945	8.114
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	10.447	4.526
Depósitos – PREVHAB	623.966	523.094
Saúde CAIXA	263.759	243.494
Outros	535.947	509.447
Total	8.476.386	10.155.127

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	Taxa de Remuneração	2014		2013	
		2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos – FGTS	Selic	(272.544)	(558.091)	(256.074)	(488.593)
Depósitos – FAT	Selic e TJLP	(49.298)	(95.128)	(53.573)	(109.354)
Depósitos – FISANE	TR	(303)	(582)	(258)	(492)
Depósitos – PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.760)	(2.409)	(1.611)	(3.086)
Depósitos – PIS	Extra mercado	(27.216)	(50.924)	(14.921)	(27.069)
Depósitos – FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(2.116)	(3.141)	(3.612)	(5.289)
Depósitos – FAR	Selic	(20.295)	(36.234)	(11.371)	(27.716)
Depósitos – FDS	Selic fator dia	(20.969)	(39.376)	(16.298)	(30.684)
Depósitos – Tesouro Nacional	Selic	(16.978)	(31.333)	(12.192)	(21.145)
Depósitos – FAS	TR	(51)	(76)	(7)	(7)
Depósitos – PREVHAB	Selic	(33.179)	(61.600)	(24.757)	(43.278)
Depósitos – Caução	TR	(5.052)	(8.145)	(3.726)	(183.091)
Depósitos – FCA	Extra - mercado	(22.149)	(41.457)	(17.374)	(30.206)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(31.177)	(56.248)	(19.807)	(31.581)
Outros		(39.568)	(79.166)	(31.406)	(57.831)
Total		(542.655)	(1.063.910)	(466.987)	(1.059.422)

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										
Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			31/12/2014			31/12/2013		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					462.236	1.226.330	1.688.566	136.093	1.584.128	1.720.221
Proger urbano					374.230	844.004	1.218.234	67.245	1.116.098	1.183.343
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	374.230	844.004	1.218.234	67.243	1.111.422	1.178.665
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	-	26	26
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	2	4.650	4.652
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	-	-	-	1.120	6.735	7.855
FAT infraestrutura					64.789	378.609	443.398	66.779	458.011	524.790
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	64.789	378.609	443.398	66.779	458.011	524.790
FAT – PNMPO					23.217	3.717	26.934	949	3.284	4.233
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	23.217	3.717	26.934	949	3.284	4.233
Linhas de crédito especiais					300	74.160	74.460	299	74.159	74.458
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	300	74.160	74.460	299	74.159	74.458
Total					462.536	1.300.490	1.763.026	136.392	1.658.287	1.794.679

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto
(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Carteira Própria (1)	76.689.005	83.815.366	76.689.005	83.730.605
Letras Financeiras do Tesouro	-	4.627.738	-	4.627.738
Letras do Tesouro Nacional	41.115.381	49.660.494	41.115.381	49.660.494
Notas do Tesouro Nacional	27.661.569	26.052.299	27.661.569	25.967.539
Debêntures	7.380.696	3.474.835	7.380.696	3.474.834
Certificados de Recebíveis Imobiliários	531.359	-	531.359	-
Carteira de Terceiros	96.080.879	32.759.024	96.080.879	32.759.024
Letras Financeiras do Tesouro	6.876.951	11.103.849	6.876.951	11.103.849
Letras do Tesouro Nacional	34.742.305	10.315.230	34.742.305	10.315.230
Notas do Tesouro Nacional	54.461.623	11.339.945	54.461.623	11.339.945
Total	172.769.884	116.574.390	172.769.884	116.489.629
Passivo circulante	165.935.128	115.453.523	165.935.128	115.368.762
Passivo não circulante	6.834.756	1.120.867	6.834.756	1.120.867

(1) Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	INDIVIDUAL			
	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(4.139.571)	(7.376.051)	(3.002.098)	(5.198.342)
Carteira de terceiros	(6.064.102)	(10.161.535)	(3.396.625)	(5.151.258)
Carteira de livre movimentação	(114.669)	(114.669)	-	-
Total	(10.318.342)	(17.652.255)	(6.398.723)	(10.349.600)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(4.134.591)	(7.366.824)	(2.998.350)	(5.188.300)
Carteira de terceiros	(6.064.102)	(10.161.535)	(3.396.625)	(5.151.258)
Carteira de livre movimentação	(114.669)	(114.669)	-	-
Total	(10.313.362)	(17.643.028)	(6.394.975)	(10.339.558)

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos
(a) Recursos de letras

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Depósitos	Indexador	Vencimento				31/12/2014	31/12/2013
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	622.177	622.177	600.065
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	13.522	13.522	12.723
Letra Hipotecária	TR	1.344	498	-	-	1.842	9.913
Letra de Crédito Imobiliário	IGP-M	-	-	-	9.011	9.011	8.691
Letra de Crédito Imobiliário	CDI	8.678.499	10.494.725	18.137.025	49.331.523	86.641.772	51.031.388
Letra Financeira	CDI	1.269.223	571.479	5.607.209	29.627.414	37.075.325	22.816.089
Letra Financeira	IPCA	-	-	-	800.129	800.129	587.701
Letra de Crédito do Agronegócio	CDI	236.806	40.277	706.774	823.592	1.807.449	2.424.251
Total		10.185.872	11.106.979	24.451.008	81.227.368	126.971.227	77.490.821
Passivo circulante						45.743.859	37.263.075
Passivo não circulante						81.227.368	40.227.746

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Letras Imobiliárias	(3.722.380)	(6.294.664)	(1.786.131)	(2.750.348)
Letras Hipotecárias	(43.150)	(90.118)	(52.358)	(92.223)
Letras Financeiras	(2.012.100)	(3.481.578)	(962.973)	(1.655.056)
Letras de Crédito do Agronegócio	(118.870)	(234.926)	(73.779)	(124.212)
Total	(5.896.500)	(10.101.286)	(2.875.241)	(4.621.839)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realizou a emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Até 31/12/2014 foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores e 1 subordinada, cujas características são apresentadas a seguir:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Notas Seniores	Moeda	Valor emitido	Remun. a.a.	Data Captação	Vencim.	31/12/2014 (1)	31/12/2013 (1)
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	2.519.469	2.302.609
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.259.734	1.151.303
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	3.424.702	2.878.261
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	3.573.945	-
Total						10.777.850	6.332.173

(1) Valores em milhares de R\$.

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Marcação a mercado de TVM no exterior	9.453	(126.841)	192.446	152.788
Juros e deságio com TVM no exterior	(42.126)	(42.126)	(83.836)	(126.825)
Administrativas e tributárias	(220.916)	(374.910)	-	(10.986)
Total	(253.589)	(543.877)	108.610	14.977

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Repasses no país	177.431.598	158.322.179
FGTS	145.033.444	132.732.425
BNDES	29.705.446	23.631.046
Tesouro Nacional – PIS	780.580	659.562
Outras instituições	1.912.128	1.299.146
Empréstimos no exterior	5.450.039	3.231.933
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	2.020.285	896.512
Demais linhas de crédito	3.429.754	2.335.421
Total de obrigações por empréstimos e repasses	182.881.637	161.554.112
Passivo circulante	7.009.426	3.017.150
Passivo não circulante	175.872.211	158.536.962

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente por empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 2,052% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2016. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a captação de linhas de crédito, sujeitos a taxa de juros de até 1,3853% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2015.

(c) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FGTS	(5.288.106)	(9.790.907)	(4.011.402)	(7.437.294)
BNDES	(762.199)	(1.562.852)	(588.712)	(1.082.045)
Tesouro Nacional – PIS	(26.940)	(49.895)	(21.691)	(42.169)
Empréstimos no exterior	(315.072)	(384.084)	(108.203)	(191.823)
Fundo Marinha Mercante	(195.418)	(219.845)	(91.995)	(168.844)
Outras instituições	(48.009)	(78.447)	(153.177)	(170.257)
Total	(6.635.744)	(12.086.030)	(4.975.180)	(9.092.432)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	342.885	264.352
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	342.662	39.318
Sociais e estatutárias	1.874.197	4.523.044
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.894.466	2.147.292
Negociação e intermediação de valores	70.597	44.592
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	10.107.859	8.852.307
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	1.900.636	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	20.177.205	40.518.594
Diversas (Nota 18 (e))	51.211.749	41.046.639
Total	87.922.256	97.436.138
Passivo circulante	58.628.176	57.606.259
Passivo não circulante	29.294.080	39.829.879

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	342.884	264.352
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	342.662	39.318
Sociais e estatutárias	1.874.197	4.523.044
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.188.492	2.367.098
Negociação e intermediação de valores	70.597	44.592
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	10.107.859	8.852.307
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	1.900.636	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	20.177.205	40.518.594
Diversas (Nota 18 (e))	51.219.349	41.047.008
Total	88.223.881	97.656.313
Passivo circulante	58.929.801	57.826.434
Passivo não circulante	29.294.080	39.829.879

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Tributos sobre salários a recolher	420.826	370.617
Tributos sobre serviços a recolher	244.495	279.247
Tributos sobre lucros a recolher	260.452	176.992
Imposto de renda	89.502	-
Contribuição social	38.627	-
COFINS	113.878	152.285
PASEP	18.445	24.707
Tributos diferidos	804.729	1.066.177
Reavaliação – edificações	144.104	154.242
Contratos futuros	627.790	734.097
Benefícios pós-emprego	-	116.805
Tarifas a receber da União	32.835	61.033
Prov. riscos fiscais (Nota 30 (a))	163.964	254.259
Total	1.894.466	2.147.292
Passivo circulante	1.750.362	1.993.050
Passivo não circulante	144.104	154.242

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Tributos sobre salários a recolher	420.826	370.617
Tributos sobre serviços a recolher	244.495	279.247
Tributos sobre lucros a recolher	280.632	186.598
Imposto de renda	98.780	2.772
Contribuição social	43.032	3.308
COFINS	119.216	155.182
PASEP	19.604	25.336
Tributos diferidos	1.078.575	1.276.377
Reavaliação – edificações	144.104	154.242
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	273.846	210.200
Contratos futuros	627.790	734.097
Benefícios pós-emprego	-	116.805
Tarifas a receber da União	32.835	61.033
Prov. riscos fiscais (Nota 30 (a))	163.964	254.259
Total	2.188.492	2.367.098
Passivo circulante	2.044.388	2.212.856
Passivo não circulante	144.104	154.242

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Fundos e programas sociais	8.074.813	7.268.366
FGTS	4.100.400	3.664.692
Minha Casa Minha Vida	2.876.925	2.567.678
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	281.990	269.911
Programas de transferência de renda	140.812	223.537
Outros fundos e programas	674.686	542.548
Fundos financeiros e de desenvolvimento	549.281	273.446
PIS	497.803	272.032
FAT	50.060	8
FINSOCIAL	1.418	1.406
Operações com loterias	1.483.765	1.310.495
Total	10.107.859	8.852.307

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital

(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II

Em 2014 a CAIXA contratou 10 Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II, sendo 02 dívidas subordinadas, 07 letras financeiras subordinadas e 01 Nota Subordinada no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes. O valor total captado passou a compor o capital da instituição, refletindo positivamente no PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

Em 2014, a CAIXA realizou captação de R\$ 228.900 em um total de 07 Letras Financeiras Subordinadas no mercado local para composição do Nível II do Patrimônio de Referência – PR. Todas as LFS foram consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Nota Subordinada – NS

A CAIXA concluiu com sucesso uma captação de US\$ 500.000 mil (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro, e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de “absorção de perdas” com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal menor do que 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) determinação pelo Banco Central de não viabilidade do banco.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Vencimento	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Saldo devedor 31/12/2014	Saldo devedor 31/12/2013
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS							
20/02/2020	6,300%	out/05	3.439.717	2.514.492	(1.549.900)	4.404.309	5.212.848
20/04/2026	5,996%	ago/11	3.000.000	708.587	-	3.708.587	3.469.062
20/07/2032	5,082%	jun/12	3.000.000	434.019	-	3.434.019	3.240.169
20/12/2033	5,15%	out/14	3.000.000	7.518	-	3.007.518	-
20/02/2038	4,80%	dez/14	4.000.000	-	-	4.000.000	-
Letra Financeira elegível – Nível II							
03/06/2020	110%CDI	jun/14	10.000	699	-	10.699	-
02/07/2019	110%CDI	jul/14	18.000	451	-	18.451	-
20/12/2021	110%CDI	dez/14	1.500	13	-	1.513	-
03/06/2024	100%IPCA	jun/14	200.000	13.388	-	213.388	-
TVM no exterior elegível – Nível II							
23/07/2024	7,25%	jul/14	1.106.450	272.271	-	1.378.721	-
Total						20.177.205	11.922.079

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 (seis) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) autorizados à composição do seu Capital Principal e não possui instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como Instrumento Híbrido de Capital e Dívida – IHCD, conforme definido, à época, pela Resolução CMN nº 3.444/2007. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009 a CAIXA firmou o contrato IHCD nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R\$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R\$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como capital. Nesse sentido a CAIXA assinou os contratos IHCD nº 752 e nº 754 em setembro de 2012 nos valores de R\$ 6.800.000 e R\$ 6.200.000, respectivamente.

Os IHCDs nº 348, 504, 752 e 754 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência, observados os limitadores existentes à época.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou em novembro de 2013 aditivos aos contratos nº 348, 504, 752 e 754 para adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade da dívida como Nível I – Capital Principal.

Enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, a partir de outubro de 2013 os contratos passaram a ser considerados como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicados como redutor, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.192/13.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os contratos nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da instituição o redutor de 10% a.a. aplicado até junho de 2014 deixou de ser aplicado.

Ainda, a CAIXA contratou em junho de 2013 R\$ 8.000.000 através dos IHCDs nº 868 (R\$ 3.000.000) e nº 869 (R\$ 5.000.000).

A Resolução CMN nº 4.192/13 determina, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal. Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Discriminação	31/12/2014	31/12/2013
IHCD - elegíveis a capital	-	27.867.701
Contrato 348	-	7.303.575
Contrato 504	-	7.453.528
Contrato 752	-	6.800.000
Contrato 754	-	6.310.598
Contratos 868 e 869	-	-
IHCD - não elegíveis a capital	1.900.636	728.814
Total	1.900.636	28.596.515

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Diversas

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	11.665.078	7.218.765
Saúde Caixa	9.346.949	6.211.755
Auxílio e cesta alimentação	861.147	751.678
Planos de benefícios - Previdência privada	1.456.982	255.332
Provisões para pagamentos a efetuar	4.098.673	3.857.448
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	15.289.661	12.996.143
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30 (a))	2.836.810	3.086.733
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30 (a))	2.575.029	2.642.634
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30 (a))	-	52.599
Financiamentos imobiliários a liberar	7.926.702	5.830.105
Recursos vinculados a operações de crédito	60.531	301.567
Recursos vinculados a cessão de crédito	5.496.219	4.323.518
Obrigações por convênios	622.597	296.761
Obrigações por contribuições ao SFH	67.681	30.442
Recursos do FGTS para amortizações	450.660	298.937
Valores a pagar a sociedades ligadas	122.019	110.182
Credores diversos exterior	89	805
Total	51.211.749	41.046.639

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	11.665.078	7.219.134
Saúde Caixa	9.346.949	6.212.124
Auxílio e cesta alimentação	861.147	751.678
Planos de benefícios - Previdência privada	1.456.982	255.332
Provisões para pagamentos a efetuar	4.099.103	3.857.447
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	15.289.661	12.996.143
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30 (a))	2.836.810	3.086.733
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30 (a))	2.575.029	2.642.634
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30 (a))	-	52.599
Financiamentos imobiliários a liberar	7.926.702	5.830.105
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	60.531	301.567
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	5.496.219	4.323.518
Obrigações por convênios	622.597	296.761
Obrigações por contribuições ao SFH	67.681	30.442
Recursos do FGTS para amortizações	450.660	298.937
Valores a pagar a sociedades ligadas	129.189	110.182
Credores diversos exterior	89	806
Total	51.219.349	41.047.008

(1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Credores diversos – País

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Cartões de crédito	7.328.476	6.130.233
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	59.256	255.135
Fornecedores	885.967	919.673
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	536.121	499.328
Crédito comercial – repasses	153.984	118.693
Crédito imobiliário – repasses	961.460	778.327
Obrigações com a União – repasses	41.607	37.899
Outros credores – poupança simplificada	500.195	499.852
Contas a pagar	158.468	1.110.288
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	54.695	43.282
Valores a restituir – penhor	144.601	142.265
Valores a apropriar	4.152.811	2.071.678
Outros credores diversos	312.020	389.490
Total	15.289.661	12.996.143

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

Nota 19 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013 aprovou o Estatuto da CAIXA. Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

Em seu artigo 16, a Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (*going-concern*).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações financeiras.

Em observação às Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contrato nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000).

Assim, os R\$ 8.000.000 contratados em junho de 2013, aderentes aos requisitos elencados na Resolução CMN nº. 4.192/13 para integrar o Capital Principal foram autorizados em agosto de 2013 pelo Banco Central do Brasil a compor integralmente o Nível I – Capital Principal do PR, onde passaram a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação.

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em julho de 2014, o BACEN considerou os IHCDs nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis à Nível I – Capital Principal, data onde passam a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação.

Tais contratos foram aditados com cláusulas semelhantes aos contratos nº 868 e 869 e eram mantidos como Capital Complementar enquanto aguardavam autorização do BACEN para reclassificação ao Capital Principal.

Dessa forma, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Discriminação	31/12/2014	31/12/2013
Contrato 348	7.303.701	-
Contrato 504	7.453.659	-
Contrato 752	6.800.000	-
Contrato 754	6.310.598	-
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000
Total	35.867.958	8.000.000

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à Atualização Monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 16,07% (Nota 33), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Reservas de Reavaliação	408.392	392.929
Reservas de Lucros	6.873.097	4.902.396
Reserva legal	2.325.326	2.005.496
Reserva estatutária – loterias	2.159.653	1.454.999
Reservas margem operacional	2.388.118	1.441.901

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio proporcionou redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 519.427 em 2014 (R\$ 486.614 em 2013).

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido	7.091.785	6.723.372
Ajuste de exercício anterior	-	(427.680)
Reserva legal	(319.830)	(336.169)
Realização de reserva	6.947	11.402
Reserva de loterias	(704.654)	(526.699)
Remuneração de IHCD	(695.184)	-
Base para cálculo dos dividendos	5.379.064	5.444.226
Dividendos declarados	2.990.946	4.097.762
Juros sobre o capital próprio	1.298.567	1.216.534
Dividendos	1.692.379	2.881.228

Em 2014:

- foi repassado à União o montante de R\$ 95.437 a título de dividendos complementares do exercício de 2012, e de R\$ 1.346.464, a título de dividendos complementares do exercício de 2013, perfazendo um montante total de R\$ 1.441.901; e
- o montante de R\$ 2.990.946, a título de antecipação de dividendos do exercício de 2014.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**(a) Créditos tributários**

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%; créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e
- créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo, atualizados para 31/12/2014 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL				
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2015	280.976	123.941	11.999.284	12.404.201
2016	28.669	-	5.841.312	5.869.981
2017	152.798	-	925.620	1.078.418
2018	281.280	-	501.791	783.071
2019	435.975	-	512.372	948.347
2020	376.392	-	522.269	898.661
2021 a 2024	-	-	3.206.893	3.206.893
Total	1.556.090	123.941	23.509.541	25.189.572
Valor Presente	1.252.692	122.593	20.780.844	22.156.129

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos Créditos Tributários - IRPJ/CSLL						
Descrição	31/12/2014			31/12/2013		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	TOTAL
Diferenças Temporárias:	13.255.440	7.757.169	21.012.609	11.054.286	6.427.359	17.481.645
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.686.523	5.078.505	13.765.028	7.065.635	4.075.228	11.140.863
Passivos Atuariais	1.420.024	852.015	2.272.039	1.209.280	725.568	1.934.848
Provisões Trabalhistas	709.202	425.521	1.134.723	771.683	463.010	1.234.693
Provisões Cíveis	703.304	421.982	1.125.286	678.728	407.237	1.085.965
Provisão para Perdas - FCVS a receber	481.141	288.685	769.826	-	-	-
Ajuste a Vr de Mercado de Títulos p/ Negociação	409.154	245.493	654.647	457.814	274.689	732.503
Provisão p/ Desvalorização de Bens Não de Uso	8.106	4.864	12.970	7.904	4.742	12.646
Provisões Fiscais	31.130	18.678	49.808	52.115	31.268	83.383
Outros(1)	806.856	421.426	1.228.282	811.127	445.617	1.256.744
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL:	1.556.090	123.941	1.680.031	1.837.590	402.908	2.240.498
Prejuízo Fiscal a Realizar	1.556.090	-	1.556.090	1.837.590	-	1.837.590
Base Negativa de CSLL a Realizar	-	-	-	-	158.348	158.348
Crédito de CSLL a 18% a Realizar	-	123.941	123.941	-	244.560	244.560
Total dos Créditos com Impacto no Resultado	14.811.530	7.881.110	22.692.640	12.891.876	6.830.267	19.722.143
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	603.445	362.067	965.512	196.125	117.675	313.800
Perdas Atuariais CPC 33	836.243	501.747	1.337.990	-	-	-
Total dos Créditos com Impacto no Patrimônio Líquido	1.439.688	863.814	2.303.502	196.125	117.675	313.800
Total dos Créditos Tributários	16.251.218	8.744.924	24.996.142	13.088.001	6.947.942	20.035.943
Total dos Créditos Não Constituídos	995.283	590.955	1.586.238	1.551.288	918.943	2.470.231

(1) Os créditos tributários de IRPJ e de CSLL possuem informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Outros" que apresenta o montante de R\$ 1.228.320 (31/12/2013 – R\$ 1.256.773) na demonstração consolidada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos Créditos Tributários - PASEP/COFINS

Descrição	31/12/2014			31/12/2013		
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	TOTAL
Total dos Créditos com Impacto no Resultado	10.584	65.131	75.715	12.769	78.577	91.346
Ajuste a Mercado	10.584	65.131	75.715	12.769	78.577	91.346
Total dos Créditos c/ Impacto no Patrim. Líquido	16.455	101.260	117.715	5.348	32.910	38.258
Ajuste a Vr de Mercado Títulos Disp. para Venda	16.455	101.260	117.715	5.348	32.910	38.258
Total	27.039	166.391	193.430	18.117	111.487	129.604

(b) Movimentação do crédito tributário
Movimentação do Crédito Tributário

Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2013	22.635.778	(2.470.231)	20.165.547
Constituição de Diferenças Temporárias de IRPJ e CSLL no Período (1)	3.530.965	-	3.530.965
Constituição de Provisão	(883.993)	883.993	-
Reversão PASEP/COFINS	(15.632)	-	(15.632)
Constituição com impacto no PL	2.069.158	-	2.069.158
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(281.501)	-	(281.501)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(158.346)	-	(158.346)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(120.619)	-	(120.619)
Saldo em 31/12/2014	26.775.810	(1.586.238)	25.189.572

- (1) A demonstração da movimentação do crédito tributário possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Constituição de diferenças temporárias no período" que apresenta o montante de R\$ 3.530.975 na demonstração consolidada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	INDIVIDUAL							
	2014				2013			
	2º Semestre		Exercício		2º Semestre		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	2.530.331	2.530.331	5.982.149	5.982.149	2.062.426	2.062.426	5.158.541	5.158.541
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(632.571)	(379.549)	(1.495.513)	(897.322)	(515.594)	(309.364)	(1.289.611)	(773.781)
Efeitos tributários adições e exclusões	116.234	82.996	(210.497)	(113.098)	221.668	133.321	124.872	75.573
Juros sobre o capital próprio	310.261	186.157	498.438	299.063	149.422	89.654	304.133	182.480
Participação dos empregados nos lucros	210.754	126.452	298.703	179.222	170.748	102.449	265.826	159.496
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	(20.286)	(24.608)	253.782	250.692	(7.870)	(8.191)	178.441	181.678
Incentivo fiscal	15.774	-	49.529	-	14.757	-	33.520	-
Reserva de reavaliação	1.854	1.112	5.867	3.520	2.158	1.294	5.502	3.300
Despesa corrente	2.020	(7.440)	(599.691)	(277.923)	35.289	9.163	(377.317)	(171.254)
Ativo fiscal diferido	1.425.214	863.448	1.919.655	1.050.845	1.408.287	859.344	2.268.474	1.239.589
Diferenças temporárias	1.432.646	867.114	2.201.156	1.329.810	1.400.418	851.154	2.352.920	1.421.268
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	(7.432)	-	(281.501)	(158.346)	7.869	4.818	(84.446)	(106.870)
CSLL a 18%	-	(3.666)	-	(120.619)	-	3.372	-	(74.809)
Passivo Fiscal Diferido	(167.652)	(100.590)	132.225	79.335	(67.965)	(40.779)	(207.097)	(124.258)
Despesa diferida/marcação a mercado	(167.652)	(100.590)	132.225	79.335	(67.965)	(40.779)	(207.097)	(124.258)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	1.259.582	755.418	1.452.189	852.257	1.375.611	827.728	1.684.060	944.077

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO								
Descrição	2014				2013			
	2º Semestre		Exercício		2º Semestre		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	2.564.014	2.564.014	6.020.228	6.020.228	2.078.565	2.078.565	5.175.372	5.175.372
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(640.991)	(384.602)	(1.505.033)	(903.034)	(519.639)	(311.785)	(1.293.829)	(776.306)
Efeitos tributários adições e exclusões	237.035	155.490	(12.508)	5.710	(292.754)	(175.974)	(270.557)	(162.984)
Juros sobre o capital próprio	310.260	186.156	498.438	299.063	149.422	89.654	304.133	182.480
Participação dos empregados nos lucros	210.753	126.452	298.703	179.222	170.748	102.449	265.826	159.496
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	(20.285)	(24.608)	253.782	250.692	(7.870)	(8.191)	178.441	181.678
Incentivo fiscal	15.774	-	49.529	-	14.757	-	33.520	-
Reserva de reavaliação	1.855	1.113	5.868	3.521	2.158	1.294	5.502	3.300
Part. em coligadas e controladas	81.687	50.278	156.349	93.809	59.328	35.596	136.487	81.892
Outros	(220.333)	(124.826)	(317.247)	(272.254)	447.272	271.844	250.786	154.727
Despesa corrente	(24.245)	(14.547)	(572.119)	(343.271)	23.422	4.887	(389.691)	(175.717)
Ativo fiscal diferido	1.425.213	863.450	1.919.662	1.050.847	1.408.289	859.346	2.268.478	1.239.591
Diferenças temporárias	1.432.646	867.115	2.201.163	1.329.812	1.400.420	851.156	2.352.924	1.421.270
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	(7.433)	-	(281.501)	(158.346)	7.869	4.818	(84.446)	(106.870)
CSLL a 18%	-	(3.665)	-	(120.619)	-	3.372	-	(74.809)
Passivo Fiscal Diferido	(167.881)	(100.673)	131.996	79.252	(67.965)	(40.779)	(207.097)	(124.258)
Despesa diferida/marcação a mercado	(167.881)	(100.673)	131.996	79.252	(67.965)	(40.779)	(207.097)	(124.258)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	1.233.087	748.230	1.479.539	786.828	1.363.746	823.454	1.671.690	939.616

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

INDIVIDUAL				
Descrição	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	35.919.247	66.348.709	25.668.444	46.493.678
Operações compromissadas	7.673.076	12.377.999	3.975.378	6.918.465
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.919.323	8.556.363	3.589.485	4.099.362
Ativos financeiros disponíveis para venda	923.798	1.728.906	561.897	872.543
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.508.168	5.367.628	2.216.061	4.914.656
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	2.352.989	1.460.518	653.503	2.611.687
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	3.876.248	7.308.196	2.952.769	5.052.264
Créditos vinculados ao SFH	817.377	1.628.112	634.370	1.433.806
Outras	375.450	984.993	371.625	652.631
Total	58.365.676	105.761.424	40.623.532	73.049.092

CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	35.919.247	66.348.709	25.668.444	46.493.678
Operações compromissadas	7.673.076	12.377.999	3.975.378	6.918.465
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.919.323	8.556.363	3.589.485	4.099.362
Ativos financeiros disponíveis para venda	967.894	1.777.124	561.897	872.543
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.508.168	5.367.628	2.216.061	4.914.656
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	2.352.989	1.460.518	653.503	2.611.687
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	3.876.248	7.308.196	2.952.769	5.052.264
Créditos vinculados ao SFH	817.377	1.628.112	634.370	1.433.806
Outras	375.450	984.993	371.625	652.631
Total	58.409.772	105.809.642	40.623.532	73.049.092

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

INDIVIDUAL				
Descrição	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Operações com clientes	(20.028.450)	(36.249.707)	(13.461.936)	(23.399.648)
Operações com instituições financeiras	(186.586)	(295.466)	(38.866)	(78.765)
Operações compromissadas	(10.318.342)	(17.652.255)	(6.398.723)	(10.349.600)
Empréstimos, cessões e repasses	(6.635.744)	(12.086.030)	(4.975.180)	(9.092.432)
Resultado com câmbio	(1.329.934)	(1.029.957)	(263.267)	(448.753)
Depósitos especiais e fundos e programas	(542.655)	(1.063.909)	(466.987)	(1.059.422)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(6.725.992)	(13.155.661)	(4.869.006)	(9.190.635)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(2.348.044)	(2.529.252)	(157.927)	(251.067)
Total	(48.115.747)	(84.062.237)	(30.631.892)	(53.870.322)

CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Operações com clientes	(20.010.025)	(36.215.227)	(13.449.599)	(23.383.832)
Operações com instituições financeiras	(186.586)	(295.466)	(38.866)	(78.765)
Operações compromissadas	(10.313.363)	(17.643.028)	(6.394.976)	(10.339.557)
Empréstimos, cessões e repasses	(6.635.744)	(12.086.030)	(4.975.180)	(9.092.432)
Resultado com câmbio	(1.329.934)	(1.029.957)	(263.267)	(448.753)
Outros dep. especiais e fundos e programas	(542.655)	(1.063.909)	(466.987)	(1.059.422)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(6.725.992)	(13.155.661)	(4.869.006)	(9.190.635)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(2.348.044)	(2.529.252)	(157.927)	(251.067)
Total	(48.092.343)	(84.018.530)	(30.615.808)	(53.844.463)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias
a) Receitas de prestação de serviços

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	3.182.349	5.985.010	2.782.948	5.248.388
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	1.999.674	3.903.141	1.771.786	3.463.630
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	71.312	128.650	58.174	109.419
Programa de Integração Social (PIS)	105.674	127.917	102.936	125.638
Loterias Federais	750.464	1.319.428	616.100	1.118.857
Financiamento Estudantil - (FIES)	154.409	282.359	108.001	203.162
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	35.190	73.695	40.950	84.792
Repasses Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	36.931	88.452	55.036	80.526
Seguro-desemprego	28.153	59.630	28.782	59.753
Outros	542	1.738	1.183	2.611
Rendas de cartões	784.390	1.515.419	649.518	1.244.907
Operações de crédito e garantias prestadas	980.183	1.820.146	799.158	1.677.081
Cobrança	324.838	637.623	310.206	591.474
Arrecadações	1.130.094	2.279.241	1.071.253	2.129.397
Fundos de investimentos e carteiras administradas	743.828	1.443.469	723.668	1.372.733
Conta corrente	110.994	165.610	48.112	107.012
Programa de Transferência de Renda	180.091	363.112	188.344	365.151
Prestados a ligadas	280.959	567.072	309.211	572.678
Outros serviços	163.651	327.975	153.406	301.593
Total	7.881.377	15.104.677	7.035.824	13.610.414

b) Rendas de Tarifas Bancárias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Rendas de cartões	280.846	494.111	179.977	329.821
Operações de crédito e cadastro	461.185	876.678	384.382	726.608
Pacote de serviços	720.572	1.389.866	682.507	1.244.604
Contas de depósito	193.401	358.030	162.173	296.834
Transferência de recursos	90.428	165.614	69.519	133.076
Outras	8.212	15.344	5.738	10.575
Total	1.754.644	3.299.643	1.484.296	2.741.518

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	INDIVIDUAL			
	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Proventos	(5.844.105)	(11.158.602)	(5.340.500)	(10.087.438)
Salários e proventos	(5.380.586)	(10.373.729)	(4.825.006)	(9.214.292)
Indenizações trabalhistas	(463.519)	(784.873)	(515.494)	(873.146)
Benefícios	(1.184.016)	(2.242.878)	(1.032.582)	(1.950.396)
Encargos sociais:	(2.213.869)	(4.279.364)	(1.923.719)	(3.682.118)
FGTS	(409.095)	(791.787)	(360.242)	(688.623)
Previdência social	(1.256.620)	(2.437.022)	(1.123.630)	(2.138.873)
Prev. complementar	(408.603)	(797.547)	(333.404)	(650.650)
Outros encargos	(139.551)	(253.008)	(106.443)	(203.972)
Outros	(98.748)	(189.405)	(115.878)	(206.677)
Total	(9.340.738)	(17.870.249)	(8.412.679)	(15.926.629)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Proventos	(5.845.044)	(11.160.290)	(5.341.142)	(10.088.685)
Salários e proventos	(5.381.525)	(10.375.417)	(4.825.648)	(9.215.539)
Indenizações trabalhistas	(463.519)	(784.873)	(515.494)	(873.146)
Benefícios	(1.184.016)	(2.242.878)	(1.032.582)	(1.950.395)
Encargos sociais:	(2.214.182)	(4.279.970)	(1.923.907)	(3.682.531)
FGTS	(409.157)	(791.902)	(360.282)	(688.709)
Previdência social	(1.256.787)	(2.437.335)	(1.123.742)	(2.139.120)
Prev. complementar	(408.668)	(797.690)	(333.425)	(650.699)
Outros encargos	(139.570)	(253.043)	(106.458)	(204.003)
Outros	(98.754)	(189.465)	(115.918)	(206.783)
Total	(9.341.996)	(17.872.603)	(8.413.549)	(15.928.394)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL			
	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Comunicações	(355.285)	(685.214)	(336.120)	(631.977)
Manutenção e conservação de bens	(462.992)	(903.255)	(411.709)	(808.615)
Água e energia	(157.708)	(321.338)	(142.664)	(289.833)
Aluguéis e arrendamento de bens	(687.259)	(1.338.378)	(597.051)	(1.151.013)
Despesas de material	(84.601)	(187.853)	(101.154)	(199.300)
Processamento de dados	(656.528)	(1.230.373)	(539.015)	(1.079.804)
Promoções e relações públicas	(186.846)	(354.104)	(193.180)	(340.295)
Propaganda e publicidade	(284.976)	(516.746)	(310.517)	(453.706)
Serviços do sistema financeiro	(228.490)	(429.917)	(192.618)	(367.078)
Serviços de terceiros	(773.733)	(1.556.197)	(733.073)	(1.388.746)
Serviços especializados	(353.214)	(671.364)	(312.545)	(580.718)
Serviços de vigilância e segurança	(423.003)	(869.301)	(435.747)	(780.980)
Amortização	(324.398)	(648.601)	(289.393)	(577.724)
Depreciação	(427.628)	(825.651)	(308.112)	(591.556)
Outras	(204.028)	(379.556)	(206.870)	(383.113)
Total	(5.610.689)	(10.917.848)	(5.109.768)	(9.624.458)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Comunicações	(355.285)	(685.214)	(336.120)	(631.977)
Manutenção e conservação de bens	(462.992)	(903.255)	(411.709)	(808.615)
Água e energia	(157.708)	(321.338)	(142.664)	(289.833)
Aluguéis e arrendamento de bens	(687.259)	(1.338.378)	(597.051)	(1.151.014)
Despesas de material	(84.601)	(187.853)	(101.154)	(199.301)
Processamento de dados	(656.528)	(1.230.373)	(539.015)	(1.079.804)
Promoções e relações públicas	(186.846)	(354.104)	(193.180)	(340.295)
Propaganda e publicidade	(284.976)	(516.746)	(310.517)	(453.705)
Serviços do sistema financeiro	(228.490)	(429.917)	(192.618)	(367.078)
Serviços de terceiros	(773.733)	(1.556.197)	(733.073)	(1.388.745)
Serviços especializados	(353.909)	(672.951)	(312.752)	(581.932)
Serviços de vigilância e segurança	(423.003)	(869.301)	(435.747)	(780.980)
Amortização	(324.398)	(648.601)	(289.393)	(577.725)
Depreciação	(427.628)	(825.651)	(308.112)	(591.556)
Outras	(204.089)	(379.709)	(206.968)	(383.837)
Total	(5.611.445)	(10.919.588)	(5.110.073)	(9.626.397)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL			
	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Comissões e taxas s/ operações (1)	49.263	657.752	241.730	373.613
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	2.158.346	3.917.835	2.144.953	4.610.817
Recuperação de despesas (2)	1.700.101	2.300.525	698.616	1.816.598
Reversão de outras provisões operacionais	1.336.851	2.284.986	1.237.700	2.084.740
Receitas de dividendos	669	7.230	2.926	4.904
Atualização de depósitos em garantia	377.399	706.439	293.666	531.159
Rendas de créditos específicos	35.450	66.444	27.359	48.599
Resultado com marcação a mercado hedge contábil	-	-	(330.383)	-
Receita de deságio na aquisição de royalties	1.349	77.530	89.724	134.560
Reversão de despesas - repactuação IHCD	-	-	193.283	193.283
Recuperação de despesas - PASEP/COFINS (3)	172.355	405.370	-	-
Outras receitas operacionais	422.466	798.970	309.170	426.808
Total	6.254.249	11.223.081	4.908.744	10.225.081

Descrição	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Comissões e taxas s/ operações (1)	49.263	657.752	241.730	373.613
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	2.158.346	3.917.835	2.144.953	4.610.817
Recuperação de despesas (2)	1.696.574	2.293.954	695.988	1.811.224
Reversão de outras provisões operacionais	1.336.851	2.284.986	1.237.700	2.084.739
Receitas de dividendos	59.996	77.642	50.793	62.451
Atualização de depósitos em garantia	377.399	706.439	293.666	531.159
Rendas de créditos específicos	35.450	66.444	27.359	48.598
Resultado com marcação a mercado hedge contábil	-	-	(330.383)	-
Receita de deságio na aquisição de royalties	1.349	77.530	89.724	134.560
Reversão de despesas - repactuação IHCD	-	-	193.283	193.283
Recuperação de despesas - PASEP/COFINS (3)	172.355	405.370	-	-
Outras receitas operacionais	419.924	789.501	309.282	424.051
Total	6.307.507	11.277.453	4.954.095	10.274.495

- (1) Variação apresentada no exercício de 2014 refere-se essencialmente à repactuação de contrato da CAIXA com a EMGEA;
- (2) Variação apresentada no 2º semestre de 2014 refere-se essencialmente à recuperação de despesas com perdas registradas por multiplicidade de concessões de financiamentos habitacionais com cobertura do FCVS (R\$ 1.036.661);
- (3) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014.

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais possuem informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item “Outras” que apresenta o montante de R\$ 379.505 no segundo semestre de 2014 e de R\$ 822.931 no exercício de 2014, na demonstração consolidada.

INDIVIDUAL				
Descrição	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
FCVS a receber - provisão/perdas	(352.683)	(545.486)	(390.592)	(765.161)
Obrigações com fundos e programas	(980.068)	(1.239.418)	(180.893)	(331.526)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(328.830)	(1.232.845)	(1.099.905)	(2.606.721)
Despesas com cartão	(742.429)	(1.298.523)	(579.512)	(1.035.228)
Despesas com loterias	(115.276)	(214.563)	(96.688)	(192.424)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.152.844)	(2.175.340)	(1.012.758)	(2.015.173)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(243.852)	(490.358)	(240.725)	(480.551)
Serviços automatizados	(147.950)	(282.354)	(124.097)	(229.886)
Alavancagem de negócios	(259.427)	(434.229)	(179.561)	(324.799)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	-	(156.820)	(162.015)	(314.232)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(348.572)	(674.190)	(307.872)	(545.135)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(146.368)	(274.548)	(134.345)	(237.896)
Descontos de operações de crédito	(420.272)	(560.654)	(229.435)	(391.357)
Disp. com operações de fomento - atualização monetária	(157.176)	(244.930)	(65.863)	(96.396)
Despesas com títulos emitidos no exterior	(253.589)	(543.876)	97.624	14.977
Disp. provisões operacionais	(337.975)	(608.864)	(417.869)	(728.542)
Provisão para causas judiciais	(394.495)	(879.801)	(686.059)	(1.058.865)
Condenações judiciais	(106.372)	(209.520)	(48.297)	(101.632)
Benefícios sociais	(39.198)	(64.150)	(37.567)	(79.755)
Benefício pós-emprego	(419.290)	(838.586)	(533.428)	(885.420)
Outras	(378.563)	(821.983)	(326.170)	(571.577)
Total	(7.325.229)	(13.791.038)	(6.756.027)	(12.977.299)

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Receitas não operacionais	103.823	208.984	225.334	411.780
Lucro na alienação de valores e bens	37.373	80.608	126.131	180.658
Alienação de bens imóveis	11.078	24.626	13.925	99.279
Sobras de caixa não reclamadas	24.591	49.412	22.487	41.818
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	2.031	2.090	867	4.933
Multas e penalidades	18.334	36.908	19.374	33.014
Reversão perdas investim. permanentes avaliados p/ custo	2	2	36.503	40.862
Outras rendas não operacionais	10.414	15.338	6.047	11.216
Despesas não operacionais	(432.583)	(823.634)	(230.285)	(431.430)
Desvalorização de outros valores e bens	(67.248)	(76.640)	(9.183)	(12.869)
Indenizações por perdas e danos	(90.804)	(199.885)	(97.186)	(170.328)
Perdas em imóveis	(22.335)	(46.109)	(13.286)	(31.361)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(150.532)	(249.853)	(70.258)	(136.335)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(14.523)	(24.406)	(11.018)	(19.922)
Perdas em cartões de crédito	(45.612)	(78.640)	(20.793)	(41.042)
Perdas em investimentos permanentes avaliados p/ custo	(12.506)	(109.624)	(869)	(1.883)
Perdas de capital	(783)	(963)	(1)	(4.394)
Outras despesas não operacionais	(28.240)	(37.514)	(7.691)	(13.296)
Total	(328.760)	(614.650)	(4.951)	(19.650)

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	INDIVIDUAL			
	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(984.419)	(1.982.662)	(883.667)	(1.627.565)
PIS/PASEP	(159.968)	(322.183)	(143.596)	(264.479)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(270.052)	(503.845)	(248.118)	(471.501)
Despesas com IPTU	(4.523)	(57.718)	(3.729)	(52.198)
Outras	(21.566)	(25.544)	(2.858)	5.744
Total	(1.440.528)	(2.891.952)	(1.281.968)	(2.409.999)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(989.899)	(1.988.188)	(886.618)	(1.630.554)
PIS/PASEP	(161.158)	(323.383)	(144.237)	(265.129)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(270.052)	(503.845)	(248.118)	(471.500)
Despesas com IPTU	(4.523)	(57.718)	(3.729)	(52.199)
Outras	(22.174)	(26.152)	(2.858)	5.739
Total	(1.447.806)	(2.899.286)	(1.285.560)	(2.413.643)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias
Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco Provável:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	31/12/2013	2014					31/12/2014
		Novas provisões	Atualização Monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	
Fiscais (Nota 18 (b))	254.259	18.654	7.404	30.161	(144.216)	(2.298)	163.964
INSS	52.116	11.333	829	6.666	(51.276)	-	19.668
ISS	152.780	3.166	3.746	18.639	(74.306)	(1.545)	102.480
Outros	49.363	4.155	2.829	4.856	(18.634)	(753)	41.816
Cíveis (Nota 18 (e))	2.642.634	398.952	84.457	440.655	(770.529)	(221.140)	2.575.029
Perdas e danos	889.979	259.151	38.875	144.758	(349.208)	(150.862)	832.693
Poupança	729.129	71.980	6.055	226.375	(82.694)	(68.338)	882.507
Loterias	11.685	8.147	1.459	7.447	(13.240)	(24)	15.474
Crédito imobiliário	128.488	16.665	1.293	5.939	(42.868)	(1.484)	108.033
Contingenciamento do FGTS	883.353	43.009	36.775	56.136	(282.519)	(432)	736.322
Trabalhistas (Nota 18 (e))	3.086.733	565.294	89.388	976.586	(1.470.321)	(410.870)	2.836.810
Outras (Nota 18 (e))	52.599	18.615	-	-	(71.214)	-	-
Total	6.036.225	1.001.515	181.249	1.447.402	(2.456.280)	(634.308)	5.575.803

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, repositados para 31 de dezembro de 2014, correspondem ao total de R\$ 1.467.472 (31/12/2013 – R\$ 1.416.310), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 19.668 (31/12/2013 - R\$ 52.116).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados. Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo cujo valor total, em 31 de dezembro de 2014, corresponde ao montante de R\$ 556.402 (31/12/2013 - R\$ 537.665). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se no valor da provisão ora constituída de R\$ 102.480 (31/12/2013 - R\$ 152.780).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologados no valor de R\$ 7.054 (31/12/2013 - R\$ 6.498), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros. Em 31 de dezembro de 2014 constavam 56.802 processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 54.163 “não relevantes” e 2.639 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31 de dezembro de 2014 constavam 303.942 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 302.876 “não relevantes” e 1.066 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança. A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31 de dezembro de 2014 foi provisionado R\$ 882.507 para estes processos. Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2014 para estes processos foi de R\$ 736.322.

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Visando reduzir o litígio judicial em 2014, a CAIXA realizou 19.496 acordos processuais, diminuindo, conseqüentemente, os valores que seriam integralmente despendidos se persistisse a condenação judicial, além de oportunizar ao cliente uma rápida solução para o problema enfrentado. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Demandas Fiscais	5.512.106	4.778.552
Demandas Cíveis	1.318.151	1.086.235
Total	6.830.257	5.864.787

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.512.106, em 31 de dezembro de 2014 (31/12/2013 - R\$ 4.778.552), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) O montante de R\$ 76.303, refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.491.551, em 31 de dezembro de 2014 (31/12/2013 - R\$ 4.367.141), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 199.801, em 31 de dezembro de 2014, com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

d) CSLL, no valor de R\$ 147.465, em 31 de dezembro de 2014, relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

e) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 218.672 (31/12/2013 – R\$ 122.196), em 31 de dezembro de 2014, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remota.

O montante de R\$ R\$ 1.318.151 classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Demandas Fiscais	9.317.717	8.475.837
Demandas Cíveis	738.601	666.706
Demandas Trabalhistas	2.569.258	2.148.050
Total	12.625.576	11.290.593

Nota 31 – Partes relacionadas
(a) Entidade Controladora

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

(b) Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR (1)	Controlada Direta
CAIXA Seguros Holding S.A. (2)	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Banco PAN S.A.	
Capgemini S.A.	
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

(1) Transações realizadas com essa subsidiária integral são evidenciadas, por meio das eliminações, quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, tendo em vista tratar-se da única entidade objeto de consolidação integral.

(2) Constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros é composta pelas entidades CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A..

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

Com relação às transações realizadas com o Tesouro Nacional e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por essa parte, a CAIXA optou pela isenção parcial a que se refere o item 26 do Pronunciamento Técnico CPC 05, apresentando os saldos das transações mais significativas. Basicamente, essas transações referem-se a concessão de empréstimos e financiamentos, prestação de serviços bancários de pagamento e/ou arrecadação e manutenção de contas de depósitos.

A CAIXA, além disso, mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento. Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros. Com a Capgemini, a Caixa mantém contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	31/12/2014			31/12/2013
	Controladora	Controladas em Conjunto	Outras Entidades	
ATIVO:	4.769.619	16.127.456	-	14.860.421
Aplicações em dep. interfinanceiros:	-	5.854.505	-	4.977.657
Banco PAN	-	5.854.505	-	4.977.657
Rendas a receber:	3.115.340	28.108	-	2.301.599
STN – Tesouro Nacional	3.115.340	-	-	2.301.257
Caixa Seguros Holding S.A.	-	28.108	-	342
Operações de Crédito:	902.094	-	-	-
STN – Tesouro Nacional	902.094	-	-	-
Créditos adquiridos:	-	10.244.843	-	7.581.165
Banco PAN	-	10.244.843	-	7.581.165
Outros Créditos:	752.185	-	-	-
STN – Tesouro Nacional	752.185	-	-	-
PASSIVO:	224.674	75.525	1.562	242.269
Depósitos:	181.221	10.951	1.562	171.758
STN – Tesouro Nacional	181.221	-	-	158.625
Caixa Seguros Holding S.A.	-	10.951	-	11.680
FUNCEF	-	-	1.562	1.453
Repasses do país - instituições oficiais	2.879	-	-	-
STN - Tesouro Nacional	2.879	-	-	-
Obrigações diversas:	40.574	64.574	-	70.511
STN – Tesouro Nacional	40.574	-	-	36.867
Capgemini S.A.	-	64.574	-	33.644

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os quadros a seguir apresentam os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	2014			2013
	2º Semestre			2º Semestre
	Controladora	Controladas em Conjunto	Outras Entidades	
RECEITAS:	72.856	591.314	-	581.631
Rendas de dep. interfinanceiros:	-	310.355	-	189.228
Banco PAN	-	310.355	-	189.228
Rendas de prestação de serviços:	37.406	280.959	-	365.044
STN – Tesouro Nacional	37.406	-	-	55.833
Caixa Seguros Holding S.A.	-	280.959	-	309.211
Outras receitas operacionais:	35.450	-	-	27.359
STN – Tesouro Nacional	35.450	-	-	27.359
DESPESAS:	(2.025)	(221.654)	(34.428)	(225.204)
Despesas administrativas – aluguéis:	-	-	(34.428)	(14.449)
FUNCEF	-	-	(34.428)	(14.449)
Outras despesas operacionais:	(2.025)	(221.654)	-	(210.755)
STN – Tesouro Nacional	(2.025)	-	-	(1.464)
Caixa Seguros Holding S.A.	-	-	-	-
Capgemini S.A.	-	(221.654)	-	(209.291)

Descrição	2014			2013
	Exercício			Exercício
	Controladora	Controladas em Conjunto	Outras Entidades	
RECEITAS:	156.225	1.167.966	-	1.000.174
Rendas de dep. interfinanceiros:	-	600.894	-	296.663
Banco PAN	-	600.894	-	296.663
Rendas de prestação de serviços:	89.781	567.072	-	654.912
STN – Tesouro Nacional	89.781	-	-	82.234
Caixa Seguros Holding S.A.	-	567.072	-	572.678
Outras receitas operacionais:	66.444	-	-	48.599
STN – Tesouro Nacional	66.444	-	-	48.599
DESPESAS:	(4.113)	(221.654)	(63.836)	(276.942)
Despesas administrativas – aluguéis:	-	-	(63.836)	(64.641)
FUNCEF	-	-	(63.836)	(64.641)
Outras despesas operacionais:	(4.113)	(221.654)	-	(212.301)
STN – Tesouro Nacional	(4.113)	-	-	(3.010)
Caixa Seguros Holding S.A.	-	-	-	-
Capgemini S.A.	-	(221.654)	-	(209.291)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2014		2013	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Benefícios de curto prazo	15.833	29.473	12.752	20.148
Proventos	12.214	22.342	9.321	14.858
Encargos Sociais	3.619	7.131	3.431	5.290

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Nota 32 – Benefícios a empregados**(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da Caixa.

Essas provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Benefícios de curto prazo – natureza salarial" que apresenta o montante de R\$ 2.315.831 (31/12/2013 – R\$ 2.063.622) na demonstração consolidada. A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Provisão para benefícios a empregados		
Descrição	31/12/2014 (1)	31/12/2013 (2)
Benefícios de curto prazo	2.789.534	2.488.533
Natureza salarial	2.315.402	2.063.252
Participação dos empregados no lucro	474.132	425.281
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	11.665.078	7.218.765
Saúde CAIXA (cálculo atuarial ¹ (c.1))	9.346.949	6.211.755
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial ¹ (c.2))	861.147	751.678
PREVHAB (cálculo atuarial ¹ (c.3))	-	44.260
Planos de benefícios – Previdência Privada (cálculo atuarial ¹ (c.4))	1.456.982	211.072
Total	14.454.612	9.707.298

(1) 31/12/2014 - Cálculos atuariais apresentados neste período foram desenvolvidos pela Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

(2) 31/12/2013 - Cálculos atuariais apresentados neste período foram desenvolvidos pela Gama Consultores Associados.

(b) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

(c) Benefícios pós-emprego:

A caixa é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH). A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional.

Benefício concedido aos titulares optantes, empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS e respectivos dependentes inscritos. O custeio do plano, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas, foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço. Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 9.346.949 (31/12/2013 - R\$ 6.211.755).

O PAMS é custeado com recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(c.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2014 a agosto de 2015 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 509,96 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2014 a agosto de 2015 é de R\$ 397,36 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 861.147 (31/12/2013 – R\$ 751.678).

(c.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a Caixa passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes das relações de trabalho dos empregados do referido banco.

Desta forma, a CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.4) Plano de previdência – Previdência complementar**• REG/REPLAN**

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

O plano de benefícios REG/REPLAN, assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate. Para os participantes e assistidos que optaram pelo saldamento são previstos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual e pecúlio por morte.

• REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2%. Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do Total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

O plano de benefícios REB, assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, renda antecipada, portabilidade, resgate e outros.

• Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do Total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de benefícios Novo Plano assegura aos participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, portabilidade, resgate e outros.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Quantidade de participantes dos planos						
Descrição	2014			2013		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde Caixa (Incluindo Dependentes)	98.190	49.789	147.979	95.243	49.015	144.258
Auxílio e cesta alimentação (Aposentados e Pensionistas)	-	14.421	14.421	-	12.279	12.279
EX-PREVHAB (Aposentados e Pensionistas)	-	67	67	-	68	68
REG/REPLAN	28.532	34.913	63.445	28.872	34.775	63.647
REB	7.562	655	8.217	11.088	635	11.723
Novo Plano	88.465	3.856	92.321	83.359	3.634	86.993

(e) Avaliação atuarial dos planos de benefício

Em 2014, a empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela Caixa. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, EX-PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos assistidos EX-PREVHAB.

(e.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em Outros Resultados Abrangentes.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados. Abaixo são apresentadas as principais premissas adotadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios patrocinados pela Caixa:

Principais premissas adotadas - financeiras e demográficas												
Descrição	Saúde CAIXA (3)		Auxílio e Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Taxa de juros de desconto atuarial anual (1)	12,80	12,02	12,80	12,02	12,77	12,02	12,80	12,02	12,79	12,02	12,80	12,02
Projeção de aumento anual dos salários	-	-	-	-	-	-	8,71	8,74	10,99	8,74	8,92	8,74
Projeção de aumento anual dos benefícios	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9
Taxa de inflação média anual	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	12,77	12,02	12,80	12,02	12,79	12,02	12,80	12,02
Taxa de rotatividade (2)	Experiência FUNCEF	3,02	-	-	-	-	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade ²	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F

- (1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período (6,19%), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
- (2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.
- (3) Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2015, 4,50% para 2016, 4,00% para 2017, 3,50% para 2018, 3,00% para 2019, 2,50% para 2020, 2,00% para 2021, 1,50% para 2022 e 1,00% a partir de 2023 inclusive.

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.3) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
VPOA ¹ no início do exercício	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	(45.520)	(47.121)	(40.287.215)	(44.902.581)	(501.705)	(596.455)	(491.780)	(487.761)
Custo do serviço corrente	(400.434)	(352.180)	-	-	-	-	(3.648)	(30.577)	(1.303)	(2.186)	(37.648)	(44.032)
Custo de juros	(728.632)	(611.146)	(84.876)	(75.413)	(5.239)	(4.488)	(4.725.790)	(4.358.610)	(59.913)	(58.801)	(58.521)	(47.873)
Contribuições esperadas de participantes	-	-	-	-	-	-	(17.694)	-	(371)	-	(4.483)	-
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:												
Ajuste de experiência	(796.063)	-	(143.399)	-	(5.974)	(4.820)	(715.647)	(1.150.943)	304.633	25.011	(12.588)	(86.834)
Alterações premissas biométricas	(1.793.362)	(857.351)	(3.903)	(39.953)	174	-	(465.883)	161	(18.928)	(22.482)	(60.015)	(323)
Alterações premissas financeiras	296.766	1.641.837	30.321	122.340	2.744	7.255	2.464.947	8.314.934	16.458	147.001	73.704	165.684
Benefícios pagos pelo plano	286.531	284.121	92.388	86.152	3.871	3.655	1.948.985	1.840.401	6.573	6.207	9.912	9.360
VPOA¹ no final do exercício	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	(49.944)	(45.519)	(41.801.945)	(40.287.215)	(254.556)	(501.705)	(581.419)	(491.779)

 VPOA¹ - Valor Presente da Obrigação Atuarial

[VOLTAR](#)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.4) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela Caixa. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
VJAP ¹ no início do exercício	-	-	-	-	45.520	42.019	41.054.967	45.650.669	299.895	426.035	271.445	285.803
Receitas de juros	-	-	-	-	5.239	3.982	4.820.209	4.434.400	35.702	41.947	32.574	28.278
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	-	-	-	-	3.056	3.173	(4.775.300)	(7.223.118)	(65.609)	(162.582)	(22.711)	(41.742)
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	21.303	16.708	17	351	3.635	4.233
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	-	-	-	17.694	16.708	371	351	4.483	4.233
Benefícios pagos pelo plano	-	-	-	-	(3.871)	(3.655)	(1.948.985)	(1.840.401)	(6.573)	(6.207)	(9.912)	(9.360)
VJAP¹ no final do exercício	-	-	-	-	49.944	45.519	39.189.888	41.054.966	263.803	299.895	279.514	271.445

 VJAP¹ - Valor Justo dos ativos do plano

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.5) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
VPOA ¹ no final do período	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	(49.944)	(45.519)	(41.801.945)	(40.287.215)	(254.556)	(501.705)	(581.419)	(491.779)
VJAP ² no final do período	-	-	-	-	49.944	45.519	39.189.888	41.054.966	263.803	299.895	279.514	271.445
Superávit/ (déficit) do plano	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	-	-	(2.612.057)	767.751	9.247	(100.905)	(301.905)	(110.167)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial ³	-	-	-	-	-	-	1.306.028	-	-	100.905	150.952	110.167
Efeito do teto do Ativo ⁴	-	-	-	-	-	-	-	(767.751)	(9.247)	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	-	-	(1.306.029)	-	-	(100.905)	(150.953)	(110.167)

VPOA¹ - Valor Presente da obrigação atuarial / VJAP² - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pelo Banco.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pelo Banco.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.6) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	-	(5.102)	-	-	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-	21.303	16.708	17	351	3.635	4.233
Benefícios pagos diretamente pela empresa	286.531	284.121	92.388	86.153	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.129.065)	(963.326)	(84.876)	(75.413)	-	(505)	(3.648)	(15.288)	(13.408)	(10.613)	(50.622)	(24.022)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(2.292.660)	784.486	(116.981)	82.386	-	5.607	(1.323.684)	(1.420)	114.296	(5.433)	6.201	10.601
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	-	-	(1.306.029)	-	-	(100.905)	(150.953)	(110.167)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.7) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2015:

(Despesa) / Receita esperadas – exercício 2015 – CPC 33 (R1)					
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente líquido	(324.421)	-	(148.509)	(2.434)	(18.199)
Custo de juros líquidos	(1.176.939)	(115.421)	(165.714)	-	(19.197)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.501.360)	(115.421)	(314.223)	(2.434)	(37.396)
Administração do plano	-	-	-	-	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.501.360)	(115.421)	(314.223)	(2.434)	(37.396)

Pagamentos esperados – exercício 2015 – CPC 33 (R1)					
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA)	297.370	81.763	22.622	18	3.860
Extraordinários	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	297.370	81.763	22.622	18	3.860

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.8) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	0,25%	-0,25%	1,00%	1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(1.137.524)	(1.216.680)	(1.157.980)	(1.196.800)	N/A	N/A	(1.374.507)	(1.018.301)	(1.176.940)
Valor presente das obrigações	(9.038.904)	(9.657.543)	(9.025.337)	(9.688.565)	N/A	N/A	(10.891.021)	(8.107.124)	(9.346.949)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros	(112.970)	(117.843)	(113.454)	(117.463)	N/A	N/A	N/A	N/A	(115.421)
Valor presente das obrigações	(841.986)	(880.072)	(845.775)	(887.104)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.147)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(5.994)	(6.220)	(6.084)	(6.082)	N/A	N/A	N/A	N/A	(6.083)
Valor presente das obrigações	(48.858)	(51.011)	(49.028)	(50.887)	N/A	N/A	N/A	N/A	(49.944)
REG/REPLAN									
Custo dos serviços	(135.157)	(149.817)	(142.830)	(154.449)	N/A	N/A	N/A	N/A	(148.509)
Custo dos juros	(4.958.412)	(5.238.125)	(5.145.032)	(5.202.394)	N/A	N/A	N/A	N/A	(165.714)
Valor presente das obrigações	(40.120.702)	(42.304.217)	(40.806.998)	(42.835.229)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.801.945)
REB									
Custo dos serviços	(2.728)	(2.170)	(2.270)	(2.610)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.434)
Custo dos juros	(31.469)	(31.272)	(24.019)	(31.626)	N/A	N/A	N/A	N/A	(32.526)
Valor presente das obrigações	(255.573)	(253.985)	(190.829)	(261.710)	N/A	N/A	N/A	N/A	(254.556)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(20.078)	(16.508)	(17.117)	(19.360)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.199)
Custo dos juros	(75.999)	(69.590)	(72.776)	(75.533)	N/A	N/A	N/A	N/A	(72.631)
Valor presente das obrigações	(607.996)	(557.368)	(559.920)	(604.128)	N/A	N/A	N/A	N/A	(581.419)

HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputacional e socioambiental incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos e de capital é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) encontram-se implementados na CAIXA em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, com a Circular BACEN nº 3.547/11 e a Carta-Circular BACEN nº 3.685/14.

A CAIXA adota melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de suas estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza de suas operações, a complexidade de produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Através desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o seu consumo de capital.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Cálculo da exigência de capital regulamentar		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio de Referência – PR	79.402.212	71.440.993
Nível I	59.237.192	59.518.914
Capital Principal – CP	59.237.192	34.437.984
Patrimônio Líquido	26.222.765	27.373.363
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	35.867.958	8.000.000
Ajustes prudenciais	(2.853.531)	(935.379)
Capital Complementar – CC	-	25.080.930
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	25.080.930
Nível II	20.165.020	11.922.079
Instrumentos de dívida subordinada autorizados conforme Resoluções CMN nos 3.444/2007 e 4.192/2013	18.554.433	11.922.079
Notas Subordinadas	1.370.226	-
Letras Financeiras	244.051	-
Letras Financeiras (dedução 20%)	(3.690)	-
Ativos ponderados pelo risco – RWA	493.956.341	472.075.444
Risco de crédito - RWA_{CPAD}	470.702.401	450.874.561
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA_{MPAD}	2.986.701	1.447.893
Taxa de juros – RWA_{JUR}	1.985.813	1.447.893
Commodities – RWA_{COM}	-	-
Ações – RWA_{ACS}	-	-
Câmbio – RWA_{CAM}	1.000.888	-
Risco operacional - RWA_{OPAD}	20.267.239	19.752.990
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido ($RWA * 0,11$) - PRMR	54.335.198	51.928.299
Risco de mercado – carteira de não negociação - R_{BAN}	6.561.083	3.923.466
Margem de capital (PR - PRMR - R_{BAN})	18.505.932	15.589.228
Índice de capital principal (CP / RWA)	11,99%	7,30%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	11,99%	12,61%
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,07%	15,13%

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a mensuração, controle, monitoramento e mitigação das exposições ao risco de mercado, visando minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade (1)		
Fatores de Risco	31/12/2014	31/12/2013
PRE	8.546	12.905
Cupom IPCA	270	7
Cupom SELIC	-	-
Cupom TR	-	1
VaR com ED	8.816	12.913

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A estimativa do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia EVE – Economic Value of Equity, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.365/07 e os princípios do Acordo de Basileia. O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

Descrição	Valor Contábil		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVOS						
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.533.817	7.671.673	6.533.766	7.671.035	(51)	(638)
Aplicações em Operações Compromissadas	113.973.136	37.232.669	113.952.540	37.229.588	(20.596)	(3.081)
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	166.025.859	162.406.138	166.039.625	161.826.343	13.766	(579.795)
Títulos para negociação	101.697.936	98.741.794	101.697.936	98.741.794	-	-
Títulos disponíveis para venda	15.039.809	16.939.498	15.039.809	16.939.498	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	49.288.114	46.724.846	49.301.880	46.145.051	13.766	(579.795)
Operações de Crédito, Arrendam. Mercantil e Outros Créditos	594.754.777	488.024.608	556.953.867	475.469.738	(37.800.910)	(12.554.870)
Comercial	190.519.837	172.045.384	197.257.226	177.940.009	6.737.389	5.894.625
Habitação	339.838.641	270.392.302	311.713.400	259.412.788	(28.125.241)	(10.979.514)
Infraestrutura/Desenvolvimento	56.481.914	36.837.628	40.068.856	29.367.647	(16.413.058)	(7.469.981)
Outros Créditos	7.914.385	8.749.294	7.914.385	8.749.294	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVOS						
Captações de Recursos	227.640.742	153.295.906	226.931.157	155.484.450	(709.585)	2.188.544
CDB/RDB	89.891.665	69.472.911	90.118.460	68.403.221	226.795	(1.069.690)
LCI LH	126.971.227	77.490.821	125.510.353	80.521.427	(1.460.874)	3.030.606
Obrigações por TVM no Exterior	10.777.850	6.332.174	11.302.344	6.559.802	524.494	227.628
Captação em Operações Compromissadas	172.769.884	116.574.390	172.755.223	116.570.767	(14.661)	(3.623)
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	180.008.939	141.593.461	130.600.029	113.389.821	(49.408.910)	(28.203.640)
Exterior	5.450.039	3.231.933	5.353.897	3.227.204	(96.142)	(4.729)
Tesouro	40.574	36.868	41.910	38.427	1.336	1.559
FGTS	145.033.444	132.732.425	108.353.417	102.947.269	(36.680.027)	(29.785.156)
BNDES	28.239.713	4.404.660	15.799.197	6.107.360	(12.440.516)	1.702.700
Depósitos não remunerados	1.245.169	1.187.575	1.051.608	1.069.561	(193.561)	(118.014)
Instrumento de Dívida elegível a capital	20.177.205	48.518.594	14.869.513	36.496.451	(5.307.692)	(12.022.143)

[VOLTAR](#)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/12/2014 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(211.133)	(5.075.626)	(9.722.594)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(11.458)	(291.412)	(583.391)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(870.831)	(19.839.480)	(36.276.155)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(2.010)	(51.141)	(104.223)

VOLTAR

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade de ocorrência perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o reputacional.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar e controlar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA esta gestão está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;
- Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e
- Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público alvo.

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3640/2013, foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

- Abordagem do Indicador Básico – BIA;
- Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
- Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada - ASA2.

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA, metodologia adotada na CAIXA, segue os procedimentos definidos na Circular BACEN acima, para efetivar o cálculo da parcela dos ativos ponderados, relativa ao cálculo do capital requerido para o Risco Operacional.

Modelos Internos

O modelo interno de avaliação e alocação de capital para Risco Operacional é regido pela Resolução CMN nº 4193/13, Circular BACEN nº 3.647/13 e Circular BACEN nº 3676/13. A CAIXA está desenvolvendo o seu modelo interno com base nas premissas previstas na Circular citada e em outros artigos e documentos de conhecimento comum do mercado. O modelo interno busca explicar a alocação de capital como parte de um grande e poderoso processo de gestão baseado em melhores práticas.

O modelo interno requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – A base de dados de ocorrências de perdas operacionais internas deve ser composta com informações oriundas das áreas operacionais em consonância com as informações contábeis.
- Dados externos de perdas operacionais – A base de dados de ocorrências de perdas operacionais externas auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos com baixa frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos – Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta e que servirão como mitigadores da exposição ao risco operacional.
- Análise de cenários – Opiniões de especialistas e gestores que permitem representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

A interligação entre as atividades de identificação e análise e as de mitigação, monitoramento e controle reposicionam de forma proativa e preventiva a Gestão de Risco Operacional na CAIXA, permitindo que as entregas de soluções estejam prontas e sejam tempestivas para a Instituição.

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resulta numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Como forma de disseminar internamente a cultura de gerenciamento do Risco Operacional, encontram-se disponíveis dois cursos na Universidade Caixa, na Intranet da empresa, sendo um módulo Básico e outro Avançado. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras informações

(a) Convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS

Visando a convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BrGaap) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Resolução CMN nº3.566/2008: **CPC 01** Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Resolução CMN nº3.604/2008: **CPC 03** Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução CMN nº3.750/2009: **CPC 05** Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Resolução CMN nº3.823/2009: **CPC 25** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- Resolução CMN nº3.973/2011: **CPC 24** Evento Subsequente; e
- Resolução CMN nº3.989/2011: **CPC 10** Pagamento Baseado em Ações;
- Resolução CMN nº4.007/2011: **CPC 23** Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retific. de Erro;
- Resolução CMN nº4.144/2012: **CPC 00** Pronunciamento Conceitual Básico;

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

(b) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:

PL de Fundos/Programas Sociais administrados		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
PIS (2)	28.674.573	28.415.317
FGTS (1)	75.023.898	62.978.979
FAR (1)	30.779.021	18.316.041
FDS (1)	1.143.187	1.190.819
FAS (1)	27.987	24.495
FGS(1)	269.910	137.246
FGHAB (1)	1.788.550	1.364.939
CCA (1)	63.776	45.725
CCAM (1)	28	21
FGCN (1)	4.755.903	3.941.813
FCE(1)	4	98
Total	142.526.837	116.415.493
FCVS (1)	(97.974.486)	(90.620.246)

(1) Posição em 31/12/2014 PL de novembro de 2014

(2) Posição em 31/12/2014 PL de dezembro de 2014

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (31/12/2013 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(d) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Em consonância com o que estabelece a estrutura de gerenciamento de risco da CAIXA, não há necessidade de provisionamento para fazer frente a esse risco de crédito.

(e) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 186.651 (31/12/2013 – R\$ 167.717).

(f) Lei nº 12.973/14

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, objeto da conversão da Medida Provisória nº 627/13, que, dentre outras providências:

- Altera a legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS, adaptando-a às normas contábeis pautadas nos padrões internacionais de contabilidade, com estabelecimento de ajustes para apuração dos referidos tributos;
- Revoga o Regime Tributário de Transição;
- Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

Considerando os dispositivos atualmente vigentes, entendemos que não há impactos relevantes a serem reportados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Alexsandra Camelo Braga
Vice-presidente interino

Hermínio Basso
Vice-presidente interino

Jose Carlos Medaglia Filho
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Fábio Lenza
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Roberto Derzie de Santanna
Vice-presidente

Teotônio Costa Rezende
Vice-presidente interino

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
SEGUNDO SEMESTRE DE 2014**

Com fundamento nas disposições da Resolução CMN de 3.198, de 27.05.2004, e orientado pelo Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal (COAUD) desincumbiu-se, com independência, das atribuições e responsabilidades que lhe são conferidas.

Ao longo do segundo semestre de 2014, participou de reuniões com o Conselho Diretor e de todas as promovidas pelo Conselho de Administração. Manteve encontros, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da Empresa, emprestando ênfase, por força da natureza de suas atividades, aos debates e análises com as áreas de controle institucional, de gerenciamento de riscos, de contabilidade e tributos, de controladoria, de ouvidoria e com as equipes da auditoria interna e independente.

Nessas oportunidades, colheu informações, observações e diagnósticos a propósito de aspectos relevantes ou críticos, debateu ações de enfrentamento e oportunidades de aperfeiçoamentos, discutiu relatórios, planos e ações, formulou apontamentos, informou-se sobre o estágio das recomendações/determinações emanadas dos diversos órgãos externos e das várias instâncias de controle, cuidando, nesses ensejos, de conferir a consistência e a efetividade das respectivas atribuições.

Ademais, manteve-se em faixa de sintonia com os contextos regulatórios e econômicos e suas implicações para a CAIXA e atentou para os reflexos do novo modelo de gestão na dinâmica de atuação da Empresa.

Em razão das atividades desenvolvidas, o Comitê reuniu um acervo de informações que constitui a base de suas avaliações. Assim, sopesados os elementos coligidos, considerados os resultados das análises efetuadas e ponderadas às responsabilidades e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o COAUD conclui que:

- i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA ostentam níveis satisfatórios de efetividade, demandando, nada obstante, permanentes aperfeiçoamentos, de sorte a ajustá-los, em velocidade compatível com as transformações, ao porte e à maior complexidade operacional da Empresa;

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

- ii) a atuação da auditoria interna revela iniciativas de aprimoramentos que visam mantê-la em linha com a crescente necessidade imposta pelo novo patamar alcançado pela CAIXA;
- iii) em relação à auditoria externa, não foram identificadas situações que comprometam sua efetividade e independência; e
- iv) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas e parecer da auditoria independente, indicam terem sido elaboradas em consonância com as normas de regência e as melhores práticas adotadas no País, refletindo, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal em 31.12.2014.

Brasília (DF), 11 de Fevereiro de 2015.

José Carlos Monteiro Medeiros
Presidente

Adilson da Conceição Rocha
Membro

Arnaldo José Vollet
Membro

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) e as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da CAIXA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Caixa Econômica Federal - CAIXA, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

VOLTAR

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 31 de dezembro de 2014, a CAIXA (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 25.060 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 11.328 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 2.968 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 16.700 milhões, em 31 de dezembro de 2014, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20(b) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 31 de dezembro de 2014, a CAIXA (individual e consolidado) possui R\$ 26.776 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 1.586 milhões. O valor líquido de R\$ 25.190 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A. possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 2.861 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em 31 de dezembro de 2014, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Relatório dos Auditores Independentes

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2015

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Guilherme Portella Cunha
Contador CRC-1RJ106036/O-5

Renata Zanotta Calçada
Contador CRC- 1RS062793/O-8

VOLTAR

Parecer do Conselho Fiscal

PARECER Nº 01/2015 – ATA Nº 673, DE 11/02/2015

Assunto: **Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, Balancete Mensal, Estudo do Crédito Tributário e Execução Orçamentária da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL referentes ao exercício de 2014.**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, consoante o artigo 50 do Estatuto Social da Empresa, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28/03/2013, combinado com o artigo 163, incisos VI e VII da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, **examinou** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, o Balancete Mensal, o Estudo do Crédito Tributário e a Execução Orçamentária da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, referentes ao Exercício de 2014. Com base nos documentos apresentados, na análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, no Relatório da Auditoria Interna e demais informações prestadas pela área, considerando o Parecer do Conselho de Administração, bem como o Parecer emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes, as observações dispostas em seu Relatório, sobretudo as ênfases, **o Conselho Fiscal opina no sentido de que demonstrações contábeis, os atos administrativos e o Relatório da Administração refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa**, estando de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA

LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO

LUIZ ROBERTO BEGGIORA

WILLIAM BAGHDASSARIAN

MANOEL CARLOS DE CASTRO PIRES
Presidente

VOLTAR

Parecer do Conselho da Administração**P A R E C E R**

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso X, alínea “f”, do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, tomando por base o Relatório do Comitê de Auditoria da CAIXA e o Parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., e considerando as recomendações do Conselho Fiscal, **aprovou** as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativas ao exercício findo em 31/12/2014.

Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

FERNANDO FERRAZ RÊGO NEIVA
Conselheiro Representante dos Empregados
Titular

JORGE FONTES HEREDA
Conselheiro

LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO
Conselheira

MARIA FERNANDES CALDAS
Conselheira

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Conselheiro

MARDEN DE MELO BARBOZA
Presidente Substituto

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CAIXA

A vida pede mais que um banco

O presente documento baseia-se nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da CAIXA em 31 de dezembro de 2014, e faz referências e declarações sobre, estimativas de crescimento e projeções de resultado. Tais declarações baseiam-se nas atuais expectativas da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios da Empresa.

Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração e, dessa forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles aqui antecipados e discutidos.

A partir de 30 de junho de 2010, as informações apresentadas neste relatório estão consolidadas e abrangem as demonstrações da Instituição Financeira CAIXA e da empresa CaixaPAR, subsidiária integral da CAIXA.

As demonstrações gerenciais relativas aos períodos anteriores podem ter sido reclassificadas para fins de comparabilidade, gerando eventuais diferenças com as publicações contábeis em razão de eventuais realocações ou agrupamento de itens, os quais visam fornecer um melhor entendimento ou visão da evolução de ativos, passivos e resultados, ou ainda preservar a comparabilidade dos dados entre os períodos.

Os números indicados como totais em algumas tabelas podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem devido a ajustes de arredondamento. Todos os índices e variações apresentados foram calculados com base nos números efetivos, podendo haver divergência quando o cálculo for efetuado sobre os valores arredondados.

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2014

INTRODUÇÃO

Em 1861, nasceu a CAIXA. O seu maior desafio era mudar a vida dos brasileiros. Na ocasião, havia apenas 6 empregados que com dedicação ajudaram-na a crescer e a se tornar o banco da poupança e da casa própria. Aos poucos, a CAIXA foi se espalhando pelo Brasil inteiro e hoje é o terceiro maior banco em ativos do País, o maior banco 100% público da América Latina.

Aos 154 anos e com mais de 100 mil empregados, a CAIXA consolidou-se como Instituição que busca promover o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Em 2014, as atividades da Empresa foram responsáveis por injetar R\$ 689,6 bilhões na economia brasileira por meio de contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, destinação social das loterias, dentre outros.

Além disso, a CAIXA é o banco que tem a maior participação na vida dos brasileiros, alcançando, no ano de 2014, 100% dos municípios do País, com 67,7 mil pontos de atendimento, entre unidades próprias, lotéricos e rede compartilhada, 18 unidades itinerantes e 2 agências-barco. Tudo isso para gerar conforto e conveniência aos mais de 78,3 milhões de clientes.

Na execução dos programas governamentais, durante o ano, foram pagos R\$ 28,0 bilhões em benefícios sociais e R\$ 199,9 bilhões em benefícios aos trabalhadores, evoluções respectivas de 5,6% e 11,2%, em 12 meses. Com o Minha Casa Minha Vida, a CAIXA contribuiu para que mais de 8,3 milhões de pessoas realizassem o sonho da casa própria, desde o início do programa até o final de 2014.

Como resultado de sua atuação, em 2014, a CAIXA auferiu lucro líquido de R\$ 7,1 bilhões, 5,5% superior ao registrado em 2013, e alcançou o melhor índice de eficiência operacional dos últimos anos, 55,9%, fruto das ações de aumento da eficiência operacional e do início da maturação dos investimentos realizados nos últimos anos.

A carteira de crédito ampliada atingiu o saldo de R\$ 605,0 bilhões, evolução de 22,4%, em 12 meses, com destaque para o crédito habitacional, 25,7% superior, atingindo o saldo de R\$ 339,8 bilhões, o que representa 67,7% do mercado.

Este relatório apresenta os resultados da CAIXA em 2014, que referendam seu papel de instituição financeira e agente de políticas públicas, e justificam o reconhecimento pela sociedade como uma das instituições que mais contribuem para o crescimento do País e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

CLIENTES E CANAIS DE ATENDIMENTO

Em 2014, a base de clientes da Instituição alcançou 78,3 milhões de correntistas e poupadores, alta de 9,3% em 12 meses. A carteira de pessoas físicas, atingiu 76,1 milhões, e a de pessoas jurídicas, 2,2 milhões, evoluções respectivas de 9,2% e 12,3% em relação a 2013.

A CAIXA busca aperfeiçoar e ampliar o relacionamento com seus clientes investindo na melhoria de seus produtos e serviços e na expansão dos canais em prol da excelência no atendimento.

Atualmente, a rede de atendimento CAIXA conta com 67,7 mil pontos. São 4,2 mil agências e pontos de atendimento; 31,5 mil correspondentes CAIXA Aqui e Lotéricos; 32,0 mil máquinas distribuídas pelo País; 2 agências-barco e 18 caminhões-agência. Além disso, os clientes têm à sua disposição, 16,2 mil terminais da rede Banco24Horas.

No ambiente virtual, a CAIXA oferece aos seus clientes aplicativos de acesso à conta via

smartphones e *tablets* e o Internet Banking CAIXA, que alcançaram, em 2014, uma base com 1,9 milhão e 12,1 milhões de usuários, respectivamente.

Além disso, a CAIXA possui o site de banco mais acessado do Brasil, com 56 milhões de visitas mensais, que foi reformulado ouvindo os principais usuários - clientes, trabalhadores, beneficiários de programas sociais e apostadores. O novo site, lançado em 11 de janeiro, possui navegação mais dinâmica e conteúdo mais objetivo. Outro diferencial é que o site é responsivo, ou seja, pode ser acessado tanto pelo computador, tablet ou celular, se adaptando às telas.

Além disso, a CAIXA disponibiliza o Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC, que recebeu, em 2014, cerca de 23,5 milhões de chamadas e o Atendimento CAIXA ao Cidadão, 44,2 milhões de ligações, que trataram sobre PIS, Seguro Desemprego, FGTS, Cartão Social e Serviço de Informação ao Cidadão.



Fonte: Site da CAIXA.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em dezembro de 2014, os ativos administrados pela CAIXA somaram R\$ 1,8 trilhão, crescimento de 18,2% se comparado a 2013, com destaque para o FGTS com saldo de R\$ 410,7 bilhões, e os Fundos de Investimento, R\$ 235,2 bilhões, evoluções respectivas de 12,4% e 3,6%, em 12 meses.

Patrimoniais (em R\$ bilhões)	2012	2013	2014
Ativos Caixa	703	858	1065
Carteira de Crédito Ampliada	361	494	605
Poupança	176	210	237
Recursos Administrados (de terceiros)	558	657	726

Os ativos da CAIXA totalizaram R\$ 1,1 trilhão, aumento de 24,0% na mesma comparação. A carteira de crédito ampliada representava 56,8% desse total, com R\$ 605,0 bilhões, e os títulos e valores mobiliários, com R\$ 168,0 bilhões, correspondiam a 15,8%.

Do total dos passivos, 39,4% consistiam em depósitos e 29,2% correspondiam a captações no mercado aberto e letras. Os depósitos a prazo, com saldo de R\$ 143,1 bilhões, apresentaram crescimento de 26,0%, e os à vista totalizaram R\$ 27,0 bilhões, evolução de 7,3% em relação ao ano anterior.

No ano, a CAIXA auferiu lucro líquido de R\$ 7,1 bilhões. Os fatores que mais influenciaram o resultado foram o crescimento de 42,7% das receitas de operações de crédito e o aumento de 52,9% no resultado de títulos, valores mobiliários e derivativos. O resultado operacional foi de R\$ 6,6 bilhões, alta de 27,7% em relação ao registrado em 2013.

O patrimônio líquido da CAIXA apresentou saldo de R\$ 62,1 bilhões, incluindo R\$ 35,9 bilhões em Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o capital principal em Basileia III. O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 15,2% nos últimos doze meses.

O índice de Basileia, ao final de 2014, correspondeu a 16,1%, superior em 5,1 p.p ao valor mínimo exigido de 11%.

Em decorrência das ações destinadas a aumentar a eficiência operacional, aliadas ao início da maturação dos investimentos realizados nos últimos anos, a CAIXA melhorou o índice de eficiência operacional em 4,4 p.p., quando comparado ao mesmo período de 2013, alcançando 55,9% em dezembro de 2014.

Os resultados obtidos refletiram diretamente as metas estabelecidas pela Empresa que objetivaram promover a eficiência na gestão de seus recursos, levando-a a novos patamares de eficiência operacional que contribuem com a manutenção de resultados sustentáveis.

Indicadores (em %)	2012	2013	2014
Retorno sobre Ativo Médio (acum. 12m)	0,9	0,8	0,7
Retorno sobre o PL Médio (acum. 12m)*	25,7	24,8	15,2
Índice de Solvabilidade – Basiléia	13,0	15,1	16,1
Endividamento Setor Público	29,0	24,7	28,4
Cobertura de Desp. Administrativas (acum. 12m)	64,6	64,0	63,9
Cobertura de Desp. de Pessoal (acum. 12m)	105,6	102,7	103,0
Índice de Eficiência Operacional (acum. 12m)	61,2	60,3	55,9

*Conforme a Resolução CMN nº 4.192/13, inclui o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8,0 bilhões a partir de dezembro de 2013 e mais R\$ 27,9 bilhões a partir de julho de 2014.

OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ao final de 2014, a carteira de títulos e valores mobiliários apresentava saldo de R\$ 168,0 bilhões, dos quais R\$ 149,8 bilhões representados por títulos públicos federais e R\$ 17,3 bilhões correspondentes a títulos privados.

O resultado das operações com TVM e derivativos atingiu R\$ 30,1 bilhões, 52,9% superior ao registrado no ano de 2013. Influenciada, principalmente, pela Taxa SELIC e pelo aumento da carteira.

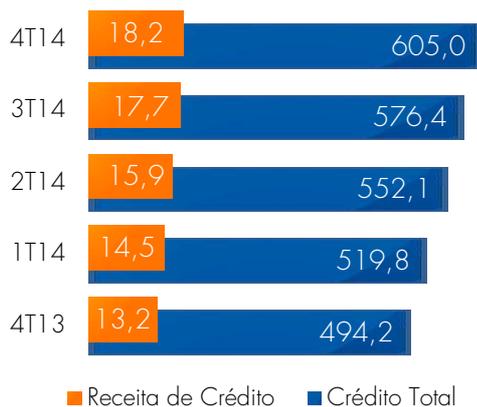
Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN 3.068/2001, a CAIXA declara ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III, os quais totalizaram R\$ 49,3 bilhões, em dezembro de 2014, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

CARTEIRA DE CRÉDITO AMPLIADA



A carteira de crédito ampliada da CAIXA cresceu 22,4% no ano, alcançando saldo de R\$ 605,0 bilhões. As contratações totais apresentaram aumento de 6,8% e totalizaram R\$ 502,9 bilhões. Destaca-se a carteira de crédito comercial com R\$ 190,3 bilhões de saldo, e R\$ 259,4 bilhões contratados no período, valores 10,8% e 7,8% superiores aos registrados em 2013, respectivamente.

Crédito Total
(em R\$ bilhões)

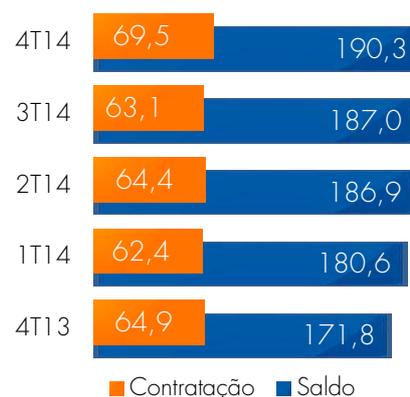


As operações com pessoas físicas atingiram o saldo de R\$ 94,0 bilhões, alta de 16,2% em 12 meses. Já as contratações avançaram 11,4%, somando R\$ 142,8 bilhões no ano de 2014.

Entre os produtos do segmento pessoa física, destaca-se o crédito consignado com volume contratado de R\$ 31,0 bilhões e saldo de R\$ 52,9 bilhões. A participação de mercado foi de 21,0%, em dezembro de 2014, com evolução de 0,39 p.p. em 12 meses.

O segmento PJ, no final do período, apresentou saldo de R\$ 96,3 bilhões e R\$ 115,5 bilhões em contratações, com os respectivos crescimentos de 6,0% e 2,7% em 12 meses.

Crédito Comercial
(em R\$ bilhões)



As operações de saneamento e infraestrutura apresentaram, no final de dezembro de 2014, saldo de R\$ 56,7 bilhões, crescimento de 52,8% em relação a 2013. As contratações para esse segmento atingiram a soma de R\$ 33,3 bilhões, alta de 11,7% em 12 meses.

Desses valores, R\$ 7,1 bilhões foram contratados em saneamento básico; R\$ 8,5 bilhões em financiamentos de energia e logística; R\$ 4,8 bilhões em operações de mobilidade urbana; R\$ 5,9 bilhões em infraestrutura urbana; R\$ 5,3 bilhões para construção naval e R\$ 1,7 em atividades multisetoriais no segmento.



A carteira de crédito imobiliário alcançou, no final de 2014, o saldo de R\$ 339,8 bilhões, 25,7% superior a 2013. A CAIXA permanece na liderança desse mercado com 67,7% de participação, excluídos os certificados de recebíveis imobiliários.

As contratações da carteira de crédito habitacional somaram R\$ 128,8 bilhões, até dezembro de 2014, dos quais R\$ 40,9 bilhões com recursos do FGTS, incluindo subsídios, R\$ 79,4 bilhões com recursos do CAIXA/SBPE e R\$ 8,5 bilhões contratados com outros recursos.

Crédito Habitacional
(em R\$ bilhões)



No Programa Minha Casa Minha Vida, em 2014, foram contratados pela CAIXA R\$ 35,9 bilhões, totalizando 389,2 mil unidades habitacionais. Dessas, 35,6% foram destinadas à Faixa I, que atende aos beneficiários com renda de até R\$ 1,6 mil em modalidades integralmente subsidiadas pelo programa.



O Crédito Rural CAIXA, atingiu saldo de R\$ 4,9 bilhões em dezembro de 2014, evolução de 146,1%. As contratações do período atingiram a soma de R\$ 5,0 bilhões. Os recursos são destinados ao custeio agrícola e pecuário, às operações de investimentos em máquinas e equipamentos, à aquisição de animais e a projetos de infraestrutura rural.

A qualidade da carteira de crédito continuou elevada no período, com aproximadamente 92% do seu total classificada nos ratings de AA-C. O índice de inadimplência foi de 2,56%, demonstrando queda de 0,17 p.p na comparação com o trimestre anterior, permanecendo abaixo da média de mercado de 2,88%.

DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS

As captações totais apresentaram saldo de R\$ 816,4 bilhões em dezembro de 2014, evolução de 18,3% em relação a 2013.

Os depósitos da CAIXA alcançaram o saldo de R\$ 419,0 bilhões, crescimento de 16,2% em 12 meses. Merece destaque a poupança com R\$ 236,8 bilhões de saldo, 13,0% superior a dezembro de 2013, e captação líquida de R\$ 12,7 bilhões, equivalente a 53,0% do valor captado no SFN, o que confirma a liderança da CAIXA nesse mercado.

No ano, foram abertas 8,9 milhões de contas de poupança totalizando 58,3 milhões ao final do período, evolução de 12,2%.

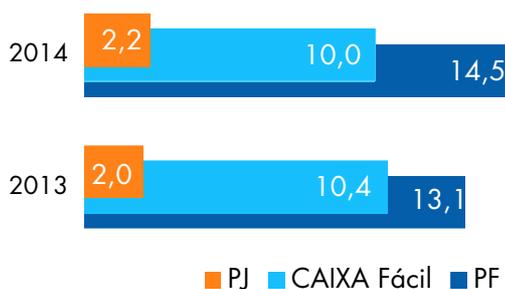
A base de contas correntes aumentou 4,9% em 2014, evoluindo para 26,7 milhões, assim distribuídos: 24,5 milhões de contas Pessoa Física, das quais 10,0 milhões de contas simplificadas (CAIXA Fácil) e 2,2 milhões de contas Pessoa Jurídica.

Os depósitos à vista totalizaram R\$ 27,0 bilhões e os depósitos a prazo, R\$ 143,1 bilhões, com crescimento de 26,0% em relação a dezembro de 2013. Os recursos em CDB/RDB representavam 62,7% dos depósitos a prazo, contabilizando R\$ 89,9 bilhões, aumento de 29,5% em relação ao mesmo período de 2013.

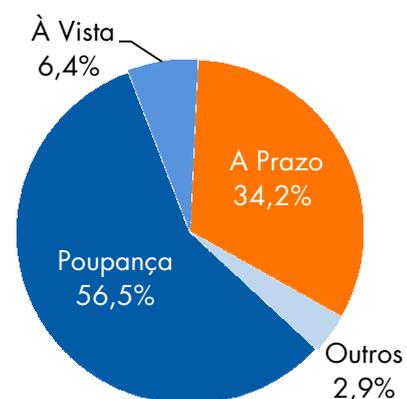
Os depósitos judiciais obtiveram acréscimo de 20,6% em 12 meses, apresentando saldo de R\$ 53,5 bilhões. Os demais depósitos somaram R\$ 12,1 bilhões de saldo.

Em dezembro de 2014, as Letras Imobiliárias, Financeiras e Agrícolas, totalizaram captação líquida de R\$ 39,6 bilhões e saldo de R\$ 127,0 bilhões, aumento de 63,9%, se comparado a dezembro de 2013, e 10,7% de aumento em relação ao terceiro trimestre de 2014.

Quantidade de Contas
(Em milhões)



Composição dos Saldos dos Depósitos



Destaque para as letras imobiliárias que evoluíram 69,0%, atingindo saldo de R\$ 87,3 bilhões no ano, correspondendo a 54,1% de participação no mercado. As Letras Financeiras, por sua vez, somaram R\$ 37,9 bilhões, evolução de 61,8% no ano.

Em relação às captações internacionais, a CAIXA totalizou R\$ 16,2 bilhões de saldo, avanço de 69,7% em 12 meses, incluindo as emissões internacionais e os empréstimos no exterior.

Durante o ano de 2014, a CAIXA conquistou a confiança dos investidores e consolidou-se no mercado internacional após sucessivas emissões, ganhando assim, maior visibilidade e diversificando suas fontes de recursos.

No ano de 2014, a CAIXA foi o primeiro banco da América do Sul a realizar uma captação internacional de recursos subordinados em conformidade com Basileia III.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O patrimônio líquido dos fundos de investimentos e carteiras administradas alcançou o saldo de R\$ 488,6 bilhões em 2014, incluindo FI de FIC e FI FGTS. O saldo dos fundos exclusivos totalizou R\$ 102,5 bilhões, e os fundos de rede, R\$ 101,4 bilhões, alta de 9,1% em relação ao exercício de 2013.

Os fundos de renda fixa, no período, apresentaram saldo de R\$ 186,7 bilhões, aumento de 4,6% se comparado a 2013.

No final de dezembro, a Instituição participava com 8,5% dos fundos do mercado, segundo a ANBIMA.

Em dezembro de 2014, a CAIXA administrava 443 produtos de investimento, sendo 418 fundos de investimento, dos quais 36 FI de FIC, e 25 carteiras administradas. No último trimestre de 2014, foram lançados 6 fundos de investimento.



CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO

Os clientes dos cartões CAIXA realizaram, em 2014, 1,3 bilhão de transações, representando um volume financeiro de R\$ 102,9 bilhões. A evolução das transações foi de 23,3%, enquanto o valor movimentado apresentou crescimento de 26,8%, em 12 meses.

A base de cartões de débito atingiu 86,6 milhões nas bandeiras MasterCard, VISA Electron e Elo, aumento de 8,4% em relação a 2013. Foram realizadas mais de 1,0 bilhão de transações, demonstrando um aumento de 25,2% em 12 meses, com um volume financeiro de R\$ 64,1 bilhões.

SERVIÇOS BANCÁRIOS

Em 2014, foram realizadas 7,4 bilhões de transações bancárias, evolução de 12,4% se comparado ao ano de 2013. Somente o Internet Banking CAIXA alcançou 1,3 bilhão de transações entre consultas a saldos, extratos, pagamentos e transferências, correspondendo a 17,4% do total de transações. As transações via celulares e *smartphones* apresentaram aumento de 126,7% em 12 meses.

As receitas de prestação de serviços e tarifas totalizaram R\$ 18,4 bilhões em 2014, evolução de 12,6% em relação ao ano anterior. Dessas, destacam-se os serviços bancários com R\$ 6,0 bilhões, aumento de 12,6% em doze meses.

Os cartões de crédito atingiram a base de 9,6 milhões nas bandeiras MasterCard, VISA e ELO. Foram realizadas mais de 324,2 milhões de transações, representando um volume de R\$ 38,7 bilhões.

Somente a base de cartões da bandeira Elo alcançou a marca de 26,6 milhões, sendo 25,8 milhões de débito e 713,7 mil de crédito, evolução de 102,4% e 48,2%, em 12 meses, respectivamente.



Com o objetivo de atender à necessidade de seus clientes, a CAIXA, em parceria com o Grupo CAIXA Seguros, disponibiliza produtos como seguros de vida, residencial e auto, títulos de capitalização, previdência privada e consórcios que movimentaram recursos de R\$ 3,5 bilhões, valor 5,3% superior ao volume transacionado em 2013.

A CAIXA EM NÚMEROS

R\$ 1,1
TRILHÃO
de ativos próprios
+24,0%
frente a 2013

Lucro líquido
R\$ 7,1
BILHÕES
2014
5,5%
Maior que 2013

R\$ 1,8
TRILHÃO
ativos administrados
+18,2%
em 12 meses

R\$ 71,0
MILHÕES
investidos em
treinamento, capacitação
e elevação de
escolaridade em 2014

R\$ 605,0
BILHÕES
carteira de crédito
ampliada
+22,4%
em 12 meses

R\$ 168,0
BILHÕES
carteira de TVM
+2,9
em 12 meses

101,5 MIL
empregados
3,9 mil
contratados em
12 meses

A CAIXA EM NÚMEROS

R\$ 102,9
BILHÕES

em recursos
movimentados pelos
cartões CAIXA

+ 26,8%
frente a 2013

78,3
MILHÕES

Clientes

+ 9,3%
em 12 meses

**PARTICIPAÇÃO
DE MERCADO**

Crédito Total
19,8%

Habitação
67,7%

Poupança
35,7%

**Fundos de
Investimento**
8,5%

Aproximadamente

R\$ 89,4
MILHÕES

investidos em
cultura em 2014

R\$ 236,0
MILHÕES

investidos em esporte
em 2014

SERVIÇOS DE GOVERNO

A CAIXA, como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. Em 2014, foram pagos cerca de 176,0 milhões de benefícios sociais, correspondendo a R\$ 28,0 bilhões.

O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou cerca de 161,7 milhões de benefícios no período, totalizando R\$ 26,0 bilhões, aumento de 8,4% em doze meses.

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, a Instituição foi responsável por realizar 173,5 milhões de pagamentos de benefícios em 2014, que totalizaram R\$ 199,9 bilhões. Entre eles o Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS, correspondendo a R\$ 48,1 bilhões, evolução de 5,7% em comparação com o ano anterior.

As aposentadorias e pensões aos beneficiários do INSS totalizaram 66,3 milhões, somando R\$ 67,4 bilhões, crescimento de 12,4% em doze meses.

A arrecadação do FGTS atingiu R\$ 104,7 bilhões e os saques, R\$ 84,3 bilhões. No final do ano, o Fundo era composto por 132,7 milhões de contas ativas.



Fonte: Agência CAIXA de Notícias.

A CAIXA lançou campanha para adesão dos trabalhadores ao serviço de envio do extrato do FGTS via SMS. Atualmente, o serviço já é realizado para 2,7 milhões de trabalhadores em todo o Brasil.

Além de ser uma opção que incentiva a sustentabilidade, por reduzir a emissão de extratos em papel, o trabalhador tem a comodidade de receber a informação mais rápida sobre sua conta vinculada, sempre que ocorre alguma movimentação, seja depósito, saque ou rendimento.

O cidadão pode aderir ao serviço pelo endereço eletrônico www.fgts.caixa.gov.br ou pelo 0800 726 0207, opção 3.

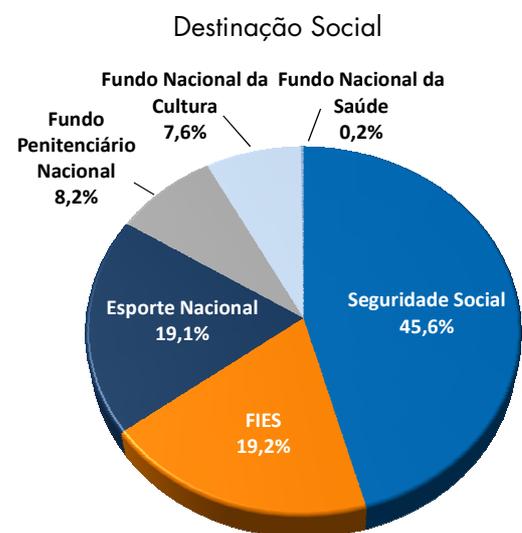
LOTÉRIAS

Os produtos e processos geridos pelas Loterias da CAIXA são mundialmente reconhecidos como de excelência e certificados quanto à segurança pela *World Lottery Association* – WLA (Associação Mundial de Loterias). Em 2014, a CAIXA passou a integrar, por meio de eleição direta, a segunda vice-presidência do Comitê Executivo dessa Associação para o período de 2015 a 2016. Com isso, as loterias brasileiras ganham maior destaque na entidade e aumentam sua atuação e participação nas suas decisões.

A CAIXA também possui certificação em responsabilidade social corporativa e jogo responsável pela CIBELAE, associação formada por loterias de estado de países da América Latina, Portugal e Espanha. Dentre outras funções, a entidade fomenta a troca de experiência entre os países membros, com o intercâmbio entre funcionários das diversas loterias, fortalece o papel do Estado como regulador e operador de loterias e apostas, além de promover debates em seminários e congressos sobre loterias.

Em 2014, a arrecadação das Loterias da CAIXA foi de R\$ 13,5 bilhões, superior em 18,6% ao total arrecadado no ano anterior. Destaque aos produtos Timemania, Loteria Instantânea e Lotogol que apresentaram aumentos respectivos de 68,8%, 27,7% e 24,2%, em relação a 2013.

Além de alimentar os sonhos de milhões de apostadores por seus prêmios milionários, as Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social. Dos valores arrecadados do portfólio de produtos das Loterias, no período, aproximadamente R\$ 5,2 bilhões foram transferidos aos programas sociais do governo federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.



Destinação das Loterias (em R\$ milhões)	2012	2013	2014
Destinação Social	3.780	4.162	5.248
Prêmios	3.750	4.046	4.421
Tributos	933	1.009	1.131
Despesas de Custeio e Manutenção	2.028	2.198	2.733
Arrecadação Total	10.490	11.415	13.533

PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS

A CAIXA Participações S/A – CAIXAPAR, fundada em 2009, subsidiária integral da Instituição, é parceira estratégica nos negócios através de participações em outras sociedades, atuando em setores da economia e em atividades complementares e similares aos negócios da Instituição.

As principais atividades estão relacionadas à prospecção de novos negócios, à gestão e à governança das participações societárias investidas, contribuindo para a expansão e a diversificação dos negócios da CAIXA.

Entre as empresas que constam da carteira de participações da CAIXAPAR, destacam-se: CAIXA Seguros, Banco PAN, Capgemini e Elo Serviços.

Composição da Carteira de Participações (em R\$ milhões)	2012	2013	2014
CAIXA Seguros Holding S.A.	1.919	2.082	2.437
Banco PAN	802	495	1.021
Capgemini	299	269	237
Elo Serviços	11	13	15
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	8	7	7
Caixa Seguros Participações - CSP	-	41	-
Crescer	-	9	-
Branes	-	2	2
BIAPE	1	1	1
FGO – Fdo. Garantia de Operações	-	202	92
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	-	167	211
Fundo de Investim. em Participações	-	39	39
TECBAN	-	-	59
PAN Corretora	-	-	24
Outros Investimentos	239	14	43
TOTAL	3.279	3.341	4.188

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

A atuação internacional da CAIXA está alinhada à expectativa do Governo Federal de apoiar tanto os brasileiros residentes no exterior quanto as instituições dos diversos países, por meio da oferta de serviços, produtos e o envio de remessas para o Brasil.

Com o auxílio do Programa de Remessas Internacionais, clientes residentes no exterior podem enviar recursos ao Brasil. O Programa captou, em 2014, R\$ 383,9 milhões por meio dos bancos correspondentes (*SWIFT*) e dos bancos parceiros, valor 18,5% superior ao registrado em 2013.

No segmento de comércio exterior, a CAIXA realizou, em 2014, R\$ 5,3 bilhões em operações de câmbio e capital de giro para financiamento a exportação. Destaca-se também, o incremento de 238,4% na contratação de operações de ACC/ACE em relação ao ano anterior, o que reflete o empenho da CAIXA no aumento da participação das empresas brasileiras no comércio internacional.

Em 2014, o serviço de saque do FGTS foi ampliado para atender brasileiros e estrangeiros residentes no exterior. Assim, passa a estar disponível para mais de 2,8 milhões de brasileiros que vivem no exterior, totalizando 41 postos consulares de atendimento.

Em abril, a CAIXA assinou Memorando de Entendimento com o Iwata Shinkin Bank—ISB com o objetivo de viabilizar operações de negócios com empresas japonesas que pretendem investir no Brasil. O acordo permitirá a realização de investimentos no Brasil por meio do ISB, por empresas e instituições de capital japonês, que resultem no fortalecimento dos vínculos comerciais entre o Brasil e Japão.

No âmbito da Cooperação Internacional, a CAIXA formalizou em agosto memorando de entendimento com o Escritório Regional da ONU, Habitat da América Latina e Caribe. O documento define a parceria entre as entidades para realização de intercâmbio de experiências e cooperação mútua em projetos de desenvolvimento urbano sustentável, cooperação técnica internacional e ações no âmbito do Programa Caixa Melhores Práticas em Gestão Local.

A CAIXA assinou também, acordo de cooperação bilateral, com o grupo público francês Caisse des Dépôts et Consignations, com validade de 2 anos, no qual as duas instituições preveem a troca de experiências nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação social, mercado imobiliário e oportunidades de negócios.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CAIXA mantém a sua atuação visando tornar-se referência em práticas de governança corporativa, seja pelo Modelo de Gestão vigente, que tem a governança como um de seus componentes, seja pela adoção de práticas de gestão alinhadas a princípios como transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade social empresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade. Princípios que se concretizam em instrumentos variados de gestão, como o Código de Ética e as Políticas de Atuação da CAIXA.

A sua governança corporativa está estruturada em um sistema que privilegia a decisão colegiada ágil e descentralizada, mediante a instrumentalização da decisão estratégica, da organização dos níveis decisórios, da agenda de trabalho e da visão dos temas essenciais à gestão.

A CAIXA dispõe de colegiados e unidades específicas que executam as atribuições relativas à supervisão e fiscalização da gestão dos administradores da CAIXA, além dos órgãos de fiscalização e controle externos.

Como parte de seu sistema de governança, a Empresa dispõe de instrumentos que asseguram a inibição de conflitos de interesses entre suas diversas instâncias de gestão. Além das regras relativas à não participação dos Vice-Presidentes das áreas segregadas como membros do Conselho Diretor, o Estatuto da CAIXA contém outras regras de segregação de funções que devem ser observadas pelos órgãos de administração.

A CAIXA disponibiliza informações sobre a sua governança corporativa na página <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/governanca-corporativa>.

CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controles Internos da CAIXA é composto por políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados pela Instituição para que alcance seus objetivos, forneça informações gerenciais e financeiras consistentes, tenha todas as suas atividades realizadas em conformidade com as leis, normas internas e externas, e reduza o risco de danos à sua imagem.

A Política de Controles Internos e *Compliance* da Instituição tem o objetivo de estabelecer princípios e diretrizes que promovam condições para assegurar a efetividade do seu Sistema de Controles Internos, estruturada de acordo com os cinco componentes do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO: ambiente de controle, avaliação de risco, atividades de controle e *compliance*, monitoramento, informação e comunicação.

A verificação do cumprimento da referida Política é realizada por meio do monitoramento do sistema, que consiste na avaliação de um conjunto de indicadores desenvolvidos a partir dos princípios e diretrizes da Política, mensurados e pontuados de forma a evidenciar o grau de maturidade dos controles internos da Instituição.

Das atividades de controle, destacam-se a prevenção à lavagem de dinheiro, o combate ao financiamento ao terrorismo e à corrupção. As diretrizes dessa atividade estão consolidadas na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo.

Os modelos de avaliação dos riscos de mercado, de crédito e operacional são monitorados, para a conformidade e controle, observando as diretrizes, princípios e procedimentos aprovados pelo Comitê de Risco e Capital, bem como as normas externas publicadas pelo BACEN e Banco de Compensações Internacionais.

O processo de registro de informações sobre as atividades de Controles Internos, desenvolvidas pelas diversas unidades da Instituição, encontra-se automatizado, subsidiando o monitoramento do sistema e a elaboração dos relatórios de controles internos para atendimento à Resolução CMN 2.554/1998, à Circular BACEN 3.467/2009 e ao Comunicado Técnico IBRACON 003/2010, bem como à Instrução CVM 505/2011.

GESTÃO DE RISCOS E CAPITAL

A gestão de riscos e capital da CAIXA está pautada em práticas de mercado e no cumprimento das normas do Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, realizada por meio de estruturas de gerenciamento compatíveis com a dimensão da exposição aos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez e demais riscos aos quais a CAIXA está exposta.

Essas estruturas são compostas por políticas, processos, práticas, procedimentos, modelos e sistemas, adequados à natureza e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela Empresa.

As atividades de administração de risco são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

O controle do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, perda, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos de carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.

Com base no acompanhamento observa-se que os indicadores de inadimplência, a provisão para devedores duvidosos e a perda da carteira se mantiveram dentro do esperado.

Em 2014, foram concluídas diversas ações que permitiram a melhora na composição do capital da CAIXA, refletido no Patrimônio de Referência, quais sejam:

- Aprovação pelo Banco Central do Brasil da adequação de R\$ 28,0 bilhões de seus Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida para Basileia III como Capital Principal;
- Negociação com o Conselho Curador do FGTS para conversão de R\$ 10 bilhões de dívidas existentes em dívidas subordinadas elegíveis a capital de Nível II, das quais R\$ 7,0 bilhões foram contratadas em 2014;
- Emissão de US\$ 500 milhões em bônus elegível a capital de Nível II no exterior;
- Captação em Letras Financeiras Subordinadas – LFS elegíveis a capital de Nível II no mercado interno totalizando R\$ 228,9 milhões.

Nesse sentido, a CAIXA inovou como o banco brasileiro que realizou a primeira transação de bônus elegível a capital nível II de acordo com as regras Basileia III no mercado de capitais internacional.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A CAIXA possui Política Ambiental e de Responsabilidade Sócio empresarial normatizadas e atua como indutora de práticas sustentáveis. Por meio do Fundo Socioambiental, desde 2010, a Instituição destina recursos correspondentes a até 2% do lucro para apoiar projetos e investimentos objetivando consolidar e ampliar a sua atuação no incentivo a ações que promovam o desenvolvimento sustentável.

Em 2014, o Fundo investiu R\$ 14,6 milhões em projetos relacionados à gestão ambiental, geração de energia eólica e solar, trabalho e renda, cultura, saúde e educação, dentre outras áreas, beneficiando prioritariamente a população de baixa renda.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A CAIXA investe em melhoria, inovação e aprimoramento dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação. Em 2014, foram aplicados R\$ 1,9 bilhão em novas plataformas, expansão, aumento de capacidade, melhorias no desempenho e disponibilidade, manutenção e atualização do parque tecnológico.

Em novembro, foi realizada a última grande etapa de migração de dados e sistemas para o Centro Tecnológico Datacenter Cidade Digital, em Brasília. O ambiente de processamento do Datacenter Cidade Digital, considerado um dos mais modernos centros de processamento do País, integra as atividades que antes eram realizadas em outros sítios de tecnologia em várias partes do Brasil.

Relatório da Administração CAIXA - 2014

Entre os projetos apoiados pelo Fundo, destaca-se projeto de geração de renda e energia cujo objetivo é auxiliar famílias de baixa renda por meio da instalação de sistemas de microgeração eólica e solar, além de promover o cooperativismo e a troca de experiências e soluções que maximizem a renda auferida pela geração de energia.

A CAIXA disponibiliza em seu site o Relatório de Sustentabilidade 2013, que apresenta dados com base em indicadores setoriais e de responsabilidade socioambiental. O Relatório pode ser acessado no endereço http://www1.caixa.gov.br/relatorio_sustentabilidade_2013.

A próxima grande etapa do Projeto Alta Disponibilidade se dará a partir da entrega do Centro Tecnológico Caixa - CTC, que está em fase final de construção.



Complexo Datacenter Cidade Digital
Fotografia: *Jornal da CAIXA*, 2014.

GESTÃO DE PESSOAS

Ao final dezembro de 2014, a CAIXA possuía em seu quadro de pessoal 101,5 mil empregados concursados e 16,3 mil estagiários e aprendizes. Foram contratados 3,9 mil empregados no último ano.

A folha de pessoal somou R\$ 17,9 bilhões em 2014, contemplando os benefícios proporcionados aos colaboradores e seus dependentes no valor de R\$ 2,2 bilhões, além das remunerações dos empregados somadas aos encargos.

Outro benefício que a Instituição oferece aos empregados é a possibilidade de complementar sua renda, após a aposentadoria, por meio de patrocínio a planos de benefício de previdência complementar, administrados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF.

Em 2014, a Fundação completou 37 anos de serviços prestados aos seus participantes e alcançou a participação de cerca de 99,4% do quadro de empregados ativos no período, com 137,0 mil associados no total. Desse número, 100,4 mil são ativos, 29,6 mil aposentados e 7,0 mil pensionistas.

Além dos diversos programas voltados à saúde e à segurança dos empregados, a Instituição busca integrar a educação corporativa à gestão do desempenho e das competências e à gestão do conhecimento, por meio de incentivos à capacitação, da criação e manutenção de sistemas e processos de disseminação do conhecimento e do desenvolvimento de habilidades. Durante o ano de 2014, a CAIXA investiu R\$ 71,0 milhões em programas de capacitação e elevação de escolaridade.

APOIO À CULTURA E AO ESPORTE

A CAIXA, importante incentivadora do esporte brasileiro, atua em sintonia com as diretrizes do Governo Federal, e contempla em seu planejamento estratégico ações de marketing cultural orientadas para os seguintes aspectos: inclusão social, desenvolvimento humano, valores nacionais, democratização, descentralização e transparência.

Durante o ano de 2014, foram investidos cerca de R\$ 89,4 milhões em 560 eventos culturais, incluindo os programas de ocupação cultural de seus espaços, artesanato, festivais, patrimônio, além de projetos em parceria com órgãos governamentais e eventos ligados à cultura popular.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Durante o ano de 2014 a CAIXA recebeu diversos prêmios e reconhecimentos que confirmam a sua importância junto aos seus clientes. Destaque ao ranking das marcas mais valiosas do mundo, publicado pela consultoria britânica Brand Finance, em que a CAIXA figurou entre as mais valiosas do segmento “bancos”, em âmbito mundial.

A Instituição também recebeu o prêmio “Melhor Banco para Investir (MBI) na Categoria Renda Fixa”, idealizado pelo Centro de Estudos em Finanças da FGV, o MBI tem como objetivo premiar os bancos que ofereceram os melhores

Além disso, a CAIXA se destaca como importante patrocinadora do esporte brasileiro, investindo em modalidades de destaque no cenário nacional e internacional como o patrocínio às Confederações Brasileiras de Atletismo, Ginástica, Lutas Olímpicas, Comitê Paraolímpico Brasileiro, os circuitos de corridas e corridas de rua em todo o país, além das Confederações Brasileiras de Ciclismo e tiro esportivo.

A Instituição também atua no futebol, patrocinando clubes, arenas e campeonatos. No segmento esportivo foram investidos, aproximadamente, R\$ 236,0 milhões em 2014.

serviços e produtos de investimentos para os públicos de varejo e varejo seletivo.

Outra premiação recebida foi o *Top Of Mind* 2014, como a marca mais lembrada na categoria Caderneta de Poupança, em pesquisa anual do Instituto Datafolha. Com 50% das lembranças, a CAIXA atingiu o melhor desempenho da marca desde que a categoria foi criada, em 2002. O percentual é cinco vezes maior que o segundo colocado no ranking e seis pontos a mais em relação à edição passada.

A CAIXA também foi eleita a instituição de maior prestígio no setor financeiro do Brasil. A informação é da Revista Época Negócios, realizado pelo Grupo Troiano Branding. Além de eleita a marca de maior prestígio do setor, a CAIXA ainda ascendeu no ranking geral. Está entre as 10 empresas de maior prestígio do Brasil.

Além disso, a busca contínua pela excelência na gestão e operacionalização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS rendeu à CAIXA o reconhecimento do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - PGQP, pelo quinto ano consecutivo.

De acordo com o *ranking* inédito elaborado pela agência de relações públicas Imagem Corporativa, das 100 maiores empresas brasileiras que participaram do *ranking*, a CAIXA é a segunda que melhor se comunica. Foram analisados 58 critérios relacionados às páginas das "salas de imprensa" das principais companhias listadas na edição de 2013 do *ranking* "Valor 1000", do jornal Valor Econômico. A avaliação incluiu itens como o ritmo de atualização do conteúdo, integração com redes sociais, recursos multimídia e até o acesso a informações básicas, como um número de telefone.

AGRADECIMENTOS

Os resultados alcançados no período refletem o trabalho comprometido e incansável de todos os nossos empregados e colaboradores, aos quais agradecemos o empenho. Agradecemos também aos nossos clientes e parceiros pela confiança e fidelidade, com que nos impulsionam na constante busca pelo aprimoramento, tão essencial ao desenvolvimento da CAIXA e do Brasil.

CAIXA

A vida pede mais que um banco